



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO, LINGUAGENS E INOVAÇÕES
PEDAGÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

IGNÊZ BRIGIDA DE OLIVEIRA PINA

MÉTODO COLHETEAR - A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO
EDUCATIVO

Salvador
2023

IGNÊZ BRIGIDA DE OLIVEIRA PINA

**MÉTODO COLHETEAR – A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO
EDUCATIVO**

Projeto de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, curso de Mestrado Profissional em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Jamile Borges da Silva

Salvador
2023

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Pina, Ignêz Brigida de Oliveira.

Método Colhetear - a heteroidentificação como princípio educativo /
[recurso eletrônico] Ignêz Brigida Oliveira Pina. - Dados eletrônicos. - 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jamile Borges da Silva.

Projeto de intervenção (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2023.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Educação - Aspectos sociais. 2. Relações étnicas. 3. Relações raciais. 4.
Autodeclaração racial. 5. Programas de ação afirmativa na educação. 5. Fenótipo. I.
Silva, Jamile Borges da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade
de Educação. Programa de Pós - Graduação em Currículo, Linguagens e Inovação
Pedagógicas. III. Título.

CDD 370.115 - 23. ed.



Programa de Pós-graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas
Mestrado Profissional em Educação

ATA DA ATIVIDADE DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE **IGNEZ BRIGIDA DE OLIVEIRA PINA** DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO, LINGUAGENS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos **18** dias do mês de **outubro** do ano de dois mil e **vinte e três** às **10** horas, reuniram-se de modo *on-line*, por meio do link <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/jamile-borges-da-silva> a banca examinadora composta pelos/as professores/as doutores/as, membro(s) externo(s) **JOSÉ RAIMUNDO SANTOS, IVAN ALMEIDA ROZARIO JÚNIOR**, membro(s) interno(s) **SILVIA MARIA LEITE** e **JAMILE BORGES DA SILVA**, orientador/a, para analisar o percurso do trabalho de conclusão de curso intitulado **MÉTODO COLHETEAR - A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**. Após a discussão, a banca analisou o referido trabalho, chegando ao seguinte parecer:

A banca considerou o trabalho bem escrito, com uso adequado das referências bibliográficas, especialmente inovador nas formas e no método criado pela estudante. O método criado foi considerado criativo e ousado recebendo orientação para registro e patente. O texto é sinuoso e adota claramente as premissas do mestrado profissional entregando um produto de intervenção claro e objetivo e com qualidade para ser convertido futuramente em um projeto de doutorado. A banca considera assim o trabalho **APROVADO**.

Nada mais havendo a declarar, a banca foi encerrada.

Documento assinado digitalmente
gov.br JAMILE BORGES DA SILVA
Data: 07/11/2023 19:05:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. **JAMILE BORGES DA SILVA**
Orientador/a

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado digitalmente
SILVIA MARIA LEITE DE ALMEIDA
Data: 08/11/2023 10:46:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SILVIA MARIA LEITE

Examinador interno/UFBA



Documento assinado digitalmente
JOSE RAIMUNDO DE JESUS SANTOS
Data: 13/11/2023 09:19:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSÉ RAIMUNDO SANTOS

Examinador externo/UFRB



Documento assinado digitalmente
IVAN ALMEIDA ROZARIO JUNIOR
Data: 13/11/2023 10:01:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IVAN ALMEIDA ROZARIO JÚNIOR

Examinador externo/IFES

À Deus, fonte inesgotável de amor e sabedoria, que me amparou em cada passo, me proporcionando o encantamento e a força para superar os obstáculos. A Pedro Henrique, Izadora e Edalmo - meu jardim secreto - onde encontro abrigo, compreensão e segurança para juntos trilharmos os caminhos da vida com coragem.

AGRADECIMENTOS

São muitas as bênçãos recebidas e contempladas. Quantas pessoas e instituições contribuíram para que meus sonhos se tornassem realidade. Reconheço as lutas, os esforços e as superações que se concretizaram no percurso, mas em nenhum momento estive só e foi esse o diferencial que me trouxe até aqui. Por isso, ainda que registre aqui alguns agradecimentos, estes nunca serão suficientes para expressar o quanto sou grata pela oportunidade de completar minha formação como mestre.

Ó Deus, desde o início dessa jornada acadêmica, percebi a Tua mão a me guiar, me inspirando a buscar esse desafio intelectual e me fortalecendo em momentos de dúvida e dificuldade. Tua sabedoria infinita iluminou meu caminho, permitindo-me explorar novas ideias, expandir meus horizontes, mergulhar em conhecimentos profundos e inovar com os resultados que estão nesta dissertação. Ao longo dessa caminhada, aprendi a apreciar a complexidade e a beleza do mundo que criaste. Cada descoberta e cada avanço foram verdadeiras bênçãos que me conduziram a um entendimento mais profundo da Tua essência em mim.

Minha profunda gratidão aos meus filhos, Pedro Henrique e Izadora, vocês têm sido uma presença constante em minha vida, enchendo meus dias com amor, compreensão e apoio inabalável. São as luzes que iluminam o meu caminho e o motivo do meu sorriso constante. Obrigada por me ensinarem o verdadeiro significado do amor incondicional e por trazerem tanta felicidade à minha vida. Vocês cresceram e já são como pássaros que descobriram o prazer de voar, mas que sabem voltar e pousar em nosso lugar de amor. Vocês são o meu maior orgulho.

Sou profundamente grata a você, meu amor, por tudo o que representa em minha vida. Você tem sido meu pilar de força e meu apoio incondicional em todas as circunstâncias. Sua presença constante e seu amor me deram coragem para enfrentar qualquer desafio. Você acreditou em mim, me encorajou a seguir meus sonhos e até faz trilhas musicais para eles. Sou grata por ter ao meu lado um parceiro, que me ajuda a crescer e a ser a melhor versão de mim mesma todos os dias. Edalmo, você é um tesouro que eu guardo em meu coração. Sou imensamente grata por tê-lo como meu companheiro de vida.

Aos meus pais, Jorge e Clemilda, por todo o amor, sacrifício e apoio ao longo dos anos. Vocês têm sido meus guias, meus protetores e meus exemplos de vida. São o esconderijo que compõe o meu jardim secreto. Suas palavras de sabedoria e seu amor incondicional moldaram a pessoa que sou hoje. Sou grata por cada lição que vocês me ensinaram e por todo o apoio que me deram em cada passo do caminho. Seu amor e dedicação são um presente, um privilégio que nunca poderei retribuir completamente, mas levarei comigo para sempre.

Ao meu irmão, Felipe, que mesmo à distância contribuiu e avaliou minhas criações acadêmicas, sempre com sua riquíssima capacidade crítica-reflexiva, você é um ser pensante meu irmão e ainda que muitas das vezes com opiniões divergentes, você sempre somou à minha vida. Os laços que nos unem são eternos e a distância não é capaz de nos separar.

À Rayane, minha cunhada, uma irmã e presente de Deus, que tanto me ensinou com sua capacidade de superação e coragem, provando que o amor supera todas as barreiras. Aos meus sobrinhos, Danilo (Nilo), Luiza (Lua) e Lucas (Teté), agradeço por compartilharem sua amizade, amor, apoio, alegria e por compreenderem a ausência da tia em determinados momentos. Obrigada pelos momentos de alegria e gargalhadas, vocês são parte da minha felicidade e uma parte importante da minha família. Sou grata por cada momento compartilhado. Que nossa conexão continue a se fortalecer e que possamos criar muitas memórias felizes juntos no futuro – vocês são a prova de que o amor supera qualquer barreira e a distância não é capaz de nos separar.

Agradeço à minha sogra Sebastiana e minha cunhada Eliana, pelas escutas atentas, pela compreensão e sábias orientações de vida. Mulheres que aprendi a admirar e que são para mim a expressão de força, resiliência e esperança, com as quais aprendo dia após dia.

Aos colegas de turma – que também são de trabalho - a jornada que compartilhamos juntos foi repleta de aprendizado, crescimento e momentos inesquecíveis. Cada uma e cada um de vocês contribuiu para tornar essa experiência educacional memorável e enriquecedora. Através de nossas conversas, colaborações e interações, pude expandir meus horizontes e desenvolver habilidades importantes. Sou grata por cada momento de companheirismo, apoio mútuo e amizade que construímos ao longo desses anos. Desejo à todas e a todos um futuro brilhante e repleto de realizações.

Também sou grata por cada professora e cada professor que cruzou meu caminho. Foram potentes instrumentos para nutrir meu intelecto, desafiando-me a superar meus limites e aprimorar minhas habilidades. A dedicação e sabedoria compartilhadas foram essenciais para meu crescimento acadêmico e pessoal. Vocês foram capazes de moldar minha trajetória de forma tão significativa. Agradeço de coração o acolhimento, a dedicação, o profissionalismo, o respeito com que cada uma e cada um recebeu meus apontamentos, escritas e produções. Agradeço pela energia cativante com que me conduziram durante o meu processo de aprendizagem - definitivamente me cativaram.

Agradeço à minha orientadora, Jamile, por sua paciência comigo. Por ter acreditado em minhas ideias e ter me permitido voar sem perder o rumo. Em especial agradeço as professoras Verônica e Cilene, que conduziram brilhantemente a coordenação do programa pedagógico do MPED. O carinho com que sempre me acolheram, a atenção, o zelo, o respeito e a responsabilidade com que realizam o trabalho de vocês faz toda a diferença. Vocês tornaram humana a academia.

Agradeço à UFBA que também me acolheu e guiou durante todo o meu percurso de aprendizagem. Através dos professores e equipes dedicados, dos programas educacionais de excelência, pude adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias para minha formação. Sou grata pela estrutura acadêmica, pelos recursos disponibilizados e pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional que me foram oferecidas. O ambiente enriquecedor e inspirador, tanto o virtual quanto o físico, contribuiu imensamente para minha formação integral.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão a todos os colegas de trabalho que compartilharam comigo os desafios e as conquistas ao longo de nossa jornada profissional. Inicialmente com toda a equipe PROEN/IFES, em especial Adriana, Cristina, Cristiana, Flávia, Karina, Leonardo, Maria Dorotéa, Priscila e Rosana, agradeço por cada momento de compartilhamento de conhecimento, ideias e experiências, que enriqueceram minha trajetória profissional. Ainda no IFES, expressei minha profunda gratidão à toda equipe da CPVA, em especial, Cristina, Ivan, Jamilda, Maurício e Silvana, colegas com quem vivi intensas experiências de aprendizado e transformação profissional e pessoal. Sua colaboração, apoio e trabalho em equipe foram essenciais para alcançarmos os resultados significativos na implementação da heteroidentificação.

Expresso minha gratidão também aos colegas de trabalho do Instituto Federal Fluminense/IFF, onde tive o privilégio de trabalhar durante o ano de 2022. Aline, Ariane, Breno, Bruno, Francesco, Francine, Gabriel, Jonas, Kátia, Marcela, Mayara, Maurício, Mônica, Pedro, Raisia, Rayanna, Vitória e certamente alguns outros que não lembrarei o nome por agora, mas que me acolheram, ouviram minhas dúvidas e contribuíram para o desenvolvimento da dissertação.

Em especial, sou grata ao Reitor Jefferson Manhães e ao Pró-reitor de ensino Carlos Artur C. Arêas, pela organização ao me acolher, pela sensibilidade e compreensão com minha jornada de estudos e pela confiança em meu trabalho. De todo meu coração, minha enorme gratidão à Diretora de Políticas da Educação, Saionara Rosa da Cruz, pela confiança em meu trabalho, pelo respeito mútuo, incentivos acadêmicos e pela linda amizade que floresceu e que levarei para vida. Também em especial, agradeço a parceria de Heise, Marcelo, Thais e Renata que tantas vezes emprestaram seus ouvidos e acolheram minhas angústias acadêmicas, discutiram temas relevantes e me motivaram a continuar a caminhada. Equipe PROEN/IFF, vocês fizeram a diferença em minha vida num momento muito singular, levarei vocês por onde quer que eu vá.

Em ambas as instituições – IFES e IFF - agradeço pela amizade e pelo ambiente de trabalho harmonioso que construímos juntos. Sou grata pela oportunidade de fazer parte de equipes tão talentosas e inspiradoras.

Gostaria de expressar ao IFES minha sincera gratidão, pois foi a instituição que tornou possível a realização dos meus estudos. Sua generosidade e investimento em minha formação acadêmica são inestimáveis. Sem o seu apoio financeiro, eu não teria tido a oportunidade de perseguir meus sonhos e alcançar meus objetivos educacionais. Sou imensamente grata por acreditar em meu potencial e por me fornecer os recursos necessários para concretizar meus projetos. Agradeço à equipe de gestão do IFES, em especial, à Pró-reitora de ensino Adriana Pionttkovsky Barcellos, ao Pró-reitor de Pesquisa e Extensão André Romero da Silva e ao Reitor Jadir Jose Pela, pessoas que sempre acreditaram e respeitaram o meu trabalho. Prometo utilizar esse conhecimento adquirido de forma positiva e fazer a diferença em minha atuação.

Gratidão a todos os participantes da pesquisa, os quais carinhosamente chamo de sementes – por acreditar no potencial de vida e transformação que trazem consigo. Meu

muito obrigada por sua generosidade e por tornar possível a realização desta pesquisa. A participação de vocês é inestimável e o compromisso com a busca do conhecimento e com a partilha sincera foi verdadeiramente inspirador.

Aos membros da banca avaliadora, a professora Sílvia Maria Leite, o professor José Raimundo dos Santos e o professor Ivan Almeida Rozário Junior, agradeço pela maneira respeitosa e profissional com a qual conduziram as avaliações. Seus conhecimentos e experiência na área foram essenciais para me orientar e incentivar meu crescimento acadêmico. Gratidão por dedicarem seu tempo, conhecimento e expertise.

Ainda agradeço aos colegas da UENF, os quais estou tendo a grata oportunidade de conviver e estudar, em especial às professoras Dra. Shirlena Campos Souza Amaral e Dra. Analice de Oliveira Martins e o professor Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento, os estudos propostos por suas disciplinas e a competência e carisma de vocês me motivam cada vez mais. Obrigada pelo carinho com que me receberam e pelas ricas trocas que estamos realizando. Que o futuro nos reserve bons encontros.

Ao completar essa etapa tão significativa em minha vida, retorno a Deus e entrego a Ele minha formação no mestrado. Que ela seja um instrumento para servir e transformar, um meio de promoção do bem e do justo. Meu coração transborda de gratidão por cada momento, cada experiência e cada pessoa que fez parte dessa jornada. Que minha vida seja uma expressão contínua dessa gratidão, que eu honre o dom do conhecimento a mim concedido.

Só estão calmos diante do enigma os que repetem a versão inercial do Brasil sem racismo, os que sobrevoam a cena brasileira sem ver as contradições diárias entre os mitos e os fatos.

(Paixão, 2014, p.13)

PINA, Ignêz Brigida de Oliveira. **Método Colhetear - a heteroidentificação como princípio educativo**. Orientadora: Jamile Borges da Silva. 2022. 83 f. il. Projeto de intervenção (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Esta dissertação trata de proposta interventiva em dimensão multirreferencial, de abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação. Se dedica ao território da heteroidentificação para além do controle na implementação de política pública, buscando compreender o potencial educativo do procedimento de verificação da autodeclaração e suas contribuições para o fortalecimento da Educação para as relações Étnico-raciais, no Instituto Federal do Espírito Santo. Para prosseguir com reflexões acerca das relações raciais no Brasil, a pesquisa dialoga com conceitos de raça, racismo, identidade e fenótipo e relaciona o uso que as ciências humanas fazem desses conceitos para nos auxiliar na compreensão de movimentos socioculturais da atualidade. Propõe como objetivo geral a construção de uma proposta de heteroidentificação que atue de forma educativa e apresenta um método próprio e apropriado para alcançar o objetivo proposto: o Método Colhetear – Colaborações da Heteroidentificação para a Educação Antirracista. Criando significações outras, o método integra o sentido de colheita (resultado de um cultivo) com o significado de tear (entrelaçamento de fios entre si ou transformação mediante trabalho intencional), sendo compreendido como um método adequado para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação, podendo se desdobrar como instrumento - forma - ou como ação geradora – motivo; ora conhecimento - conteúdo - ora produção/partilha - proposta interventiva. O novo método se concretiza por meio de uma metodologia única materializada no que se denomina de “Instalação Colhetear”, um instrumento de coleta de dados capaz de diagnosticar o nível de leitura fenotípica e a compreensão sobre a heteroidentificação dos membros de comissões de heteroidentificação. O Método Colhetear está estruturado em cinco dimensões e, inspirado nas estruturas da pesquisa-ação, se ocupa em diagnosticar o território da pesquisa, planejar, construir, avaliar e propor a implementação de uma proposta interventiva colaborativa. O trabalho dialogado e participativo é proporcionado por um método inovador e desafiador, que reconhece a EREER como proposta curricular inicialmente pavimentada no IFES e a heteroidentificação como ferramenta educativa que traz grandes impactos para o sentirpensar fazer experimentar de cada dia, sendo capaz de fortalecer a EREER.

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais. Heteroidentificação. Ações afirmativas. Fenótipo. Proposta de intervenção.

PINA, Ignêz Brigida de Oliveira. **Colhetear Method – The hetero-identification as an educational principle**. Advisor: Jamile Borges da Silva. 2022. 83 f. il. Intervention project (Professional Master's Degree in Education) – Faculty of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This dissertation deals with an interventional proposal in a multi-referential dimension, with a qualitative approach of the action-research type. It is dedicated to the territory of hetero-identification beyond control in the implementation of public policy, seeking to understand the educational potential of the self-declaration verification procedure and its contributions to the strengthening of Education for Ethnic-racial relations, at the Federal Institute of Espírito Santo. To continue with reflections on racial relations in Brazil, the research dialogues with concepts of race, racism, identity and phenotype and lists the use that the human sciences make of these concepts to help us understand current sociocultural movements. It proposes as a general objective the construction of a hetero-identification proposal that acts in an educational way and presents a proper and appropriate method to reach the proposed objective: the Colhetear Method – Collaborations of Hetero-identification for Anti-Racist Education. Creating other meanings, the method integrates the sense of harvest (result of a cultivation) with the meaning of loom (intertwining threads together or transformation through intentional work), being understood as an adequate method to cultivate and harvest actions (individual, collective and institutional) that transform the structure of racial relations through the textures of education, which can unfold as an instrument - form - or as a generating action - motive; sometimes knowledge - content - sometimes production/sharing - intervention proposal. The new method concretizes through a unique methodology materialized in what is called the “Colhetear Installation”, a data collection instrument capable of diagnosing the level of phenotypic reading and the understanding of the hetero-identification of members of hetero-identification commissions. The Colhetear Method is structured in five dimensions and, inspired by the structures of action research, deals with diagnosing the research territory, planning, building, evaluating and proposing the implementation of a collaborative intervention proposal. Dialogued and participatory work is provided by an innovative and challenging method, which recognizes ERER as a curricular proposal initially paved at IFES and hetero-identification as an educational tool that brings great impacts to the feeling, thinking, doing and experience of each day, being able to strengthen ERER.

Keywords: Education for ethnic-racial relations. Hetero-identification. Affirmative actions. Phenotype. Intervention proposal.

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1	Estrutura do Método Colhetear	37
Fluxograma 2	Perspectiva longitudinal do potencial educativo enquanto mediador da realidade	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Método de Execução em 2021	99
Gráfico 2	Método de Execução em 2022	99
Gráfico 3	Composição das Bancas em 2021	101
Gráfico 4	Composição das Bancas em 2022	101
Gráfico 5	Critérios de Verificação em 2021	102
Gráfico 6	Critérios de Verificação em 2022	102
Gráfico 7	Campi participantes da pesquisa	136
Gráfico 8	Vínculo - Grupo Controle	142
Gráfico 9	Heteroidentificação das Imagens 1 e 2 - Cabine 1 – Grupo Experimental	151
Gráfico 10	Heteroidentificação das Imagens 1 e 2 - Cabine 1 – Grupo Controle	154
Gráfico 11	A heteroidentificação contribui para a capacitação das CLVA/CPVA? – Cabine 1	173
Gráfico 12	Contribuição da diversidade fenotípica na realização da dinâmica da Cabine 1	174
Gráfico 13	A Cabine 1 é um exercício prático de heteroidentificação?	175
Gráfico 14	A dinâmica da Cabine 2 contribui para a capacitação das comissões?	177
Gráfico 15	Grau de reflexão sobre o paradoxo Identidade x Fenótipo – Cabine 2	178
Gráfico 16	A construção da identidade de uma pessoa está obrigatoriamente vinculada ao seu conjunto fenotípico?	179
Gráfico 17	A Cabine 2 é um exercício prático de heteroidentificação?	180
Gráfico 18	Diversidade fenotípica da população brasileira representada na Instalação Colhetear	181
Gráfico 19	Grau de realismo, segurança e harmonia de imagens criadas com “IA”	181
Gráfico 20	O “Colhetear” como ferramenta educativa e o potencial educativo da heteroidentificação	183

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Instalação Colhetear (Visão externa)	42
Imagem 2	Instalação Colhetear (Visão externa em uso)	43
Imagem 3	Instalação Colhetear (Ambiente interno da Cabine 1)	44
Imagem 4	Instalação Colhetear (Imagens contidas nos monóculos de n.º 1-10 na Cabine 1)	45
Imagem 5	Instalação Colhetear (Imagens contidas nos monóculos de n.º 11-20 na Cabine 1)	45
Imagem 6	Padrão de organização dos fenótipos masculinos – Método Colhetear	47
Imagem 7	Padrão de organização dos fenótipos femininos – Método Colhetear	48
Imagem 8	Instalação Colhetear (Ambiente interno da Cabine 2)	49
Imagem 9	Instalação Colhetear (monóculos de n.º 21-40 na Cabine 2)	52
Imagem 10	Panorama geral do ano 2021	96
Imagem 11	Mapeamento Heteroidentificação 2021 (IF's que realizam a Heteroidentificação)	97
Imagem 12	Mapeamento Heteroidentificação 2022 (IF's que realizam a Heteroidentificação)	98
Imagem 13	Painel de gráficos com perfil dos participantes – Grupo Experimental	136
Imagem 14	Painel – Autodeclaração dos participantes – Pardos - Grupo Experimental	137
Imagem 15	Painel – Autodeclaração dos participantes – Brancos - Grupo Experimental ..	138
Imagem 16	Painel - Autodeclaração dos participantes – Pretos - Grupo Experimental	138
Imagem 17	Painel de gráficos com perfil dos participantes – Grupo Controle	142
Imagem 18	Painel - Autodeclaração dos participantes – Brancos - Grupo Controle	143
Imagem 19	Painel - Autodeclaração dos participantes – Pardos - Grupo Controle	144
Imagem 20	Painel - Autodeclaração dos participantes – Pretos - Grupo Controle	144
Imagem 21	Ateliê Colhetear – Avaliação – Dados pessoais	171
Imagem 22	Ambiente virtual – Mural colaborativo Colhetear	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil (2019)	86
Quadro 2	Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil (2022)	86
Quadro 3	Gênero (Mulher) em correlação com demais categorias – Grupo Experimental	139
Quadro 4	Gênero (Homem) em correlação com demais categorias – Grupo Experimental	139
Quadro 5	Gênero (Mulher) em correlação com demais categorias – Grupo Controle	145
Quadro 6	Gênero (Homem) em correlação com demais categorias – Grupo Controle	145
Quadro 7	Comparação Heteroidentificação das Imagens 1 e 2 - Grupo Experimental	153
Quadro 8	Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 1 – Grupo Experimental	155
Quadro 9	Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 2 – Grupo Experimental	156
Quadro 10	Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 1 – Grupo Controle	157
Quadro 11	Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 2 – Grupo Controle	158
Quadro 12	Indicação de monóculos e conversão fenotípica Imagens 1 e 2 - Grupo Experimental	161
Quadro 13	Indicação de monóculos e conversão fenotípica Imagens 1 e 2- Grupo Controle	161
Quadro 14	Indicação de monóculos e conversão	163
Quadro 15	Expressão identitária x Expressão Fenotípica – Dinâmica do Espelho – Cabine 2	165
Quadro 16	Assertividade e Autodeclaração – Grupos Experimental e Controle	165
Quadro 17	Indicação de fenótipos – Cabine 2 – Grupo Experimental	167
Quadro 18-A	Indicação de fenótipos – Cabine 2 – Grupo Controle	168
Quadro 18-B	Indicação de fenótipos – Cabine 2 – Grupo Controle	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicador de Conversão Fenotípica - ICF - Grupo A (monóculos de n.º 1-20)	56
Tabela 2	Indicador de Conversão Fenotípica - ICF - Grupo B (monóculos de n.º 21-40)	56
Tabela 3	Indicador de Conversão Fenotípica - ICF - Grupo A (Decisões/Pareceres das comissões)	58
Tabela 4	Lista de codinomes – Grupos Experimental e Controle	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APNP	Atividade Pedagógica Não Presencial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CLVA	Comissão Local de Verificação da Autodeclaração
CNE	Conselho Nacional de Educação
COLHETEAR	Colaboração da Heteroidentificação para a Educação Antirracista
CPVA	Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração
CS	Conselho Superior
DAE	Diretoria de Assuntos Estudantis
DIC	Disparadores Imponderáveis de Criação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais
FEPEAES	Fórum Estadual Permanente de Educação Afro-Brasileira do Estado do Espírito Santo
FONAPNE	Fórum dos Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas
FONEABI	Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF	Instituto Federal
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEPGENS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLANAPIR	Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Político Institucional
PPI	Preto, Pardo, Indígena

PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PRPPR	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PSC	Perfil Socioeconômico da Clientela
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ZEP	Zona Educacional Prioritária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
1.1	UMA SEMENTE... UM FIO...	27
2	ONTOLOGIAS EM TECITURAS EPISTÊMICAS – A GERMINAÇÃO DE UM MÉTODO	33
3	O “COLHETEAR” E SUAS DIMENSÕES	40
3.1	PERCEBENDO TERRITÓRIOS	42
3.2	CULTIVANDO FIOS E SEMENTES	43
3.3	TRAMANDO JARDINS E FIOS	61
3.4	TECITURAS E GERMINAÇÕES	62
3.5	SEMEADURA	65
4	JARDINS (DES)COBERTOS - CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	66
4.1	DESIGUALDADES RACIAIS E SOCIAIS COMO ESTRUTURA DE UM ESTADO-NAÇÃO: CONCEITOS EM RELAÇÕES	66
4.2	AÇÕES AFIRMATIVAS – ACESSO E PERMANÊNCIA AO/DE DIREITO	83
5	PAISAGENS	94
5.1	TECELAGENS NACIONAIS: UM BREVE PANORAMA DA HETEROIDENTIFICAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BRASIL	94
5.2	O JARDIM DE CASA - A ERER ENQUANTO PROPOSTA CURRICULAR: OUTROS OLHARES SOBRE AS PROPOSTAS DO IFES	106
5.2.1	Possíveis Ecos de ERER	107
5.2.2	Questões Étnico-Raciais	108
5.2.3	Sintonizando a Educação para as Relações Étnico-Raciais	112
5.2.4	Sintonizando ainda ou Enfim Sintoniza-Ação?	119

5.3	LANÇADEIRA: HETEROIDENTIFICAÇÃO NO IFES - DA TEORIA À PRÁTICA	123
6	NOSSOS JARDINS – PESQUISA EM CONCRETUDE	133
6.1	ECOSSISTEMAS – SERES ESTRUTURADOS OU ESTRUTURAS VIVENTES?	135
6.2	DIAGNÓSTICOS DOS NOSSOS JARDINS – UM RAIO-X DAS SEMENTES	149
6.3	REPERCURSÕES DE UM MÉTODO	171
6.4	FIOS COLORIDOS, TECIDOS DIVERSOS	185
6.5	SEMEAR-AÇÃO	190
7	CONCLUSÃO	191
	REFERÊNCIAS	199
	APÊNDICE A - MAPEAMENTO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO	207
	APÊNDICE B - TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	208
	APÊNDICE C - FORMULÁRIO INSTALAÇÃO COLHETEAR	211
	APÊNDICE D - FORMULÁRIO ATELIÊ COLHETEAR	212
	APÊNDICE E - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	216

1 INTRODUÇÃO

Há que se ampliar o foco da vida política em sua dinâmica, cobrindo espaço histórico que se reflita ainda no presente, provocando agora desigualdades nascentes de preconceitos passados, e não de todo extintos. A discriminação de ontem pode ainda tingir a pele que se vê de cor diversa da que predomina entre os que detêm direitos e poderes hoje (Rocha, 1996, p. 96).

Este projeto é fruto de um percurso de muito estudo e vivências transformadoras na história de uma mulher branca. Uma aproximação profissional com a Educação para as relações étnico-raciais (ERER) que se intensificou a partir de 2017, quando, após quatro anos de atuação como pedagoga no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus Ibatiba, tive a oportunidade de compor a equipe da Pró-reitoria de Ensino (PROEN) do IFES. Ter iniciado a carreira como servidora pública em um campus do interior e em fase de implantação me proporcionou viver experiências jamais imaginadas até então.

Foi possível conhecer a estrutura da rede federal no Espírito Santo de fora para dentro. Atuando diretamente com os estudantes e suas famílias, vivenciei conflitos, entraves e conquistas em busca de educação de qualidade numa sociedade rural, regida por fortes traços do patriarcado, em que a cafeicultura ainda se faz a base de sua economia. Fui me apaixonando pela potência institucional que se desvendava na medida em que me certificava dos impactos que a educação profissional é capaz de imprimir na sociedade em que está inserida. Proporcionalmente, fui tomando conhecimento das infindáveis barreiras encontradas quando as escolhas indicam uma atuação na perspectiva inclusiva e equânime, trazida pelas políticas públicas no âmbito da educação, especialmente, quando se fala em relações étnico-raciais – relações reveladoras, impactantes, transformadoras e que ressignificaram minha existência, transformando-me em um corpo aliado a luta antirracista.

Após ter tido a rica oportunidade de viver o dia a dia de um campus instalado a 160 km da capital, numa região fundamentalmente agrícola cafeeira, com pouco mais de 26 mil habitantes e um IDHM de 0,647 (2010), ocupando o 73º lugar, dentre os 78 municípios capixabas, passo então a compor a equipe da Pró-reitoria de ensino atuando junto a equipe da então Assessoria de Assuntos Estudantis, que passaria a ser Diretoria de Assuntos Estudantis/DAE três anos depois. Este setor é responsável por conduzir as pautas transversais ao ensino no IFES, com uma equipe multidisciplinar, composta por uma nutricionista, uma psicóloga e uma pedagoga, até o primeiro semestre de 2019 e a partir daí, passa a contar

também com uma assistente social que chega para complementar a diversidade profissional da equipe.

Nomeio aqui como pautas transversais aquelas que foram direcionadas para a equipe DAE articular, orientar, conduzir e assessorar tecnicamente, como por exemplo as questões relacionadas com a Assistência Estudantil, a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a Educação para as Relações Étnico-Raciais, a Diversidade de gênero e sexualidade, a Saúde mental, o Enfrentamento à Violência sexual, as Ações Afirmativas e Processos Seletivos acessíveis, o Nome Social e a Terminalidade Específica; esta equipe também atua junto a programas governamentais, como o Programa Bolsa Permanência; é responsável pela articulação com os demais setores da reitoria, pelo Suporte Técnico e Assessoramento da PROEN e dos 22 campi e suas equipes multidisciplinares, além de fomentar diálogos institucionais junto à comunidade externa e movimentos da sociedade civil organizada e também atendimentos esporádicos junto a discentes e familiares que buscam as garantias de direitos em situações específicas.

Ainda conduz, sob a supervisão da Pró-reitoria de ensino, cinco dos dez fóruns que estão sob a governança da PROEN, sendo eles o FIAE – Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil, o FONAPNE – Fórum do Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas, o FONEABI – Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, o Comitê EJA – Comitê Permanente de Educação de Jovens e Adultos (de 2018 a 2021) e o NEPGENS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade.

Com seis meses de atuação junto a equipe da PROEN, ainda no ano de 2017, mas já compondo a equipe da, então, Assessoria de Assuntos Estudantis, assumi a presidência da comissão¹ institucional responsável pela elaboração do documento base - Critérios de Verificação da Veracidade na Autodeclaração - Processo Seletivo Discente e mergulhei num universo jamais imaginado até então. Como na cegueira de um clarear², a branquitude³ se

¹ Portaria N.º 2145, de 30/08/2017 - Comissão institucional responsável pela elaboração do documento base - Critérios de Verificação da Veracidade na Autodeclaração - Processo Seletivo Discente.

² Expressão inspirada na canção “Poesia”, de autoria do compositor e músico Flávio Vezzoni, do grupo capixaba Mochuara.

³ Trabalho esse conceito e suas implicações nas relações raciais no Capítulo 4 – Jardins (des)cobertos - Conceitos e política públicas.

impunha, se resumia a tudo que eu conhecia e acreditava, mas querer romper com esse pacto, insistindo em buscar o que havia para além do “clarão” imposto socialmente, foi o que transformou profundamente minha práxis, meus valores e ressignificou todo o entendimento de relações raciais que existia em mim, foi como acordar “[...] dos sonhos para um novo ser ... para o novo” (Quarto Crescente, 1996).

Iniciei assim uma jornada de estudos, diálogos com outras instituições, com o movimento negro, comunidade indígena e comunidade interna do IFES, chegando à proposição da minuta de resolução que estruturaria a heteroidentificação⁴ – objeto desta pesquisa - somente em dezembro de 2019, quando o Conselho Superior aprova, em treze de dezembro, a Resolução CS IFES N.º 61. Portanto, dentro deste universo tão plural e diverso, o procedimento de heteroidentificação pode ser considerado relativamente novo, considerando que a Lei de Cotas⁵ é datada de 2012.

O IFES realiza o procedimento de heteroidentificação desde 2015 em concursos públicos⁶, mas, somente em 2017 iniciou estudos mais aprofundados para estruturar o procedimento de verificação de ingressantes nos cursos ofertados, conforme relatado acima. A composição de um grupo plural que visou não somente a diversidade setorial e a representação de coletivos pertinentes à temática, como também, a voz dos que se configuravam público-alvo das ações – uma construção dialógica e colaborativa – além da atenção às especificidades institucionais e a efetividade das políticas de ações afirmativas⁷ vigentes no Brasil, foram ações fundamentais para a assertividade da minuta da resolução.

⁴ De acordo com a Portaria Normativa MPOG N.º 4, de 06 de abril de 2018, Art. 5º “Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.”

⁵ BRASIL. **Lei N.º 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

⁶ Em atenção à Lei N.º 12.990, de 09/06/2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

⁷ “Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade” (Gomes, 2002 p. 90).

Uma estrutura diferenciada foi delineada em acolhimento às deliberações do movimento negro e da comunidade indígena, aproximando-se dos órgãos de controle⁸ e os tornando partícipes na construção da minuta, fomentando o diálogo interno e a capacitação de servidores. Nessa trajetória, diversos questionamentos se apresentaram e contribuíram para o delineamento da proposta. Dentre as dúvidas estavam: Como alinhar o procedimento nos 22 campi? Qual área ou setor deveria ser responsável por conduzir a heteroidentificação - ensino, pesquisa ou extensão? Atuaríamos com comissões locais, regionais ou central? E a capacitação dos envolvidos? A heteroidentificação fortalece a ERER? Como garantir efetividade nas ações afirmativas do IFES?

Pautados os desafios, percebo que os diálogos e atuações colaborativas criaram condições para uma estrutura inovadora e resultou na aprovação da Resolução N.º 61, de 13/12/2019, que institui a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA) e estabelece e regulamenta os procedimentos e os critérios de verificação da veracidade da autodeclaração em Processo Seletivo Discente do IFES.

1.1 UMA SEMENTE... UM FIO...

Em atendimento à Resolução CS IFES Nº 61/2019, passo a compor o colegiado da CPVA como representante titular da PROEN. Uma instância nova, vinculada diretamente ao gabinete do reitor, responsável pela implementação de uma nova política institucional, intimamente relacionada aos processos seletivos, à política de cotas e à ERER, num território de disputas e de relações complexas a serem estabelecidas, onde era preciso conhecer a cultura institucional e suas estruturas para efetivar responsabilidades que até então não se exercitava.

Frente a mais um grande desafio, sou eleita pelo colegiado da CPVA à presidência da comissão permanente, passando, então, a imprimir algumas características profissionais de

⁸ O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Espírito Santo tomaram conhecimento da proposta da minuta antes dela ser submetida ao Conselho Superior. Também compuseram mesa na fase final de capacitação dos servidores, última instância de construção colaborativa da minuta, que iniciou submissão nas instâncias do IFES logo em seguida.

gestão já experimentadas e aprimoradas durante minha trajetória no IFES. Busquei priorizar o trabalho colaborativo, dialógico e crítico-reflexivo, e junto ao grupo de servidoras e servidores que aceitaram construir a identidade da heteroidentificação na instituição, passamos a abrir trilhas e a compreender melhor e intensamente os desafios que habitavam e ainda habitam a esfera da heteroidentificação.

Foi necessário criar ferramentas básicas de controle e monitoramento das ações desenvolvidas pela própria CPVA, assim como desenhar todo o processo para operacionalização do procedimento de verificação da autodeclaração para que as Comissões Locais de Verificação da Autodeclaração (CLVA) pudessem executar o procedimento com segurança; uma vigília permanente se instaurou no que se refere à composição e capacitação das servidoras e dos servidores envolvidas/os.

Foi preciso orientar permanentemente as gestoras e os gestores, argumentar, defender as cotas que voltaram a ser questionadas institucionalmente; aprender a lidar com denúncias de irregularidades na ocupação de vagas reservadas; mergulhar fundo na dinâmica – de constantes alterações e instabilidades – dos processos seletivos; elaborar protocolos e pareceres que orientassem a teoria e a prática da heteroidentificação ao tempo em que não se podia perder de vistas as legislações, os órgãos de controle, os registros da implementação e as prestações de contas que passaram a ser realizadas pela CPVA.

Um ambiente complexo, sensível e de disputas de poder, onde coragem e disposição para os encontros não eram suficientes, foi necessário – e permanece sendo – ter competência técnica, conhecimento das relações institucionais, da cultura organizacional, conhecimento de políticas públicas, do amparo legal, jurídico, sempre de mãos dadas com o senso de justiça, vontade de trabalhar, sensibilidade e escuta atenta para argumentar corretamente com cada instância e da forma exata para manter os avanços conquistados, tudo isso amparada na certeza de que lutar contra o racismo estrutural⁹ é uma luta permanente e comprometida com a justiça social e a equidade. Um contínuo exercício realizado pelo coletivo da CPVA, que me transformou e vem me transformando dia após dia.

⁹ Para melhor compreender o sentido da expressão, indico a leitura da obra “Racismo Estrutural”, de Silvio Almeida, (2021).

Em 2022, havia em torno de 103 (cento e três) servidoras e servidores habilitadas/os para atuarem como Comissão Local de Verificação da Autodeclaração (CLVA) nos, então, vinte e dois campi, sendo 55% mulheres e 45% homens. No que se refere à raça/cor/etnia, 37% se autodeclararam pardas/os, 36% brancas/os, 23% pretas/os, 1% amarela/o e 3% não se autodeclararam. Ainda, 60% eram membros de NEABI e 62% tinham capacitação específica em heteroidentificação. Esta breve análise¹⁰ cria condições de identificar o perfil do grupo que vem atuando no processo de verificação da autodeclaração do IFES desde 2020, portanto, pode-se dizer que é um grupo majoritariamente composto por membros de NEABI, com capacitação específica em heteroidentificação, quase em equilíbrio de gênero e garantida a diversidade de raça/cor/etnia, não obstante a pequena representação amarela e nenhuma indígena.

Também foi criada a página de comunicação social da CPVA, onde está disponível toda a estrutura da heteroidentificação no IFES, assim como pareceres e protocolos desenvolvidos e adotados, além do relatório anual, onde constam todos os dados e frentes de atuação da CPVA na instituição. Entretanto, uma questão chamou atenção e se tornou central quando percebi que existe um enorme potencial educativo neste procedimento. Como o processo de heteroidentificação tem contribuído para o fortalecimento da EREER? Como o procedimento de heteroidentificação do IFES, em sua atual dinâmica de atuação, tem sido percebido pelos sujeitos que realizam este procedimento? O que têm aprendido neste processo? Como a heteroidentificação pode contribuir para uma educação antirracista?

Nessa perspectiva, me disponho a pesquisar os impactos da implementação da heteroidentificação para além do controle na implementação de uma política pública. Busco investigar o potencial educativo da heteroidentificação para o fortalecimento da Educação para as relações étnico-raciais - EREER. Quais os reais impactos das experiências vividas por membros de comissões de verificação quando se dispõem a realizar o procedimento de heteroidentificação? O que fica de aprendizado ao serem submetidos ao processo de capacitação? Houve aprendizagem na perspectiva da compreensão das relações raciais brasileiras? Conceitos básicos desse procedimento foram apresentados? Houve maior

¹⁰ Os dados apresentados foram extraídos das informações preliminares do Relatório Anual da Heteroidentificação, de domínio da Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração e disponível no site do IFES.

compreensão dos processos de reparação social trazidos pela essência das cotas? Até que ponto a heteroidentificação pode ser um instrumento educativo? Os membros de comissões de verificação se sentem seguros para iniciarem suas atividades de heteroidentificação após realizarem a capacitação oferecida pela instituição? Na concepção desses membros, a heteroidentificação é um procedimento subjetivo? Existe técnica para a realização da heteroidentificação? Os membros se sentem agentes educativos durante o procedimento de heteroidentificação? Pode-se dizer que o procedimento é um momento formativo para os candidatos ou mais uma etapa administrativa de um processo seletivo?

Os questionamentos apresentados acima suportam a proposta desta pesquisa na qual almejo dialogar com membros de comissões de heteroidentificação do IFES em busca das respostas. Entendo esse diálogo como potencial ferramenta de estudos, que considera a construção de saberes fora da sala de aula, capaz de articular a efetividade das ações afirmativas com a abrangência dos conhecimentos em EREER, levando os membros de comissões e bancas de verificação a (re)significar conceitos e transformar práticas estruturais de racismo e das relações raciais estabelecidas na sociedade brasileira.

Acredito ser necessário um processo transformador, desde a capacitação inicial e continuada dos profissionais que atuarão e/ou atuam nas comissões, e que estes podem se tornar agentes educadores na medida em que se tornam ativamente lúcidos do potencial que tem a heteroidentificação, contribuindo, portanto, para ações antirracistas conscientes, garantidoras de direitos e (re)estruturadoras das relações étnico-raciais vividas no dia a dia escolar e social. Pretendo, portanto, pelo diálogo estabelecido com esses sujeitos, construir colaborativamente uma proposta de capacitação inicial e continuada para membros de comissões e bancas de heteroidentificação que exerça um papel educativo e fortalecedor da EREER no IFES.

Compreendo a heteroidentificação como ferramenta educativa que não acontece em sala de aula, mas que traz grandes impactos para o *sentirpensarfazerexperenciar* de cada dia, que está para muito além do controle de uma política de cotas; acredito que os processos formativos da heteroidentificação são fundamentais para uma boa prática e que também podem se dar para os sujeitos público-alvo do procedimento, ou seja, aquelas e aqueles que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas, independente se estes ingressarão ou não na instituição, contribuindo assim para o fortalecimento da Política de Ações Afirmativas e da

Educação das Relações Étnico-Raciais no IFES e na sociedade, mas, será que os membros das comissões também percebem esse potencial educativo em suas práxis e atuam conscientemente como agentes educadores quando estão realizando o procedimento de heteroidentificação?

Almejo, então, aprofundar meus conhecimentos sobre a estrutura da heteroidentificação e seu potencial educativo frente aos sujeitos operadores dessa política no IFES. Para tanto, pretendo dialogar com as instâncias responsáveis por executar o procedimento na instituição, mergulhando na dinâmica de atuação das CLVA's frente ao universo das experiências e perspectivas desses servidores.

Nesse horizonte, assumindo que a função social do IFES está na democratização do saber e em sua contribuição para a construção de uma sociedade ética e solidária, tendo como eixo fundamental a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (IFES, 2019, p.38), compreendo que os processos seletivos realizados pela instituição devem contribuir também para esta finalidade.

Para além da responsabilidade institucional de garantir que as vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas (PPI) sejam ocupadas por sujeitos público-alvo da política – função primeira da heteroidentificação – entendo que deve ser garantido aos candidatos que se submetem as etapas de seleção, especialmente quando abordamos a etapa da heteroidentificação como uma etapa obrigatória, um processo educativo eficiente quanto a temática das relações raciais.

Enquanto instituição de educação, ciência e tecnologia, cabe a garantia de atos educativos em todas as ações institucionais, mesmo que nos processos de seleção, portanto, ao IFES, compete potencializar os momentos de intensa relação com candidatos a ingresso – que podem ou não vir a serem nossos estudantes – para iniciar reflexões importantes sobre uma temática ainda cercada de muitos mitos e reproduções preconceituosas e excludentes. Para que este potencial seja efetivado, é necessário que cada servidora e cada servidor, enquanto membro heteroidentificador, tenha consciência técnica-pedagógica do seu fazer.

Não basta submeter candidatos à verificação da veracidade de suas autodeclarações, tantas vezes proferidas mediante ao complexo desenvolvimento social estruturalmente

constituído pela miscigenação¹¹ de nossa população, tantas outras vezes como reflexo da construção identitária consolidada mediante aos entrelaçamentos que compõem cada ser. É urgente fazer mais. É pungente ir além do controle, visto que um processo de seleção se faz indispensável ainda que em uma rede pública de educação, é premente que se garanta uma seleção inclusiva, equânime e educativa, atuando de forma alinhada aos fins institucionais.

Portanto, proponho como objetivo geral deste projeto, a construção de uma proposta de heteroidentificação que atue de forma educativa junto à comunidade acadêmica, na perspectiva da capacitação inicial e continuada de membros de comissões de verificação da autodeclaração e, para que possa alcançar o objetivo proposto, indico as seguintes ações específicas: a) Analisar o panorama nacional da heteroidentificação através de dados dos Institutos Federais do Brasil; b) Criar instrumento de coleta de dados, capaz de diagnosticar o nível de leitura fenotípica e de compreensão da heteroidentificação dos membros das Comissões Locais de Verificação da Autodeclaração (CLVA's) do IFES; c) Analisar a implementação e a estrutura da heteroidentificação no IFES.

¹¹ “Processo de miscigenar, de misturar, falando especialmente da mistura de diferentes povos ou grupos étnicos que se reproduzem entre si: o povo brasileiro é fruto de um processo constante de miscigenação” (Dicio, 2023).

2 ONTOLOGIAS EM TECITURAS EPISTÊMICAS – A GERMINAÇÃO DE UM MÉTODO

Compreendo que as relações humanas são complexas, multifacetadas, inter e trans-referenciadas pelos acontecimentos sócios históricos no tempo/espaço em que ocorrem e que as relações raciais – eixo primário desta pesquisa – são/estão intimamente afetadas pelos territórios nos quais estão inseridas, isto é, pelos sujeitos, tempos, espaços e experiências que as permeiam, seja pela ligação de cada elemento entre si ou pelos entrelaçamentos de forças intrínsecas ao processo de civilização da sociedade.

Nesse sentido, a dimensão ontológica desta pesquisa, inicialmente se apresenta pós-estruturalista/pós-modernista, abrigando-se em questões que problematizam as diferenças, as diversidades, as identidades e as relações culturais e de poder correlacionadas e operantes nos espaços escolares, todavia, reconheço as possibilidades de diálogos também com o campo das teorias críticas, que melhor acomoda as discussões de poder em interface com as interferências do capitalismo, que estão intimamente emaranhadas às propostas curriculares assumidas pela comunidade acadêmica. Logo, assumo uma abordagem multirreferencial para esta pesquisa, permitindo assim transitar por diversas concepções e referências sem denotar contradições ou ausência de rigor, mantendo sempre o compromisso de situá-las nas singularidades e especificidades que as competem, em seus espaços-tempo.

Para a delimitação de uma proposta metodológica coerente à dimensão ontológica ora apresentada, se faz necessária a contextualização do IFES no território do Espírito Santo¹², um estado localizado na região sudeste do Brasil, com uma história que remonta ao período colonial, logo, não é difícil conceber que as relações raciais estabelecidas desde então foram e ainda são impactadas pelas raízes históricas desse povo. A região onde hoje se encontra o estado era habitada por povos indígenas tupiniquins e botocudos antes da chegada dos colonizadores portugueses, em 23 de maio de 1553, quando Vasco Coutinho desembarcou na atual Prainha de Vila Velha, e fundou o primeiro povoamento. Hoje, somos pouco mais de 3,8

¹² Maiores informações sobre o Estado do Espírito Santo podem ser encontradas no site oficial do governo: <https://www.es.gov.br/es-em-dados>

milhões de capixabas, de acordo com dados do IBGE¹³, distribuídos em torno de 49,8% de pardos, 38,6% de brancos, 11,2% de pretos, 0,3% de indígenas e 0,1% de amarelos.

Nesse contexto está inserido o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, uma das unidades que compõe a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. Sua história remonta ao início do século XX, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, por meio do Decreto N.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, no qual Nilo Peçanha argumentava a necessidade de “[...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, Decreto N.º 7566/1909).

Em 1937 a escola é transformada em Liceu Industrial do Espírito Santo e passou a formar profissionais voltados para a produção em série, porém com características artesanais. O Liceu Industrial é transformado em Escola Técnica de Vitória no ano de 1942, passando a oferecer cursos técnicos em diferentes áreas, como por exemplo os cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação. Já em 1965 a Escola Técnica de Vitória se transforma em Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES), moldando-se ao modelo empresarial. A partir de 1999 a escola técnica passa a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES), o que possibilitou novas formas de atuação e um novo paradigma de instituição pública profissionalizante.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada em 2008, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei N.º 11.892 criando os 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. O Instituto Federal do Espírito Santo – IFES é, portanto, fruto da integração do CEFETES e das escolas agrotécnicas existentes no Estado naquele ano. Contando com doze unidades no ano de sua criação, o IFES seguiu ampliando sua rede e sua oferta de educação profissional e tecnológica, contando atualmente com 23 campi em pleno funcionamento e 02 campi em implementação; em 2022 teve pouco mais de 50 mil estudantes e ofertou 330 cursos¹⁴, desde o nível médio ao doutorado, nas modalidades

¹³ Dados apresentados pelo IBGE – Senso Demográfico 2022 (<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>)

¹⁴ Dados apresentados na Plataforma Nilo Peçanha (<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>)

presencial e a distância. Discorrerei um pouco mais sobre as especificidades do IFES no item 5.2, onde me debruçarei sobre a análise das propostas curriculares da instituição.

Ante ao exposto, cabe destacar que o IFES começou a implementar a Lei de Cotas em seus processos seletivos a partir do segundo semestre de 2013 e regulamentou o procedimento de verificação da autodeclaração dos cotistas PPI nos processos seletivos de discentes no final do ano 2019, iniciando a implementação da Resolução CS IFES N.º 61/2019 a partir de março de 2020, com a constituição da Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA).

A capacitação de servidores para atuarem nesse procedimento sempre esteve no foco institucional, reconhecendo as especificidades do processo e a importância da capacitação das/os envolvidas/os para que fosse garantida a efetividade das ações afirmativas, ou seja, a efetividade das cotas PPI, que pode ser traduzida inicialmente, como um instrumento de controle e/ou monitoramento da implementação de políticas públicas.

Como fruto das disputas comuns ao território das ações afirmativas, a abrangência dos processos formativos para a heteroidentificação somada às experiências vividas pelas comissões, mostraram-se com grande potencial de fortalecimento da EREER, em minha perspectiva, um fortalecimento consistente quando compreendida a dimensão transformadora das tecituras que ocorrem nestes percursos. Para além de um instrumento de controle de política pública, numa perspectiva de fortalecimento da EREER e de práticas antirracistas, cabe indagar: como podemos avaliar os impactos das capacitações e das experiências efetivamente implementadas no dia a dia da heteroidentificação no IFES?

Em busca de respostas e de novos questionamentos, me proponho a percorrer os caminhos da heteroidentificação e percebo a EREER como parte constituída e constituinte das propostas curriculares do IFES que pavimentou possibilidades outras, dentre as quais a consolidação da heteroidentificação. Aqui a EREER se revela constituída mediante normas e regulamentos vigentes que a trazem como obrigação institucional das redes de ensino e constituinte mediante as propostas curriculares praticadas por servidoras e servidores, no âmbito de suas atribuições num espaço de aprendizagem cultural chamado escola.

Todavia, a práxis está impregnada de paradigmas, culturas e valores que compõem cada sujeito engajado e impactado pelo procedimento de verificação da autodeclaração, assim

como é atravessada pelos espaços-tempo em que acontecem e é exatamente compreender o potencial educativo da heteroidentificação na reestruturação das relações raciais, através da oportunidade ímpar de trabalhar conceitos caros para a luta antirracista, como o conceito de ações afirmativas, cotas, miscigenação e fenótipo, por exemplo, é o que almejo pesquisar.

Neste sentido, torna-se fundamental o diálogo com a CPVA e demais instâncias vinculadas ao procedimento, assim como também membros dos NEABIS dos campi, buscando compreender, sob suas perspectivas, se o almejado papel educativo da heteroidentificação está sendo exercido efetivamente na atual dinâmica desenvolvida no IFES e trazer estes sujeitos para contribuírem com a melhoria desses processos.

Analisar criticamente o contexto institucional e as tecituras construídas com a proposta curricular, as políticas de inclusão e as relações raciais que sustentam as ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão se apresenta como proposta permanente de problematização desta pesquisa, visto os impactos que essas estruturas imprimem sobre a implementação da heteroidentificação. Compreendo a estrutura e os processos formativos como fatores condicionais para a implementação da heteroidentificação no IFES e pretendo relacionar estes aspectos aos impactos percebidos pelos operadores desta política, possibilitando dimensionar as consequências efetivas para/na ERER.

A abordagem metodológica delineada é a qualitativa; a pesquisa-ação se mostra um tipo bastante atraente para esta proposta que pretende utilizar como método de coleta de dados alguns instrumentos como a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a roda de conversa, o questionário e a própria prática da heteroidentificação.

A compreensão de Thiollent (2011) se mostra em perfeita harmonia com as proposições da pesquisa quando nos indica que “[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo (Thiollent, 2011, p. 14) e acrescenta que este tipo de pesquisa cria condições para que “[...] pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 2011, p. 14). Portanto, este foi o método escolhido para coletar dados junto ao grupo que executa o procedimento, que reflexivamente poderá detalhar sobre sua própria prática e o processo formativo que o qualificou para o exercício da heteroidentificação.

Partindo do princípio de que as experiências vividas são potencialmente transformadoras, a postura dialógica e conscientemente crítico-reflexiva assume o eixo condutor da abordagem desta pesquisa, a qual se ancora no encantamento fascinante de acreditar no permanente potencial de transformação que cada ser traz consigo.

[...] encantamento é aquilo que dá condição de alguma coisa ser sentido de mudança política e ser perspectiva de outras construções epistemológicas, é o sustentáculo – não é objeto de estudo, é quem desperta e impulsiona o agir, é o que dá sentido. É esse encantamento que nos qualifica no mundo, trazendo beleza no pensar/fazer com qualidade, no produzir conhecimento com/desde os sentidos. É sem começo e sem fim, é um movimento constante, e movimento é conhecimento, é vida, é uma ação de ancestralidade [...] o encantamento é da ordem do acontecimento, é papel da ancestralidade; esta é a forma, e aquele é o conteúdo. Aquela é produtor de sentidos, criador de mundos (Machado, 2014, p. 17).

Integrando os instrumentos metodológicos apresentados acima, almejo experimentar o novo, concretizar princípios que vêm se apresentando como eixos constituintes desta pesquisa, como o diálogo e o trabalho colaborativo, por exemplo. Apresento, portanto, um método assumidamente miscigenado, fruto do acolhimento de propostas metodológicas já consolidadas integradas à complexidade das relações humanas/raciais que permeiam os territórios educacionais, logo, o “Método Colhetear - Colaborações da Heteroidentificação para a Educação Antirracista” – libertando a imaginação para significações outras, integra o sentido de colheita (como resultado de um cultivo) com o significado de tear (como entrelaçamento de fios entre si ou transformação mediante trabalho intencional) possibilitando assim criar um significado muito especial, único e fruto do encantamento proporcionado por minha própria trajetória.

Assim, reconheço o “Método Colhetear” como adequado para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação. Este método passa a ser o eixo condutor que assume a heteroidentificação e as contribuições que dela surgirem como o princípio basilar desta pesquisa, podendo se desdobrar como ação geradora - motivo ou como instrumento - forma, ora como conhecimento - conteúdo - ora como produção/partilha - proposta interventiva.

Neste sentido, “Colhetear” é o método gerado, proposto e adotado por esta pesquisa, que assume uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação a qual, amparada também em Ludke (1986), cria condições de obtenção de dados descritivos, fortalecendo a postura

dialógica, crítica e reflexiva quando Bogdan e Biklen apud Ludke e André (1986) abordam a possibilidade de contato direto do pesquisador com a situação estudada, além de favorecer a postura problematizadora, abordagem a que me disponho nesta pesquisa e que dialoga fortemente com a proposta interventiva que apresento mais à frente.

O “Método Colhetear” está estruturado em dimensões similares às etapas propostas pela pesquisa-ação - diagnóstico, planejamento da ação, tomada da ação, avaliação e aprendizagem, todavia, se desdobra em ações específicas dentro de cada dimensão, ações germinadas no território da heteroidentificação, mediante relações estabelecidas durante minha trajetória profissional e acadêmica. Assim, é possível perceber no fluxo de ideias apresentadas na Fluxograma 1 como estão estruturadas as dimensões do método.

Fluxograma 1 – Estrutura do Método Colhetear



Fonte: Elaborado pela autora

Decido apresentar, logo no próximo capítulo, os detalhamentos desse método criado, executado e proposto como intervenção de pesquisa, visto que estas especificidades que o caracterizam como princípio basilar, estão intimamente entrelaçados aos próprios movimentos da pesquisa, isto é, as facetas desse método – motivo, forma, conteúdo e

proposta interventiva – se apresentam na mediada em que as dimensões também se fazem perceber. Assim, fugindo aos costumes acadêmicos em que produtos e produções de pesquisa se apresentam após toda contextualização teórica que a fundamentou, todavia sem perder o rigor, esta pesquisa exige que logo de início o “Método Colhetear” e todas as suas especificidades sejam explicitadas. Não poderia ser diferente, visto que o “Colhetear” é a ação geradora da pesquisa – o motivo que transpassa toda a escrita deste trabalho, o qual segue se constituindo como instrumento, conhecimento e produção/partilha.

3 O “COLHETEAR” E SUAS DIMENSÕES

Reconhecendo a complexidade das relações humanas alinhadas ao conceito de encantamento e identificando a responsabilidade social do IFES, traduzida em ações diretas de implementação das políticas públicas direcionadas à população negra e indígena, assumo o procedimento de verificação por terceiros da condição autodeclarada - a heteroidentificação - como potencial instrumento pedagógico para a transformação das relações raciais instauradas na sociedade brasileira, um caminho educativo que ratifique os princípios de uma educação antirracista.

Num primeiro momento, a heteroidentificação cumpre o papel – de extrema relevância – do controle e monitoramento da política de cotas e de combate às fraudes. É de fundamental importância que sua função primeira de garantia do direito do público-alvo seja preservada. Para tanto, é imprescindível que se reconheça a importância da capacitação da equipe que realizará o procedimento de verificação da autodeclaração, além da manutenção das condições estruturais para a sua realização.

Para compor e atuar em uma comissão de heteroidentificação é fundamental conhecer a história das relações raciais brasileiras, assim como compreender conceitos estruturais de nossa sociedade e os caminhos percorridos socialmente – mediante estratégias de branqueamento da população, por exemplo – que nos conduziu à atual constituição miscigenada de nosso povo. É importante que os heteroidentificadores compreendam os processos civilizatórios, os impactos escravocratas e os motivos que estruturam o racismo de marca no Brasil, além dos movimentos e lutas coletivas encampadas pelas organizações da sociedade civil e até mesmo dos coletivos trabalhistas e de gênero que proporcionaram os avanços legais no aparato jurídico do país e das instituições. Partindo desse entendimento é que construí todo o arcabouço teórico desse trabalho, criando assim condições para que o leitor compreenda as dimensões propostas pela pesquisa.

Neste sentido, “Colhetear” é o método gerado para viabilizar a pesquisa, mas essencialmente adotado como dispositivo de pesquisa e proposto por ela como dialética interventiva na própria realidade institucional que a gerou. O “Método Colhetear” se constitui, portanto, como o eixo condutor que assume a heteroidentificação e as contribuições que dela

surgirem como o princípio basilar desta pesquisa, podendo se desdobrar como a) ação geradora - motivo – quando se delimita enquanto objeto e elemento disparador da pesquisa ou b) como instrumento – forma – quando assumido enquanto instrumento de coleta de dados e de diagnóstico de pesquisa, c) ora se desdobra como conhecimento - conteúdo – quando convoca conceitos e teorizações estabelecendo diálogos junto aos leitores e aos sujeitos da pesquisa, d) ora como produção/partilha - proposta interventiva – quando consolida-se enquanto mediador junto a realidade estudada e se propõe a exercer o potencial educativo em prol da efetivação de uma educação antirracista.

Fluxograma 2 – Perspectiva longitudinal do potencial educativo enquanto mediador da realidade



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, compreendo que o “Colhetear” enquanto “motivo” já foi devidamente situado nos escritos iniciais desse trabalho, portanto, nesse capítulo, me detenho a situá-lo enquanto “forma” e “conteúdo”, restando elucidá-lo enquanto proposta interventiva, o que farei no Capítulo 6 e no Apêndice E, que versarão sobre as análises dos dados colhidos pela pesquisa e a proposta de intervenção propriamente dita, respectivamente.

Nesse ínterim, buscando o aprofundamento na heteroidentificação do IFES, a pesquisa busca estreitar o diálogo com os sujeitos do procedimento: os membros das Comissões Locais

de Verificação da Autodeclaração/CLVA/CPVA e membros de NEABI¹⁵ dos Campi que estão localizados na região metropolitana do Espírito Santo. Ficam aqui delimitados, portanto, os sujeitos e o território da pesquisa.

3.1 PERCEBENDO TERRITÓRIOS

A primeira dimensão do método, denominada “Percebendo Territórios”, se dá mediante análise de informações obtidas por meio da consulta à rede federal de educação, quando analiso os dados de 42 (quarenta e duas) instituições, utilizando um painel de gráficos interativos denominado de Painel de Mapeamento da Heteroidentificação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / IF’s - Rede Federal de Educação Profissional do Brasil. Nessa dimensão – faceta inicial do motivo do método - é possível conhecer, ora de forma mais abrangente, as condições da heteroidentificação a nível nacional, ora de forma individualizada, nas especificidades de cada instituição participante.

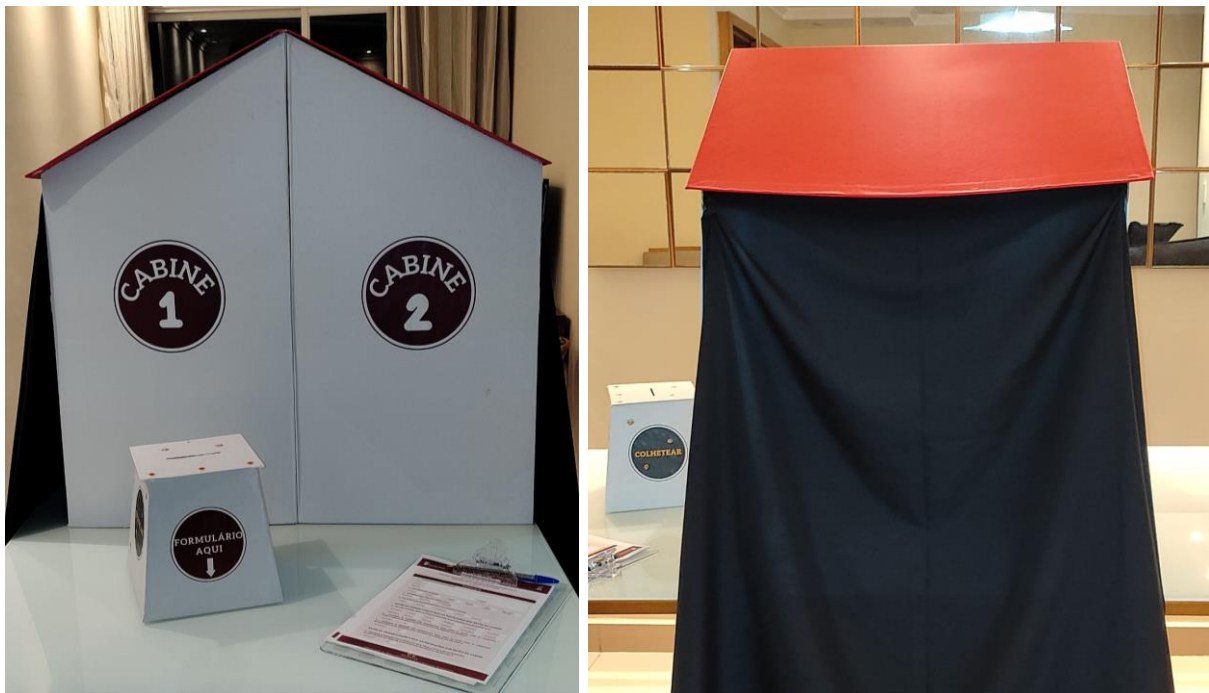
Destaco, portanto, que o tópico 5.1 Tecelagens Nacionais: um breve panorama da heteroidentificação nos IF’s do Brasil está inteiramente dedicado às discussões tecidas sobre as informações fornecidas nos anos de 2021 e 2022 pelas institutos. Também compete informar que, neste tópico, optei por realizar observações mais abrangentes, porém contextualizadas, e que contribuíssem para o diagnóstico e a compreensão do perfil de rede das instituições, alimentando, assim, os motivos geradores do método. Ainda que seja possível identificar as instituições por meio de suas siglas, o objetivo se manteve na compreensão do todo, para que fosse possível focar no IFES – território da pesquisa – nos tópicos conseguintes, quais sejam o 5.2 O jardim de casa - A ERER enquanto proposta curricular: outros olhares sobre as propostas do IFES e o 5.3 Lançadeiras: A heteroidentificação no IFES - da teoria à prática.

¹⁵ Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI

3.2 CULTIVANDO FIOS E SEMENTES

Partindo para a segunda dimensão do método - “Cultivando Fios e Sementes”, avanço em direção ao diagnóstico - agora um diagnóstico institucional - e lanço mão da arte e seu potencial educativo para estimular os participantes por meio de uma instalação artística que aguça a curiosidade e comunica sobre a heteroidentificação – o “Colhetear” em sua forma. Como indicado nos Fluxogramas 1 e 2, a “Instalação Colhetear” é uma das dimensões, mas também, se materializa como a ferramenta estratégica do método adotado por esta pesquisa para realização do diagnóstico, abrindo caminhos e consolidando-se como o próprio conteúdo educativo a ser trabalhado junto aos participantes.

Imagem 1 – Instalação Colhetear (Visão externa)



Fonte: Elaborado pela autora

Imagem 2 – Instalação Colhetear (Visão externa em uso)



Fonte: Elaborado pela autora

Essa instalação foi inspirada numa antiga técnica de registro fotográfico, os chamados “Fotógrafos Lambe-lambe” fizeram parte da história da fotografia e foi a inspiração para a criação dessa estrutura. Como é possível perceber nas Imagens 1 e 2, são duas cabines onde os participantes têm a oportunidade de realizar concretamente o procedimento de heteroidentificação e registrar num formulário (Apêndice C - Formulário Colhetear) suas respostas, que servirão de base para o diagnóstico do nível de sua leitura fenotípica. Cabe ressaltar que todas as imagens utilizadas na instalação são imagens criadas por meio de Inteligência Artificial (IA).

Na imagem 3, abaixo, é possível conhecer o ambiente interno da Cabine nº 1 da instalação. Nela existem duas imagens afixadas logo à frente do participante e, mediante as orientações constantes no formulário e na própria cabine, o participante deverá encontrar o fenótipo que julgar mais adequado. Perceba que aparece um outro elemento que também fez parte da história da fotografia: os monóculos ou binóculos fotográficos. O conjunto de elementos que constituem o cenário interno da Cabine n.º 1 foi estrategicamente construído para estimular reflexões importantes nos participantes. As imagens de pessoas com conjuntos fenotípicos miscigenados são propositais e desempenham um importante papel nas discussões que serão desenvolvidas no Ateliê (atividade coletiva realizada na sequência da dinâmica da instalação), o que materializa o “Método Colhetear” como conteúdo.

Imagem 3 – Instalação Colhetear (Ambiente interno da Cabine 1)



Fonte: Elaborado pela autora

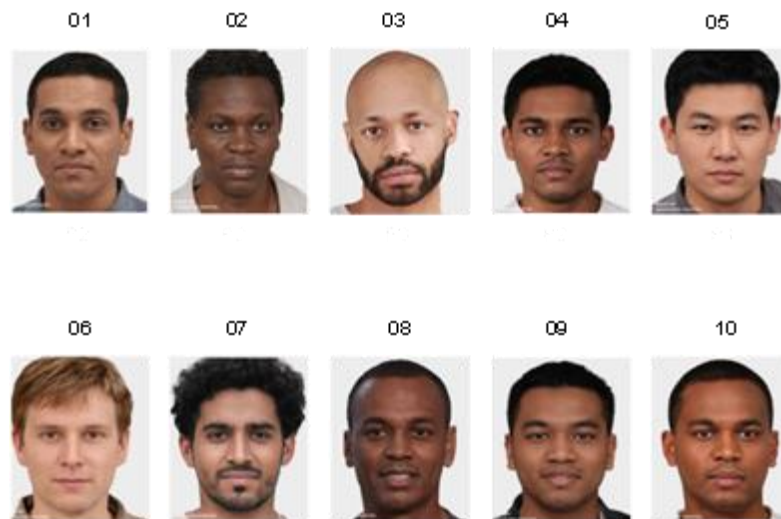
Cabem aqui algumas reflexões sobre os conjuntos fenotípicos das duas imagens impressas na Cabine n.º 1. Para algumas pessoas, os conjuntos fenotípicos acima, poderiam ser heteroidentificados como pretos, já para outras, esses conjuntos fenotípicos caracterizariam pardos. Essa diferenciação é possível, e até esperada, visto que essas análises são/estão impregnadas pelas construções sócio culturais e identitárias de cada participante (no capítulo que trabalho os conceitos de raça, racismo e identidade é possível compreender melhor as bases que utilizo para esta afirmação). Sabemos também que, a depender da região em que a “Instalação Colhetear” for aplicada, essa variação entre pretos e pardos fatalmente ocorrerá.

Não ao acaso, os conjuntos fenotípicos pardos estão sempre a semear dúvidas nas comissões, quando não objeto de judicialização dos procedimentos. Fato é que os conceitos de fenótipo e miscigenação, dentre outros, são excelentes exemplos do potencial educativo da heteroidentificação e se apresentam como temas primordiais nos processos de formação dos membros de bancas e comissões. Este é o motivo que faz do “Colhetear” uma proposta

inovadora e robusta, capaz de conduzir didaticamente os participantes a refletirem e aplicarem conceitos caros à EREER e fundantes para a educação antirracista.

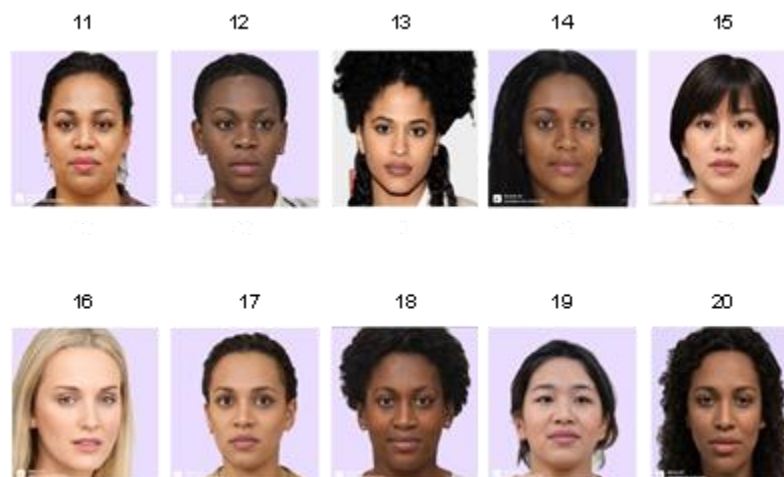
A dinâmica da atividade deve fluir na seguinte direção: O participante lê o *banner* afixado próximo à instalação, se decidir participar, inicia o preenchimento de seus dados no Formulário Colheteer e entra na Cabine 1, analisa a imagem 1 fixada na cabine, faz a heteroidentificação dessa imagem, busca nos monóculos o conjunto fenotípico mais adequado (conforme seu próprio julgamento) e indica o número do monóculo no formulário. Repete o procedimento com a imagem 2 e segue para a segunda cabine. Abaixo apresento as imagens que estão em cada monóculo da Cabine 1.

Imagem 4 – Instalação Colheteer (Imagens contidas nos monóculos de n.º 1-10 na Cabine 1)



Fonte: Elaborado pela autora

Imagem 5 – Instalação Colheteer (Imagens nos monóculos de n.º 11-20 na Cabine 1)



Fonte: Elaborado pela autora

Como informado acima, todas as imagens que compõem o “Colhetear” foram geradas em aplicativos de Inteligência Artificial (IA)¹⁶, logo, foram construções deliberadamente manipuladas para que fosse possível alcançar o rol de conjuntos fenotípicos ideais para os arranjos que apresento nas cabines. Após serem criadas, as imagens foram numeradas aleatoriamente, partindo do fenótipo branco, passando pelo preto, pardo, indígena e amarelo. Esse exercício é repetido com os outros três grupos de imagens dispostos nas duas cabines.

Essa é uma etapa importantíssima da construção do método, visto que reside aqui a base para as conversões que tornam possível traduzir a leitura fenotípica de cada participante. Foi construída uma lógica que delimita um conjunto fenotípico e o vincula à posição que irá ocupar dentre os monóculos, ou seja, uma imagem de uma pessoa preta será, obrigatoriamente, vinculada à um determinado número de monóculo, por exemplo. Assim, considerando as cinco categorias de raça/cor/etnia definidas pelo IBGE – preta, parda, indígena, amarela e branca - o método define quantas imagens de cada fenótipo serão necessárias e também indica como essas imagens serão distribuídas nas cabines.

Como é possível observar nas Imagens 4 e 5, existem 10 (dez) monóculos (do número 01 ao 10) direcionados para que o participante busque o conjunto fenotípico que mais se aproxima da “Imagem 1”, afixada na Cabine 1, e outros 10 (dez) monóculos (do número 11 ao 20) direcionados para que o participante busque o conjunto fenotípico que julgar mais próximo da “Imagem 2”, também afixada na Cabine 1. Os monóculos estão dispostos seguindo o mesmo padrão para cada grupo, ou seja, garantindo que existam conjuntos fenotípicos de pretos e pardos em maior quantidade, tentando demonstrar a diversidade da miscigenação, transitando entre as mais diversas possibilidades de fenótipos negros, mas também inserindo em cada grupo de monóculos, um conjunto fenotípico que busque representar o fenótipo indígena¹⁷, além de uma representação de fenótipo branco e uma de amarelo, os dois últimos indicando os conjuntos que não são público-alvo da política de cotas.

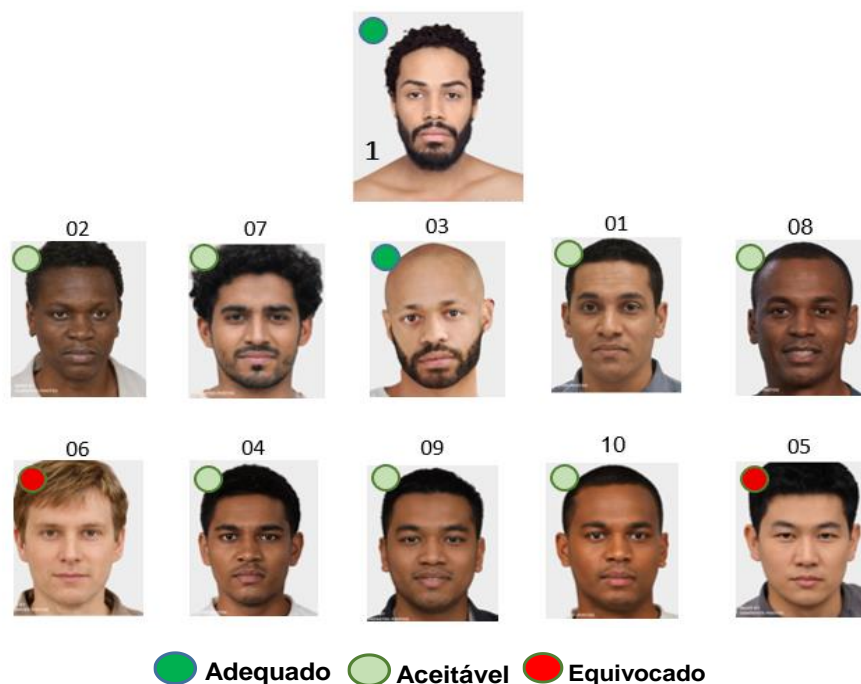
¹⁶ Foram utilizados dois aplicativos de IA, o FaceApp (<https://get.faceapp.com/>) e o Generated Photos (<https://generated.photos/>), ambos utilizados nas versões gratuitas.

¹⁷ Ainda que compreenda que os indígenas não são, via de regra, submetidos ao escrutínio fenotípico, muitas das vezes seus fenótipos se aproximam dos pardos, havendo incontáveis casos em que, por não serem aldeados, se submetem ao procedimento de verificação fenotípica, sem comprovação documental, situações em que esses indígenas ingressam por meio das cotas como pardos.

Assim, nos monóculos de número 01, 02, 03, 04, 07, 08 e 10 sempre existirá imagens de negros, variando entre conjuntos fenotípicos de pretos e pardos. Dentre esses números, um deve ser escolhido para ser o adequado em referência a imagem principal (impressa na cabine), ou seja, se a imagem impressa é de uma pessoa preta, dentre os monóculos indicados acima deve ter um conjunto fenotípico que expresse com maior proximidade o conjunto impresso, os demais números comporão as possibilidades aceitáveis, isto é, podem não ser exatamente como a imagem de referência, todavia, caso fossem candidatos de um processo de seleção, concorrendo como cotistas e fossem aprovados por uma banca de heteroidentificação, esse deferimento não estaria ferindo os objetivos da política, nem retirando o direito do público-alvo, logo, são considerados pelo método como aceitáveis.

O monóculo de n.º 05 está reservado ao conjunto fenotípico que busca representar o “amarelo”, já o monóculo de n.º 06 busca representar o conjunto fenotípico “branco” e o de número 09 fica reservado para as representações fenotípicas “indígenas”. Esse padrão de organização dos fenótipos também será reproduzido no grupo de monóculos que ficam disponíveis para a comparação com a “Imagem 2”, também afixada na Cabine 1. A Imagem 6, abaixo, pode contribuir para o compreensão do padrão de organização dos fenótipos apresentado no “Método Colhetear”.

Imagem 6 – Padrão de organização dos fenótipos masculinos – Método Colhetear

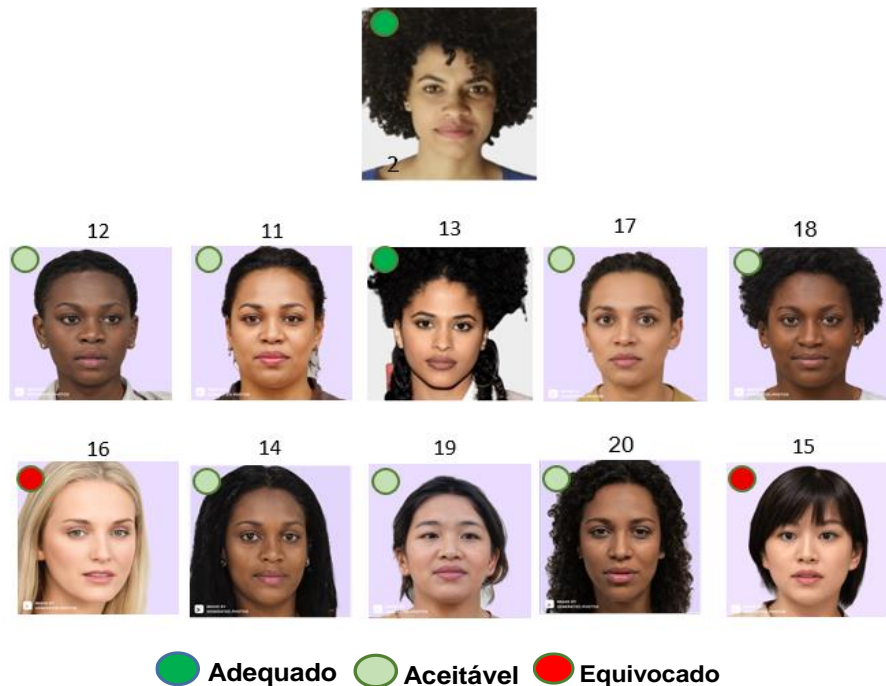


Fonte: Elaborado pela autora

Em observação à Imagem 6, considerando as cores indicativas na legenda, o padrão construído pelo método se apresenta bastante intuitivo: a imagem de referência (nesse exemplo de um homem pardo) encontra no monóculo de n.º 03 o conjunto fenotípico que mais se aproxima do seu, logo, esta é a resposta adequada. Expandindo para as laterais e para baixo, os conjuntos fenotípicos vão se distanciando da imagem de referência, mas não ferem à política de cotas, ou seja, ainda assim são fenótipos negros e indígena, logo, caso sejam indicados pelos participantes, são respostas consideradas aceitáveis. Nas duas extremidades inferiores - mais distantes da imagem de referência - onde se encontram os conjuntos fenotípicos branco e amarelo, caso indicados pelos participantes, feririam a política, logo, são respostas equivocadas.

O mesmo padrão se apresenta no grupo de monóculos disponíveis para a dinâmica com a “Imagem 2”, afixada na Cabine 1 (número 11 ao 20), como é possível observar na imagem abaixo:

Imagem 7 – Padrão de organização dos fenótipos femininos – Método Colhetear



Fonte: Elaborado pela autora

É legítimo afirmar, portanto, que está configurada aqui a característica de método, podendo ser, assim, reproduzido inclusive com outras imagens – reais ou virtuais – e nas mais diversas possibilidades de construções que se possa propor. Todavia, o padrão apresentado até aqui não contempla toda a estrutura do método, ainda nesse capítulo apresentarei os

conversores que utilizo para traduzir as indicações numéricas feitas pelos participantes, pois, como já sinalizado, o participante indica no formulário o número do monóculo que julgar mais coerente e esse número será convertido em conceito, criando condições para o diagnóstico proposto pelo método – forma e conteúdo. Por agora, é importante que fique compreendida a organização das imagens, para então prosseguir com a dinâmica de realização da instalação na Cabine 2.

Imagem 8 – Instalação Colhetear (Ambiente interno da Cabine 2)



Fonte: Elaborado pela autora

Na segunda cabine, o participante realizará o procedimento novamente: analisará a Imagem 3, fará a heteroidentificação dessa imagem, buscará nos monóculos (21 ao 40) o fenótipo que julgar mais adequado e indicará o número do monóculo no formulário. A diferença da Cabine 1 para a Cabine 2 é que na primeira existem duas imagens impressas - criadas por Inteligência Artificial (IA) – e que cumprem o papel de referência direcionado pelo método, podendo ser um conjunto fenotípico preto, pardo, indígena e até mesmo branco ou

amarelo, a depender da intervenção que se pretende realizar, já na segunda – Cabine 2 - a imagem não é impressa, mas sim, a imagem refletida num espelho disposto bem à frente do participante, como é possível perceber na Imagem 6, isto é, o conjunto fenotípico que agora assume o papel de referência não está mais sob o controle do método, induzindo o participante a realizar um interessante exercício de avaliador e avaliado ao mesmo tempo.

É fundamental perceber que não há condições do método direcionar o conjunto fenotípico da “Imagem 3” (Cabine 2), todavia, isso não significa que não exista uma referência a ser observada. É importantíssimo que se compreenda o deslocamento intencional induzido pelo método: num instante o participante está na condição de avaliador¹⁸ do outro e no instante seguinte ele também está sendo avaliado por si mesmo, causando as mais diversas reflexões sobre seu próprio auto reconhecimento, identificação e identidade. Ao iniciar a dinâmica da “Instalação Colhetear” o participante preenche um formulário no qual, dentre as informações pessoais, está a sua autodeclaração racial. O participante precisa informar como se autodeclara, se preto, pardo, branco, indígena ou amarelo e é essa informação que assume o papel de referência na dinâmica da Cabine 2.

A comparação entre a autodeclaração que o participante fez no início da dinâmica com o padrão fenotípico que ele mesmo reconheceu como sendo o mais próximo à sua imagem no espelho, é o que cria as condições para que o método mantenha o diagnóstico a que se propõe realizar, sendo capaz de perceber com essa dinâmica se há alguma distorção na leitura fenotípica comparada à autodeclaração/identidade racial. Esta situação é corriqueiramente vivenciada pelas bancas e comissões de heteroidentificação, quando se percebem diante de candidatos que se autodeclaram pardos, mas apresentam um conjunto fenotípico branco, por exemplo. Essas situações são bastante comuns e sensíveis em determinados contextos, visto que carece de análise técnica efetiva para distinguir entre desconhecimento, construção identitária ou mesmo uma possível tentativa de fraude por parte do usuário da política, e tem sido constante causa de preocupação e insegurança dentre os membros das bancas e comissões.

¹⁸ Cabe destacar que essa avaliação se consolida com técnica e consciência construídas nos processos formativos das bancas e comissões e sempre ocorrerão a luz dos objetivos da política de cotas, não havendo a menor intenção de modificar e/ou intervir na constituição identitária das pessoas heteroidentificadas. Um *deferimento* ou *indeferimento* de uma autodeclaração diz sobre o conjunto fenotípico de uma pessoa atender ou não aos objetivos de uma política e não deve atuar no campo da identidade daquele sujeito.

Corroboro a perspectiva de Hall (2014) quando desenvolve “[...] um conceito estratégico e posicional” de identidades, as quais nunca são unificadas e “[...] cada vez mais fragmentadas e fraturadas, que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos [...] estando constantemente em processo de mudança e transformação” (Hall, 2014, p. 108). Convido Hall para esse diálogo, pois, considerando minhas experiências como membro heteroidentificadora e também as vivências nos processos formativos de bancas e comissões, a questão da identidade sempre se apresenta e pode instaurar grandes conflitos para as pessoas que se dispõem a atuar nas políticas de cotas.

Um indeferimento pode se apresentar como um dilema em determinados contextos e até causar sofrimento para os membros das equipes. O que pretendo, portanto, com a dinâmica do espelho, na Cabine 2, é fomentar as discussões e reflexões acerca das identidades em diálogo com os conceitos de conjunto fenotípico e miscigenação, buscando compreender melhor os “por quês” de certas pessoas emitirem autodeclarações raciais muitas das vezes tão divergentes dos seus conjuntos fenotípicos, ou ainda, melhor compreender como, mesmo diante de sua própria imagem, relacionam fenótipos conflitantes. É exatamente nesse ponto que compreendo o potencial educativo da heteroidentificação, não em uma perspectiva de alteração das identidades, mas sim, na direção da compreensão dos objetivos da política de cotas e de uma educação antirracista.

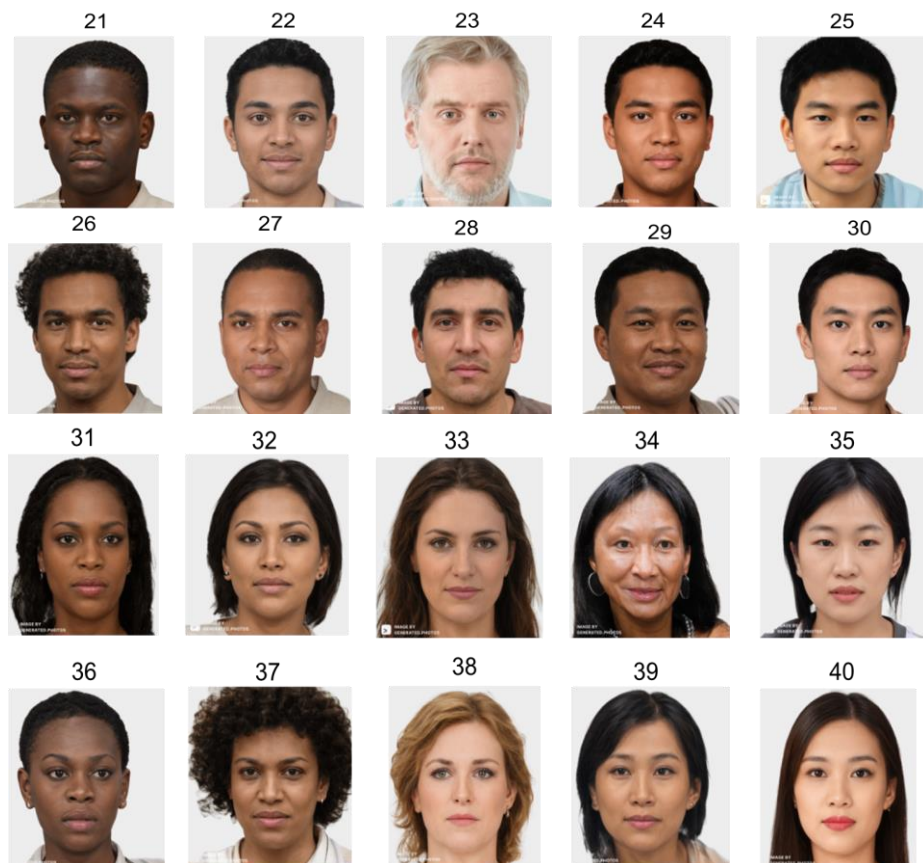
É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída [...] (Hall, 2014, p. 109-110).

O autor nos conduz a refletir também sobre aqueles casos de autodeclarações raciais enquanto posicionamento político, o qual vai se moldando e fortalecendo ao longo do processo de consciência política e social de cada sujeito, causando assim o que Hall denomina de “deslocamento identitário” e que vão se perfazendo na história de cada um. Esses “deslocamentos” podem conduzir, em meu entendimento, à mudanças na autodeclaração das pessoas e isso pode ter impactado diante de uma banca ou comissão de heteroidentificação, que precisa atuar assertivamente dentro de suas competências. Compete à banca análises à

luz dos objetivos da política, os quais estão intrinsecamente vinculados ao conjunto fenotípico dos usuários. No capítulo que discuto sobre conceitos e políticas públicas trago um aprofundamento sobre o conceito de identidade, por agora, a intenção é de que o leitor compreenda as motivações que levaram à construção do método e as proposições a que ele se dispõe.

Retomando as explicações sobre a dinâmica da Cabine 2, é possível observar na Imagem 7 todos os conjuntos fenotípicos construídos por IA e que estão disponíveis nos monóculos logo abaixo do espelho. A tarefa, nessa segunda cabine, é observar o espelho e buscar nos monóculos de número 21 ao 40 aquele conjunto que mais se assemelha à imagem refletida.

Imagem 9 – Instalação Colhetear (monóculos de n.º 21-40 na Cabine 2)



Fonte: Elaborado pela autora

Nesse momento, o participante está na última questão do formulário e não precisa ter consciência de que a sua autodeclaração (realizada no início do formulário) é que servirá de referência para as conversões feitas pelo método. Ele simplesmente estará frente a frente consigo mesmo e vasculhará o rol de imagens disponíveis em busca de identificação. Cabe destacar que, nessa etapa de construção do método, ciente da complexidade que se

apresenta mediante a enorme diversidade fenotípica da população brasileira, busquei construir duas imagens de cada gênero em cada categoria racial, quero dizer que, construí dois conjuntos de homens pretos mas diferentes entre si e dois conjuntos de mulheres pretas, mas, diferentes entre si, para que fosse possível ampliar a diversidade de conjuntos fenotípicos pretos e proporcionar aos participantes mais possibilidades deles se encontrarem na gama de pretos disponíveis, por exemplo. O mesmo padrão foi aplicado aos conjuntos fenotípicos de pardos, brancos, indígenas e amarelos.

É perceptível o padrão utilizado na construção dos conjuntos fenotípicos ao analisar a Imagem 7, que representa os monóculos 21 ao 40 disponíveis na Cabine 2. Na primeira coluna estão os quatro exemplares do conjunto fenotípico preto, na segunda os pardos, na terceira os brancos, na quarta os indígenas e na quinta coluna se encontram os exemplares do conjunto fenotípico amarelo. O objetivo não é encontrar uma pessoa igual/parecida com o participante, mas sim, buscar um conjunto fenotípico que apresente as mesmas características, ou as mais próximas, das que estão no espelho, assim, não há equívoco em uma participante do gênero feminino indicar um monóculo que esteja entre os números 21 a 30, por exemplo, ou um participante do gênero masculino indicar um monóculo que se encontre entre os número 31 ao 40. O importante é que, se a autodeclaração desse participante diz que é uma pessoa branca, só será considerada uma resposta adequada se esse participante indicar o monóculo de número 23, 28, 33 ou 38. Qualquer outra indicação será considerada equivocada, visto que pessoas brancas não são público-alvo da política, logo, não há possibilidade do método converter uma outra resposta como aceitável.

O mesmo ocorre com os autodeclarados amarelos. Estes só terão as respostas convertidas como adequadas se indicarem um dos monóculos da quinta coluna na Imagem 7, isto é, números 25, 30, 35 ou 40. Como também não são público-alvo da política de cotas, qualquer resposta diferente será considerada equivocada.

Entre pretos, pardos e indígenas a conversão se dá de forma diferente, visto que estes são os sujeitos público-alvo da política. Novamente, aqui há um estreito diálogo entre os conceitos de identidade, fenótipo e miscigenação e que podem ser incessantemente discutidos nas atividades coletivas realizadas pelo “Ateliê Colhetear”, que será apresentado na sequência desse texto. Uma autodeclaração indígena será convertida como adequada se indicar os monóculos 24, 29, 34 ou 39, todavia, caso indique 21, 22, 26, 27, 31, 32, 36 ou 37

será convertida como aceitável pelo método, visto que não estaria ferindo a política nem retirando direitos do público-alvo. Será considerada equivocada uma resposta que indique os números 23, 25, 28, 30, 33, 35, 38 ou 40.

Aqui se apresenta uma questão bastante sensível e que conduz à reflexões pertinentes quanto à atuação e competência da banca ou comissão de heteroidentificação no que tange à análise de indígenas. Para exemplificar, considere que um participante se autodeclarou indígena, realizou a dinâmica das cabines e indicou o número 33 como resposta da cabine 2. Essa resposta será lida pelo método como equivocada, pois é um conjunto fenotípico incompatível com a autodeclaração, todavia, ciente do devastador impacto da colonização e da cultura europeia sobre os povos tradicionais brasileiros, não é raro encontrar indígenas, inclusive aldeados, que apresentam um conjunto fenotípico bastante miscigenado, podendo ser facilmente considerado branco em meios sociais, a depender da região em que se encontrar.

É aí que se apresenta uma questão ainda por ser resolvida, pois, nesse caso específico, tomando a política de heteroidentificação implementada no IFES, os autodeclarados indígenas não são submetidos a verificação fenotípica, somente à análise documental, logo, precisa ser aldeado para conseguir comprovar seu pertencimento étnico. Esse participante não seria verificado pela banca, o que até então não se apresenta como um problema, todavia, se não for aldeado, não terá como comprovar documentalmente seu pertencimento e, ao manter uma autodeclaração indígena, será indeferido sem nem mesmo ser submetido à comissão, visto que não apresentou documentação.

A saída que muitos indígenas encontram, principalmente os não aldeados, é deslocar sua identidade e autodeclarar-se como pardo (via de regra o fenótipo mais próximo), sendo submetido ao escrutínio fenotípico. Todavia, no caso em análise, o fenótipo indicado é de uma pessoa branca a qual, se submetida à uma banca, certamente será indeferida, por não apresentar o fenótipo necessário, isso quer dizer que esse sujeito não teria escolha a não ser abrir mão das cotas raciais e concorrer por outra modalidade de vaga.

Ao que se refere aos autodeclarados pretos e pardos, assim como os indígenas, o padrão de conversão das respostas da cabine 2 também apresentam uma plasticidade, por compreender que essas categorias raciais são extremamente impactadas pela miscigenação característica da população brasileira.

Assim como as demais categorias, quem se autodeclarou preto só terá sua resposta considerada adequada se indicar os monóculos 21, 26, 31 ou 36. Já os pardos, para terem respostas adequadas devem indicar os monóculos 22, 27, 32 ou 37. Todavia, nas situações em que realizarem alguma indicação dentro do rol de números que representam conjuntos fenotípicos de preto, pardo ou indígena, suas respostas serão consideradas aceitáveis pelo método. Pretos e pardos só terão respostas consideradas equivocadas se indicarem monóculos de conjuntos fenotípicos brancos ou amarelos (23, 25, 28, 30, 33, 35, 38 ou 40).

Cabe ressaltar que as análises realizadas pela Cabine 2 são análises que versam sobre a compreensão de coerência ou não entre uma autodeclaração e a indicação fenotípica feita pelo mesmo sujeito. O Método Colhetear nos dá condições de realizar inúmeras análises comparativas partindo das informações que o participante colocou no formulário. A estrutura do método foi cuidadosamente criada para identificar o nível da leitura fenotípica de cada participante e dá condições de reconhecer, mediante as respostas, se aquele grupo ou indivíduo realizou a heteroidentificação dentro dos indicadores de conversão definidos no método.

O Indicador de Conversão Fenotípica (ICF) se estrutura em dois grupos - Grupo A (para conversão da Cabine 1) e Grupo B (para conversão da Cabine 2) - e foi criado para que fosse possível parametrizar as respostas dentro dos objetivos da política de cotas. Indicadores que espelhassem o direito do público-alvo, ou seja, que traduzissem as respostas e compreendessem se elas estão garantindo ou ferindo o direito de pessoas pretas, pardas e indígenas, indicando e regulando, assim, a necessidade e a intensidade da capacitação e/ou do processo educativo, por exemplo. Assim, para concluir as explicações sobre a estrutura do método proposto por esta pesquisa, é importante registrar que para os ICF's do Grupo A, foram definidas três categorias - Adequado / Aceitável / Equivocado e atribuído um peso para cada categoria, respectivamente 3 / 2 / 1. Veja na Tabela 1 a conversão de cada monóculo que compõe a Cabine 1.

Tabela 1 – Indicador de Conversão Fenotípica - ICF - Grupo A (monóculos de n.º 1-20)

Número Monóculo	Conversão	Peso	ICF	Número Monóculo	Conversão	Peso	ICF
1	Parda/o	2	Aceitável	11	Parda/o	2	Aceitável
2	Preta/o	2	Aceitável	12	Preta/o	2	Aceitável
3	Parda/o	3	Adequado	13	Parda/o	3	Adequado
4	Preta/o	2	Aceitável	14	Preta/o	2	Aceitável
5	Amarela/o	1	Equivocado	15	Amarela/o	1	Equivocado
6	Branca/o	1	Equivocado	16	Branca/o	1	Equivocado
7	Parda/o	2	Aceitável	17	Parda/o	2	Aceitável
8	Preta/o	2	Aceitável	18	Preta/o	2	Aceitável
9	Indígena	2	Aceitável	19	Indígena	2	Aceitável
10	Preta/o	2	Aceitável	20	Preta/o	2	Aceitável

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 2 – Indicador de Conversão Fenotípica - ICF - Grupo B (monóculos de n.º 21-40)

Possibilidade estatística	Autodeclaração	Conversão (fenótipo indicado no monóculo)	ICF
Preta/oPreta/o	Preta/o	Preta/o	Adequado
Preta/oParda/o	Preta/o	Parda/o	Aceitável
Preta/oIndígena	Preta/o	Indígena	Aceitável
Preta/oBranca/o	Preta/o	Branca/o	Equivocado
Preta/oAmarela/o	Preta/o	Amarela/o	Equivocado
Parda/oPreta/o	Parda/o	Preta/o	Aceitável
Parda/oParda/o	Parda/o	Parda/o	Adequado
Parda/oIndígena	Parda/o	Indígena	Aceitável
Parda/oBranca/o	Parda/o	Branca/o	Equivocado
Parda/oAmarela/o	Parda/o	Amarela/o	Equivocado
IndígenaPreta/o	Indígena	Preta/o	Aceitável
IndígenaParda/o	Indígena	Parda/o	Aceitável
IndígenaIndígena	Indígena	Indígena	Adequado
IndígenaBranca/o	Indígena	Branca/o	Equivocado
IndígenaAmarela/o	Indígena	Amarela/o	Equivocado
Branca/oPreta/o	Branca/o	Preta/o	Equivocado
Branca/oParda/o	Branca/o	Parda/o	Equivocado
Branca/oIndígena	Branca/o	Indígena	Equivocado
Branca/oBranca/o	Branca/o	Branca/o	Adequado
Branca/oAmarela/o	Branca/o	Amarela/o	Equivocado
Amarela/oPreta/o	Amarela/o	Preta/o	Equivocado
Amarela/oParda/o	Amarela/o	Parda/o	Equivocado
Amarela/oIndígena	Amarela/o	Indígena	Equivocado
Amarela/oBranca/o	Amarela/o	Branca/o	Equivocado
Amarela/oAmarela/o	Amarela/o	Amarela/o	Adequado

Fonte: Elaborado pela autora

Para a conversão da Cabine 2, foi necessário criar uma metodologia de conversão específica, como já sinalizado anteriormente, visto que não se sabe o fenótipo refletido no espelho. Assim, como é possível perceber na Tabela 2, acima, identifiquei a gama de possibilidades estatísticas dentro das cinco categorias de raça/cor/etnia já definidas pelo IBGE e, desta forma, parto da autodeclaração do participante e comparo com o fenótipo indicado no monóculo, realizando o cruzamento dessas informações chego ao que denomino de expressão fenotípica.

Aqui reside mais um ponto importante de diferenciação entre os possíveis diagnósticos realizados por cada cabine. Enquanto na Cabine 1 o método diagnostica a leitura fenotípica do participante (o seu olhar sobre o outro), na Cabine 2, além da análise do outro, o método também diagnostica a expressão fenotípica do sujeito, isto é, o conjunto fenotípico indicado pelo participante seria o caminho encontrado para expressar o seu próprio fenótipo. Ao realizar o cruzamento das informações desse participante, ou seja, comparar o conjunto fenotípico indicado (aqui entendido como sua expressão fenotípica) com a sua autodeclaração (expressão identitária), é possível compreender se há coerência entre suas duas expressões.

Esse exercício contribui sobremaneira para compreendermos os casos de autodeclarações equivocadas, quando o participante indica um conjunto fenotípico incoerente com a autodeclaração que realizou e essa incoerência ferirá a política de cotas ou garantirá privilégios que não os são de direito.

As Tabelas 1 e 2 foram construídas para que fosse possível traduzir as respostas dos participantes, parametrizando, assim, resultados que estejam dentro dos objetivos da política em respostas adequadas (participante indica o fenótipo exato em relação à imagem de referência), aceitáveis (participante indica um fenótipo diferente da imagem de referência, mas, não fere a política, ou seja, não retira direito nem comete ilegalidade) - sendo estas respostas consideradas corretas, ou respostas equivocadas (participante indica um fenótipo diferente da imagem de referência e este fenótipo fere a política, isto é, retira direito ou concede direito a quem não é público-alvo da política - ilegalidade). Os ICF's apresentados até então cumprem a função de parametrizar as respostas dos participantes, com base nas informações colhidas durante a dinâmica da "Instalação Colhetear", partindo da perspectiva dos usuários da política.

Considerando as possibilidades da dinâmica executada na Cabine 2, observando a Tabela 2, acima, é possível concluir estatisticamente que há 56% (cinquenta e seis por cento) de chances de expressões fenotípicas equivocadas, ou seja, indicação de fenótipos incoerentes com as expressões identitárias (autodeclaração) dos participantes. As expressões aceitáveis representam 24% (vinte e quatro por cento) e as adequadas 20% (vinte por cento), somando 44% (quarente e quatro por cento) das possibilidades assertivas, ou seja, não havendo dúvidas quanto a necessidade de processos educativos nesta perspectiva.

Ainda foi construída uma outra categoria de ICF's que parte de outra direção, ou seja, parte da perspectiva dos membros heteroidentificadores e foram criados com o objetivo de parametrizar as possibilidades estatísticas do procedimento. Se cinquenta e seis por cento dos participantes podem ter expressões fenotípicas equivocadas, qual a probabilidade de equívoco também das análises da bancas ou comissões? A Tabela 3 apresenta a probabilidade estatística de decisões das comissões.

Tabela 3 – Indicador de Conversão Fenotípica - ICF - Grupo A (Decisões/Pareceres das comissões)

Fenótipo	Análise da banca	Parecer da banca	Efetividade da política	Consequência	Fenótipo	Análise da banca	Parecer da banca	Efetividade da política	Consequência
Preto	Preto	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Pardo	Indígena	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Preto	Branco	Indeferido	Erro	Direito Negado	Pardo	Amarelo	Indeferido	Erro	Direito Negado
Preto	Pardo	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Indígena	Preto	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Preto	Indígena	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Indígena	Branco	Indeferido	Erro	Direito Negado
Preto	Amarelo	Indeferido	Erro	Direito Negado	Indígena	Pardo	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Branco	Preto	Deferido	Erro	Ilegalidade	Indígena	Indígena	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Branco	Branco	Indeferido	Acerto	Preservação de direito	Indígena	Amarelo	Indeferido	Erro	Direito Negado
Branco	Pardo	Deferido	Erro	Ilegalidade	Amarelo	Preto	Deferido	Erro	Ilegalidade
Branco	Indígena	Deferido	Erro	Ilegalidade	Amarelo	Branco	Indeferido	Acerto	Preservação de direito
Branco	Amarelo	Indeferido	Acerto	Preservação de direito	Amarelo	Pardo	Deferido	Erro	Ilegalidade
Pardo	Preto	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Amarelo	Indígena	Deferido	Erro	Ilegalidade
Pardo	Branco	Indeferido	Erro	Direito Negado	Amarelo	Amarelo	Indeferido	Acerto	Preservação de direito
Pardo	Pardo	Deferido	Acerto	Direito Efetivado					

Fonte: Elaborado pela autora

Antes de apresentar os percentuais encontrados pelo método, importa destacar que essas análises foram embasadas na própria realidade das comissões. Explico: uma banca ou comissão de heteroidentificação, no exercício de suas atribuições, vai analisar o conjunto fenotípico de cada candidato à vaga PPI e emitir um parecer ou decisão. Esse parecer ou decisão, via de regra, é expresso por meio das palavras “Deferido” ou “Indeferido”. A banca pode estar cometendo um acerto ou um erro, independentemente de seu parecer, isso quer dizer que, ao deferir uma autodeclaração, a banca pode estar acertando ou errando; da mesma forma, ao indeferir uma autodeclaração, a banca pode estar acertando ou errando. É

nesse jogo de acerto e erro que reside a efetividade da política. Daí a importância de encarar o procedimento de heteroidentificação como um procedimento técnico, demandante de conhecimentos específicos e consolidado mediante aprofundamento teórico e exercício prático – conhecimento e experiência.

Foi partindo dessa lógica que encontrei possíveis consequências para as decisões das bancas, expressando assim a intrínseca relação entre a assertividade da banca com a efetividade da política. Desta forma, como é possível observar na Tabela 3, o método indica que há quatro possibilidades de consequências operacionais: a) Direito efetivado, b) Direito negado, c) Ilegalidade ou d) Preservação de direitos. Os direitos efetivados e negados dizem por si mesmo: é a garantia ou a negação do direito do público-alvo da política. A ilegalidade expressa um erro cometido pela banca ao conceder direito à uma pessoa que não é considerada público-alvo. Já a preservação de direitos diz respeito a um acerto da banca, quando nega o uso da política para quem não é de direito, preservando, assim, o direito do público-alvo.

A lógica construída é bastante simples: delineando o público-alvo (preto, pardo e indígena), tudo que lhes for garantido é acerto, logo, “direito efetivado” e tudo que lhes for negado é erro, logo, “direito negado”. Para os que não são público-alvo da política de cotas (branco e amarelo), a lógica se inverte, pois, tudo que lhes for negado é acerto, logo, “preservação de direitos” do público-alvo e tudo que lhes for garantido é erro, logo, “ilegalidade” cometida pela banca.

Desta forma, as probabilidades estatísticas não são agradáveis e indicam um alto percentual de possibilidade de falha operacional na atuação das bancas e comissões. Novamente, partindo das cinco categorias de raça já estabelecidas pelo IBGE, o método realiza um exercício simples de probabilidade e chega a 48% (quarenta e oito por cento) de chances de erro operacional da banca ou comissão, isto quer dizer 24% (vinte e quatro por cento) de possibilidades de negação de direito e 24% (vinte e quatro por cento) de possibilidades de ilegalidade, ratificando, assim, a importância da capacitação técnica nos processos formativos de membros de bancas e comissões de heteroidentificação.

Além de atuar como potente instrumento de coleta de dados, diagnóstico do nível de leitura fenotípica e da compreensão sobre a heteroidentificação dos participantes, a “Instalação Colhetear” também tem o potencial de despertar o desejo em conhecer melhor a

temática, atuando como ferramenta - forma e como conteúdo ao mesmo tempo, estabelecendo desta forma um canal de comunicação entre a pesquisa e os participantes, que passam a conhecer toda a estrutura do método, seu funcionamento, seu potencial educativo e a semente da proposta de intervenção, os quais serão aprofundados no “Ateliê Colhetear”, que descrevo nas tramas do próximo tópico.

3.3 TRAMANDO JARDINS E FIOS

Ateliê vem do francês “atelier”, significa “[...] lugar onde trabalham artesãos e, sobretudo, artistas” (Dicionário, 2023) e foi o nome escolhido para expressar as atividades da terceira dimensão do método desenvolvido pela pesquisa, dimensão que se propõe a tramar ou construir jardins e fios. A palavra trama vem do latim “trama”, podendo ser compreendida como o “[...] conjunto dos fios que os tecelões fazem passar com a lançadeira entre os fios estendidos do urdimento e transversalmente a estes” ou “[...] conjunto desses fios já tecidos; teia: a trama de um pano” (Dicionário, 2023). Sob a perspectiva da literatura, trama pode ser a “[...] reunião daquilo que constrói uma narrativa ou dos acontecimentos presentes nela; intriga, enredo” (Dicionário, 2023).

O “Ateliê Colhetear”, portanto, se propõe a integrar ambos os sentidos, almejando a compreensão de narrativas e a construção de enredos que possibilitem o entendimento de cenários ou paisagens do passado e da atualidade, figurado aqui pelo jardim, mas, também, se propõe a entrelaçar fios, conectar pontos, teias, tramas mesmo, que possam relacionar-se com as realidades transpassadas pelas relações raciais de ontem e de hoje. Uma atividade miscigenada, assim como todo o método proposto, urdido pela heteroidentificação em seu potencial educativo, numa projeção de intervenção para o futuro.

Tanto a instalação quanto o “Ateliê Colhetear” são momentos presenciais, indispensáveis para a efetividade do método e, nos movimentos da pesquisa, estão previstos para acontecer nos sete campi do IFES localizados na região metropolitana do Espírito Santo, sendo eles: Campus Cariacica, Guarapari, Reitoria, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Os participantes - membros do NEABI e da CLVA/CPVA do campus/reitoria – realizam a dinâmica da “Instalação Colhetear” e seguem para a atividade do “Ateliê Colhetear”, momento em que

apresento o “Método Colhetear”, seu significado e estrutura; compartilho a inspiração das cabines, sua natureza, a construção das imagens e as intenções propositivas da pesquisa, fortalecendo, assim, o diálogo fundamental para a continuidade do método e levando os participantes a se perceberem como elementos ativos nas tramas necessárias à implementação do método.

3.4 TECITURAS E GERMINAÇÕES

O meio utilizado para a realização da dimensão 4 é o virtual e terá como suporte ferramentas de metodologias ativas de aprendizagem, como, por exemplo, o mural virtual colaborativo que será compartilhado com todos os participantes, para que possam registrar suas contribuições. Teremos como ponto de partida para as ações dessa dimensão a normativa institucional, a experiência dos participantes com a heteroidentificação e as vivências acontecidas nas dimensões 2 e 3 do próprio método.

Assim, realizada a coleta das informações e estabelecido um diálogo inicial com o público-alvo, o método passa à organização a análise dos dados obtidos nas dimensões 2 e 3. Os participantes têm à sua disposição uma ferramenta virtual onde a roda de conversa iniciada presencialmente (e reservada por campus) pode continuar ativa, se amplia e se integra com os membros de todos dos campi participantes. No painel colaborativo que fica disponível é possível acessar as análises globais do universo de pesquisa e as germinações em curso da proposta inicial de intervenção. Germinações que estão disponíveis para interações sob as perspectivas dos próprios participantes – com minha mediação - tornando-os conscientes de suas colaborações no aprimoramento do motivo, da ferramenta, do conteúdo e da proposta interventiva da própria pesquisa, efetivando, assim, o método “Colhetear”.

A dimensão 4, por ser uma atividade virtual, poderá ser gravada, caso aconteçam interações simultâneas ou poderá ter os registros citados e/ou disponibilizados para análises da pesquisa por meio de recortes ou prints do mural, portanto, os participantes terão ciência desta informação desde o momento em que aceitarem participar da pesquisa e deverão expressar acordo, autorizando o uso das informações – resguardada a proteção de dados em

conformidade com a legislação vigente - a partir do momento em que assinarem o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Mediante os diálogos, informações e registros oriundos das dimensões iniciais do método, será possível delinear uma proposta que atenda aos direcionamentos dos sujeitos e que esteja alinhada aos preceitos e ao método da pesquisa. Importante destacar que durante a realização do “Atelier Colhetear” será apresentada a dinâmica da pesquisa e o período para a realização dessa dimensão, objetivando construções e proposições coletivas alinhadas ao “Método Colhetear”.

Para fomentar as contribuições nessa etapa do método, algumas possibilidades serão apresentadas como estratégias, ou melhor, como Disparadores Imponderáveis de Criação (DIC): a) a CPVA adotar o Método Colhetear como ferramenta institucional de capacitação de servidores para atuarem na heteroidentificação e b) a adoção do Método Colhetear, por cada campus (na figura dos NEABIS), como ferramenta e conteúdo de ações educativas junto à comunidade acadêmica do próprio IFES e/ou junto à rede municipal e estadual na perspectiva de orientação, principalmente, para estudantes que irão concorrer nos processos seletivos, uma forma de orientar sobre as possibilidades de cotas e sobre o procedimento de heteroidentificação pelo qual os candidatos cotistas PPI são submetidos - explorando o potencial educativo da heteroidentificação.

Por envolver seres humanos, cabe informar os riscos que se apresentam aos participantes desta pesquisa, ainda que seja pouco provável a possibilidade de ocorrência de danos dela decorrentes, tanto na magnitude quanto nas consequências à integridade dos participantes em todas as dimensões da pesquisa, logo, esta pesquisa é considerada de risco mínimo.

Assim, entendo que esses riscos podem ser expressos na forma de desconforto; constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; cansaço; aborrecimento ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de sigilo e/ou quebra de anonimato; constrangimento ao se expor durante a realização da dinâmica de heteroidentificação (ainda que de imagens artificiais); alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre seu fenótipo mediante autodeclaração; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de

comportamentos em função de reflexões sobre fenótipo, relações raciais, preconceito, racismo e desigualdades.

Quanto aos possíveis danos (consequência dos riscos apresentados), compete informar que há risco de danos psicológicos (podendo incluir o risco de produzir estados negativos ou comportamento alterado, incluindo ansiedade, depressão, culpa, sentimentos de choque, de inutilidade, raiva ou medo) e risco de danos sociais (podendo incluir alteração nos seus relacionamentos com outras pessoas, envolvendo estigmatização, vergonha ou perda de respeito). Não há riscos de danos físicos, jurídicos ou financeiros.

O método de coleta de dados se dará mediante a aplicação de questionários, a realização de dinâmica de simulação de heteroidentificação e rodas de conversas presencial e virtual, neste sentido pode haver invasão de privacidade; necessidade de responder a questões sensíveis, tais como a realização da autodeclaração e da heteroidentificação (imagens artificiais); revitimização e perda de autocontrole e da integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado nos momentos coletivos; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); tomada de tempo ao responder aos questionário/entrevista e realizar as dinâmicas, assim como deve-se considerar também os riscos relacionados à divulgação de imagem, nos momentos em que houver filmagens ou registros fotográficos.

O participante também está passível de riscos característicos do ambiente virtual e dos meios eletrônicos, em função de limitações tecnológicas por parte do próprio participante e/ou de situações externas de estrutura e conexão. Desta forma, ainda que não seja possível garantir que tais riscos não ocorrerão, me comprometo a empenhar todos os esforços para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante desta pesquisa; comprometo-me a direcionar todos os dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", assim como também com os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio e todo e qualquer registro eletrônico que seja produzido pela pesquisa, buscando garantir total confidencialidade e mitigação dos riscos.

Ante o exposto, compreendo que somente após a execução das dimensões é que será possível dimensionar o que será cultivado e as possíveis colheitas e tecituras das proposições e construções colaborativas de intervenção na heteroidentificação no IFES – assumidas, então,

como ações cultivadas colaborativamente e que se propõem a tecer outras estruturas relacionais através da educação, num contínuo movimento educativo, permeado por ações afirmativas e operacionalizado pela heteroidentificação até quando ainda forem necessárias.

3.5 SEMEADURA

Ato ou efeito de semear. Oriunda do latim “semear”, segundo o dicionário Aurélio, é “[...] deitar sementes à terra, para que germinem. Espalhar, propalar. Causar, ocasionar” (Aurélio, 2010, p. 691). Para o Método Colhetear, em seu último, mas cíclico ato – logo absolutamente diferente de finalizar-se ou encerrar-se – a quinta dimensão se dá mediante as análises dos dados da pesquisa e materializa-se com a proposta interventiva junto à realidade do IFES. As análises constam deste trabalho e podem ser conhecidas em seus capítulos finais. Já a proposta interventiva consta do Apêndice E e como trama das colaborações coletivas do percurso da pesquisa, retorna da terra ao leito, na esperança da germinação.

Conhecer, articular, desenvolver, explorar, exercer, encadear, organizar, criar, recriar, cultivar, tramar, tecer, lançar, semear. São todos verbos, ações, movimentos sonhados, desejados, acreditados, esperanças e partilhados pela pesquisa. Assim, o método germinado e tecido como motivo, caminho, conteúdo e proposta, engendrado colaborativamente, inicia agora – concluindo um ciclo seu – o plantio das viabilidades que dele se apresentarão, estando condicionado ao terreno, às condições climáticas, às ações e intervenções a que se dispuser a instituição, portanto, sementes a serem germinadas no amanhã - Semeadura.

4 JARDINS (DES)COBERTOS - CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 DESIGUALDADES RACIAIS E SOCIAIS COMO ESTRUTURA DE UM ESTADO-NAÇÃO: CONCEITOS EM RELAÇÕES.

O tema das relações raciais no Brasil é instigante e paralisante. Atrai e derrota. Ilumina e confunde. Quanto mais é estudado, mais complexo parece. Instiga porque contém resposta que explicam os erros do país, paralisa por ser uma teia difícil de desfiar. Só estão calmos diante do enigma os que repetem a versão inercial do Brasil sem racismo, os que sobrevoam a cena brasileira sem ver as contradições diárias entre os mitos e os fatos. Os que confrontam as ideias estabelecidas têm árduo trabalho. Precisam consultar números e estatísticas, têm de explicar o que está exposto, são obrigados a provar o que deveria ser a premissa de qualquer análise, e, sobretudo, têm de superar as ambivalências (Paixão, 2014, p.13).

Como apresentado inicialmente, neste trabalho me proponho a pesquisar sobre o procedimento de heteroidentificação no IFES, todavia, só há condições de estudar, discutir e propor intervenções ao universo da verificação das cotas, assim como germinar e tecer o método detalhado no capítulo 3 nos moldes em que se apresentou, com os devidos aprofundamentos sobre os motivos que levaram à construção e ao controle das ações afirmativas por meio de instrumentos como a heteroidentificação. Compreender a constituição estrutural do Brasil é de fundamental importância para entender como se deram e ainda se dão as relações raciais brasileiras e suas contribuições para o que conhecemos hoje como Estado-Nação. Essa é portanto a proposição deste capítulo que se inicia.

Assim, para prosseguir com reflexões acerca das relações raciais no Brasil, é fundamental dialogar com alguns significados conceituais de raça, racismo, identidade e fenótipo e de como as ciências humanas fazem uso desses conceitos e nos auxiliam na compreensão dos movimentos socioculturais da atualidade.

Nessa perspectiva, para Munanga (2004), etimologicamente, o conceito de raça significa sorte, categoria, espécie e é oriundo do latim *ratio*, originário do italiano *razza*. Utilizado inicialmente pelas ciências naturais para classificação de espécies animais e plantas, este mesmo autor indica que “No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que,

ipso facto, possuem algumas características físicas em comum [...]” (Munanga, 2004, p.1), isso quer dizer que o conceito de raça passa a ser utilizado para classificar a diversidade humana em grupos de indivíduos e, diante de disputas da nobreza Francesa dos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa a atuar efetivamente nas relações de dominação e sujeição entre as classes sociais da época, nas quais os nobres que se identificavam com os Francos se consideravam uma raça superior, de sangue “puro” e com habilidades especiais e naturais frente aos Gauleses – plebe – que poderiam inclusive ser escravizados, ante os entendimentos dos primeiros.

Em diálogo com o entendimento de Munanga (2004), Guimarães (1999) nos diz que

[...] não havia dúvidas de que as “raças” eram subdivisões da espécie humana, grosseiramente identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes e caracterizadas por particularidades morfológicas tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana. Juntavam-se a tais particularidades físicas características morais, psicológicas e intelectuais que, supostamente, definiam o potencial das raças para a civilização (Guimarães, 1999, p.147).

Assim, as “descobertas” do século XV levam a Europa a refletir sobre a existência do outro e sua humanidade (ou não) e pautados por conceitos da teologia e das escrituras, os europeus imprimiram em suas ações e expansões as verdades que tinham à época, justificando assim as dominações e explorações denominadas de conquistas (MUNANGA, 2004, p.2). Esses entendimentos só seriam questionados pelo iluminismo, no século XVIII, quando filósofos passaram a contestar o domínio do conhecimento pela igreja e se recusaram

[...] a aceitar uma explicação cíclica da história da humanidade fundamentada na idade de “ouro”, para buscar uma explicação baseada na razão transparente e universal e na história cumulativa e linear. *Eles recolocam em debate a questão de saber quem eram esses outros, recém descobertos. Assim lançam mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes*, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física (Munanga, 2004, p.2, grifo nosso).

Em terras brasileiras, na evolução histórica de uma nação que viria a se constituir, são forjadas identidades das mais diversas e complexas, quando analisadas sob o prisma das relações socioculturais e identitárias que se instauram numa sociedade miscigenada, em que submissão, exploração e desigualdades atrozes se faziam - e ainda se fazem - realidades. O Brasil foi considerado o maior importador de escravizados africanos entre os séculos XVI-XIX

e como nos aponta Behrendt apud Paixão (2014), cerca de 1/3 dos negros submetidos à condição de mercadoria tiveram o Brasil como destino nesse período, isso significa que cerca de 3.850.000 milhões (segundo registros que resistiram às intempéries históricas)¹⁹, dos quase 12 milhões de negros escravizados transportados para o continente americano, desembarcaram em nossos portos. Terras em que o conceito de raça biológica, no sentido da classificação natural mediante características físicas dos indivíduos, era a doutrina regente de um regime que por ela se justificava.

O pensamento social brasileiro é concebido, portanto, nas entranhas do sistema escravista e nutrido pelas doutrinas racialistas da época (Appiah apud Guimarães, 1999, p. 147). Fomos o último país da América Latina a abolir a escravidão, em 1888. Nosso primeiro Código Civil só entrou em vigor em 1917²⁰, pois “[...] o debate sobre quem seriam os cidadãos plenos na sociedade brasileira predominou na agenda liberal ao longo do século XIX” (Albuquerque, 2009, p.122) e, de acordo com a mesma autora, vários juristas da época compreendiam que cidadania e escravidão eram realidades jurídicas irreconciliáveis, criando, portanto, um hiato civil entre os anos de 1888 e 1917 e como apresenta Hebe Mattos apud Wlamyra R. de Albuquerque

[...] esse vácuo é revelador, pois “uma vez abolida a escravidão, a codificação civil tardiamente realizada se fez a partir de um silêncio, ainda assim racializante, sobre o passado escravista”. Nesse ínterim, teve curso um duplo movimento: por um lado o questionamento [...] sobre se a extinção do elemento servil realmente significava que cabia a todos o pleno exercício da liberdade e, por outro, o empenho em conservar-se as prerrogativas senhoriais. [...] Fora da zona jurídica, a racialização da sociedade garantia que as “relações absurdas”, [...] fossem postas em termos mais “naturais”. Naquele momento de comoção pelo ato da princesa, os desregramentos festivos, o abandono das fazendas, as insubordinações dos libertos passavam a ser “reconhecidos” pelas elites políticas como indícios da incapacidade supostamente inata dos negros de compartilhar os princípios do mundo dos

¹⁹ Cabe aqui destacar os diversos registros de ações institucionais que foram deliberadamente utilizadas para eliminar os documentos oficiais da escravidão no Brasil, como por exemplo, a Circular do Ministério da Fazenda, n.º 29, de 13 de maio de 1891, que ordenava a queimar dos arquivos da escravidão. É possível conhecer melhor esse registro na obra “Rui Barbosa e a queima dos arquivos” (LACOMBE, SILVA e BARBOSA, 1988, p. 36 a 39).

²⁰ BRASIL. **Lei nº 3.071**, de 01 de janeiro de 1916. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <

livres e, conseqüentemente, de exercer a cidadania (Albuquerque, 2009, p. 123-125).

Cabe aqui uma breve relação com o contexto atual e questiono sobre quais seriam os instrumentos hoje partilhados pela sociedade que buscam colocar em dúvida o direito de negras e negros exercerem sua cidadania? O voraz levante social mediante a implementação de políticas públicas, mais especificamente as políticas de ações afirmativas e as leis que garantem as reservas de vagas para negras e negros em concursos públicos e o acesso à educação federal, seja nas universidades ou nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, não seriam a mais pura expressão do racismo estrutural? Aprofundaremos sobre o conceito de racismo um pouco mais adiante neste capítulo.

Importante destacar que o conceito de raça apresentado até o momento é o que denomino de raça biológica e que, a partir do século XX, com os avanços na área da genética humana, da biologia molecular e da bioquímica, a comunidade acadêmica e científica chega ao entendimento de que a “[...] raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem” (Munanga, 2003, p. 4-5).

A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. *Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças.* O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça. [...] Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de *hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças.* O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (Munanga, 2003, p. 5).

Ainda segundo Paixão (2014) “[...] O Brasil chegou ao século XXI abrigando a segunda maior população negra do mundo” e de acordo com o último censo 2010, “[...] o contingente

de pretos e pardos forma quase 51% da população residente no país. A presença afrodescendente no seio de nossa população prossegue e prosseguirá fortemente marcante nos planos demográficos, cultural, social e político [...]” (Paixão, 2014, p. 32). Portanto, assim como a presença afrodescendente permanece nos tecidos sociais, as assimétricas relações raciais também se mantêm desde o período colonial e vêm se adaptando aos mais diversos contextos ao longo de nossa história.

Nessa perspectiva, após um período de concepções racialista, embasado fortemente com as teorias de Nina Rodrigues, o Brasil entra numa fase de “modernidade” trazida por Gilberto Freyre, dentre outros, onde o conceito de raça passa a ter uma nova concepção, passando a denotar garra, força de vontade ou índole, se distanciando do sentido de subdivisão da espécie humana, que passou a ser designada pela cor da pele das pessoas - fato real, concreto e inquestionável. Assim, aqueles que se referiam às questões morais ou intelectuais com base no conceito de raça como subdivisão da espécie humana eram reprovados socialmente como preconceituosos, racistas, o que indicava ignorância. Guimarães (2003) nos fala sobre o ideário anti-racialista que no Brasil se expressava por meio da negação da existência de “raças”, logo, também nega a existência do racismo como manifestação social, “Entre nós existiria apenas “preconceito”, ou seja, percepções individuais equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais [...]” (Guimarães, 2003, p. 149).

Não obstante a invalidação do então conceito de raça biológica, independentemente do governo, das doutrinas, das teorias e dos movimentos sociais exercidos pela sociedade brasileira, a compreensão do outro que se apresenta diferente do “padrão” eurocêntrico socialmente estabelecido, somado ao estabelecimento hierarquizado de valor entre as chamadas raças, vem demonstrando uma enorme plasticidade, se apresentando de formas multifacetadas e extremamente resiliente, alimentando assim o imaginário coletivo em que construtos sociais de raça vão se modelando ao tecido social, criando, mantendo e reproduzindo diferenças e privilégios.

É possível perceber que o conceito de raça é alvo de muita controvérsia quanto à sua etimologia. Contudo, é consenso que o termo sempre esteve ligado à classificação de seres vivos, incluindo seres humanos. Almeida (2021) contribui para a consolidação do entendimento do conceito de raça e nos direciona quanto à sua noção relacional e histórica,

estando intimamente ligada a circunstâncias históricas, de poder, de conflito e de decisão. Além disso, a ideia de homem, tal como a entendemos hoje, é uma construção filosófica complexa, que emerge a partir da história moderna, como sinalizado no início deste texto.

Em perfeito diálogo com Guimarães (2003), Munanga (2003) e Paixão (2014), Almeida (2021) ainda nos diz que devido à sua construção histórica, a ideia de raça é composta por dois elementos fundamentais que se interligam e complementam. O primeiro é a dimensão biológica, em que a identidade racial é estabelecida com base em traços físicos, como a cor da pele. O segundo é a dimensão étnico-cultural, em que a identidade é associada à origem geográfica, religião, língua ou outros costumes que definem uma "forma de existir". O autor destaca que ambos os elementos estão implicados na construção da noção de raça e operam de forma conjunta na prática racista. Assim, corroboro o entendimento de que "a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico" (Almeida, 2021, p. 31).

As compreensões apresentadas até aqui embasam, portanto, o conceito de raça social, o qual é adotado por esta pesquisa. A sólida compreensão de raça está profundamente relacionada aos demais conceitos que trabalharei no discorrer deste trabalho e ao próprio objeto de pesquisa aqui proposto, logo, sempre que for invocado o conceito de raça será sob a perspectiva da raça social, visto que se faz pacificada a compreensão da invalidade do conceito de raça biológica, ainda que seja esta uma dimensão na composição do conceito.

Demarcado o conceito de raça assumido neste trabalho - raça social - considero de igual importância a demarcação do significado conceitual de racismo, em permanente diálogo com as demais compreensões. Inicialmente, o racismo pode ser compreendido como discriminação mediante concepções que levam ao tratamento diferenciado para com os membros de diferentes raças, podendo, a discriminação, ser expressada em atos isolados e/ou individuais – o que comumente é entendido como preconceito – ou em atos coletivos e estruturais da sociedade.

É bastante interessante o entendimento de Guimarães (2003) sobre o racismo quando também nos apresenta dimensões importantes para sua caracterização: a dimensão biológica, a moral e a social. Esse autor nos explica que o racismo vai sempre denotar três dimensões "[...] uma concepção de raças biológicas (racialismo); uma atitude moral de tratar diferentemente membros de diferentes raças; uma posição estrutural de desigualdade social

entre as raças, oriunda deste tratamento” (Guimarães, 2003, p.149). Ele ainda nos chama a atenção para uma perspectiva fundante da estrutura social do Brasil quando realça o fato de o pensamento social dos brasileiros ter sido forjado na ideia de que raça seria uma invenção estrangeira e que aceitar a existência da “raça” (ainda que sob o prisma da raça social, como indicado anteriormente) já seria o mais absoluto sinal de racismo, levando o povo brasileiro à perfeita negação do racismo e da discriminação racial existente estruturalmente no país.

Esse mesmo autor ainda indica dois pontos que validam o entendimento apresentado acima, quando, ao se debruçar sobre os estudos de Florestan Fernandes (1955), o qual divergiu dos estudos de Pierson e Harris que defendiam que no Brasil o que predominava era a discriminação de classe e não de raça, não só contestou os conceitos de classe defendidos até então como também a compreensão que se tinha sobre o processo de transição do regime escravocrata para a sociedade de classe ocorrido no Brasil (Guimarães, 1999, p. 152).

Florestan Fernandes (1955), analisando a passagem da ordem escravocrata para a sociedade de classes, chega à conclusão de que, em primeiro lugar, tal *transição conservara, em grande medida, o sentido hierárquico e a ordem racial da sociedade escravocrata* e, em segundo, que os *negros foram integrados de um modo subordinado e tardio à sociedade de classes, sendo o “preconceito de cor” a expressão da resistência das classes dominantes brasileiras a se adequar à nova ordem competitiva* (Guimarães, 1999, p.152, grifo nosso).

Almeida (2021) fortalece o diálogo sobre o racismo e apresenta importante diferenciação entre preconceito racial e discriminação racial, contribuindo para a completa compreensão do racismo. Este autor reconhece a relação entre os três conceitos, todavia, entende que o “[...] preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (Almeida, 2021, p.32, grifo nosso). Seriam os julgamentos/juízos preconcebidos, como por exemplo, a violência atribuída aos negros, a avareza aos judeus e a tendência “natural” para a área das exatas atribuída aos orientais: tudo preconceito.

Já a discriminação racial, segundo o mesmo autor, “[...] é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” e acrescenta que o requisito fundamental da discriminação é o poder, é “[...] a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (Almeida, 2021, p.32, grifo nosso).

Corroboro o entendimento de Almeida (2021) ao indicar que práticas discriminatórias afetam direta ou indiretamente a trajetória de vida de todos os membros de um grupo social, incluindo assim, as possibilidades de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material, levando ao que ele chama de estratificação social (Almeida, 2021, p.32). Nessa perspectiva, assumo neste trabalho a definição de que “[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2021, p.32).

Compete registrar, ainda, que este mesmo autor, na abordagem que realiza sobre a discriminação, acena para as ações afirmativas quando sinaliza a possibilidade da discriminação positiva e apresenta uma breve definição, todavia, retomo essa temática no próximo tópico deste trabalho onde teço um diálogo também com outros autores criando condições mais robustas para que o leitor compreenda as tessituras e entrelaçamentos constituintes do objeto de pesquisa.

Balizado o conceito de racismo, é possível prosseguir num profícuo diálogo entre Fernandes (1955), Guimarães (2003) e Almeida (2021). Considerando a construção do pensamento social brasileiro - baseado na negação do racismo e da discriminação racial - e a compreensão de que o “preconceito de cor” seria a expressão da resistência das classes dominantes, frente ao novo regime de classes que se instaurava no Brasil (que não somente se apresentava competitivo, como também expressava a resistência da população negra, seu poder de articulação, de organização e de rearranjos que rompiam com a lógica social praticada até então) ficam explícitas as condições que corroboraram a criação e fortalecimento do mito da “democracia racial”, o qual ganhou cada vez mais potência, escalando assim ao patamar de ideologia do Estado Brasileiro, difundindo-se fortemente durante o período de ditadura militar, entre os anos de 1968 a 1978.

Primeiro, ficou a ideia de que *no Brasil não existem raças, mas cores*, como se a ideia de raça não estivesse subjacente à de “cor” e não pudesse ser, a qualquer momento, acionada para realimentar identidades sociais; segundo, formou-se o consenso de que *no Brasil a aparência física e não a origem determinaria a cor de alguém*, como se houvesse algum meio preciso de definir biologicamente as raças, e todas as formas de aparências não fossem, elas mesmas, convenções; terceiro, criou-se a falsa impressão de que *no Brasil não se poderia discriminar alguém com base na sua raça ou na sua cor, uma vez que não haveria critérios inequívocos de classificação de cor*; quarto,

alimentou-se a ideia de que *os mulatos e os negros mais claros e educados seriam sempre economicamente absorvidos, integrados cultural e socialmente e cooptados politicamente pelo establishment branco*; quinto, formou-se o consenso de que *a ordem hierárquica racial, ainda visível no país, seria apenas um vestígio da ordem escravocrata em extinção* (Guimarães, 1999, p.152-153, grifo nosso).

Destarte, configurou-se no Brasil um contexto único e complexo, onde o ideário anti-racista – aqui reduzido ao anti-racialismo que legitimamente refutava a existência da raça biológica por um lado e os paradigmas sociais brasileiros que negavam o racismo e as discriminações raciais por outro lado, se configuraram como elementos contraditórios que retroalimentam o mito da democracia racial, tornando indispensável, portanto, a retomada à teorização das raças e à compreensão do complexo tecido social brasileiro intencionalmente constituído por meio da miscigenação de seu povo e fortemente marcado por desigualdades sociais, tornando possível compreender que o racismo no Brasil vem se nutrindo da desculpa da miscigenação para se manter forte e saudável em nossa sociedade, lugar onde as classes dominantes seguem resistindo sem grandes esforços.

Florestan Fernandes, em sua tese de cátedra em 1964, cujo trabalho culminou na obra “A integração do negro na sociedade de classes”, se debruçou sobre as questões emergentes do povo frente ao que chama de ordem social competitiva no Estado de São Paulo. Nesta obra, Fernandes (2021) faz uma dura constatação sobre a falaciosa simetria racial alimentada à época (e até os dias atuais).

No passado, o conflito insanável entre os fundamentos jurídicos da escravidão e os *mores* cristãos não obsteu que se tratasse o escravo como *coisa* e, ao mesmo tempo, se pintasse a sua condição como se fosse “humana”. No presente, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da “população de cor” também não obstruiria uma representação ilusória, que iria conferir à cidade de São Paulo o caráter lisonjeiro de paradigma da democracia racial. [...] como no passado a igualdade perante *Deus* não proscruvia a escravidão, no presente, a igualdade perante a *Lei* só iria fortalecer a hegemonia do “homem branco” (Fernandes, 2021, p. 275).

Concernente ao “homem branco”, ou num melhor direcionamento, concernente à branquitude, convido Bento (2022) para contribuir com o debate quanto à essência do conceito que “[...] diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais” (Bento, 2022, p. 62). Um verdadeiro pacto consolidado em prol da garantia dos privilégios de uma determinada raça e que, em minha perspectiva, contribui para que o racismo experimente

novos e diferentes formatos, exercite uma faceta que até então se mostrava desnecessária, mediante o escudo da escravidão, mas que agora se impõe ante às transformações civilizatórias. Uma faceta mais adaptável, modelável, plástica. O conceito de branquitude também será explorado mais a frente, quando diálogo com as compreensões acerca do conceito de identidade. Neste momento me detenho à citação que Bento (2022) faz de Frankenberg (1995), quando esta chama a atenção para branquitude “[...] como um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. É um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade” (Frankenberg apud Bento, 2022, p.62).

As contribuições de Bento (2022) se mostram importantes pois podem explicar, ao menos em parte, as estruturas e as estratégias que o racismo vem utilizando ao demonstrar uma robusta capacidade de se moldar aos complexos movimentos da sociedade, de forma que, sem perder o caráter estrutural, também passa a atuar com os mais diversos e inovadores métodos para sobreviver em meio ao tecido social. Encontra caminhos diferentes, muda de roupagem, encontra novos conectores ou elos a que se ligar, inaugura novas redes em prol de sua manutenção e sobrevivência. Assim em diálogo com Bauman (2001), numa breve e ousada analogia com a modernidade líquida²¹ e suas especificidades, entendo que o racismo vem apresentando características de fluidez.

“Fluidez” é a qualidade de líquidos e gases. O que os distingue dos sólidos, como a Enciclopédia britânica, com a autoridade que tem, nos informa, é que eles “não podem suportar uma força tangencial ou deformante quando imóveis” e assim “sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos a tal tensão (Bauman, 2001, p. 6).

Logo, mediante tensões sociais que fortalecem o descontentamento com determinadas posturas e deixam de acolher atos “tradicionais” de discriminação, mas sem repudiar sua essência, mediante contextos de inovações tecnológicas e virtualização de fronteiras com estabelecimento de outros territórios²² até então não imaginados e novos formatos de relacionamentos estabelecidos na urgência dos tempos líquidos, é notória a metamorfose

²¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

²² Relações estabelecidas pelos sujeitos, tempos, espaços e experiências que os permeiam, seja pela ligação de cada elemento entre si ou pelos entrelaçamentos de forças intrínsecas ao processo de civilização da sociedade.

operada nas/pelas práticas racistas, as quais passam a desbravar novos sentidos de espaço, tempo e relação/dominação.

Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro. Descrições de líquidos são fotos instantâneas, que precisam ser datadas (Bauman, 2001, p. 7).

Ao se deparar com resistências nos diversos territórios que o interpelam e o repudiam, tensionado mediante seu descompasso com o “politicamente correto” da nossa era, me parece que o racismo se apropria da fluidez da modernidade²³, assume novas formas, reordena-se em imponderáveis fluxos – também se faz líquido. Ainda mantém vistosa a colossal habilidade destrutiva, a qual permeia indistintos tecidos sociais, econômicos, simbólicos e estéticos. Segue o fluxo das tensões e avança respondendo diuturnamente aos movimentos civilizatórios, sejam estes científicos, sociais, econômicos, jurídicos ou humanitários, nada o detém, sua audaz liquidez o perpetua como constante fonte de sânie²⁴ no ser daquele que o percebe: racismo líquido.

Para compreender o sentido do “perceber”, trago as contribuições de Galeffi (2009)

Os fenômenos são acontecimentos percebidos por alguém que os percebe, e são inerentes à dimensão imanente de algo como consciência, porque pela própria etimologia da palavra, fenômeno indica algo como o aparente aparecer da aparência, aquilo que se mostra como se mostra, pressupondo sempre o observador que percebe aquilo que aparece. O que aparece, assim, aparece sempre para alguém que o percebe. O aparecer em si mesmo é um perceber. O perceber é sempre um ponto de conexão que divisa objetos e relações espaçotemporais (Galeffi, 2009, p. 29-30).

Destarte, peço licença à Bauman e ousa dizer que na era da modernidade líquida, o racismo também “líquido” carece de alguma significação, na tentativa sempre superficial de descrevê-lo, pois ainda que a fluidez dos tempos se apresente como característica, o racismo nunca esconde sua sólida faceta estrutural. Assim, ainda que minha compreensão seja percebida como completa incoerência, assumo aqui o risco de cometer grave afronta às ciências físicas e sociais e afirmo, portanto, que percebo hoje um racismo líquido, fluido, capaz de penetrar nos mais diferentes espaços. É importante ressaltar que essa fluidez não implica

²³ *id.* Modernidade líquida, 2001.

²⁴ “Matéria purulenta e fétida produzia pelas úlceras e pelas feridas sem tratamento” (Dicio, 2023).

em uma falta de significação ou superficialidade na tentativa de descrevê-lo. Ao contrário, proponho aqui um aprofundamento da concepção de racismo percebendo (no sentido proposto por GALEFFI, 2009) e considerando as relações espaçotemporais dos nossos dias. Mesmo que vivamos em tempos caracterizados pela mudança constante, conforme Bauman (2001) nos apresenta, não nego que o racismo continue sendo uma faceta sólida e estrutural²⁵ da sociedade. Ainda assim, em minha perspectiva, é possível afirmar que o racismo atue também de forma fluida, ou seja, possui características tanto de fluidos quanto de sólidos em sua constituição. A sua forma e método podem ser fluidas, mas a sua essência permanece sólida.

Assim, o racismo líquido é aquele que, por um lado, se mantém referenciado nos espaços/relações tradicionais ou estruturais, por assim dizer, quando consideramos a essência, a motivação, as bases civilizatórias primitivas, as raízes profundas em conceitos já infundados de raça biológica, negação do preconceito e desculpas da miscigenação para disfarces dispensáveis, cativando o tempo em sua existência, mas por outro lado, demonstra plasticidade e fluidez surpreendentes para se adaptar aos estágios da modernidade ainda que tais espaços/relações repudiem certos padrões pautados no preconceito e na resistência às diferenças humanas. No sentido de seu alcance e mutações, o racismo líquido abarca incalculáveis formas e características que tornam sua identificação, rastreamento, enfrentamento e combate de extrema complexidade, exigindo constante vigília e disposição para intervenções sempre que necessário, o que pouco tem se apresentado no seio da sociedade.

Ainda em diálogo com os pensamentos de Bauman (2005), é possível perceber que não somente a modernidade se apresenta líquida, mas também as identidades mergulham num oceano de movimentos e transformações. Em entrevista concedida à Benedetto Vecchi, o sociólogo polonês, ou melhor, o sociólogo europeu²⁶, traz contribuições importantes ao falar sobre sua compreensão de identidade:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “Identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são

²⁵ Aqui, abordo o significado de estrutura enquanto sua organização, uma disposição ou ordem dos elementos essenciais que compõem um “corpo”, podendo este corpo ser concreto ou abstrato, por exemplo, a estrutura de uma molécula de água (H²O).

²⁶ Como o próprio Bauman indicou na obra “Identidade”, sua identidade nacional só despertou a partir de 1968, quando precisou se refugiar na União Soviética, sendo acolhido e construída novas identificações a partir de então (BAUMAN, 2005).

bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age — e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” - quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo à seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (Bauman, 2005, p. 17-18).

Cabe aqui registrar que neste trabalho não pretendo aprofundar estudos sobre a identidade, visto a amplitude e a complexidade que o tema exige. Seria necessário aprofundar o diálogo com variadas concepções e autoras e autores que se dedicaram à compreensão das mais diversas interfaces que a temática apresenta. Nas perspectivas psicológica, social, cultural, biológica, dentre tantas outras que constituem os estudos sobre o ser humano, discutir identidade sempre se apresenta como grande desafio e não teria condições de aprofundar esse diálogo com o zelo e a responsabilidade necessários. Todavia, não tenho como prosseguir os estudos aqui propostos sem antes explicar a intrínseca relação que percebo entre autodeclaração – elemento indispensável para a realização da heteroidentificação - e identidade.

Autodeclarar, numa definição livre e bastante intuitiva, pode ser compreendido como o ato de declarar algo sobre si mesmo, uma autoafirmação, logo, uma autodeclaração é alguém enunciando algo sobre si mesmo. Ajustando o foco ao objeto dessa pesquisa, no território das políticas de ação afirmativa e das cotas raciais, a autodeclaração foi escolhida pela Lei de cotas como o instrumento pelo qual a população se percebe, se declara e se identifica como público-alvo da política. É exatamente esse o ponto de contato que me faz abordar as questões de identidade. Compreendo que a autodeclaração étnico-racial é a enunciação da faceta identitária de alguém, a expressão da identidade de uma pessoa e essa expressão não se limita ao conjunto fenotípico dessa pessoa, ainda que este seja um fator importante em sua constituição.

Segundo o Dicionário online de português, o fenótipo (particularmente eu prefiro conjunto fenotípico, mas o sentido é o mesmo) é a “[...] reunião das características particulares ao indivíduo que podem ser visíveis ou detectáveis; manifestação perceptível do genótipo” (Dicio, 2023), ou seja, o conjunto fenotípico são as características físicas de uma pessoa, o conjunto de sua aparência e que no Brasil se apresenta como fator preponderante

para o exercício de práticas racistas, da efetivação de privilégios e da perpetuação das desigualdades estruturantes na sociedade, como já explicitamos anteriormente.

Assim, num país com as configurações históricas, culturais e sociais como as do Brasil, tecidas num profundo e deliberado processo de miscigenação de sua população, não é difícil reconhecer que as identidades - conscientemente autodeclaradas ou não - também se apresentam com uma miríade de especificidades, o que por um lado enriquece nossa diversidade e contribui para o fortalecimento da identidade nacional da população brasileira, mas por outro, se apresenta como fator complicador quando abordamos a implementação de uma política de cotas que traz objetivos bem delimitados de reparação e justiça social, demarcando inequivocamente seu público-alvo: pessoas negras e indígenas do Brasil.

Daí a relevância em abordar a constituição das identidades, aqui expressadas por meio da autodeclaração étnico-racial e frontalmente relacionadas às compreensões de raça e racismo já delineadas no início deste tópico, ainda que não tenha condições de discorrer sobre a genealogia da identidade e tecer diálogos sob diversos prismas conceituais, compreendo ser pertinente ao menos delinear a concepção de identidades assumida nesta pesquisa.

Em contribuição à temática, Hall (2014) apresenta três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Segundo o autor, a visão do sujeito durante o Iluminismo era baseada em um conceito de pessoa humana como um indivíduo centrado, com capacidades de razão, consciência e ação. Esse indivíduo tinha um núcleo interior que permanecia essencialmente o mesmo ao longo da vida. Já a noção de sujeito sociológico surgiu da consciência de que esse núcleo interior não era autônomo, mas era formado na relação com outras pessoas importantes e culturas em que o indivíduo habitava. Segundo a concepção sociológica clássica, a identidade é formada na interação entre o "eu" e a sociedade, preenchendo o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público. Essa identidade costura o sujeito à estrutura, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam. No que compreende a pós-modernidade, na perspectiva do autor, as questões identitárias estão em constante mudança e o sujeito está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e até não resolvidas. A identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2014, p. 10-12).

Há, portanto, um fluido diálogo entre Bauman e Hall (cada um com sua argumentação específica), quando ambos reconhecem que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, chegando Hall (2014) a afirmar que, a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ambos os autores abordam a globalização e a compreensão espaço-tempo face às construções das identidades, todavia, deixo esses enfoques para o leitor que tiver interesse em se aprofundar na fascinante temática das identidades. Por agora, me delimito em refletir sobre os impactos da compreensão - já sinalizada - de autodeclaração enquanto expressão identitária.

Considerando que nossas identidades são moldadas e alteradas constantemente em relação à maneira como somos representados ou convocados pelos sistemas culturais ao nosso redor (Hall, 2014); que as políticas de cotas vigentes utilizam a autodeclaração como instrumento de acesso aos sistemas educacionais e ao emprego por meio de ações afirmativas, por exemplo, obrigando que uma pessoa enuncie sua identidade étnico-racial de forma consciente ou inconsciente (inclusive este é um ponto importante que a “Instalação Colhetear” vai despertar ao realizar a atividade com o espelho, na cabine 2; ciente dos devastadores impactos do racismo na constituição do “eu” da pessoa negra; como esperar que a autodeclaração seja o único instrumento para garantir efetividade na implementação das ações afirmativas? Diante da aniquiladora pressão da branquitude sobre o sujeito negro, a qual desvaloriza sistematicamente seus atributos físicos, levando-os à perfeita negação de suas identidades, como exigir expressões identitárias coerentes?

Ao passo que se impõe à uma perfeita negação do próprio “eu” do negro, a branquitude autoriza o “eu” do branco, em sua suposta superioridade humana, a fazer uso irrestrito dos direitos socialmente constituídos, ainda que estes tragam objetivos explícitos de reparação e justiça social para a população negra e indígena, à qual o branco está excluído. Novamente, como esperar expressões identitárias coerentes com os objetivos de uma política afirmativa mediante aos abusos impetrados pela esquizofrênica identidade branca exercitada covardemente em delírios de supremacia?

Por certo, essas questões nos levam à reflexões importantes sobre as causas de autodeclarações equivocadas (como defino e quantifico no capítulo de análise dos dados da pesquisa) e indeferidas pelas comissões ou bancas de verificação e também nos projeta às insistentes e cínicas tentativas de fraudes aos sistemas de cotas raciais. Num tecido social

produzido pelo tear da miscigenação (onde pretos e pardos constituem, portanto, o negro no Brasil) e maculado pelo racismo de marca, o qual faz o conjunto fenotípico do negro um verdadeiro campo de batalho, ou seja, o corpo do negro no Brasil é o alvo do desprezo, da vergonha e da hostilidade (Souza, 2021, p. 29). “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca [...]” (Nogueira, 2006, p. 292)

Explicito aqui, portanto, a veemente defesa da heteroidentificação enquanto responsabilidade institucional e de Estado. A autodeclaração foi o instrumento possível quando da aprovação da Lei de cotas, todavia, as responsabilidades institucionais quanto à implementação das políticas públicas é o que as tornam efetivas e garantidoras de direitos. Assim, a heteroidentificação se apresenta, hoje, como instrumento indispensável para que as cotas raciais possam efetivamente atuar enquanto dispositivos afirmativos, equilibrando e reparando a quem deve ser reparado, e para além, ao desempenhar um papel educativo, completa o ciclo afirmativo em que não somente as condições de acesso sejam garantidas, mas também a permanência e a ascensão da população negra e indígena do Brasil. Torna possível, também, por meio de um profundo movimento educacional de brancos e não brancos, a ruptura de privilégios e o resgate de ancestralidades, respectivamente, gerando assim processos de identificação positiva com a negritude (Souza, 2021, p. 19).

Segundo Freud, “a identificação é conhecida na análise como a mais remota expressão de um laço com outra pessoa”. E, essa é a nossa tarefa: ampliar processos que produzam identificação positiva e laço social, facilitadores de transformação pessoal e coletiva. [...] enquanto a branquitude mantiver seus privilégios, inviabilizando tudo que é não branco, também ela perde não alargando o seus horizontes (Souza, 2021, p. 19).

Souza (2021) ainda contribui para as reflexões acerca das identidades, mais especificamente as identidades do negro, quando explícita as relações da construção da identidade com o corpo, o que dialoga com a função primeira das comissões e bancas de heteroidentificação: a análise do conjunto fenotípico.

O corpo ou a imagem corporal [...] é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou o enunciado identificatório que o sujeito tem de si está baseado na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar (Souza, 2021, p. 30).

Essa perspectiva apresentada pela autora é de fundamental importância e passa a sustentar as análises que realizarei mais a diante sobre os resultados da pesquisa de campo realizada por meio da “Instalação Colhetear”, que tem como possibilidades de utilização o diagnóstico do nível de leitura fenotípica dos membros das bancas de heteroidentificação do IFES, criando condições para melhor compreender as possíveis autodeclarações equivocadas.

Fanon (2020) nos traz importante reflexão sobre a necessidade, ainda, da manutenção e fortalecimento de ações afirmativas ao reconhecer que as estruturas sociais precisam ser alteradas e que não basta a convivência entre diferentes raças quando diz que “[...] se ainda quiserem farejar meus filhos, inspecionar à lúnula na raiz das unhas deles, é simplesmente porque a sociedade não terá mudado, [...] terá mantido intacta a sua mitologia” (Fanon, 2020, p. 213).

Todas as pessoas que já tiveram a oportunidade de atuar como membro heteroidentificador em processos de seleção de estudantes e/ou de trabalhadores ou, ainda que não tenha atuado, tem interesse sobre a temática e busca compreender as motivações e técnicas utilizadas para a realização do procedimento, já se deparou com a emblemática frase: só há heteroidentificação se houver autodeclaração. Esta é uma verdade. Só realizamos a heteroidentificação, no sentido institucional do procedimento, se houver uma autodeclaração indicando que aquela pessoa se reconhece como público-alvo da política de cotas raciais, ou seja, se houver uma identificação. Nesse sentido, é duríssima a constatação a que nos conduz Fanon (2020): nossa sociedade não mudou, ainda mantém uma mitologia perversa contra negros e indígenas. Todavia, sob a égide da “[...] identificação positiva e do laço social, facilitadores de transformação pessoal e coletiva” (Souza, 2021, p. 19) é que se exige a responsável e educativa atuação da heteroidentificação enquanto procedimento institucional e institucionalizado pelo Estado Brasileiro. Ciente que tudo se inicia por um ato de identificação, pela expressão identitária de uma pessoa, cabe portanto acreditar e atuar em prol da consolidação consciente das identidades raciais, criando condições de cada pessoa se reconhecer a si mesmo e as suas relações com o mundo.

Tudo começa, assim, por um ato de identificação: “Eu sou um negro”. O ato de identificação constitui a resposta a uma pergunta que nós fazemos: “Quem sou eu, afinal?”; ou que nos é feita: “Quem é você?” Neste segundo caso, trata-se de uma resposta a uma intimação. Em ambos os casos, trata-se de revelar a própria identidade, de torna-la pública. Mas revelar a identidade é também se reconhecer (autorreconhecimento), é saber quem se é e dizê-

lo, ou melhor, proclamá-lo, ou ainda, dizê-lo a si mesmo. O ato de identificação é também uma afirmação de existência. “Eu sou” significa, desde já, eu existo (Mbembe, 2018, p. 263).

4.2 AÇÕES AFIRMATIVAS – ACESSO E PERMANÊNCIA AO/DE DIREITO

As ações afirmativas se definem como *políticas públicas* (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um motivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (Gomes, 2001, p. 132, grifo nosso).

Existem diversas concepções sobre a definição da terminologia políticas públicas e concordo com a defesa de Souza apud Santos (2020) quando diz que não é possível afirmar se uma ou outra é a melhor ou a mais adequada. Todavia, compreendo que determinada definição possa expressar melhor as ideias de determinadas áreas do conhecimento ou texto a depender dos objetivos traçados por seu autor ou sua autora. Santos (2020) nos apresenta diversos estudiosos que se debruçaram sobre a temática e dentre eles está a definição de que “política pública é um campo de estudos da Política que focaliza o governo e as grandes questões públicas” (Mead apud Santos, 2020, p. 55).

Também nos apresenta a concepção de Peters (1986) que entende tal conceito como a “totalidade de atividades diretas e indiretas dos governos que influenciam a vida dos cidadãos” (Santos, 2020, p. 55). Este mesmo autor não se desvia de apresentar uma das definições de política pública mais conhecidas, cunhada por Laswell (1936), que entende esse campo do conhecimento como aquele que “busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (Souza apud Santos, 2020, p. 55).

As definições apresentadas acima poderiam embasar nossas pretensões de diálogo sobre o campo das ações afirmativas, todavia, assertivamente, Santos (2020) aprofunda suas discussões nas obras (e críticas) de Lindblom (1959) o qual se atentou para a importância das relações de poder na construção das políticas públicas e entendeu que “[...] a influência de elementos como as eleições, as burocracias, os partidos políticos e os grupos de interesses,

não poderiam ser desconsiderados [...]” (Santos, 2020, p. 56). O autor também traz as discussões de Eastone (1995) que compreende que “[...] as políticas públicas, seus resultados e efeitos recebem induções e influências dos atores mencionados por Lindblom: partidos, mídias e grupos de interesses” (Santos, 2020, p. 56, grifos nossos).

Destaco os grupos de interesse, pois, no que tange às ações afirmativas no Brasil, em especial as cotas raciais, a atuação dos grupos de interesses foi fundamental para os avanços que ocorreram – desde as organizações e resistências do povo negro antes mesmo da abolição até os “Movimentos Negros” com toda a história de luta, enfrentamentos, rearranjos e retomadas institucionais, principalmente, a partir dos anos 1930 com o advento da Frente Negra, em 1940 com o Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro e em 1978, com a consolidação do Movimento Negro Unificado (PEREIRA, 2008).

Retornando aos estudos de Santos (2020), ainda em busca da definição de política pública que melhor expresse a compreensão de ação afirmativa assumida neste trabalho, encontramos a definição de Saraiva (2006), que compreende a política pública como

[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a *manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade*. Decisões condicionadas pelo próprio tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, *desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório* (Saraiva, 2006, p. 28 e 29, grifo nosso).

A compreensão de Saraiva (2006) contempla nossos objetivos ao vislumbrar o potencial de intervenção das políticas públicas não somente na manutenção de equilíbrio social como também na prerrogativa de causar desequilíbrios focalizando mudanças na realidade, assim como também reconhece a participação ativa dos diversos grupos que direta ou indiretamente interferem nos processos decisórios. Esta compreensão traduz plenamente os objetivos das ações afirmativas quando promovem desequilíbrios em favor de determinados grupos almejando modificações na realidade.

Observo ainda a abrangência da concepção de política pública apresentada por Saraiva (2006) quando insere em seu entendimento a perspectiva da intervenção na realidade, considerando os movimentos dos tecidos sociais envolvidos em valores, ideias e visões de cada território e legitimando as demandas tecidas em cada contexto, numa notória descrição das correlações de forças que se apresentam na esfera das relações de poder que permeiam

grupos econômicos e políticos, assim como também classes sociais e diversas outras organizações, indicando que políticas públicas fundamentam-se em decisões pautadas para responder às demandas da sociedade.

Neste sentido, Amabile (2012) ratifica Saraiva (2006) e firma o entendimento de que além de serem questões de ordem pública que apresentam grande abrangência visando os interesses da coletividade, as políticas públicas também se percebem como estratégias atravessadas por variáveis complexas e que, a despeito de serem de responsabilidade da autoridade formal constituída legalmente, vem sendo compartilhada com a sociedade civil por meio dos mecanismos democráticos de participação social (Amabile, 2012, p.390). Assim, incluo no rol das variáveis complexas as extremas desigualdades que assolam a população brasileira desde suas origens escravocratas até sua pós-modernidade ou, por mais adequado dizer, até a modernidade líquida na qual nos encontramos (Bauman, 2001).

De acordo com Silva apud Santos (2020) “[...] a desigualdade é um aspecto estruturante da sociedade brasileira: instala-se com o sistema colonial e permanece mesmo após mudanças políticas e econômicas significativas”, escalando para muito além da perspectiva econômica e cultural, a sociedade brasileira convive ininterruptamente com gravíssimas distorções no campo educacional, no mercado de trabalho, nas condições de moradia e na violência absurda que vem dizimando a dignidade humana de brasileiras e brasileiros, em especial da população negra deste país.

Santos (2020) nos alerta que “[...] nesse particular, é preocupante a situação do Brasil, que de acordo com Menezes Filho e Kirschbaum, no final do século XX, figurava entre os países “com maior desigualdade de renda do mundo e mais baixos níveis de escolaridade média””. Dados apresentados pelo importantíssimo estudo desenvolvido pelo IBGE, por meio da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, intitulado “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”²⁷, publicado em 2019 e 2022, comprovam que o panorama nacional ainda é gravíssimo e revela severas desvantagens da população preta e parda em relação a população branca, demonstrando origens históricas e persistentes.

²⁷ Informativo disponível no site do IBGE
(https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

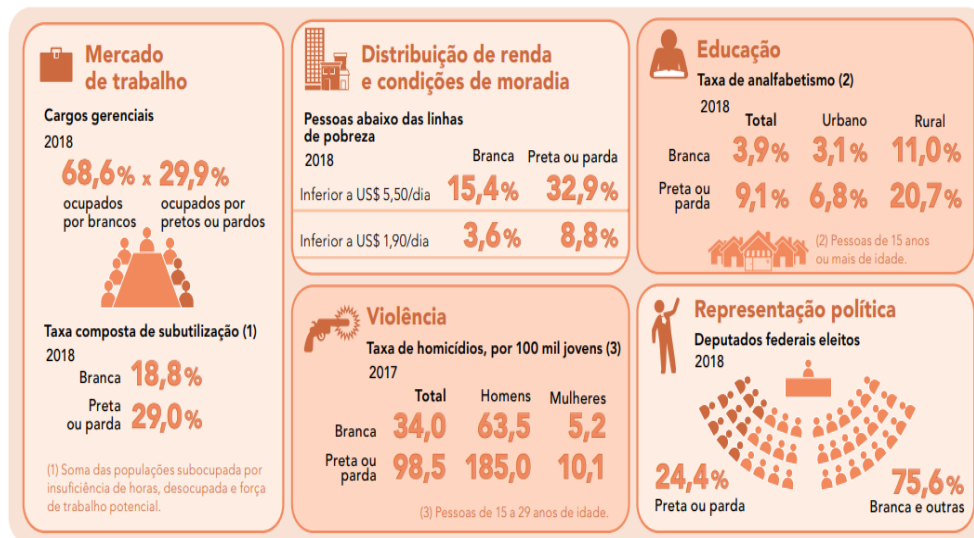
Os referidos estudos foram desenvolvidos com base nos resultados das pesquisas domiciliares realizadas pelo próprio IBGE continuamente e também consideraram os dados de publicações específicas, como a “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira²⁸” e a “Pesquisa das características étnico-raciais da população - PCERP²⁹”, por exemplo. O foco das análises foi as desigualdades sociais por cor ou raça partindo de temas essenciais ligados à reprodução das condições de vida dos brasileiros, analisando assim dados sobre o mercado de trabalho, a distribuição de rendimentos e condições de moradia, além de indicadores relativos à educação, à violência e à representação política.

Cabe destacar que as análises da pesquisa publicada em 2019 foram delimitadas em direcionar as desigualdades entre as pessoas de cor ou raça branca e as pretas ou pardas, sob o entendimento de que estes três grupos representavam, à época, 99% (noventa e nove por cento) da população brasileira, sendo que os brancos somavam 43,1% (quarenta e três vírgula um por cento), os pretos eram 9,3% (nove vírgula três por cento) e os pardos, 46,5% (quarenta e seis vírgula cinco por cento), segundo o IBGE. Ainda, a pesquisa informa que para fins de divulgação, as populações preta e parda foram agregadas, garantindo assim a representatividade em todos os indicadores divulgados (IBGE, 2019).

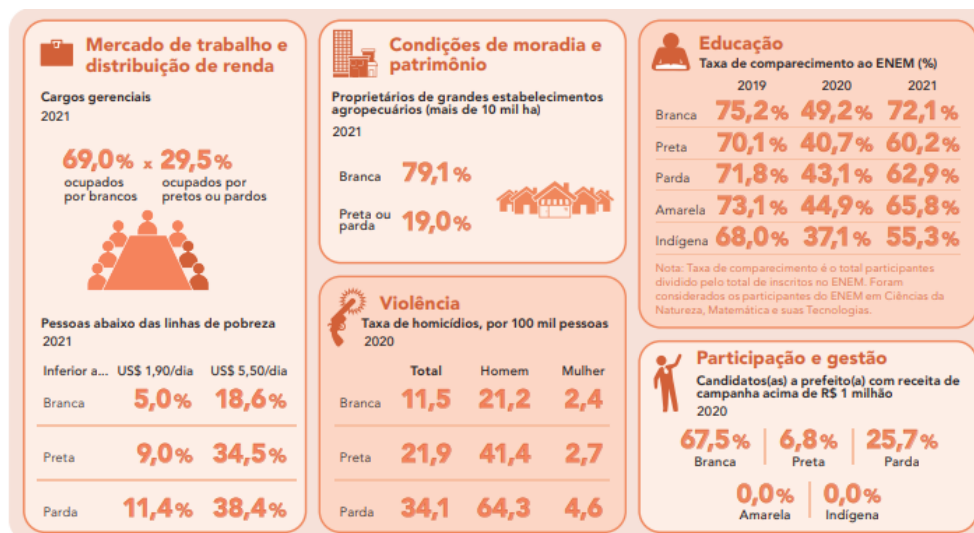
Os cadernos informativos publicados pelo IBGE (2019 e 2022) trazem importantes detalhamentos sobre a pesquisa e sobre cada um dos indicadores utilizados, todavia, para fins deste trabalho, os “*Quadros 1 e 2*” apresentados abaixo trazem um resumo dos dados e já se fazem suficientes para demonstrar, indubitavelmente, as características persistentes e inclementes das salientadas desigualdades de cor ou raça no Brasil, desvelando uma íntima relação com a forma como se deu o processo de desenvolvimento brasileiro, que gerou graves cisões na história de nosso país

²⁸ Obra disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

²⁹ Obra disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

Quadro 1 – Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil (2019)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Quadro 2 – Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil (2022)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Não restam dúvidas quanto às discrepâncias existentes na realidade apresentada nos quadros acima e retomando os conceitos de política pública trabalhados nesse texto, ainda reconhecendo as ações afirmativas enquanto política pública, corroboro a definição de Santos (2020) que nos diz que “[...] ação afirmativa é uma terminologia utilizada para definir as iniciativas públicas ou privadas que têm como objetivo alterar realidades sociais estruturalmente marcadas por desigualdades”, logo, são ações destinadas à integração de grupos sociais excluídos ou com notório histórico de desigualdades, como é o caso da população negra brasileira.

Quando promovida pelo Estado, pode ser considerada como uma política pública redistributiva, que procura estabelecer a alocação mais igualitária dos bens sociais. Aplicada à educação, trata-se de uma política compensatória, que se inscreve no campo da luta contra as desigualdades educacionais para grupos desfavorecidos (Santos, 2020, p. 72).

Neste sentido, é possível reconhecer que ações afirmativas são instrumentos indispensáveis para o enfrentamento das desigualdades oriundas dos mais diversos tipos de discriminações, podendo interferir diretamente nas realidades que retroalimentam as discriminações de gênero, raça, sexo, religião, idade, deficiência, local de residência, dentre outras (Santos, 2020).

Para Malomalo (2014) as ações afirmativas “[...] são políticas multiculturais, políticas públicas e privadas que visam à superação das desigualdades raciais” e, segundo ele, Hall (2003) apresenta o multiculturalismo também como “[...] uma política para corrigir as diferenças históricas”, assim, continua, “[...] como teoria, o desenvolvimento econômico multicultural tem por papel questionar os discursos e as práticas de desenvolvimento tal como vêm sendo teorizados e realizados pelos agentes do Estado, do mercado e da sociedade civil” e afirma, por fim, que nessa perspectiva de desenvolvimento social, os aspectos multiculturais e econômicos se cruzam (Malomalo, 2014, p. 25).

Nessa toada, tecendo um diálogo entre os autores, concepções até agora apresentadas e o objeto de pesquisa, entendo que o procedimento de heteroidentificação se firma como elemento ativo e efetivo de implementação das políticas públicas de ação afirmativa, ou seja, concebendo as cotas raciais como elemento de desequilíbrio, inserido pelo Estado em resposta aos movimentos sociais, que objetiva a alteração da realidade reconhecidamente desigual para a população negra brasileira, posso afirmar, no que tange ao acesso à educação, que as cotas são legítimos instrumentos de reparação e a heteroidentificação a responsabilidade complementar que cabe ao Estado na garantia do cumprimento dos objetivos da política, à sua efetiva implementação.

Não obstante o racismo estrutural e a história de discriminação, as cotas raciais se fazem ponte entre a realidade desigual e a efetividade de um direito, no caso, o direito à educação. Todavia, na ausência de categórica diligência em favor dos verdadeiros sujeitos de direito da política, não há efetividade na garantia desse direito, logo, ainda que a consciência do direito esteja impressa e expressa em lei, se os sujeitos aos quais se almejou reparar não tomam

posse das previsões, estas se tornam meros presságios, ou pior, se apresentam como prognósticos ineficazes, perpetuando assim a exclusão do grupo a que se propôs retratar.

Um agudo sintoma do “racismo líquido” pode ser percebido nos recorrentes casos de ocupação indevida de vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas nas instituições federais de educação e que desenham nitidamente os presságios da tentativa de implementação de uma política sem a devida verificação. É o caso de estudantes que se autodeclararam pardos (na maioria dos casos) por compreenderem que suas origens genéticas se fazem suficientes para o gozo das cotas ou mesmo por construções identitárias devido aos contextos familiares e sociais de miscigenação e ingressam sem serem submetidos ao procedimento de heteroidentificação. Se autodeclararam público-alvo, todavia, não apresentam o fenótipo negro, logo, não se fazem sujeitos de direito da política.

Esses estudantes estão ocupando indevidamente as vagas reservadas para cotas raciais, a despeito de não terem, a princípio, fraudado (ao menos conscientemente, partindo do princípio da boa-fé) o sistema, pois apresentaram a autodeclaração como prevê a lei de cotas e não criaram nenhum artifício que causasse dúvida em suas ações ou documentações entregues, entretanto, inequivocamente seus fenótipos depõem contra eles mesmos – este fato é a base do procedimento de heteroidentificação e suficiente para delimitação do gozo da reparação pretendida pelas cotas.

Dois agravantes se apresentam nesses casos, o primeiro é que a comunidade acadêmica percebe a ausência da cor em determinados coletivos estudantis, seja por parte de servidores mais atentos à realidade e/ou qualificados na área das relações raciais, seja por parte do corpo discente que, ao conhecer os objetivos das políticas de cotas (isso leva um determinado tempo para alguns, o que justifica as denúncias ocorrerem mais do meio para o final dos cursos) passam a analisar e buscar a representatividade negra nos grupos em que estão inseridos e acabam por não encontrar, mas, fato é que comumente esta comunidade naufraga numa inércia de silêncio diante dessa percepção, chegam até a compartilhar tais constatações, tecem comentários a respeito de uma realidade que não expressa os percentuais previstos em lei, todavia parecem estar sob efeito de alguma arma química que os deixa dormentes, indiferentes, insensíveis – racismo líquido borrifado na consciência social há tempos – efeitos perversos de subtração de direitos anunciados aos negros das listas de espera não só das vagas que jamais ocuparão, mas na lista de espera da dignidade, da humanidade.

O segundo agravante é que alguns desses estudantes podem ser denunciados e até chegam a ser submetidos a procedimentos de heteroidentificação, todavia, ainda que o resultado confirme a motivação da denúncia e reconheça que tal estudante definitivamente não apresenta as características fenotípicas necessárias para ocupação das cotas raciais, muitas das vezes estes resultados não são cumpridos pela administração da instituição ou pior, mediante mandatos de segurança judiciais, esses estudantes conseguem finalizar seus cursos e receber o diploma que não lhes deveria pertencer - ao menos não pela via da usurpação de direitos alheios - maculando assim, mais uma vez, o direito do negro à educação.

O Movimento Negro sempre compreendeu que a educação era um dos caminhos para a superação dos problemas e “[...] além de combater o racismo, sempre se esforçou em educar o negro, a comunidade negra – a começar por seus próprios militantes” (Pereira, 2008, p. 45), portanto, se manteve na luta por esse direito e enxergou nas ações afirmativas, sejam de acesso ou de permanência, a via pela qual encontraria possibilidades de transformação da realidade, protagonizando, portanto, as reivindicações das ações afirmativas no Brasil, mais efetivamente a partir de 2001, após a III Conferência de Durban - África do Sul³⁰, evento que exerceu forte influência no jogo de poder político étnico-racial no Brasil (Santos, 2020).

No âmbito educacional, as ações afirmativas expressaram-se de diversas formas no ensino superior, seja por meio das reservas de vagas, dos sistemas de bônus, ou dos cursinhos pré-vestibulares, entre outras. Destaca-se ainda, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que criou a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica e superior. Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, na estrutura do MEC, e de forma um pouco mais abrangente, foi criada a Seppir, com o status de ministério. Coube à Seppir coordenar e articular as políticas de promoção da igualdade racial, numa perspectiva transversal (Santos, 2020, p.98).

É bastante interessante o resgate que Santos (2020) nos apresenta, pois é notória a atuação dos movimentos negros inclusive iniciando as discussões sobre a necessidade de políticas públicas que reparassem a população negra em diferentes aspectos sociais, todavia, hoje podemos perceber que os caminhos trilhados por essas políticas, ao menos no que se refere à educação, não seguiram o princípio racial em suas constituições, ao contrário, a

³⁰ Conferência mundial organizada pela Organização das Nações Unidas, no ano de 2001, na África do Sul e que gerou um importante acordo mundial, por meio da Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a qual foi assinada pelo Brasil e expressa o compromisso dos Estados na luta contra os temas abordados.

escolha se deu pelo viés social, com forte delimitação de classe para só depois, chegar à direcionamentos raciais, como é o exemplo da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como “Lei de cotas”, uma nítida demonstração de que o racismo estrutural ainda é parcialmente reconhecido em nossa sociedade, indicando que parece ser mais confortável ou mais aceitável para as classes dominantes, reconhecer as desigualdades de classe e econômicas, como se a desigualdade ou discriminação racial não fosse uma realidade ou fosse uma subdivisão, de menor impacto e estando contida em problemas mais graves e aparentes na sociedade.

Santos (2020) nos ilustra algumas ações de articulação e coordenação da Seppir que configuram políticas de ação afirmativa no Brasil:

[...] (i) aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, pela Lei n. 12.288, de 2010, que sistematizou uma série de demandas históricas do movimento negro na forma de Lei; (ii) sanção, em 29 de agosto de 2012, da Lei n.º 12.711, que determinou a reserva de 50% de vagas no ensino superior e técnico de nível médio para egressos de escola pública, pessoas de baixa renda, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência; (iii) visando a reserva de vagas para negros nos concursos públicos da administração federal, em 18 de junho de 2014, foi aprovada a Lei n.º 13.990; (iv) no âmbito da saúde foram desenvolvidos vários programas com foco na saúde da população negra; (v) nos Direitos Humanos, em 2005, foi instituído o Programa de Combate ao Racismo Institucional; (vi) na área da comunicação, o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), criado em 2009, propôs a inclusão de cotas representantes das populações negras, indígenas, ciganas e demais minorias étnicas nas mídias, especialmente nos programas de televisão e em peças publicitárias (Santos, 2020, p. 98).

A adoção de ações afirmativas não se deu somente no Brasil, há registros em todos os continentes e em vários países, sendo os Estados Unidos o modelo de maior influência para as políticas brasileiras “[...] seja por importação, cópia, adaptação ou reinterpretação” (Santos, 2020, p. 92), todavia os primeiros registros indicam que a Índia (1940) foi a primeira nação a adotar políticas equivalentes ao que conhecemos hoje por ação afirmativa e junto com os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos (1960) e os desdobramentos do pós-Apartheid na África do Sul (1993) foram os eventos que alavancaram globalmente as ações afirmativas (Santos, 2020).

É importante destacar aqui o caso da Malásia que, ainda segundo Santos (2020), “[...] a adoção de medidas que se assemelham ao que se conhece hoje por ações afirmativas remontam ao século XIX, ocasião na qual a estrutura ocupacional era hierarquizada, com

bases étnicas” (Santos, 2020, p.85), todavia, foram estruturadas cotas para os nativos “[...] visando o acesso ao serviço público, bolsas de estudos, doações de terra e autorização para estabelecimento de negócios” (Santos, 2020, p.85), isso por volta de 1957. O caso da Malásia é importante devido à semelhança com a Índia e com o Brasil, países em que os beneficiários das ações afirmativas não se limitam a grupos minoritários, “[...] lá (na Malásia), os seus beneficiários representam a maioria da população com histórico de discriminação, o que se assemelha aos casos da Índia, com os intocáveis, e do Brasil, com os negros e indígenas” (Santos, 2020, p. 86).

A França também ofereceu um tratamento diferenciado para sua população, isso desde 1981, com ações voltadas para as zonas da educação e desemprego, todavia, o que chama atenção nas ações da França foram os critérios de indicação dos beneficiários das políticas.

Se nos Estados Unidos, Índia, Malásia, África do Sul, Reino Unido e Brasil, a raça ou etnia são fatores que identificam os sujeitos da ação afirmativa, isso não se aplica à França. Lá a raça/etnia não é utilizada para a promoção de política pública, estando o foco em determinados grupos sociais, conforme o local de moradia. [...] combinado com a condição de classe, as Zonas Educacionais Prioritárias (ZEP). [...] Considerando as características das populações das ZEP, em comparação com a realidade norte-americana, as políticas de ação afirmativa francesas, baseadas em território, findam por focalizar as minorias étnicas ou raciais. De tal sorte, podem ser caracterizadas, indireta e implicitamente, como medidas baseadas em raça, ainda que não intencionalmente. Destacando que as populações das ZEP são constituídas por imigrantes africanos oriundo das regiões norte e subsaariana do continente (Santos, 2020, p. 87-89).

Já na América Latina, temos vários outros países que adotam as ações afirmativas, sendo a maior parte destinadas a “[...] grupos étnicos dos quais os afrodescendentes são os destinatários preferenciais” (Santos, 2020, p. 89). Colômbia desde 1991, com previsão constitucional de reconhecimento e proteção da diversidade étnica; também desde 1991 a Argentina destina medidas afirmativas para mulheres, não apresenta políticas específicas para afro-argentinos, todavia, tem farta legislação com foco nos direitos humanos; o Uruguai e o Equador a partir de 2006, com ações direcionadas a treinamento da força militar, bolsas de estudos, direitos coletivos econômicos, sociais, culturais e políticos; Honduras a partir de 2007 com modesto recorte étnico e o Brasil que desde os anos de 1980 apresenta reivindicações de ação afirmativa como política pública por intermédio das pressões exercidas pelos movimentos negros e de mulheres negras (Santos, 2020).

Todo o histórico realizado até aqui nos conduz ao reconhecimento não somente da importância das ações afirmativas para a correção das distorções ocorridas com determinados grupos (minoritários ou não), como também nos leva a perceber as responsabilidades institucionais, na figura do Estado e demais organizações que ocupam esse território, para com a efetividade de tais políticas públicas, assim, me amparo na “Filosofia do Ubuntu³¹”, em que Malomalo (2014) nos diz que existem três princípios éticos que norteiam o debate sobre as ações afirmativas, quais sejam a igualdade, a equidade e a responsabilidade, sendo que “[...] a responsabilidade social como uma postura ética na prática do desenvolvimento é a busca do equilíbrio entre os seus três eixos: o social, o econômico e o ambiental [...] que levaria para um desenvolvimento sustentável.

A inserção de desequilíbrios – ações afirmativas - em realidades desiguais, é capaz de criar condições de equalização que conduziriam à extinção da necessidade de sua existência – sustentabilidade social num sistema equalizado e justo: a utopia que acolhe as contribuições da heteroidentificação, inicialmente enquanto ferramenta de controle, todavia contínua e efetivamente como processo educativo das relações raciais, rompendo a barreira do acesso e descortinando a utópica política afirmativa de permanência material e simbólica de ingressantes pelas vagas reservadas nos mais variados sistemas de ensino.

³¹ MALOMALO, Bas'ilele. **Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento**. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

5 PAISAGENS

5.1 TECELAGENS NACIONAIS: UM BREVE PANORAMA DA HETEROIDENTIFICAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BRASIL

Para além do monitoramento e controle da efetividade das cotas, compreendo que o procedimento de heteroidentificação, na figura institucional, traz um enorme potencial educativo em suas ações. Desempenhar um papel pedagógico junto aos membros heteroidentificadores das comissões de verificação, por meio dos processos formativos indispensáveis para atuação nessa área, assim como, também, junto aos candidatos submetidos à etapa da heteroidentificação, vai ao encontro da atividade-fim da instituição: educar. Iniciar um processo de educação étnico-racial até mesmo junto àquelas e aqueles que não ingressarão na instituição, mas permanecerão ocupando os espaços sociais e cumprindo seus papéis enquanto cidadãos, numa sociedade estruturalmente racista e preconceituosa, me parece urgente.

Todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IF's precisam atender à Lei N. º 12.711/2012 e independente da forma como realizam seus processos de seleção devem reservar, no mínimo os percentuais previstos em lei, um quantitativo de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Mas, como os IF's estão realizando a verificação dessas autodeclarações, ou melhor, será que todos os IF's realizam algum tipo de verificação dessa modalidade de cota? Assim, busquei compreender como os Institutos Federais estão desenvolvendo este monitoramento e controle em suas políticas de cotas, construindo o retrato do cenário nacional para, então, aprofundar no contexto institucional.

Fazendo uso do direito à informação e me amparando na Lei N. º 12.527/2011, utilizei a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR para encaminhar, em agosto de 2021³² e agosto de 2022³³, um questionário aos 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, aos 02 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica, a

³² Apêndice A – Mapeamento da Heteroidentificação na Rede Federal

³³ Link onde é possível conhecer as perguntas encaminhadas aos IF's, em agosto/2022: <https://forms.gle/cbnzusn7oPTBz6dz7>

01 (um) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a 01 (um) Colégio Pedro II, totalizando 42 (quarenta e duas) instituições que compõem parte da Rede Federal de Educação do Brasil. Cabem aqui dois registros: primeiro que, apesar de as Universidades Federais também serem integrantes da Rede Federal de Educação, optei por abordar a heteroidentificação somente nos IF's e Cefet's, devido às especificidades de suas ofertas e segundo que, em 2022, optei por utilizar um formulário online para coletar os dados de monitoramento da heteroidentificação nos IF's, encaminhando assim um link à todas as 42 instituições da rede. Todavia, amparadas na mesma Lei 12.527/2011, 06 (seis) instituições se reservaram o direito de não responder, por interpretar que formulários encaminhados por meio de links estariam, de alguma forma, fora do escopo da lei. Percebi que estas instituições não se sentiram seguras para responder à questionamentos por etapa, como foi formatado o formulário online.

Assim, fica o alerta à pesquisadoras e pesquisadores para que se atentem ao formato de solicitação das informações, pois, por vezes, pode ser mais assertivo encaminhar anexos nos quais o respondente tenha acesso direto a todo o conjunto de perguntas (ainda que posteriormente precise organizar as respostas e construir tabelas para tabulação dos dados) do que enviar somente um link e correr o risco de não obter todas as respostas que almejava. Aprendi com essa experiência e adaptei o formato das próximas consultas, as quais passarão a contemplar um formulário anexo com o conjunto total de perguntas, mas serão acrescidos do link onde constarão exatamente os mesmos questionamentos, deixando assim a critério do respondente o formato que desejar responder.

Retornando às análises, fui em busca de informações para compreender o cenário nacional, ainda que superficialmente, e tentar responder aos seguintes questionamentos: Há heteroidentificação em todos os IF's do Brasil? São procedimentos regulamentados institucionalmente ou realizados somente mediante denúncias de irregularidades? As comissões são compostas de forma a garantir a diversidade necessária? Os usuários são submetidos ao procedimento individualmente ou há alguma forma coletiva de realizar a heteroidentificação? Todas as instituições se mantiveram participantes nas duas consultas,

ainda que 01 (uma) em 2021³⁴ e 06 (seis) em 2022³⁵ não tenham respondido aos formulários, elas retornaram justificativas e algumas até realizaram encaminhamentos à setores específicos, mas não obtive retorno desses setores, ficando portanto, estes IF's, caracterizados no painel de análises³⁶ como “Não informado”.

Nessa configuração, compreendo que há condições de análises bastante interessantes sobre a forma como a heteroidentificação vem se configurando na rede, por meio de “fotografias” realizadas a partir do ano de 2021, criando condições de manutenção do monitoramento que pretende acompanhar o avanço da rede na perspectiva da implementação da heteroidentificação, enquanto procedimento regulamentado, visto que vários institutos informaram, em 2021, que não tinham o procedimento institucionalizado no momento da aplicação do formulário, todavia, estavam em processo de tramitação de suas regulamentações, o que já foi possível comprovar com a “fotografia” de 2022, como observaremos a diante.

Portanto, para viabilizar o acompanhamento das informações coletadas sobre a rede, criei o Painel de Mapeamento da Heteroidentificação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / IF's - Rede Federal de Educação Profissional do Brasil, como informado acima, um painel de gráficos interativos utilizando o aplicativo “Power BI”, no qual é possível conhecer com mais detalhes as informações fornecidas por cada instituição, assim como também serviu de fonte para as capturas de tela e dos gráficos que utilizo neste capítulo.

Com o objetivo de encadear as análises e a leitura deste capítulo, assim como também familiarizar o leitor com possíveis interfaces do painel de mapeamento e apresentar as potencialidades que esta ferramenta pode nos trazer, optei por apresentar as capturas das telas do painel com diferentes filtros, os quais vão alterando todo o conjunto de gráficos e

³⁴ O Colégio Pedro II foi a única instituição que informou que não poderia fornecer informações sobre o assunto, pois entendeu que se tratava de pesquisa na instituição e que seria preciso autorização de seu Conselho de ética. Foi aberto recurso, mas o posicionamento da instituição permaneceu o mesmo.

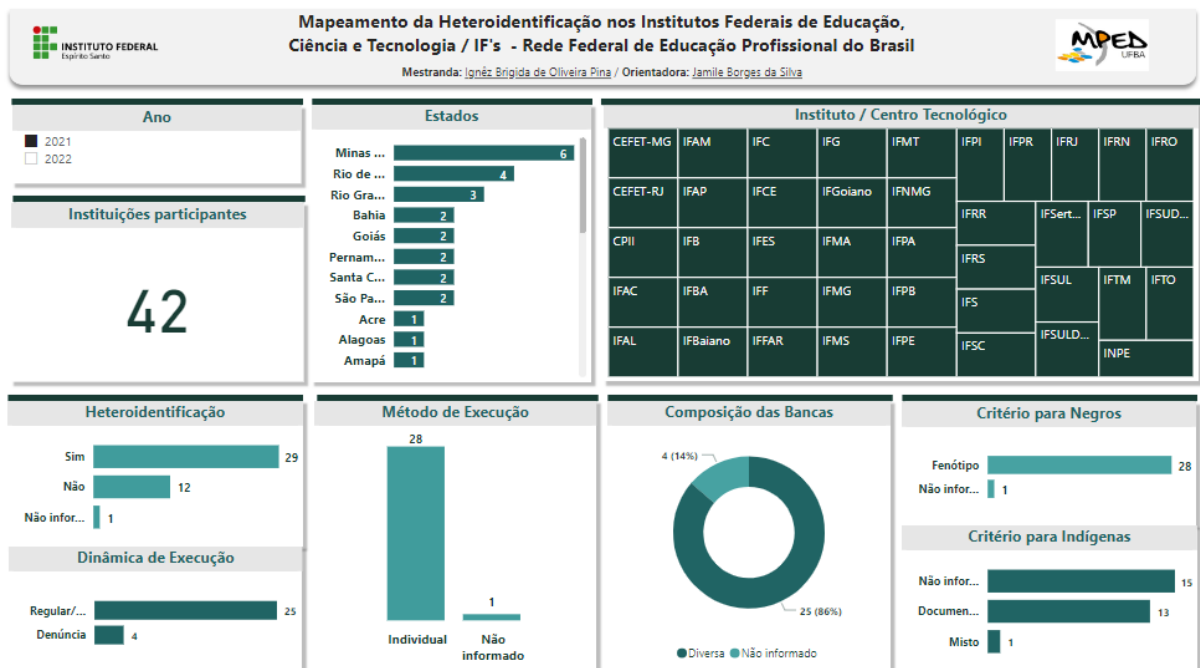
³⁵ CEFET-RJ, CPII, IFAL, IFBaiano, IFFAR e IFPR foram as instituições que compreenderam, de alguma forma, que o questionário online estaria fora do escopo da Lei de acesso a informação (LAI) e não responderam ao formulário da consulta.

³⁶ Mapeamento da Heteroidentificação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / IF's - Rede Federal de Educação Profissional do Brasil (Painel de gráficos interativos criado por meio do aplicativo “Power BI”) (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMGUwNmEwNGUtYjFIMS00ZGMxLTIiMGUtMDRhYTc2YTJjNTI2liwiZCI6IjQ5ZTYzMTZkLWUxZjctNGM2Zi1iYjQ0LWY4ZmYxZTZiMTFmMSJ9>)

criando robustez nas análises que busquei realizar. Não tenho a intensão de realizar análises de instituições isoladamente, ao menos por agora, mas julgo pertinente que o leitor saiba sobre quais instituições os números estão se referindo e mediante a metodologia adotada é possível identificar as siglas de cada instituição. Assim, ora farei observações mais focalizadas, ora mais abrangentes sobre as telas capturadas, todavia, deixo também para o leitor condições dele mesmo encontrar pontos de reflexões de acordo com as imagens que apresento e, caso tenha a intensão de conhecer melhor o perfil de uma instituição, poderá acessar o link do painel e realizar os filtros que desejar. Para iniciar com as análises, cabe destacar que em determinados momentos também faço recortes de gráficos individualizados, pois estes podem contribuir para o conjunto das discussões que pretendo tecer nessa etapa da pesquisa.

Como é possível perceber, a Imagem 1 é a “fotografia” geral no ano 2021. Há a possibilidade de filtrar por ano, por estado, por instituição, por heteroidentificação, por dinâmica de execução, por método de execução, por composição das bancas e por critérios, a depender do interesse do usuário. Assim, os gráficos vão se alterando a medida que manipulamos os filtros, podendo utilizar um ou mais filtros sobrepostos.

Imagem 10 – Panorama geral do ano 2021

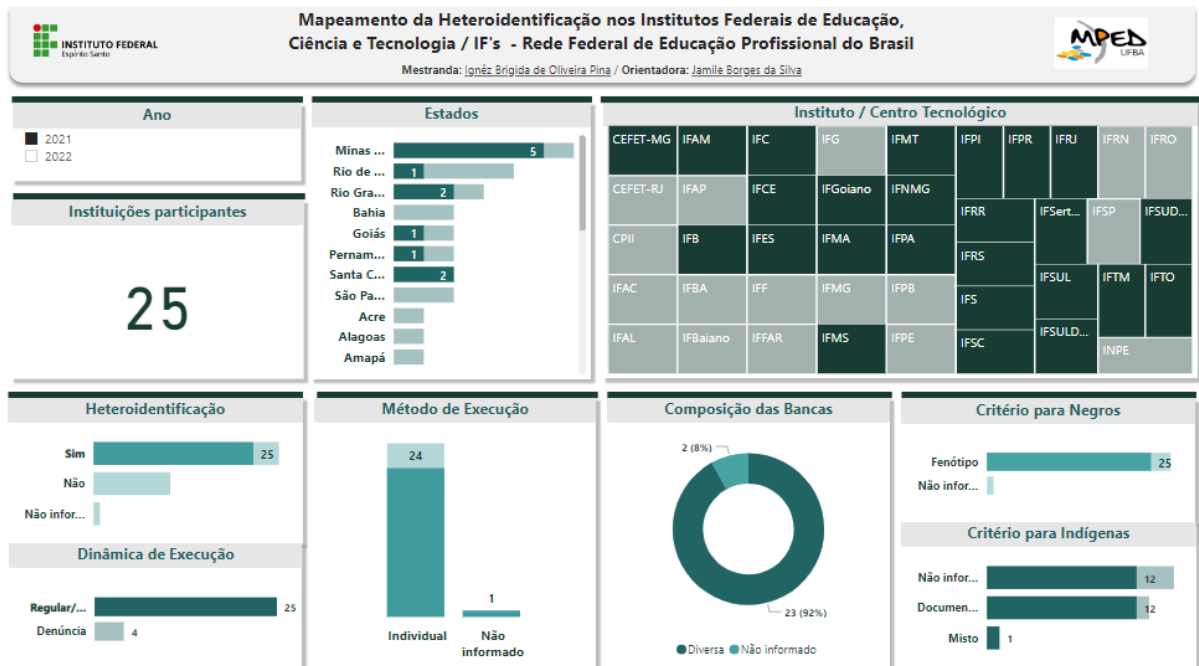


Fonte: Elaborado pela autora

Ante a apresentação do painel, passo a analisar os dados em busca das respostas aos questionamentos que motivaram a criação dessa ferramenta e uma das indagações era saber

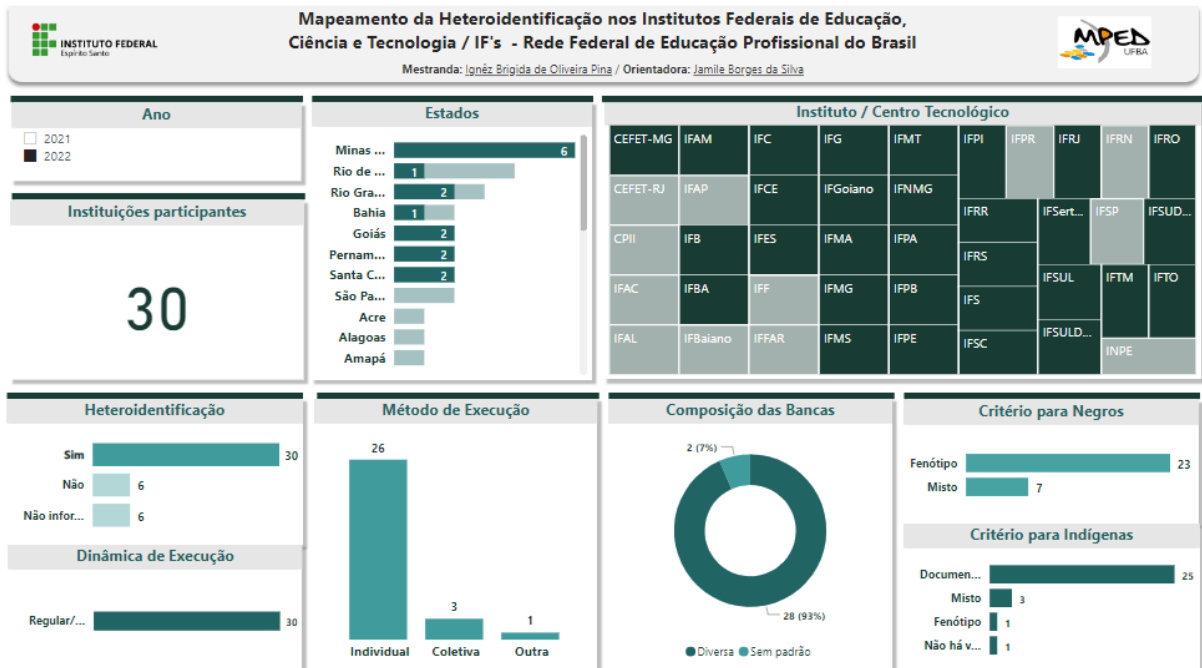
se haveria heteroidentificação em todos os IF's do Brasil. A resposta é não. Como é possível observar na Imagem 2, não havia heteroidentificação em todos os IF's do Brasil. Somente 25 (vinte e cinco) dos 42 institutos informaram que realizavam o procedimento em 2021 e, mantendo a negativa, somente 30 (trinta) IF's em 2022 realizavam a heteroidentificação, como é possível observar na Imagem 3, passando de 59,5% para 71% da rede nacional que executava a heteroidentificação nos respectivos anos. É interessante observar que em 2021, 04 (quatro) IF's informaram que realizavam a heteroidentificação somente mediante denúncia de irregularidades em seu sistema de cotas, representando assim, 9,5% do total da rede, todavia, ficou inviável comparar esse percentual em 2022, visto que dessas quatro instituições duas (CEFET-RJ e IFFAR) não responderam o formulário online, uma (IFRN) informou que não fazia o procedimento sem detalhar se o "não" era devido à ausência de denúncias no ano de 2022 ou se representava um retrocesso nas políticas institucionais e uma (IFG) já figurava na listagem das que realizavam o procedimento e manteve a informação. O fato é que, em 2022 (Imagem 3) todos os trinta IF's que informaram realizar a heteroidentificação, a executaram de forma regular/contínua, ficando então respondida a segunda pergunta sobre a dinâmica de execução dos procedimentos.

Imagem 11 – Mapeamento Heteroidentificação 2021 (IF's que realizam a Heteroidentificação)



Fonte: Elaborado pela autora

Imagem 12 – Mapeamento Heteroidentificação 2022 (IF's que realizam a Heteroidentificação)



Fonte: Elaborado pela autora

Ainda em análise sobre quais IF's realizam a heteroidentificação, destaco aqueles que informaram que “Não” realizavam o procedimento e que aparecem na cor cinza, no gráfico “Instituto / Centro Tecnológico” (Imagem 2). Esse grupo perfazia um total de 12 (doze) IF's, correspondendo à 28,5% em 2021 e passou para 06 (seis) IF's em 2022 (Imagem 3), representando 14,3% da rede que não realizava a heteroidentificação. Essa redução poderia ser considerado um bom avanço quanto à implementação na rede nacional, todavia, ao comparar os gráficos “Heteroidentificação” nas Imagens 2 e 3, é possível perceber que essa redução se deu mediante o crescimento, em 2022, quase que igualmente proporcional, do número de IF's que “Não Informou” (aquelas cinco instituições que não responderam ao formulário online), em 2021. Logo, o avanço real de implementação na rede aconteceu mesmo com outras 05 (cinco) instituições, as quais se encontram nos estados da Bahia (IFBA), Minas Gerais (IFMG), Paraíba (IFPB), Pernambuco (IFPE) e Rondônia (IFRO).

Um outro questionamento que sempre se apresentava para mim era a questão dos possíveis métodos de execução do procedimento. Ser submetido ao procedimento individualmente seria a única maneira de se realizar a heteroidentificação? Ou existira a possibilidade de realizá-la coletivamente? Essa questão foi enviada aos IF's nas duas “fotografias” feitas em 2021 e 2022. De acordo com os Gráficos 1 e 2, na primeira abordagem 24 (vinte e quatro) IF's informaram que os candidatos eram submetidos à heteroidentificação

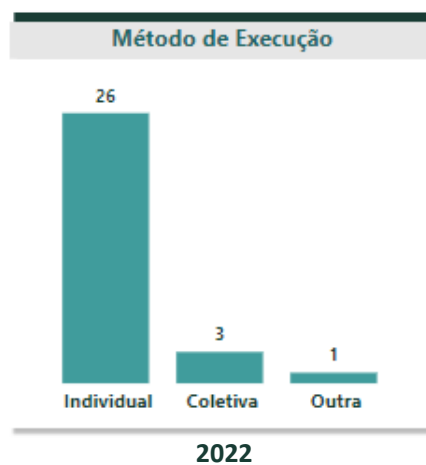
individualmente, o que significa que 96% da rede que fazia a heteroidentificação realizava o procedimento de forma individual. Um instituto (IFAM) não informou qual o método utilizava para realizar o procedimento. Não obtive nenhuma informação sobre outros métodos de heteroidentificação realizados em 2021. Todavia, ao direcionar as “lentes do Colhetear” para a segunda “fotografia”, em 2022, foi possível identificar que 03 (três) IF’s informaram realizar o procedimento de forma coletiva, logo, é possível afirmar que 10% dos IF’s realizavam a heteroidentificação de forma coletiva em 2022. Estes IF’s estão nos estados da Bahia (IFBA), do Ceará (IFCE) e do Sergipe (IFS).

Gráfico 1 – Método de Execução em 2021



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2 – Método de Execução em 2022



Fonte: Elaborado pela autora

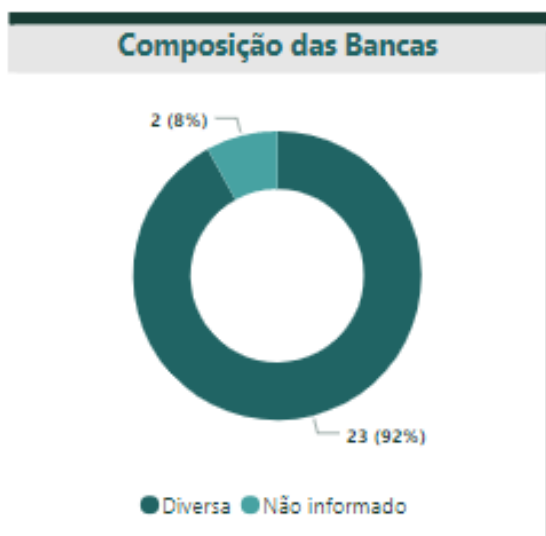
De acordo com Carvalho (2020), desde a implementação das cotas para negros e indígenas em 2003, surgiram denúncias de fraudes na autodeclaração por parte de candidatos brancos aprovados como cotistas. A Universidade de Brasília (UnB), após a abertura do seu primeiro vestibular de cotas em 2004, muito antes da aprovação da Lei n.º 12.711/2012, implementou uma comissão que utilizou o critério de aferição por fotografias para controlar a possibilidade de falsificação de identidade racial. No entanto, essa medida foi criticada e suspeitas sobre a veracidade da condição racial dos cotistas negros foram difundidas na mídia nacional. Nesse contexto, o autor propôs o princípio da autodeclaração confrontada como base para verificar a condição racial dos candidatos aprovados pelas cotas.

Minha proposta era então de que todos os alunos cotistas fizessem sua matrícula juntos, presencialmente, de modo que pudessem se ver uns aos outros. Afinal, trata-se de uma política pública, e as cotas são um direito e não uma concessão dos brancos acadêmicos para os estudantes negros. A recusa da UnB se deu provavelmente por temor à dimensão política deste modelo. Acredito que a administração já temia as fraudes e preferiu não confrontá-las, caso ocorressem, para não expor uma eventual crise e assim

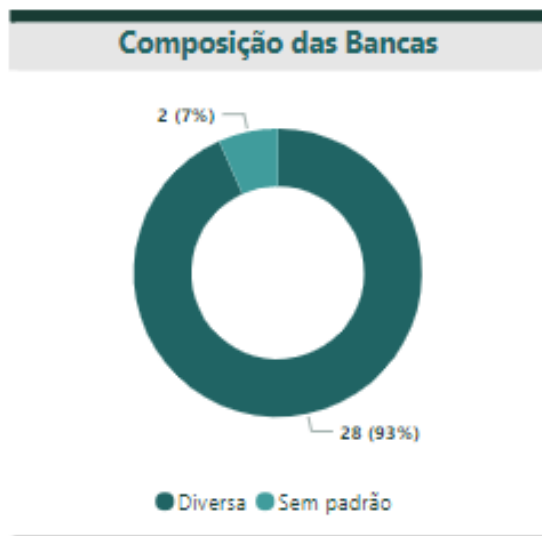
fortalecer os contrários à nascente política. Contraditoriamente, o procedimento de *não revelar publicamente os nomes dos optantes aprovados* teve o efeito de *proteger os fraudadores do escrutínio fenotípico coletivo e do consequente questionamento público* acerca da sua legitimidade enquanto cotista, se não por parte da administração, pelo menos certamente por parte dos estudantes negros, cotistas e não cotistas (Carvalho, 2020, p. 47, grifo nosso).

Cabe destacar que o objetivo do mapeamento da rede federal se delimita aos registros pontuais, mas, cíclicos, da heteroidentificação na rede dos Institutos Federais, sempre por meio das ouvidorias dessas instituições, não havendo possibilidade para detalhamentos ou aprofundamentos vinculados aos registros das informações obtidas no momento da “fotografia”. Assim, por mais instigante que seja a informação de que há institutos realizando a heteroidentificação de forma diferente – coletiva – ainda que não seja totalmente inovadora, como é possível perceber pelos registros de Carvalho (2020), não compete a essa pesquisa aprofundar-se nessa ceara, ficando assim uma promissora possibilidade de estudo e pesquisa. Ainda, um instituto informou que realizava o procedimento de outra forma que não a individual ou coletiva, todavia, sem especificações, não cumprindo também a este estudo tentar desvendar esse outro método, ao menos por agora, restando no momento, informar a localização desse IF, o qual se situa no estado do Tocantins (IFTO).

No que tange à composição das comissões ou bancas de heteroidentificação, Carvalho (2020) ainda contribui para a discussão sobre a importância da diversidade racial e de gênero, por exemplo, na composição dos membros dessas comissões quando, ao refletir sobre a situação de verificação de cotistas fraudadores denunciados, relata que “[...] trata-se de um escrutínio fenotípico fora do contexto cotidiano e a própria identidade racial dos membros (da comissão) pode ser um fato na sua avaliação e sua objetividade pode crescer a partir da consciência que adquiram acerca do que está em jogo nesta interação específica” (Carvalho, 2020, p. 61). Diante de importantíssima questão, passo a analisar os Gráficos 3 e 4, que expressam a realidade da rede também nos anos de 2021 e 2022, respectivamente.

Gráfico 3 – Composição das Bancas em 2021**2021**

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 4 – Composição das Bancas em 2022**2022**

Fonte: Elaborado pela autora

Os questionamentos que foram enviados aos IF's também buscavam compreender sobre a diversidade na composição das bancas e, mais especificamente na consulta de 2022, as instituições poderiam informar se suas respectivas comissões atendiam à diversidade de raça/cor/etnia, gênero, naturalidade ou se o quesito diversidade não era fator regulador para a composição dessas comissões. Como é possível observar, os percentuais permaneceram praticamente inalterados, criando condições de afirmar que mais de 90% dos IF's que realizavam o procedimento de heteroidentificação nos anos de 2021 e 2022 estavam atentos e garantiam os critérios de diversidade para a composição de suas comissões.

Outra questão também perquirida foi o critério utilizado pelas instituições participantes para avaliação do usuário quando da realização do procedimento. Quais critérios eram utilizados para verificação dos autodeclarados negros? E os autodeclarados indígenas, eram submetidos aos mesmos critérios que os negros ou havia outros padrões de análises? Como é possível perceber nos Gráficos 5 e 6, 100% (25) dos institutos que realizavam o procedimento em 2021 informou que o fenótipo era o único critério utilizado para a verificação de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos). Já em 2022 (Gráfico 6), é possível perceber uma pequena redução no quantitativo de IF's que utilizavam o fenótipo como único critério de verificação de autodeclarados negros, todavia, inaugura-se um novo indicador que não encontrava-se no rol de indicações de 2021. O indicador "Misto" expressa a verificação realizada por análise fenotípica e documental combinadas. Em vista disso, é lícito

afirmar que 23,3% (07) das instituições que realizavam a heteroidentificação em 2022 lançavam mão tanto da análise do fenótipo quanto da análise documental para verificação de candidatos autodeclarados negros. Estes IF's se encontram nos estados do Amazonas (IFAM), do Distrito Federal (IFB), do Maranhão (IFMA), de Minas Gerais (IFSudeste de Minas), do Pará (IFPA), de Pernambuco (IFSertão PE) e do Tocantins (IFTO).

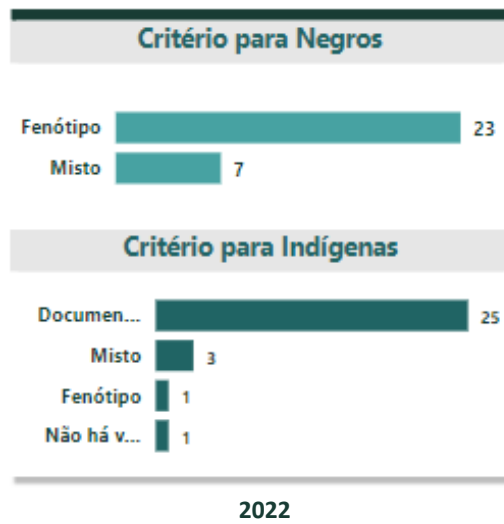
Novamente, a “fotografia” não alcança as explicações e/ou justificativas para a atuação dessas instituições, todavia, cabe considerar que os possíveis impactos da Pandemia da Covid-19 e/ou outras demandas regionais, por exemplo, podem ter exigido desses IF's a adequação de seus procedimentos. Esse novo indicador – “Misto” – me desperta atenção e passa a ser um ponto de alerta nas próximas “fotografias”, assim como também pode se tornar objeto de aprofundamento para demais estudiosos que busquem compreender melhor como se daria a análise documental para verificação de negros, visto que já se faz pacificada a compreensão de que o fenótipo é o fator decisivo para práticas discriminatórias no Brasil, tornando-se elemento fundamental para a prática reparatória e de justiça social, que justificam a atuação das bancas de heteroidentificação.

Gráfico 5 – Critérios de Verificação em 2021



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 6 – Critérios de Verificação em 2022



Fonte: Elaborado pela autora

No que tange aos registros dos critérios de verificação de autodeclarados indígenas, ocorre algo bastante interessante: em 2021 (Gráfico 5), um importante percentual das instituições participantes não informava os critérios que utilizavam para análise de indígenas, perfazendo um montante de 12 (doze) IF's, o que correspondia à 48% dos respondentes. O mesmo percentual – 48% - informou que utilizava a análise documental como critério do

referido público e 01 (um) IF's já indicou, em 2021, que realizava a análise fenotípica e documental combinadas. Esse IF está localizado no estado do Tocantins (IFTO), manteve a mesma informação em 2022, ao que tange a análise de autodeclarados indígenas e amplia este mesmo critério de verificação – misto – também para os autodeclarados negros, figurando, assim, entre as instituições que modificaram os critérios desse público dentro do interstício analisado.

Seguindo com as análises quanto aos critérios de verificação dos autodeclarados indígenas, em 2022 (Gráfico 6), é expressivo o aumento de registros de IF' que utilizavam exclusivamente a análise documental, passando de 48% (12) para 83,3% (25) dos respondentes. Cabe informar que esse notório aumento se deu, quase que integralmente, pelo movimento de respostas, em 2022, dos doze IF's que estavam no grupo de “Não informado” em 2021. Com exceção de um IF (IFAM) que não havia respondido em 2021 e, em 2022, informou que o critério utilizado para análise dos autodeclarados indígenas era o “Misto”, todas as outras onze instituições (CEFET-MG, IFC, IFCE, IFGoiano, IFMA, IFMS, IFMT, IFRS, IFRJ, IFSertão PE e IFSul) informaram que adotaram o critério “Documental” para análise desse público. Outro registro interessante, nessa categoria de análise, é o do critério “Misto” (fenótipo + documental), que passou de 4% (1) para 10% (3) dos institutos (IFAM, IFPA e IFTO).

Explorando ainda o Gráfico 6, dois outros registros merecem destaque: primeiramente, um instituto localizado no estado de Roraima (IFRR) informa que utiliza o critério “Fenótipo” para análise de autodeclarados indígenas. Não bastasse o ineditismo deste registro, ao verificar a informação deste IF em 2021, constato que há uma alteração de “Documental” para “Fenotípico”, ou seja, em 2021 a instituição verificava as autodeclarações de indígenas por meio de análise documental e, por razões que não foi possível averiguar, passou a verificar as autodeclarações de indígenas, em 2022, por meio de análise fenotípica.

O segundo registro a ser destacado é o que se refere à resposta “Não há verificação”. Essa resposta não figura dentre os indicadores do formulário, todavia, há a possibilidade do respondente marcar “Outros” (quando as possibilidades de respostas não contemplam sua realidade) e, neste caso, deve indicar ao que está se referindo. Portanto, como é possível observar no Gráfico 6, um instituto localizado no estado da Bahia (IFBA), informou que não realizava a verificação de autodeclarações indígenas. No caso em específico, ao buscar informações na primeira “fotografia”, constato que a instituição não realizava a

heteroidentificação em 2021, institucionalizando o procedimento somente a partir do 2022, implementando a verificação apenas para autodeclarados negros e adotando exclusivamente o critério fenotípico para análise desse grupo, conforme os registros constantes no painel de mapeamento. Cabe também o registro que este mesmo IF compõe o grupo das instituições que realizavam a heteroidentificação de forma coletiva.

Por hora concluindo, mas de modo algum dissipando as possibilidades de investigação vislumbradas no mapeamento da heteroidentificação nos IF's do Brasil, importa alguns destaques quanto ao painel: 1) o dispositivo foi criado sem maiores pretensões e, originalmente, seria utilizado somente para me auxiliar nas análises do panorama nacional da heteroidentificação na rede federal, como suporte para a escrita da dissertação do mestrado; 2) pela gênese, inicialmente, de uso pessoal, são notórias as alterações realizadas no segundo formulário, no que tange ao amadurecimento da abordagem e até a inserção de indicadores, alterações que também podem ocorrer nas próximas coletas; 3) ao perceber a robustez da ferramenta, decido por inseri-la como parte da dimensão diagnóstica do Método Colhetear e esta decisão me conduz ao constante aprimoramento do painel, havendo possibilidades de atualizações e adaptações sempre que o método exigir; 4) as informações estão rigorosamente espelhadas às respostas encaminhadas pelos IF's mediante manifestações pelo Fala.BR, ficando arquivadas na plataforma do governo federal e podendo ser acessadas por mim a qualquer tempo. Todavia, cabe registrar que não houve interação direta entre os respondentes e eu, logo, pode ter havido diferentes interpretações por parte das instituições, o que justificaria discrepâncias entre a realidade e os registros, assim como também no levantamento dos gráficos e, por consequência, nas análises realizadas; 5) já é possível identificar a possibilidade de duas melhorias no painel, quais sejam: a) criar indicadores que monitorem a capacitação do membros das bancas e b) links que direcionem às páginas institucionais e suas respectivas regulamentações da temática.

Por conseguinte, ainda que as “fotografias” coexistentes não consigam traduzir por completo a realidade da heteroidentificação nos Institutos Federais do Brasil, podendo, inclusive, haver pequenas distorções das realidades pontualmente capturadas, não se pode negar que elas – as “fotografias” – ainda que datadas nos despertam, nos fazem perceber algo que estava fora do campo de percepção, rearranjam, enriquecem as cenas e nos instigam a querer conhecer um pouco mais sobre esse complexo, mas potente universo da

heteroidentificação. Almejo que o painel seja compreendido como uma dialética alimentada, intermitentemente, por realidades articuladas entre si, capaz de mediar conhecimentos e práticas que, ao serem conhecidas podem conduzir a avanços coletivos em prol da efetividade das cotas e, conseqüentemente, da educação antirracista.

Assim, finalizo este capítulo vislumbrando as realidades apresentadas em 2021 e 2022, sendo razoável dizer que a maioria dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil realiza a heteroidentificação, sendo um procedimento regulamentado, ao qual os candidatos são submetidos, majoritariamente, de forma individual, ainda que existam nuances coletivas. Nem todos os IF's utilizam o fenótipo como base para análise da autodeclaração de negros, o que pode parecer caminhar na contramão. Para os indígenas, a análise documental é expressivamente utilizada, ainda que existam frações de análise fenotípica – novamente contramão. Também é possível afirmar que a maioria das comissões ou bancas apresentam uma crescente quanto ao quesito diversidade em suas composições, demonstrando assim respeitar a diversidade de gênero e de raça/cor/etnia, importantíssimo fator para a efetividade do procedimento.

5.2 O JARDIM DE CASA - A ERER ENQUANTO PROPOSTA CURRICULAR: OUTROS OLHARES SOBRE AS PROPOSTAS DO IFES

Este capítulo se mostra um exercício de reflexão sobre a proposta curricular em Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, explicitada nos documentos institucionais, mais especificamente, uma análise crítica-reflexiva sobre os registros encontrados no Projeto Pedagógico Institucional – PPI, que retrata as concepções ontológicas e epistemológicas da instituição em comparação com os registros nos Relatórios de Gestão, que trazem os resultados de cada exercício: um movimento de busca por ecos das propostas assumidas nos resultados apresentados, delineando, assim, os percursos institucionais na dinâmica de implementação da ERER enquanto proposta curricular.

Busco conhecer os documentos institucionais no intuito de compreender a trajetória trilhada pelo IFES, na perspectiva da ERER, para que possa entender a solidez dos passos que

foram dados até então, pois acredito que, ao conhecer a história institucional e os paradigmas que direcionam suas ações, é possível ter maior compreensão do atual posicionamento, dos avanços que foram consolidados e dos possíveis próximos passos.

Com todo o arcabouço de informações e (re)construções mediante leituras, reflexões e diálogos estabelecidos na jornada de estudos, a complexidade assume a dimensão de currículo. Assim, ao (re)visitar os PPI's e os Relatórios de Gestão do IFES, em busca de marcadores que possam indicar as concepções e ações institucionais de implementação da ERER, assumo a concepção de currículo enquanto campo de possibilidades pensadas e as práticas curriculares como frutos híbridos das intencionalidades e possibilidades outras - imponderáveis³⁷ (Almeida; Sá, 2017, p.2).

A compreensão de currículo aqui apresentada se mostrou como alternativa possível para acomodar as complexidades e engendramentos que compreendem as relações étnico-raciais enquanto proposta curricular. A ERER e o currículo enquanto territórios de disputa, se aliam, constituindo um só campo em disputa, um campo unificado que vai ao encontro não somente do reconhecimento da diversidade como potencialidade – transcendendo, portanto, as questões meramente de acesso aos sistemas escolares – mas, que também traz para a centralidade das possibilidades pensadas e praticadas, os aspectos históricos, estruturais, sociais, culturais, políticos e humanos das relações raciais brasileiras, possibilitando, assim, a construção positiva da identidade de grupos sociais que vivenciam até hoje graves distorções e desigualdades de toda sorte, como herança de uma cultura colonialista e escravocrata que constitui o nosso país (Gomes apud Souza; Fortunato, 2019, p.151).

5.2.1 Possíveis Ecos de ERER

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada em 2008, com a Lei N. º 11.892 e o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES é fruto da integração do CEFETES e das escolas agrotécnicas existentes no Estado naquele ano. Contando com doze

³⁷ ALMEIDA, Verônica Domingues; Sá, Maria Roseli G. B. de. **Concepções de intervenção do Mestrado Profissional em Educação: tessituras curriculares de uma pesquisa.** 38ª Reunião Anual da ANPED. Anais. São Luís, 01 a 05 out. 2017.

unidades no ano de sua criação, o IFES seguiu ampliando sua rede e sua oferta de educação profissional e tecnológica, contando atualmente com 23 campi em pleno funcionamento e 02 campi em implementação; em 2022 teve pouco mais de 50 mil estudantes e ofertou 330 cursos, desde o nível médio ao doutorado, nas modalidades presencial e a distância.

Para iniciar as análises aqui propostas, é necessário informar que a fonte da pesquisa foi o site oficial do IFES, onde estão publicados os documentos analisados: 1) os Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013, 2014-2019 e 2019/2-2024/1. Cabe informar que o PPI³⁸ é o objeto de análise e aqui está sendo compreendido como possibilidades pensadas pela instituição. 2) os Relatórios de Gestão publicados, considerando o interstício de 2008 a 2019, aqui são compreendidos como expressões das possibilidades praticadas pela rede.

Neste sentido, busquei identificar quando e como a rede assume a EREER enquanto proposta curricular e se os resultados alcançados, ao menos os que foram publicados, apresentam ressonância com os paradigmas assumidos nos PPI's que regulam, cada qual em seu tempo de vigência, as ações político-pedagógicas institucionais. Sigo, então, às constatações e análises considerando os marcos legais nacionais do período de vigência de cada documento analisado, buscando pontos de ressonância dos documentos entre si e destes com a normatização em EREER.

5.2.2 Questões Étnico-Raciais

O primeiro período avaliado foi de 2009-2013 e, para contextualização, destaco o âmbito nacional das legislações vigentes: 1) Lei N.º 10.639 que altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências é vigente desde nove de janeiro de 2003 e no interstício analisado já havia sido

³⁸ O Projeto Pedagógico Institucional é parte integrante do PDI e corresponde ao chamado PPP (Projeto Político Pedagógico) de outras redes de ensino. No IFES, independentemente da quantidade de campi que compõem a rede do Estado, todos os campi são regidos pelo mesmo PPI, trazendo assim um alinhamento dos paradigmas político-pedagógicos assumidos pela instituição.

alterada pela Lei N.º 11.645/2008, inserindo a “História e Cultura Indígena” ao currículo oficial das redes de ensino; 2) O Parecer CNE/CP N.º 3/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como a Resolução CNE/CP N.º 1/2004, já abordavam questões sobre políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, assim como ações afirmativas, ampliando e aprofundando a EREER enquanto reeducação das relações entre negros e brancos e trazendo as responsabilidades dos sistemas de ensino não somente no que se refere ao acesso, mas também, a permanência e aprendizagem do público-alvo.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (Brasil, 2004, Parecer CNE/CP N.º 3).

Nesse contexto o primeiro PDI/PPI do IFES é publicado - lançadas, portanto, as “primeiras” possibilidades pensadas enquanto Rede Federal – e se apresenta como um documento de objetivos próprios e que constitui as “[...] identidades, características e formação das pessoas que trabalham, estudam, aprendem, juntas e separadas; enfim, da cultura organizacional [...]” (IFES, 2009, p. 170). A Missão do IFES, entre 2009 e 2013, era [...] Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável (IFES, 2009, p. 22).

Com foco no PPI e nas proposições curriculares, encontro ecos históricos em palavras isoladas como “escravos alforriados”, “escravocrata” e diante do contexto apresentado no tópico chamado “Retrospectiva histórica da Educação Profissional”, é possível perceber que o foco se mantém em contextualizar as bases da educação profissional e apresentação de dados institucionais de cursos, docentes, estruturas e etc, até chegar ao tópico “Políticas Institucionais”, que se propõem a trazer os eixos políticos vigentes. Interessante observar o registro da expressão de que “[...] antes o foco era o fazer pedagógico visando ao

desenvolvimento econômico, hoje esse foco é a qualidade social, sem deixar a intencionalidade do primeiro” (IFES, 2009, p. 56). Ecos emancipatórios da EPT³⁹?

Ainda sobre políticas institucionais, encontro um tópico intitulado de “Questões Étnico-Raciais” que aborda as leis que trazem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, traz a contextualização da população brasileira e estadual no âmbito das relações raciais e diz que tais questões “[...] motivam o IFES a comprometer-se com sua missão de: promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável” (IFES, 2009, p. 190); problematiza como trabalhar as questões raciais no cotidiano do Instituto; reconhece que é necessário desconstruir práticas preconceituosas e encontra possibilidades de mudança no caminho da constante reflexão das práticas e da formação continuada por meio de grupos de pesquisa que atuariam na área – possibilidades pensadas.

Percebo forte indicação de ligação das práticas reflexivas com propostas curriculares, fazendo referência às disciplinas de artes, língua portuguesa, literatura e história, indicadas nas legislações e a tentativa de ampliar os olhares ao âmbito de toda a escola, entretanto, a proposta se detém ao nível médio de ensino, pois, ao abordar o ensino superior o documento reconhece que as questões devem ser ampliadas, mais sistematicamente nos cursos de licenciatura, mas, não traz proposições ou metas concretas a serem alcançadas no âmbito das chamadas “questões étnico-raciais”.

Analisadas as possibilidades pensadas no PDI/PPI 2009-2013, busco compreender, então, nos Relatórios de Gestão do mesmo período, se há ressonâncias no âmbito de possibilidades praticadas ou possibilidades outras que pudessem ser identificadas como implementação efetiva da ERER. Cabe aqui destacar que esta análise foca nas possibilidades relacionadas à educação para as relações étnico-raciais.

Em 2009, no âmbito das pró-reitorias, não encontrei nenhum marcador que indicasse ações específicas de implementação da ERER. O documento traz dados sobre os processos de seleção e é constatado que não há ações afirmativas no período. São informadas duas ações

³⁹ Educação Profissional e Tecnológica

específicas da EREER desenvolvidas em 2009 que é a criação do primeiro Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB⁴⁰ e o apoio às atividades iniciais deste núcleo.

No ano de 2010, dos indicadores institucionais identificados, um se refere ao “Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC)”, mas este se limita a identificar a renda familiar dos alunos matriculados, não fazendo nenhuma relação com raça/cor/étnica⁴¹. A PRPPG⁴² informa suporte às atividades do NEAB, agora com ações de formação em seminário e curso de pós-graduação em Educação e Afro descendência. Ainda, a PROEX⁴³ informa parceria firmada com a FUNAI para a oferta de cursos de capacitação profissional para a comunidade indígena de Aracruz/ES.

Em 2011, o suporte às atividades do NEAB, informado nos dois anos anteriores, deixou de ser informado neste relatório - silêncio. Já no ano de 2012, o relatório traz informações amplas, mais direcionadas à inclusão como um todo, sem apresentar atribuição específica de criar, acompanhar, implementar ou monitorar ações referentes a EREER. Passa a ser contabilizado o percentual de alunos por etnia⁴⁴ no tópico sobre indicadores de gestão. Aparecem informações sobre ações afirmativas e sobre o Programa Mulheres Mil atendendo também as terras indígenas, no Município de Aracruz/ES; ainda traz dados detalhados sobre Assistência Estudantil, gênero e origem dos estudantes e, ainda que seja um grande avanço, os dados detalhados se restringem à Política de Assistência Estudantil e aos estudantes atendidos pela Educação Especial. Não há maiores detalhamentos ou correlações com a EREER e/ou o público PPI (preto, pardo, indígena).

Cabe contextualizar que 2012 foi o ano em que a Lei N. 12.711 foi promulgada, dispondo sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, tornando obrigatória a reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação e técnicos de nível médio, de acordo com os percentuais por ela definidos, ficando conhecida como a “Lei de Cotas”. Reitero que esta lei foi regulamentada pelo Decreto N. 9

⁴⁰ Neste período o IFES adotava a nomenclatura NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), mais a frente passou a adotar NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), incluindo os indígenas às atuações do núcleo.

⁴¹ Informações constantes no Relatório de Gestão do IFES, ano 2010. p. 57.

⁴² Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

⁴³ Pró-reitoria de Extensão

⁴⁴ A expressão “alunos por etnia” foi adotada no Relatório de Gestão do IFES, no ano 2012, p. 37.

7.824/2012 e normatizada pelas Portarias Normativas do MEC N.º 18, de 11/10/2012 e N.º 21, de 06/11/2012. Sendo, esta mesma lei, alterada em 2016, para a inserção da reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), sendo regulamentada pelo Decreto N.º 9.034/2017 (alterando o Decreto N.º 7.824/2012) e normatizada pela Portaria Normativa do MEC N.º 09, de 05/05/2017 (alterando as portarias N.º 18/2012 e 21/2012).

Em 2013, o relatório traz referências às comemorações do Dia da Consciência Negra, uma reunião ocorrida entre a PROEN⁴⁵ e o NEAB para tratar da organização de eventos para o ano 2014. A PROEN informa que trabalhará a Resolução CNE/CP N.º 01/2004 no próximo ano. Também aparecem dados sobre as ações informativas, mediante implementação da Lei 12.711/2012, indicando a reserva de 1.933 vagas para pretos, pardos e indígenas. A questão que se apresenta é: será que todas as vagas reservadas foram ocupadas pelo público-alvo?

5.2.3 Sintonizando a Educação para as Relações Étnico-Raciais

O segundo período analisado se refere ao interstício de 2014 a 2019 e o PDI/PPI apresenta novas informações, reconfigura as áreas de atuação, delimita melhor o território curricular quando cria um capítulo específico para o PPI, demarcando a concepção de educação e também criando um item específico para os Assuntos Estudantis. A missão institucional ora apresentada é “[...] Promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável” (IFES, 2014, p. 75). O PPI apresenta todo o amparo legal, onde constam leis e pareceres sobre a EREER, a concepção de educação adotada, as relações da educação com o trabalho, juventude, diversidade, inclusão, gênero, sexualidade, educação de jovens e adultos, educação especial e a EREER aparece não mais de forma pontual como apresentado no PDI anterior - “Questões Étnico-Raciais” – mas, aprofundando nitidamente as possibilidades pensadas para os próximos anos da instituição. Retoma também a criação do primeiro NEAB, em 2009, e compromete-se com ações para a efetivação da EREER:

Com o objetivo de contribuir para o aprofundamento e desenvolvimento de ações para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais no IFES,

⁴⁵ Pró-reitoria de Ensino

é necessário: • estimular a criação de outros NEAB e incentivar sua articulação em rede; • promover formação continuada para servidores em educação das relações étnico-raciais; • criar disciplinas específicas sobre a temática nas licenciaturas; • garantir conteúdos pertinentes à temática nas ementas de todos os cursos; • contribuir para a criação de ações afirmativas para a garantia do acesso, da permanência e da conclusão com êxito de estudantes das cotas étnico-raciais; • produzir, organizar, publicar e adquirir material bibliográfico; • fomentar estudos, pesquisas e projetos de extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos, em diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas relações étnico-raciais (IFES, 2014, p. 49).

Nesse sentido, o PPI continua apresentando avanços em seus posicionamentos e dentre as principais políticas assumidas para o desenvolvimento do ensino no Ifes, registra que [...] o processo de ensino respeitará a pluralidade própria da sociedade humana, considerando as [...] relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais”⁴⁶. Indica ainda

[...] ampliação das matrículas, a permanência e o sucesso de segmentos sociais que foram historicamente excluídos do direito à educação (jovens e adultos não escolarizados; pessoas com necessidades específicas; negros, índios e outros grupos étnicos que tenham tido esse direito negado) e aos diversos cursos que o IFES oferta em seus diferentes níveis de ensino; [...] incentivar as políticas de formação dos servidores (docentes e técnico-administrativos) nas diversas áreas, incluindo Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação a Distância, dentre outros; [...] estimular a promoção de práticas educacionais que contribuam para a superação das desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, das discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de identidade, de gênero, de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais (Parecer CNE n. 08/2012); [...] estimular a promoção de práticas educacionais que conheçam, respeitem e valorizem a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, como importantes raízes fundadoras da cultura e da nacionalidade brasileiras (Lei 11.645/2008), assim como aquelas referentes à história e à cultura de cada região e localidade (IFES, 2014, p. 59-60).

Reconhece os ensaios iniciais de ações afirmativas no âmbito das reservas de vagas, indicando o atendimento à Lei N. 12.711/2012 e ainda, assume decididamente um importante direcionamento quando diz que “[...] o currículo passa a ser entendido como produto de uma realidade, na qual estão situados os interesses do sistema educativo, mas também as múltiplas demandas dos grupos sociais” (IFES, 2014, p. 74) e delibera um conjunto

⁴⁶ *id.* Plano de Desenvolvimento Institucional do IFES, vigência 2014–2019, p. 58.

de diretrizes organizacionais e operacionais para a organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos - os PPC's - apontando que “[...] o reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais [...] deverão ser consideradas em suas organizações” (IFES, 2014, p. 74).

Percebo um redirecionamento ontológico no que tange a diversidade e inclusão, sinalizando um posicionamento mais integrador dos eixos ensino, pesquisa e extensão, indicando que as possibilidades pensadas passam a considerar epistemologicamente a EREER como política e diretriz, sendo possível vislumbrar ações concretas para o futuro próximo da instituição.

Assim, início as análises desse período com boas expectativas de me deparar com possibilidades praticadas em EREER, com possíveis práticas ancoradas na proposta curricular ora assumida pela instituição. Os olhos vão percorrendo o primeiro relatório, referente ao ano de 2014, ouvidos atentos a toda e qualquer vibração que possa indicar um movimento positivo, entretanto, dentre as atribuições de cada setor e cargo, não foi possível perceber nenhum movimento, nenhum eco captado até aqui. Nas ações desenvolvidas pelos campi foi possível perceber movimentos pontuais, como o Dia da Consciência Negra ou eventos isolados de formação sobre a temática; há informação sobre a inclusão de oito estudantes no Programa Bolsa Permanência (PBP)⁴⁷, mas não há registros de práticas curriculares contínuas em EREER. Diante de proposta curricular tão disposta a implementar a EREER, os “por quês” ganham força e começam a incomodar mediante tantas ausências de registros. A percepção de invisibilidade da política de EREER, neste período, torna-se perturbadora pois, mesmo diante de pavimentação instituída pelo documento maior da instituição – o PDI, práticas instituintes inexistem⁴⁸ nos registros documentais.

Há registros detalhados sobre a pautas da PROEN, incluindo algumas ações sobre diversidade e inclusão. Não há registros sobre ações específicas ao público-alvo da EREER. Das

⁴⁷ Programa Bolsa Permanência é uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribui para a permanência e a diplomação dos beneficiados.

⁴⁸ Importante registrar que acreditamos que ações potentes tenham ocorrido na rede, entretanto, não foi possível identificá-las nos registros documentais, o que também nos envia mensagens que fortalecem o entendimento de invisibilidade da política.

metas planejadas para o ano de 2014, não há registros específicos quanto às relações étnico-raciais. Nos tópicos sobre Assistência Estudantil e Reservas de Vagas⁴⁹ aborda-se o atendimento à Lei 12.711/2012, com 1.866 vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas e a preocupação recorrente de que o ensino fosse impactado negativamente com o ingresso de cotistas – aqui tratados de forma generalizada, não havendo distinção entre modalidades de cotas – a despeito de registros pedagógicos iniciais.

Outro dado que consideramos importante ressaltar está relacionado ao rendimento escolar/acadêmico destes estudantes. Há um pensamento corrente e até mesmo uma expectativa de que os alunos “cotistas”, ao ingressarem na instituição, apresentarão dificuldades no seu desempenho devido à “baixa qualidade do ensino público de nível fundamental e médio ofertado pelos municípios e estados”. No entanto, em alguns campi do IFES, há uma percepção diferente. Considerando o acompanhamento pedagógico (frequência/rendimento escolar) realizado com estes alunos, tem-se observado que os mesmos vêm apresentando desempenho satisfatório e baixo índice de reprovação e/ou evasão escolar (IFES, 2015, p. 333).

A assistência estudantil e as ações realizadas pela educação especial são detalhadas no relatório, mas não há referência, recorte e/ou análises que busquem compreender os impactos dessas políticas para o público-alvo da EREER. Não obstante a existência de uma Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil, não há ecos de EREER ou registro direcionado ao atendimento e/ou acompanhamento de estudantes pretos, pardos ou indígenas especificamente. Transparência⁵⁰ da pauta. Inexistência perturbadora de registros das possibilidades praticadas. Corrigindo, existem alguns números, meramente números. Resta desvelar as possibilidades outras ou imponderáveis a-con-tecidas⁵¹ com cada uma/um destas/destes estudantes.

Os Relatórios de Gestão 2015, 2016 e 2017 fazem relação com o planejamento estratégico e seus objetivos, contextualizam as demandas institucionais e definem atribuições dos setores; abordam o planejamento para ano seguinte e até informam o direcionamento financeiro para algumas ações onde, dentre outras temáticas, aparece a temática étnico-

⁴⁹ Mais informações constam no Relatório de Gestão do IFES, ano 2014, p. 333.

⁵⁰ Não abordamos o sentido político de transparência, que se refere à prestação de contas das ações das instituições públicas, mas, assumimos o sentido figurado de transparência, onde é possível ver o que está por detrás de ações ou inações institucionais.

⁵¹ “[...] Pedagogia do A-con-tecer [...] termo que grafado com separação das sílabas provoca a visibilidade da etimologia da palavra: um formar-se (tecer) junto (com) com” (Carvalho apud Almeida; Sá, 2017, p.2).

racial, entretanto, não há detalhamento das ações desenvolvidas no período, não há descrição de atividades das pró-reitorias ou indicativo de ações concretas de implementação da EREER ou de ações onde o público preto, pardo e indígena tenha sido diretamente atendido e/ou acompanhado, visto que todas as ações foram indicações generalizadas, fazendo referência a políticas públicas que englobam inúmeras frentes, não ficando bem definido em qual viés a instituição atuou diretamente. É informado, por exemplo, que 32,11% dos estudantes do IFES estavam na faixa de renda familiar de até um salário-mínimo em 2017, mas não há nenhuma correlação dos dados apresentados com ações desenvolvidas para/com o corpo discente específico ou mesmo registros de possibilidades praticadas no âmbito curricular. Onde será que ecoam as práticas de EREER?

Importa novamente ressaltar que na ótica do trabalho aqui desenvolvido, não idealizo, muito menos defendo, que nenhuma ação de implementação de EREER foi realizada no período acima. Ao contrário, acredito que muitas ações foram desenvolvidas e efetivamente acolheram, acompanharam e garantiram os direitos de ingresso, participação, permanência e aprendizagem de negras, negros e indígenas no IFES, mas possivelmente de forma fragmentada, individualizada por servidoras, servidores, pequenos grupos, setores ou campi isoladamente.

O que se pode afirmar é que mediante as análises documentais, não foi possível encontrar registros, a não indicação das prováveis ações no documento maior de prestação de contas à sociedade é um indicativo do posicionamento institucional – o silêncio grita e a invisibilidade ecoa forte. Todavia, prova da defesa de que existiam ações efetivas de EREER na rede, é que foi aprovada, em 09 de dezembro de 2016, a Resolução CS IFES N.º 202, que dispõe sobre a Instituição da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal do Espírito Santo. Obviamente, uma política institucional não se constrói repentinamente, comprovando que atuações em defesa da implementação da EREER eram reais, entretanto, a seu despeito, não há registros dessas tecituras, os percursos de construção da Política de EREER do IFES não foram compreendidos com a devida importância para constarem nos relatórios de gestão. Portanto, mesmo que não registrados, compreendo que (re)existiram ecos de EREER no interstício de 2015 a 2016 que culminaram na política vigente até o momento.

A partir de 2018, o IFES adota o formato de Relatório Integrado de Gestão, um formato apresentado como “[...] fruto de um trabalho cooperativo, com gestão participativa e de diálogo constante com os servidores, por meio das discussões em diferentes comissões, câmaras e conselhos” (IFES, 2019, p. 4); aborda questões de planejamento estratégico e suas etapas entregues em 2018 e a entregar em 2019; apresenta o plano de governança com suas diretrizes e demais informações exigidas ao documento, se fazendo notória a mudança de foco em um formato mais didático e objetivo, retomando a apresentação dos resultados de gestão de forma detalhada. Nessa perspectiva, ecoam ações de implementação da EREER, sendo nítida a mudança de postura institucional. Ressonâncias são percebidas desde a mensagem da PROEN, como é possível identificar na fala inicial da pró-reitora:

O Fortalecimento da Política de Educação para as Relações Étnico-raciais teve como resultado a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI em todos os campi, a aproximação do IFES com as Comunidades Indígenas e do Movimento Negro e a representatividade do instituto no Fórum Estadual Permanente de Educação Afro-brasileira do Estado do Espírito Santo – Fepeaes (IFES, 2019, p. 17).

Identifico também ressonâncias de EREER entre os compromissos firmados, como a questão da “[...] promoção de capacitações sobre a temática da Educação para as Relações Étnico-raciais” (IFES, 2019, p. 17). Dentre as ações realizadas está a criação de grupos de estudos no âmbito do Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas⁵², o diálogo com a comunidade negra e indígena, a submissão de uma minuta de heteroidentificação e a capacitação das comissões que atuariam no procedimento de verificação da autodeclaração étnico-racial discente. Pela segunda vez o Programa Bolsa Permanência é citado no relatório; foram reservadas 1.377 vagas para ingresso de pretos, pardos e indígenas, de acordo com os percentuais da Lei N.º 12.711/2012. Fica reiterada aqui a percepção de que as relações étnico-raciais é entendida como responsabilidade única e exclusiva da PROEN, o que não pode ser assumido como verdade, pois, compete a instituição como um todo desenvolver ações que fortaleçam e garantam a consolidação de uma política institucional que combata o racismo estrutural entranhado na sociedade e perpetuado nas instituições.

⁵² No ano de 2018 foi realizado, pela PROEN, um grande movimento em prol da constituição de NEABIS em todos os campi do IFES, assim como também foi constituído o Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, o FONEABI.

Finalizando as análises do segundo período, chamado aqui de “Sintonizando a Educação para as Relações Étnico-Raciais”, numa tentativa de expressar a dinâmica atuação da instituição nesta temática - um nítido movimento de buscas, disputas, resistências e tessituras outras que certamente não são expressadas em suas totalidades nos documentos - focalizo as informações publicadas no Relatório de Gestão de 2019, que apesar de não trazer o nome “Integrado”, se apresentada com os mesmos formato e proposições do relatório de 2018. No relatório a PROEN demonstra atuar diretamente com a pauta, inclusive com avanços concretos quanto ao fortalecimento das políticas de inclusão.

Para fortalecer e direcionar as políticas inclusivas foi criada a Diretoria de Assuntos Estudantis com o objetivo de assessorar, coordenar e planejar ações relacionadas à educação especial na perspectiva inclusiva, educação para as relações étnico-raciais, assistência estudantil, gênero e sexualidade. Uma pauta que merece destaque no âmbito desta diretoria foram as discussões que culminaram com a resolução que instituiu a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração, estabelecendo e regulamentando os procedimentos e os critérios de verificação da veracidade da autodeclaração em Processos Seletivos Discente do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2020, p.23, grifo nosso).

Além das ações citadas, encontro registros da consolidação de estrutura física para os NEABIS; da composição dos NEABIS; das parcerias desenvolvidas durante o ano de 2019; da mobilização de recursos; do atendimento, acompanhamento e suporte à comunidade acadêmica, assim como da produção de material didático e paradidático; dos processos de formação e do monitoramento da oferta da disciplina de EREER. Tudo detalhado e analisado no “Relatório de Gestão da EREER ⁵³”. São eixos assumidos pela PROEN e que ecoam ações concretas de implementação e monitoramento de uma política pública. É notória a consolidação das ações e mesmo diante de resultados que indicam a necessidade de melhorias, percebo que a EREER começa a deixar uma invisibilidade destoante com as possibilidades pensadas para a instituição. Parece que as propostas curriculares projetadas pelo PDI/PPI no início do interstício – 2014/2019, só agora ecoam possibilidades praticadas e compreendidas como pertinentes à prestação de contas institucional.

Não há dúvidas quanto aos movimentos de (re)existência e de luta dos coletivos instituídos – NEABI e FONEABI, assim como a importância da aproximação dos controles

⁵³ Um relatório detalhado produzido em articulação com a equipe técnica da Diretoria de Assuntos Estudantis/PROEN e publicado na página oficial da Pró-reitoria de Ensino, realizando uma análise técnica discursiva dos dados coletados.

sociais e a consolidação da Diretoria de Assuntos Estudantis para que fosse possível identificar ressonâncias instituintes. Todavia, a despeito dos movimentos, ações e compromissos firmados pela PROEN, permanece o silenciamento, a ausência de registros de EREER ou mesmo de ações pontuais sobre relações étnico-raciais nas demais pró-reitorias, com exceção de uma ação, informada em “Outras Informações Relevantes”, que ecoa o Projeto Afro-Biblioteca, um projeto de pesquisa iniciado em janeiro de 2019, desenvolvido no âmbito do NEABI de uma campus em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que se propôs a realizar um levantamento de referências culturais de São José do Queimado⁵⁴.

5.2.4 Sintonizando ainda ou Enfim Sintoniza-Ação?

Após percorrer os documentos institucionais, de acordo com as proposições a que esta pesquisa se dispôs realizar, compreendendo que os documentos analisados são a essência das possibilidades pensadas, mas que pouco podem espelhar as possibilidades praticadas pelo IFES, ainda ratificando a intrínseca necessidade de coerência entre teoria e prática, ou seja, o indiscutível alinhamento necessário entre as propostas curriculares assumidas pela instituição e sua responsabilidade na implementação, compreendo que há tentativas, acenos amistosos em direção à EREER, mais especificamente nos dois últimos anos analisados.

Todavia, não há como ignorar o silêncio institucional em determinados períodos. É necessário relacionar questões estruturais vinculadas a EREER em busca de compreender os motivos que levaram a instituição a assumir propostas curriculares tão diferentes num curto espaço de tempo. Ora propostas tímidas – PDI 2009-2013, inicialmente, no que se refere à educação para as relações étnico-raciais, ao ponto de nem mesmo nomeá-la acertadamente, indicando-a como “Questões étnico-raciais”, desprezando legislações vigentes, numa nítida postura fragmentada e desarticulada com a abrangência das normativas nacionais à época, numa conduta assumida de limitações e reconhecimento de que ainda havia muito a ser feito para a implementação de uma política de EREER, ora propostas curriculares robustas – PDI 2014-2019, demonstrando, a princípio, predisposição às mudanças estruturais na instituição,

⁵⁴ *id.* Relatório de Gestão 2019. p. 84.

no que tange à compreensão e implementação da EREER enquanto proposta curricular, assumindo seus princípios fundantes como base das possibilidades pensadas.

O desafio não se limita à elaboração das propostas curriculares e reconheço a complexidade de construção. Outrossim, o desafio se impõe à prática, à ressignificação cultural, ao rompimento epistêmico de homogeneização, à práxis, denotando ações concretas de enfrentamento, disputas e possibilidades outras de construções complexas - pensadas e praticadas - de currículos, o que não identifiquei em diversos momentos significativamente registrados – paradoxalmente - mediante a constância de suas ausências. Para além de acenar amistosamente, para além de movimentos que indiquem uma busca por sintonia – sintonizando, está a responsabilidade institucional em garantir a implementação das políticas públicas de inclusão, dentre elas a Política de EREER – assumida institucionalmente pela Resolução CS IFES N. º 202/2016 e amparada pelo arcabouço de âmbito nacional já citado anteriormente.

A EREER é responsabilidade institucional de reparação de uma população historicamente aligeirada de seus direitos, dentre eles o direito à educação. Políticas de EREER são reparatórias e demandam ações imediatas – sintoniza-ação, sob a pena de perpetuar o racismo, o preconceito, as desigualdades e as atrocidades cometidas e reproduzidas como herança escravocrata aos povos negros e indígenas no Brasil.

Concluo as análises trazendo informações constantes no PDI/PPI 2019/2-2024/1. Este documento apresenta a atual missão do IFES que é “[...] promover educação profissional, científica e tecnológica pública de excelência, integrando de forma inovadora o ensino, a pesquisa e a extensão para construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável” (IFES, 2019, p. 15), mantendo a palavra justiça em sua composição. Reconhece dentre os princípios norteadores o “[...] compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática” (IFES, 2019, p. 17) e chega ao PPI que é apresentado como

[...] um documento norteador das práticas cotidianas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, uma vez que indica os elementos de caráter político, pedagógico e filosófico que fundamentam as ações educacionais, buscando promover as condições de humanidade e sociedade que são desejadas coletivamente pela instituição (IFES, 2019, p.59).

O documento zela pelo detalhamento das Concepções Político-Pedagógicas e compreendendo o espaço escolar como território fértil para diversas práticas sociais, investe-se de extraordinária consciência social e compromete-se inequivocamente com a ERER, em seu autêntico sentido.

[...] o IFES assume o desafio de desenvolver ações que atuem no fortalecimento de identidades e na constituição de espaços de formação humana, fundamentados nas normativas pertinentes à educação para as relações étnico-raciais, para combater toda e qualquer forma de invisibilidade racial, racismo, discriminação e preconceito, demarcando um processo educacional atento ao caráter político que as diferenças culturais assumem no cotidiano escolar e no processo histórico da própria sociedade (IFES, 2019, p.72).

Assim, a instituição se compromete a implementar e fortalecer as políticas de ERER; assume como diretrizes do ensino a garantia de “[...] condições de permanência e sucesso, respeitando as necessidades específicas e as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais e como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais, bem como os princípios de sustentabilidade”; também “[...] Promover práticas educacionais voltadas para as diversidades socioculturais, de identidade, de gênero, de etnia, de raça, de sexualidade e de necessidades específicas”; ainda “[...] Estruturar os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIS), com recursos materiais/logísticos e humanos;” e “[...] Contratar professores/as especialistas nas temáticas educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena” (IFES, 2019, p. 77).

É notório o redirecionamento da ERER e a consciente proposição de integração, por parte da PROEN, entre ensino, pesquisa e extensão, quando o documento propõe como diretriz “[...] Criar componente curricular obrigatório de educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena para os cursos de graduação e pós-graduação” (IFES, 2019, p. 77); compromete-se em garantir o atendimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, o aprimoramento das ações afirmativas e se propõe a “[...] Estimular estudos, pesquisas, projetos de extensão e inovações tecnológicas a partir do desenvolvimento de programas e projetos, em diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas relações étnico-raciais” (IFES, 2019, p. 77).

Independentemente dos avanços conceituais e da ciência de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos institutos federais, ressalto que ainda não foi

possível perceber uma expressão completa da palavra integração, pois, não é possível encontrar, nos tópicos das outras Pró-reitorias e também no da Educação a Distância, uma abordagem direta sobre ERER, deixando transparecer o entendimento de que esta temática ainda é percebida como responsabilidade do ensino, o que reitero, é um perfeito equívoco institucional cometido também em outras pautas “transversais” como educação especial na perspectiva inclusiva, a assistência estudantil e a diversidade sexual e de gênero, por exemplo. O PPI ainda apresenta um tópico sobre Assuntos Estudantis, onde ratifica ações de fortalecimento da ERER.

Destaco os avanços percebidos na atual proposta curricular do IFES, notadamente possibilidades pensadas e coerentes ao percurso que a instituição vem trilhando, uma evolução documental até mesmo esperada para uma dinâmica que se apresentou crescente no que tange a política de ERER quando se compara os três PDI/PPI analisados. No que se refere aos relatórios de gestão, também é possível identificar uma dinâmica crescente de fortalecimento da ERER, ao menos no que se refere aos registros nestes documentos, partindo de indicações pontuais e fragmentadas de registros de intervenção até indícios de efetiva implementação e de monitoramento de uma política sistêmica.

Destarte, importa ressaltar que os avanços identificados nos registros do IFES, principalmente dos dois últimos anos analisados, 2018 e 2019, demonstram incontestavelmente o início da implementação da Política de ERER, alinhado à proposta curricular vigente, entretanto, ainda precisam de consolidação, constância, permanência para que possam, então, iniciar um processo efetivo de reparação e enfrentamento às práticas estruturais de racismo arraigadas à sociedade. Recorro a Pedagogia do A-con-tecer “[...] termo que grafado com separação das sílabas provoca a visibilidade da etimologia da palavra: um formar-se (tecer) junto (com) com [...]” (Almeida; Sá, 2017, p.2) para afirmar, portanto, que a instituição ainda está sintonizando a ERER, sim, pois sintoniza-ção, ressonância, só será possível analisar mediante a concretude dos a-con-tecimentos, das possibilidades outras – imponderáveis, aguardando reverberações das tessituras praticadas - ecos que competem a você e a mim - a cada um de nós.

5.3 LANÇADEIRA: HETEROIDENTIFICAÇÃO NO IFES - DA TEORIA À PRÁTICA

Em face do cenário nacional apresentado pelo Painel de Mapeamento da Heteroidentificação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil e perante as reverberações da EREER enquanto proposta curricular no IFES - análises documentais que, inicialmente, se mostraram dissonantes e pouco comprometidas com as questões raciais, mas, que conseguiram avançar, ao que parece, num rumo harmônico e implicado com a educação para as relações étnico-raciais - passo aos apontamentos das bases constituintes da heteroidentificação, as quais só se fizeram possíveis devido aos tensionamentos e tecituras coletivas estruturadas ao longo de um percurso que notoriamente pavimentou os caminhos para o fortalecimento das ações afirmativas e da própria EREER.

No ano de 2019 tramitou e foi aprovada a Resolução CS IFES N.º 61/2019, que institui a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA) e estabelece e regulamenta os procedimentos e os critérios de verificação da veracidade da autodeclaração em Processo Seletivo Discente do IFES, fruto de um trabalho dialogado e participativo com a Comunidade Indígena, Movimentos Negros do Espírito Santo, Órgãos de controle e Comunidade Acadêmica.

Para que efetivamente ocorresse um movimento dialógico e participativo entre o IFES e o público-alvo da Política de EREER, na garantia da Lei N.º 12.711/2012 e no enfrentamento à fraude no sistema de cotas da instituição, a equipe técnica da Diretoria de Assuntos Estudantis/PROEN – a qual teve a oportunidade de compor – junto a comissão⁵⁵ responsável pela elaboração do documento base que propôs a normatização do procedimento de heteroidentificação no IFES, articulou dois encontros com os Movimentos Negros do Espírito Santo, ocorridos nos meses de janeiro e de março de 2018.

⁵⁵ A Portaria N.º 2.145, de 30 de agosto de 2017 foi a primeira portaria que constitui o grupo multiprofissional para iniciar os estudos e propor uma minuta para a temática, sendo que esta foi atualizada pela Portaria N.º 2.842, de 09 de outubro de 2017 – estendendo o prazo e inserindo novos membros. Mais duas novas portarias foram emitidas em 2018 devido à complexidade e a necessidade institucional de aprofundamento no tema, são as Portarias N.º 313 e N.º 1.714. Em 2019 houve mais uma portaria estendendo o prazo para finalização dos trabalhos da comissão, foi a Portaria N.º 1.156. Em todas as portarias estive como presidente e conduzi os trabalhos durante todo o tempo, sendo também a responsável pela organização do processo de formação dos servidores (2019) e pela defesa da Minuta aos órgãos consultivos e deliberativos da instituição, inclusive a defesa final junto ao Conselho Superior do IFES.

A proposta de minuta pensada inicialmente por uma comissão institucional foi encaminhada aos representantes dos coletivos negros com antecedência para que pudessem conhecer a proposição e analisar se atendia às expectativas desses coletivos. A proposição foi apresentada, discutida e ajustada conforme os direcionamentos dados pelo grupo no que se referia ao público negro (preto e pardo) que seria atendido pelo procedimento de verificação.

Permanecendo no exercício dialógico e participativo, outros dois encontros foram construídos junto às Comunidades Indígenas que se concentram na região do município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo. Novamente, a equipe técnica da Diretoria de Assuntos Estudantis/PROEN junto a comissão proponente buscaram a parceria da equipe do NEABI do campus de Aracruz e, juntas, realizaram os encontros com as Lideranças dos Povos Indígenas do Espírito Santo. A proposta foi encaminhada às lideranças e no primeiro encontro, realizado em fevereiro/2019, foi possível compartilhar as intenções institucionais da proposta complementar de verificação ao mesmo tempo que foi possível colher as impressões e sugestões que melhor atenderiam às especificidades das nações indígenas, principalmente no que se referia à necessidade de ajuste da proposta quanto à análise fenotípica (prevista para o público negro, mas que não atendia às especificidades dos povos indígenas), havendo forte indicação de adequação da proposta para um procedimento baseado em análise documental.

O segundo encontro ocorreu para validação da proposta, já com os ajustes realizados pela comissão. Realizado em abril/2019, também na Sede Comunitária da Aldeia Caieiras Velha - uma aldeia Tupinikim localizada no Distrito de Santa Cruz/Aracruz – contando, então, com a presença das Lideranças Políticas das Nações Tupinikim e Guarani do Estado, liderança de mulheres, educadores e juventude indígenas dos dois povos, representação de estudantes indígenas do IFES, a Pró-reitora de ensino, a equipe técnica da Diretoria de Assuntos Estudantis/PROEN, membros da Comissão e da equipe do NEABI do campus de Aracruz.

Cumprir registrar que me percebo em um contínuo processo de transformação e ciente das responsabilidades que a mim foram imputadas quando das construções normativas da heteroidentificação institucional, mantive-me em constante vigília em prol da manutenção da ruptura com o pacto da branquitude, que a esta altura se desnudava dentro e diante de mim. Busquei estar consciente dos papéis que os diversos atores teriam no processo de construção da normativa institucional, me mantive alerta quanto à garantia de uma escuta qualificada, sensível e, enquanto aliada à causa antirracista, tive a honrosa atribuição de conduzir todas

as equipes que atuaram nesse percurso e experienciei os momentos históricos da constituição de cada passo em direção à efetivação da política de heteroidentificação do IFES.

Como regente das equipes, fui articulando e conduzindo os trabalhos durante toda a trajetória da heteroidentificação, sendo também responsável pela defesa da Minuta aos órgãos consultivos e deliberativos, inclusive a defesa final junto ao Conselho Superior, assim como também fui responsável pelo planejamento, organização e realização da capacitação das servidoras e dos servidores que, inicialmente, atuariam na heteroidentificação. Essa capacitação, foi o Seminário “Diálogos Fundamentais - Relações Étnico-raciais e a Heteroidentificação no IFES” e se tornou um marco institucional que detalharei mais à frente. Também me tornei membra e fui eleita presidenta da primeira Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA) do IFES.

Construída, portanto, uma proposta efetivamente colaborativa – instituição e sociedade – em que o público-alvo direcionou a prestação de um serviço público que atendesse às suas especificidades, se apresentando como um bom exemplo de aplicação do conceito de política pública apresentado por Saraiva (2006) no item 3.2 deste trabalho, decisões institucionais estratégicas que foram condicionadas pelas respostas dos movimentos sociais permeadas por seus valores, ideias e visões, mediante estímulos da própria instituição, “[...] um fluxo de decisões públicas, orientado [...] a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade.” e que foram “[...] de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório” (Saraiva, 2006, p. 28).

Um caminho trilhado, inicialmente, por uma comissão interdisciplinar, interprofissional e diversificada da instituição, que enxergou a potencialidade do trabalho colaborativo e a importância de trazer o público-alvo de uma política pública para contribuir e construir de forma efetiva a regulamentação interna de uma instituição que existe para prestar um serviço que lhes é de direito – educação – pela via das políticas afirmativas de reparação – cotas – implementando ações de enfrentamento à fraude – procedimento complementar de verificação da autodeclaração (heteroidentificação).

Proposta pronta e alinhada aos anseios de seu público-alvo, o IFES seguiu trilhando os caminhos internos de submissão e validação da minuta construída a “muitas mãos”. Ciente das especificidades intrínsecas ao processo de verificação da autodeclaração e da pungente necessidade de capacitação de seus servidores para atuar nessa frente de trabalho com

responsabilidade e assegurar um sistema de cotas o mais justo e equânime possível, a instituição se comprometeu com a formação das servidoras e dos servidores que comporiam as equipes de verificação nos campi e executou, em agosto de 2019, o Seminário "Diálogos Fundamentais - Relações Étnico-raciais e a Heteroidentificação no IFES", o qual se tornou um marco institucional para toda a comunidade acadêmica por dois motivos: a) a robustez conceitual com que foram realizadas as mesas e palestras que abordaram a temática negra e indígena, sendo ambos os povos as vozes ativas desse processo formativo e b) o viés prático com que foram desenvolvidas as oficinas que apresentaram as bases da heteroidentificação, num forte diálogo entre a teoria que acabará de ser apresentada e a prática que se desejava. Um diálogo fluido entre ação-reflexão-ação amparado pela compreensão do direito da população negra e indígena, articulado com o contexto nacional histórico e atual das desigualdades sociais brasileiras e a necessidade e efetividade das cotas para a garantia do direito à educação dessa parcela da população.

A formação em serviço foi realizada no campus de Cariacica, durante os dias 28 a 30 de agosto, e foi direcionada para todos os campi, que deveriam indicar quatro servidores que tivessem afinidade com a temática, sendo obrigatoriamente, no mínimo um servidor membro do NEABI do campus. As servidoras e os servidores capacitados passariam a compor as Comissões Locais de Verificação da Autodeclaração (CLVA) dos campi, as quais seriam responsáveis pela execução dos procedimentos complementares em todas as ofertas do campus, em todos os níveis e modalidades.

Também podiam participar servidores de todas as Pró-reitorias, além de setores e assessorias estratégicas, como, por exemplo, servidores da comunicação institucional e do desenvolvimento de pessoas, que tivessem interesse em compor a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA), de acordo com as previsões da minuta, mesmo antes de sua aprovação, que ocorreria em dezembro/2019. O seminário também contou com a presença de estudiosos da temática Africana e Afro-Brasileira, mesas com Lideranças dos Povos Indígenas, representantes da sociedade civil e dos coletivos dos Movimentos Negros, assim como também trouxe representante do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo para analisar a proposta da minuta que estava em tramitação na instituição, completando assim o conjunto de parcerias indispensáveis para uma construção

democrática, equânime e justa de uma regulamentação institucional de ação afirmativa - política pública.

Devido ao fortalecimento do trabalho multidisciplinar e das parcerias entre diversos setores e coletivos do IFES, ao fortalecimento do diálogo com a sociedade civil organizada, à parceria e integração do público-alvo, à parceria e integração dos órgãos de controle às ações institucionais, ao investimento na capacitação e na formação de servidores, foi possível a constituição das Comissões Locais de Verificação da Autodeclaração (CLVA's) em todos os campi do IFES, o que ocorreu durante o segundo semestre de 2019, ação esta que demandou esforços de todos os gestores e servidores envolvidos e que merecem o devido reconhecimento ante a criação das condições necessárias para garantir a efetiva implementação dos procedimentos complementares imediatamente após a capacitação, combatendo assim a fraude nos processos seletivos, mesmo antes da aprovação final da minuta pelo Conselho Superior do IFES.

Nesse sentido, ratifico o entendimento de exemplar caminhada nessa frente de atuação do IFES, a qual criou as condições para o fortalecimento das ações de combate à fraude no sistema de cotas da instituição e, principalmente, uma categórica demonstração de gestão participativa, democrática, equânime e inclusiva.

A Resolução CS IFES N.º 61, foi aprovada pelo Conselho Superior do IFES em 13 de dezembro de 2019 e firmou o compromisso institucional de, a partir do segundo semestre de 2020, implementá-la efetivamente, ou seja, a instituição teria o primeiro semestre para se ajustar à nova normativa e, a partir de agosto/2020, garantir que todos os processos seletivos do IFES que tivessem reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas (PPI) realizassem a heteroidentificação como etapa obrigatória nos seus certames.

Este já seria um grande desafio institucional, visto que a resolução previa a criação de uma nova instância no instituto, uma instância que não seria vinculada à nenhuma pró-reitoria, estando ligada diretamente ao gabinete do reitor e teria autonomia de diálogo e encaminhamentos institucionais; uma instância consultiva e deliberativa que teria por competência a) Orientar, capacitar, acompanhar e dar suporte à CLVA; b) Realizar anualmente diagnóstico com objetivo avaliativo e propositivo, a ser encaminhado às pró-reitorias para que sejam tomadas as providências necessárias; c) Solicitar a emissão de portarias para

constituição da CLVA, mediante indicação dos campi; d) Analisar os recursos interpostos; e) Analisar e propor encaminhamentos necessários em caso de denúncias de fraudes⁵⁶.

Diante do desafio natural da implementação de política de ação afirmativa relacionado ao contexto apresentado acima, em 04 de março de 2020 foi publicada a Portaria N.º 510, com a constituição inicial da CPVA, composta por servidoras e servidores das pró-reitorias – fui indicada pela PROEN para ser a representante titular nessa nova instância - e representantes do FONEABI, além de representantes dos Movimentos Negros do Espírito Santo. Constituía-se, então, um grupo consciente dos desafios já ponderados e disposto a fazer valer a Resolução CS IFES N.º 61/2019, todavia, este grupo foi surpreendido pelo imponderável que se colocaria logo nos primeiros dias de existência da CPVA: a Pandemia da Covid-19 – Suspensão das atividades presenciais – Isolamento social – Trabalho remoto – Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNP's) – Heteroidentificação Telepresencial.

A primeira e única reunião presencial da CPVA, até então, ocorreu no dia dezesseis de março de dois mil e vinte e no dia seguinte, o Estado do Espírito Santo decreta o estado de excepcionalidade em saúde pública e a suspensão dos serviços presenciais. O IFES segue os protocolos de segurança e se inicia, assim, uma jornada que jamais ousaria imaginar. O que pensava ser um pequeno período de suspensão de atividades presenciais, mostrou-se uma das maiores tragédias humanitárias que o Brasil e o mundo já experienciou.

Tudo alterado. Tudo (re)significado. A concretude do virtual – o suspiro exequível - também nos descortinou a liquidez do racismo e seu método flúido. Impossibilidades se materializavam na realidade factível. O avesso do avesso do avesso de nossas rotinas, práticas e compreensões. Nada consolidado. Todas e todos em (re)construções. Novas possibilidades outras – imponderáveis. Assim seguimos, aprendendo a aprender na diversidade; aprendendo a (re)encontrar valores outros; aprendendo a reparar, refazer, recompor, recriar, restaurar: aprendendo.

Na heteroidentificação não foi diferente. A equipe precisou se ajustar às novas realidades e às novas demandas. Precisou construir sua identidade considerando possibilidades pensadas e práticas possíveis, quase que como um trabalho artesanal, onde

⁵⁶ A Resolução CS IFES N.º 61/2019 - Institui a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA) e estabelece e regulamenta os procedimentos e os critérios de verificação da veracidade da autodeclaração em Processo Seletivo Discente do Instituto Federal do Espírito Santo.

cada ato foi pensado e decidido especificamente. Assim, foi se pavimentando o caminho da heteroidentificação no IFES em 2020. Acolhendo as demandas e projetando o futuro dentro das condições possíveis para um período tão excepcional.

O processo seletivo de cursos técnicos, previsto para iniciar no segundo semestre de 2020, foi suspenso e o dos cursos de graduação adiado, assim, a primeira grande experiência da heteroidentificação como etapa obrigatória nos processos seletivos do IFES também foi adiada. Concomitantemente, a CPVA trabalhava incansavelmente para encontrar uma possibilidade de garantir a execução da etapa complementar de verificação, visto que na Resolução CS IFES N.º 61/2019 a previsão era de que este procedimento ocorresse presencialmente.

Seria mais adequado garantir a verificação quando retornasse às atividades presenciais? Quando retornaríamos às atividades presenciais? Podemos garantir a heteroidentificação efetiva por meios virtuais? A esta altura o grupo já havia realizado sua primeira eleição e foi conduzida ao cargo de presidenta da CPVA, dando continuidade aos trabalhos que já desenvolvia desde as proposições da minuta que culminou na resolução.

Muitas dúvidas, muito diálogo, estudo e empenho conduziram a instituição, mediante o suporte técnico da CPVA, a construir o Parecer 01/2020, que trata da “Operacionalização da Resolução CS N.º 61/2019 no Processo Seletivo 2020/2, mediante situação de pandemia da Covid-19” e o Parecer 02/2020, que detalha mais sobre a “Operacionalização da Resolução CS N.º 61/2019, em virtude da Covid-19 e decisão do Conselho Superior acerca da suspensão das atividades presenciais até 31 de dezembro de 2020.”, ambos pareceres culminaram no Ato de Homologação Provisória N.º 12/2020, que suspendeu os procedimentos presenciais de heteroidentificação a serem realizados pelas Comissões Locais de Verificação da Autodeclaração (CLVA), conforme determina a Resolução CS nº 61/2019 de 13 de dezembro de 2019, enquanto durar a suspensão de aulas presenciais no Instituto Federal do Espírito Santo, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Criada a previsão da heteroidentificação telepresencial e constituídas as regras de sua execução, a CPVA permaneceu atuando fortemente junto às instâncias deliberativas do IFES, garantindo orientações e alinhamentos quanto aos procedimentos necessários para a efetividade da política, assim como trabalhou para consolidar dois importantes protocolos que direcionaram as atividades desenvolvidas: o Protocolo I, que tem por objetivo o

alinhamento de procedimentos internos, a garantia de registro qualitativo e a orientação de procedimentos institucionais, possibilitando assim, condições de fortalecimento das práticas da CPVA e o cumprimento de suas atribuições e também o Protocolo II, que traz orientações sobre o procedimento de heteroidentificação de estudantes com vínculo ativo na instituição (protocolo a ser adotado nos casos de denúncias de irregularidades ou fraudes no sistema de cotas do IFES).

Mesmo diante de um contexto tão excepcional e de tamanhas incertezas, o colegiado da CPVA atuou fortemente junto aos Campi e suas Comissões Locais de Verificação da Autodeclaração (CLVA). Orientações coletivas e individuais foram garantidas, sempre em favor da efetividade do procedimento. O diálogo profícuo junto às comissões centrais dos processos seletivos que se mantiveram pode ser entendido como ação importante e eficiente, que trouxe maior segurança às CLVA's na execução do procedimento.

Foram iniciados diálogos junto à Assessoria de Comunicação Social e à Diretoria de Tecnologia e Informação, em busca de consolidar os processos de comunicação institucional e o suporte de ferramentas de TI, na estruturação da heteroidentificação. Sem perder de vista os órgãos de controle e sua competência diagnóstica e propositiva, foram estruturadas ferramentas de monitoramento e registros das informações e procedimentos realizados, na tentativa de modelar o processo de heteroidentificação.

Também foi construído um banco de dados para o cadastro geral de servidoras e servidores habilitados para a heteroidentificação nos vinte e dois campi; um outro banco de dados para os registros das heteroidentificações realizadas nos certames com suporte da CPVA. Ambos os bancos de dados criaram condições para a definição do perfil das equipes atuantes no processo, assim como para o monitoramento constante dos resultados da heteroidentificação. Potentes ferramentas de gestão que consolidaram a identidade da CPVA, trazendo segurança e condição ideal para tomada das decisões necessárias, potencializando assim, o caráter técnico da CPVA.

Mediante os avanços, foi construído o primeiro Relatório Anual da heteroidentificação, o qual foi estruturado em seis grandes eixos de atuação da CPVA. São eles: 1 – Fortalecimento do marco legal, 2 – Ações diagnósticas, 3 – Ações de orientação, 4 – Ações de capacitação, 5 – Ações de monitoramento e suporte e 6 – Ações de enfrentamento e combate às fraudes. Esses eixos passaram a direcionar as frentes de trabalho da CPVA e devem ser incorporados

aos relatórios de gestão da instituição. O Relatório Anual CPVA – 2020 está disponível no site do IFES ⁵⁷.

A busca incessante pela representação das comunidades indígenas e dos movimentos negros não foi perdida e a partir do segundo semestre de 2020 foram indicados os membros titulares e suplentes do Movimento Negro Unificado (MNU) – neste caso para recomposição da representatividade - e da Comunidade Indígena – aqui como primeira indicação – com representantes dos povos Guarani e Tupiniquim. O diálogo institucional permaneceu sendo o eixo condutor das práxis em heteroidentificação no IFES e se caracterizou pela aproximação da CPVA junto ao Reitor, Diretoria Executiva, Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Colégio de Dirigentes, Câmaras, Fóruns, Diretores Gerais, Diretores de Ensino, Diretores de Pesquisa e Pós-graduação, FONEABI e membros das CLVA's. Trabalho colaborativo e dialogado que se estendeu também durante todo o ano de 2021, ainda no formato remoto/online devido às restrições da pandemia.

Ainda há muito o que avançar, a grande maioria dos certames ainda não cumpre os prazos previstos no Protocolo I, gerando transtornos e muitas das vezes eliminando a possibilidade de monitoramento e suporte por parte da CPVA, o que, por consequência, fragiliza o processo. É inequívoca a necessidade de estruturar um espaço físico para as atividades da CPVA. Inequívoca também se mostra a necessidade de fortalecer os recursos humanos e direcionar carga horária específica para o colegiado da CPVA.

Também os processos formativos, seja para membros da comissão permanente ou das comissões locais, precisam ser entendidos como prioritários e condições ideais precisam ser garantidas aos membros da CPVA para que possam estruturar os processos de capacitação institucional; intimamente ligada a atuação da heteroidentificação está a estrutura dos processos seletivos, que ainda se mostram frágeis na instituição. Nesta perspectiva é que reconheço o enorme potencial educativo da heteroidentificação constituída no IFES, seja no processo formativo educativo dos servidores e da instituição como um todo, seja na responsabilidade institucional com a efetiva implementação da educação para as relações étnico-raciais junto aos sujeitos público-alvo da política, pelo viés das ações afirmativas, na realização do próprio procedimento complementar de heteroidentificação. Uma abrangência

⁵⁷ www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/cpva/relatorio_anual_cpva_2020.pdf

que transpassa ao controle da política de cotas e que se desvelou com grande potencial de fortalecimento da Política de Educação para as Relações Étnico-raciais – EREER e de uma educação antirracista no IFES.

6 NOSSOS JARDINS – PESQUISA EM CONCRETUDE

O Método Colhetear não nasceu método, efetivamente não sei quando isso aconteceu, sei que acontecimentos do dia a dia sempre me chamaram a atenção e a criação de um método de pesquisa que levasse em consideração aspectos fundamentais da realidade ou da existência que eram relevantes para a discussão que eu pretendia propor, com o objetivo de produzir conhecimento de maneira sistemática e eficaz, se mostrou ponderável e assim se fez no percurso de uma trajetória. Neste capítulo me dedico à partilha do meu perceber, ciente de que minha percepção será sempre parcial, implicada e afetada pelo que sou e está bem distante da completude do universo pesquisado. De igual modo, meu comprometimento se expressa por meio do respeito e da admiração que nutro por cada participante que, numa relação de confiança e respeito mútuos, se disponibilizou para a pesquisa, investiu horas de trabalho (alguns até horas de suas férias e afastamentos) e contribui sobremaneira para que esta pesquisa pudesse se concretizar.

Este capítulo está, portanto, organizado em quatro partes. A primeira busca contextualizar o leitor quanto aos perfis dos sujeitos e dos territórios da pesquisa. Chamo de ecossistemas as relações estabelecidas nesse contexto e busco refletir sobre as construções que se entrelaçam entre si. Seres estruturados ou estruturas viventes foi o questionamento que se apresentou para mim mediante as observações do “quem” e do “onde” a pesquisa aconteceu, ou seja, dos ecossistemas existentes nesses jardins.

A segunda parte deste capítulo versa sobre um possível reconhecimento dos domínios técnicos dos sujeitos de pesquisa. A qualificação dos conhecimentos operacionais do procedimento de heteroidentificação, por meio das informações colhidas na “Instalação Colhetear”, visto que são servidoras e servidores que atuam diretamente nessa frente de trabalho no IFES. Importante destacar que utilizei a estratégia do “Grupo Controle” para a construção dos diagnósticos, ou seja, os resultados de um grupo de pessoas que realizaram a dinâmica da instalação, mas que nunca atuaram como heteroidentificadores em comparação com os resultados do “Grupo experimental” que é o grupo da pesquisa e são pessoas experientes na prática da heteroidentificação. Busco assim um breve diagnóstico dos nossos jardins, acenando para possibilidades futuras de intervenção.

Buscando compreender as primeiras repercussões do método, compartilho na terceira parte deste texto, as avaliações que os sujeitos da pesquisa realizaram sobre a dinâmica da instalação e suas percepções sobre o próprio método apresentado. Com base nas respostas à aplicação do formulário “Tramando jardins e fios – Ateliê Colhetear” (Apêndice D), foi possível compreender a primeira impressão dos participantes sobre o método, contribuições importantes para a construção da proposta interventiva.

O colorido dos fios entrelaçados num tear chamado de método me fez vislumbrar diferentes tecituras, o diferente e o diverso dentre as tangibilidades. É assim que descrevo a quarta parte deste capítulo no qual compartilho as contribuições realizadas no mural colaborativo virtual e, ainda que tenham ocorrido poucos registros nesta modalidade, estes contribuíram sobremaneira para o aperfeiçoamento da proposta de intervenção e assertivamente direcionaram ao epílogo do método.

Compete explicar que aqui também utilizei como suporte para as observações e entrelaçamentos deste capítulo um painel interativo, onde construí os gráficos que exemplificarão as discussões tecidas nos subitens que se seguem, o que potencializa as condições de diálogo entre os diversos indicadores que embasaram a pesquisa. Também é importantíssima a estratégia de codinomes que utilizo em prol de resguardar os participantes e os territórios, garantindo assim condições de identificar perfis sem expor diretamente aquelas e aqueles que tornaram realidade uma proposta de pesquisa.

O Método Colhetear realizou todas as etapas para a formalização do convite para participação na pesquisa. Contatou a gestão de cada campus que estava localizado na abrangência territorial, explicou a proposta e informou que realizaria contato com as servidoras e servidores lotados em cada campus para a formalização do convite. Após a ciência da gestão, foi encaminhado o convite por e-mail, individualmente, e cada convidada e convidado informava seu aceite ou não. Aquelas e aqueles que aceitaram participar escolhiam se desejavam receber o TCLE por e-mail ou se preferia ler e assinar o documento fisicamente no dia do encontro presencial.

Em seguida, avançamos para a fase da construção das agendas com cada campus, visto que o método - Instalação e Ateliê Colhetear - foi aplicado presencialmente, um dia em cada jardim (campus). Definimos o dia, o horário e especificamos toda a estrutura necessária para a realização da coleta dos dados. Nesta etapa de organização do campo, contei com a atenção

e o empenho de muitos colegas e gestoras/es que dedicaram seu tempo e esforço para garantir que no dia e horário agendados, os jardins e as sementes (participantes) estivessem prontos para participar da pesquisa, portanto, ainda que sem identificá-los (pois, em sua maioria, são os próprios sujeitos da pesquisa) deixo aqui meu sinceros agradecimentos. Vocês foram fundamentais para que a pesquisa de campo acontecesse com toda a segurança, tranquilidade e riqueza com que ocorreu.

Estive com o Método Colhetear em 07 (sete) jardins do IFES, entre os dias 07 (sete) a 16 (dezesesseis) de fevereiro de 2023, contando com a participação de 26 (vinte e seis) servidoras/es (sementes) no total. Assim, ao finalizar a etapa da coleta de campo, foi possível delimitar o “Grupo Experimental” (26), logo, também foi possível delimitar o “Grupo Controle” (também 26), o qual será melhor explicado no decorrer deste capítulo. Desta maneira, para que possa avançar na análise dos dados coletados e como já informado acima, cada campus recebeu, aleatoriamente, um nome de um tipo de jardim e cada participante – seja do “Grupo Controle” ou do “Grupo Experimental” – foi também associado aleatoriamente à uma lista com nomes de espécies características da Mata Atlântica, predominante no Estado do Espírito Santo, criando codinomes e “transformando” cada pessoa em uma semente do Método Colhetear.

6.1 ECOSSISTEMAS – SERES ESTRUTURADOS OU ESTRUTURAS VIVENTES?

Inauguro essa escrita já respondendo à pergunta do subtítulo: ambos se retroalimentam. Em sintonia com a dimensão multirreferencial da pesquisa, a análise do ser, da existência e da realidade se apresentam como aspectos fundamentais para compreender os territórios e as relações estabelecidas com os sujeitos da pesquisa. Assim, são os seres estruturados, cada qual a seu modo de existência - com suas identidades, experiências e expectativas quanto à práxis na heteroidentificação - que tornam as estruturas institucionais vivas - viventes. Essa constatação, tateada antes mesmo de iniciar a pesquisa de campo junto aos sujeitos pesquisados, já me indicava o papel fundante de cada servidora e de cada servidor para a educação das relações étnico-raciais e, conseqüentemente, para a pesquisa.

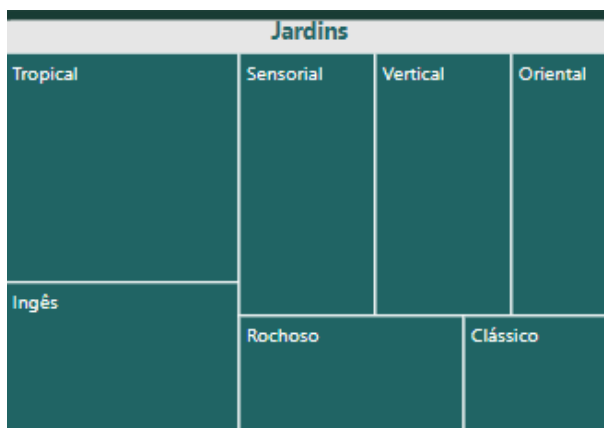
O racismo institucional se faz na medida em que as estruturas se tornam viventes e estas só os são pelos seres estruturados. Na mesma proporção, sendo vivente é passível de transformação e é junto a este potencial que o método pretende atuar: na transformação das pessoas, dos seres estruturados que tornam viventes as estruturas – ambos transformados e em transformação. Portanto, antes de buscar compreender os dados de pesquisa e apresentar uma proposta de intervenção se faz necessária a compreensão daquelas e daqueles que fizeram viva a pesquisa e que tipo de relação essas “sementes” estabelecem com seus jardins.

A Região Metropolitana da Grande Vitória, como é denominado o espaço territorial conformado pelos municípios capixabas de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória foi a delimitação do campo a ser pesquisado. Assim, inicialmente, os campi localizados nestes municípios e os servidores com o perfil previamente delimitado no início deste trabalho figuram na pesquisa. Cabe destacar que não há campus do IFES no município de Fundão e que no município de Vitória estão localizadas três unidades alvo da pesquisa: o campus Vitória, o Cefor e a Reitoria (CPVA).

Compreendo cada campus como um ecossistema que, juntos, integram um jardim. Nesse sentido, é importante registrar que não foi possível adentrar em um dos ecossistemas, ou seja, um campus que está localizado na região delimitada e que havia aceitado o convite para participar da pesquisa não pôde ser visitado devido à suspeita de contaminação no fornecimento da água que abastecia o campus, o que o interditou por uma semana, exatamente no período previsto para a coleta dos dados naquela unidade, impedindo assim que o Colhetear fosse aplicado junto às servidoras e aos servidores que desempenharam atividades remotas naquele período. Portanto, ainda que tenha havido todo um esforço de ambos os lados na tentativa de reorganizar as agendas, infelizmente não foi possível colher as informações do campus Viana. Se realizando assim, a pesquisa de campo, em 07 (sete) das oito unidades previstas para participarem da pesquisa.

O “Gráfico 7” apresenta os jardins participantes da pesquisa. O espaço reservado para cada um é definido de acordo com o número de servidores participantes. O jardim com maior número de sementes foi o Tropical (06), seguido pelos jardins Inglês, Sensorial e Vertical (cada um com 04), Oriental e Rochoso (cada um com 03) e Clássico (02).

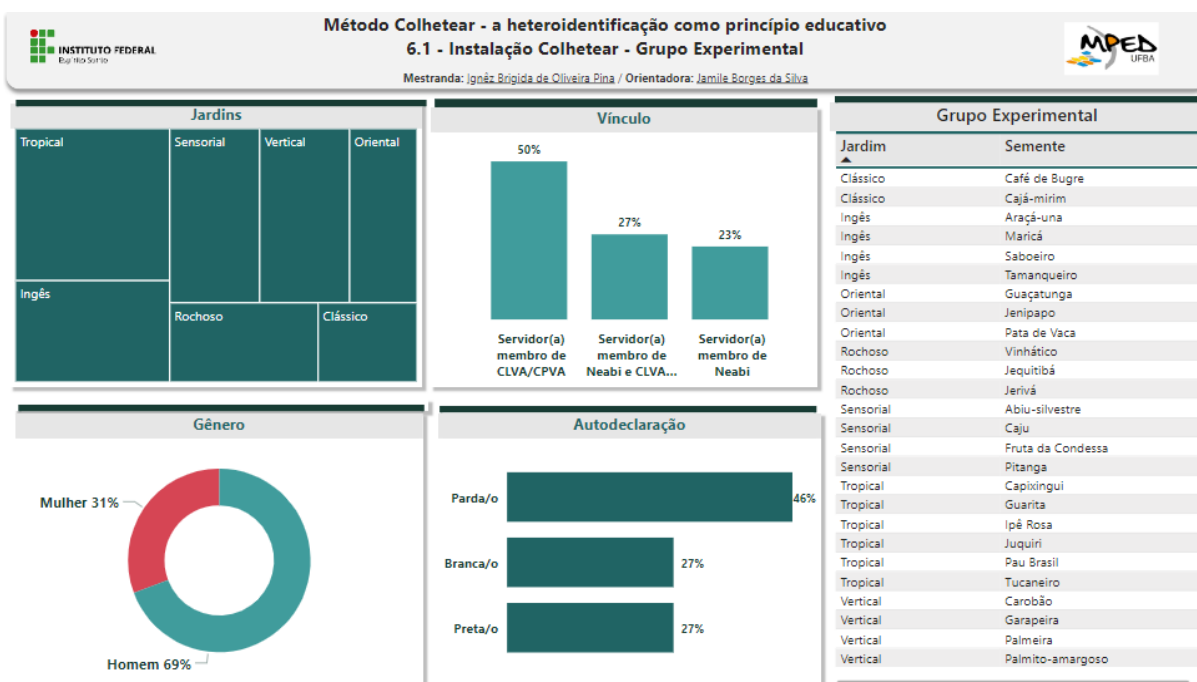
Gráfico 7 – Campi participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

Buscando potencializar as possíveis análises que cada leitora e cada leitor pode realizar dos dados de pesquisa, apresento na “Imagem 13” o painel de gráficos interativos construído para compreender o perfil das sementes de pesquisa, ou seja, o perfil do “Grupo Experimental”. Como já informado no início deste capítulo, a pesquisa contou com a participação de vinte e seis servidoras e servidores que, como é possível observar no gráfico denominado “Vínculo”, se delimitam dentro do perfil traçado pela pesquisa, o que quer dizer que 50% (13) dos participantes no “Grupo Experimental” são membros de CLVA e/ou CPVA, 27% (7) atuam na CLVA/CPVA e também no NEABI e 23% (6) atuam somente no NEABI.

Imagem 13 – Painel de gráficos com perfil dos participantes – Grupo Experimental

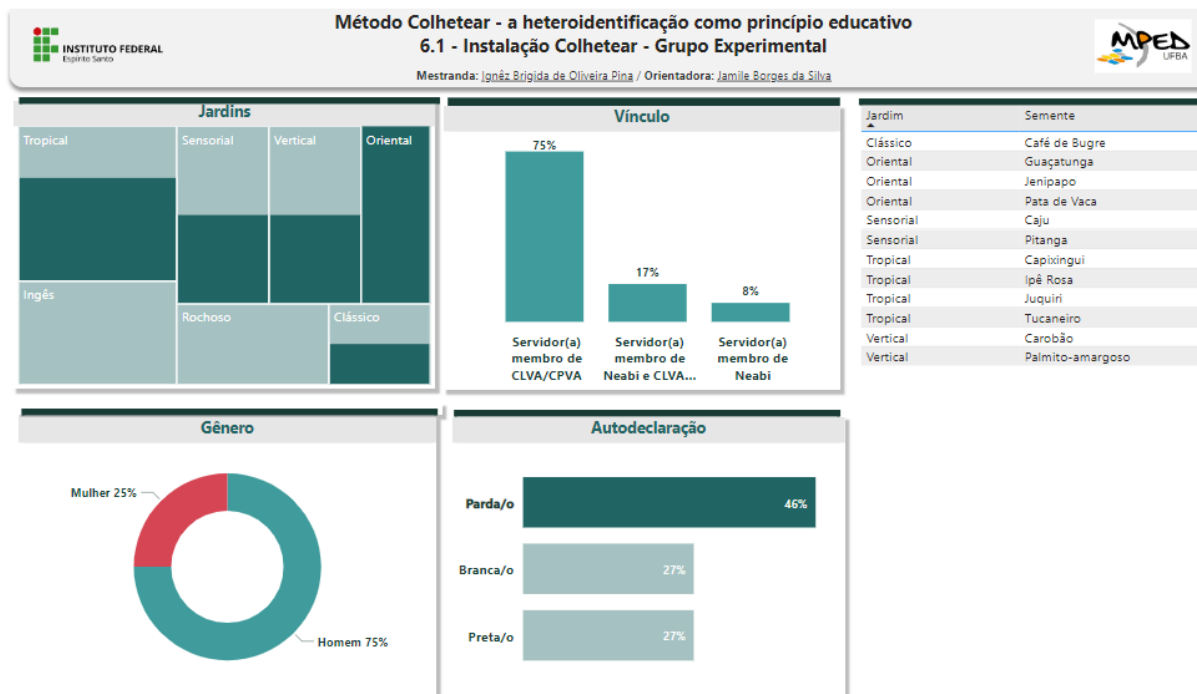


Fonte: Elaborado pela autora

Seguindo com as análises, é possível perceber ainda o gênero e a autodeclaração das sementes de pesquisa, sendo que em âmbito geral, predominou a participação de homens, com 69% (18) em comparação com os 31% (8) de mulheres. Ao que se refere à autodeclaração racial, 46% (12) se autodeclarou parda/o, 27% (7) branca/o e 27% (7) preta/o. A tabela na lateral esquerda da imagem indica os codinomes de cada semente e de cada campus, resguardando assim, as identidades.

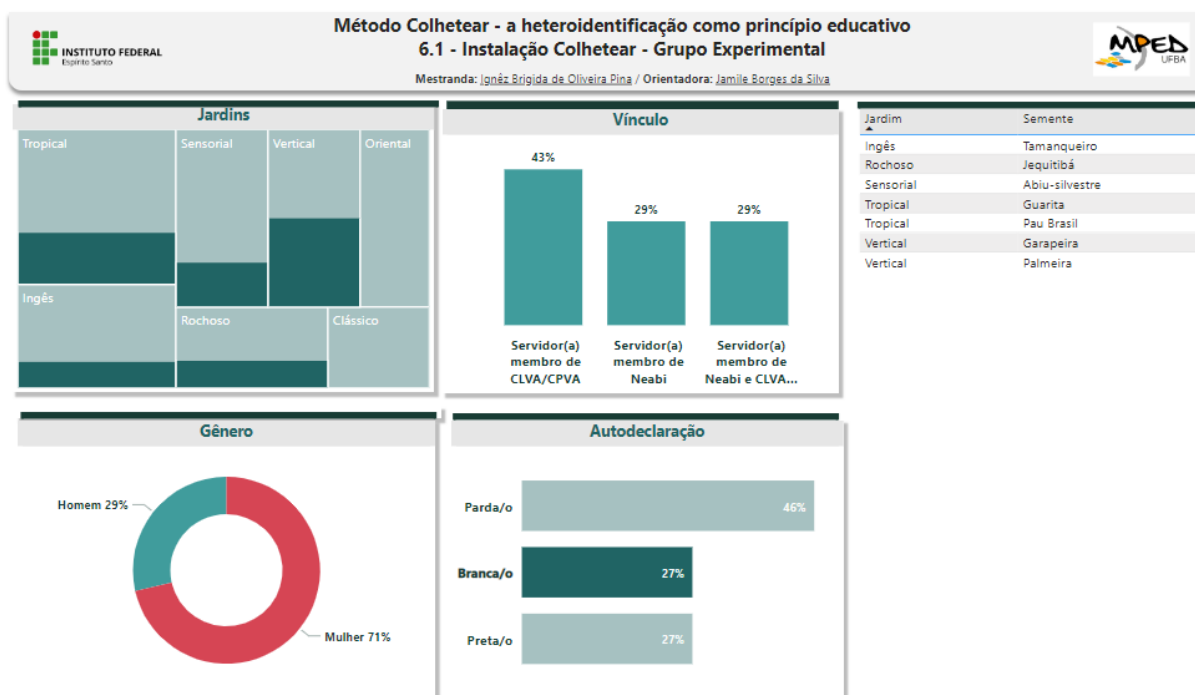
Partindo da categoria raça/cor/etnia, representada pelo gráfico denominado “Autodeclaração”, aprofundo a compreensão dos ecossistemas a que me dispus conhecer. Assim, utilizando uma potente ferramenta de análise, como é o caso do painel construído, é possível chegar a algumas pertinentes constatações: a) não há representação de pardos, brancos e pretos em todos os jardins; b) há representação de pardos, brancos e pretos em todas as categorias de vínculo traçados pela pesquisa e c) não há mulheres pretas como sementes da pesquisa. Observe as alterações nos perfis dos grupos na medida em que altero os indicadores no gráfico “Autodeclaração”, nas “Imagens 14, 15 e 16”.

Imagem 14 – Painel - Autodeclaração dos participantes – Pardos - Grupo Experimental



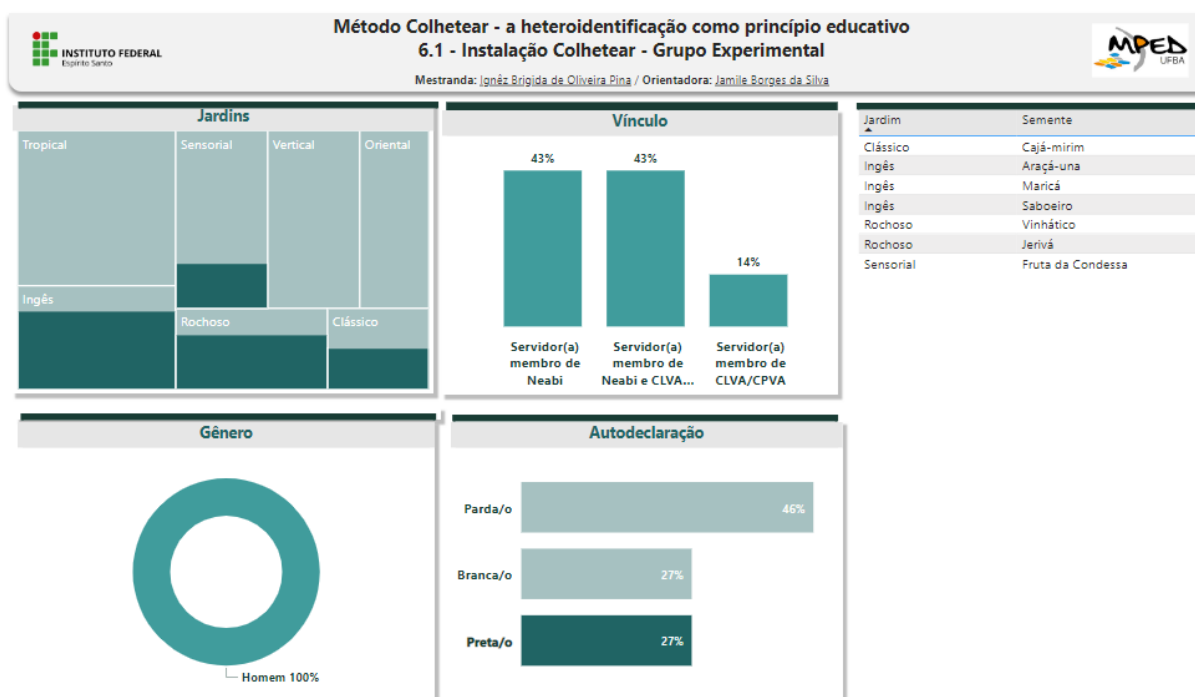
Fonte: Elaborado pela autora

Imagem 15 – Painel – Autodeclaração dos participantes – Brancos - Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

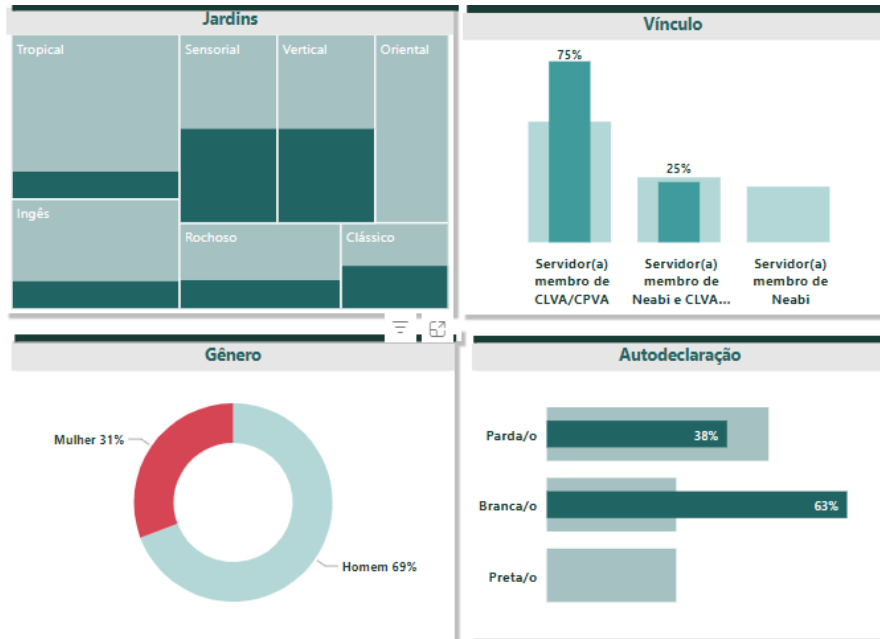
Imagem 16 – Painel - Autodeclaração dos participantes – Pretos - Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

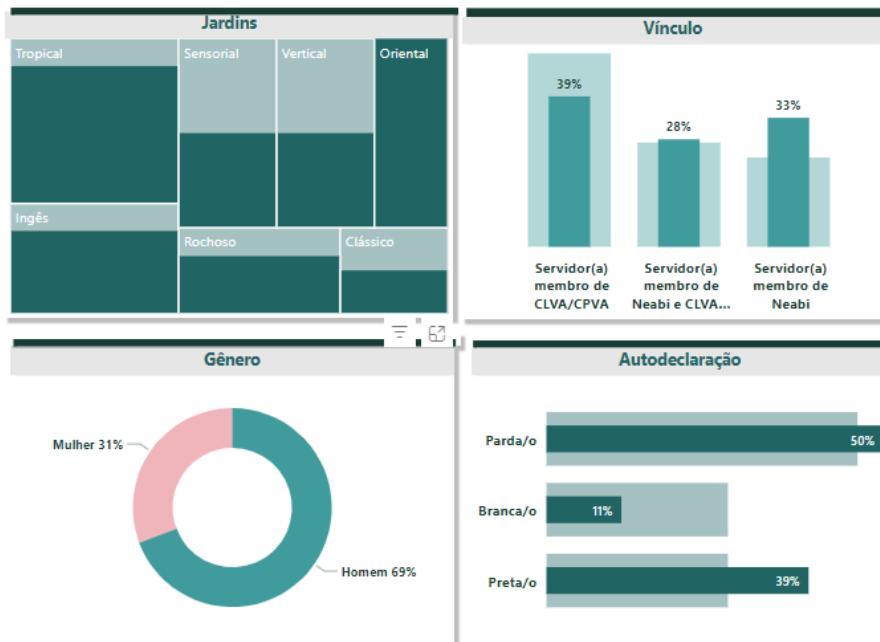
Focalizando a categoria gênero, também é muito interessante perceber que as mulheres não estão representadas em todos os indicadores das demais categorias (campus, vínculo e raça/cor/etnia), diferente dos homens que se fazem presentes em todos indicadores e categorias, como é possível comparar nos “Quadros 3 e 4” abaixo.

Quadro 3 – Gênero (Mulher) em correlação com demais categorias – Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4 – Gênero (Homem) em correlação com demais categorias – Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

No que tange ao “Grupo Controle”, compete elucidar que esta estratégia será utilizada somente na dimensão da “Instalação Colhetear”, para fins comparativos com os resultados do “Grupo Experimental”. O controle não participou do Ateliê, logo, não avaliou o método, pois, não estava dentro do perfil dos sujeitos de pesquisa. Importa também destacar que foram observados três aspectos importantes para sua constituição: a) o número de participantes deveria ser idêntico entre os grupos; b) os grupos deveriam ter similaridade nos vínculos

institucionais e c) seria necessário que existisse um ponto de diferenciação entre os grupos, exatamente aquele em que a comparação será embasada. Assim, é relevante registrar que o grupo instituído com a função comparativa, ou seja, o “Grupo Controle”, tem exatamente 26 (vinte e seis) participantes, sendo que todos estes são servidores federais. O ponto de diferenciação se localiza no exercício da heteroidentificação, onde no “Grupo Experimental” temos servidores experientes na realização deste procedimento e no “Grupo Controle” temos servidores que não têm experiência no procedimento.

Para que o leitor melhor compreenda como se deu a coleta das informações e a participação dessas pessoas na constituição do “Grupo Controle”, preciso abrir um breve parêntese e relatar duas situações nas quais a “Instalação Colhetear” foi aplicada e as pessoas tiveram a oportunidade de realizar sua dinâmica. A primeira vez que a instalação foi apresentada e experimentada pelo público foi nos dias 07 (sete) e 08 (oito) de julho de 2022, no encontro presencial intitulado ““Meu quintal é maior do que o mundo” a prática de Manoel de Barros”, o primeiro encontro presencial da Turma 04, que aconteceu no IFES Campus Nova Venécia. Esse encontro, realizado como encerramento do ciclo 3 do Programa MPED/UFBA teve fundamental importância para a materialização da Instalação Colhetear e foi um divisor de águas para o amadurecimento do método.

Uma das tarefas que os mestrados precisariam realizar naquele encontro seria a construção do “quintal”, por meio de uma instalação artística que comunicasse cada proposta de pesquisa utilizando outras formas de linguagem. A tarefa foi conduzida pelo Bloco Temático “Oficina 3”, sob a docência da professora Dra. Verônica Domingues Almeida, em articulação com os demais blocos temáticos daquele ciclo. Cabe aqui destacar que, a princípio, essa atividade me deixou extremamente preocupada, visto que precisaria comunicar minha proposta de pesquisa por meio de outra linguagem, ciente de que a heteroidentificação muitas das vezes, se apresenta complexa para ser comunicada até mesmo pela escrita, imagina encontrar uma outra forma de comunicação, que ainda fosse uma atividade auto instrutiva (afinal os mestrados não ficariam ao lado da instalação para apresentar, como se faz numa apresentação de banners, por exemplo) e que dialogasse com as propostas dos demais colegas de turma, visto que instalação seria coletiva, com todos as pesquisas do grupo.

A esta altura eu já havia criado a palavra “Colhetear” e seu sentido inicial de colaboração da heteroidentificação para a educação, mas ainda não havia maturidade suficiente para

transformá-la em método. Foi essa atividade do encontro presencial que me conduziu à criação das cabines, seguida pela estruturação da “Instalação Colhetear” e, posteriormente, com o “Ateliê” e as dimensões que hoje integram o método. E foi neste encontro, que os primeiros participantes do “Grupo Controle” estavam. Ainda não era possível definir o quantitativo nem o perfil daqueles que comporiam o controle, por isso, a atividade foi aberta à comunidade acadêmica do campus Nova Venécia, onde participaram servidores e estudantes.

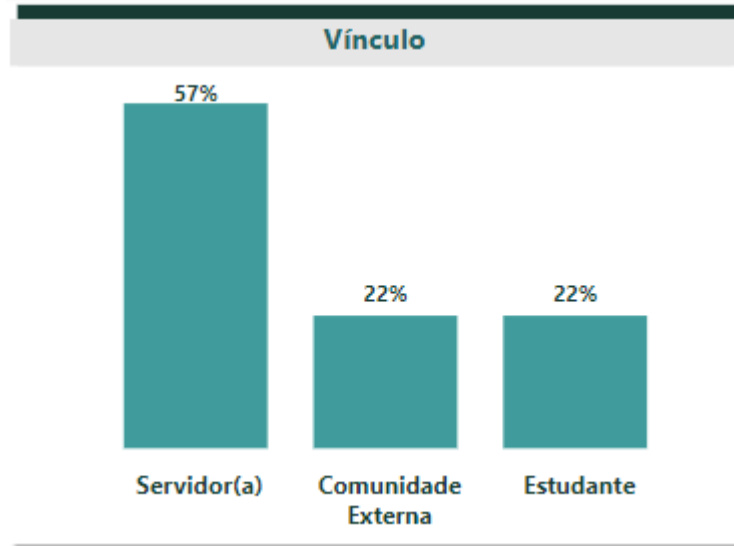
A segunda situação que contribuiu para a constituição do “Grupo Controle” ocorreu também no mês de julho, entre os dias 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove), quando a recém criada “Instalação Colhetear” ficou montada no prédio administrativo da Reitoria do IFF (Instituto Federal Fluminense), no município de Campos dos Goytacazes/RJ. O IFF entrou na minha vida a partir de fevereiro de 2022, quando iniciei um período de colaboração técnica junto ao referido instituto, e passei a compor a equipe da Diretoria de Políticas da Educação, na Pró-reitoria de ensino. Foi por meio de ações dessa diretoria em articulação com a Pró-reitoria de extensão deste instituto que ocorreu a realização de uma ação educativa junto à comunidade acadêmica do IFF. A instalação ficaria disponível para servidores e demais membros da comunidade durante toda a semana e no dia 26 (vinte e seis) foi realizada uma oficina, intitulada “Vamos falar sobre heteroidentificação?”. Uma atividade híbrida na qual os inscritos presencialmente puderam realizar a dinâmica da instalação e viriam também a integrar o “Grupo Controle” da pesquisa.

Para fechar o parêntese, importa registrar que a instalação também esteve na UFBA, durante a realização do II COPIIP, em outubro de 2022, onde também foi aberta à comunidade acadêmica, todavia, os dados colhidos nesta ação continham pouquíssimos registros de participação de servidores e o quantitativo de respostas das duas primeiras ações já contemplava o número necessário para consolidação do grupo, assim, os dados da UFBA não figuram nas análises que realizarei a seguir.

Localizada, portanto, a constituição do “Grupo Controle”, importa ressaltar que lanço mão da mesma estratégia de codinomes utilizada para o “Grupo Experimental”, resguardando as sementes e os jardins desta pesquisa. Prosseguindo com as análises dessas “sementes de controle”, é possível perceber no “Gráfico 8” que a participação de pessoas da comunidade externa representa 22% (10), assim como de estudantes, figurando também com 22% (10) das

participações nos dois eventos citados acima, todavia, 57% (26) das respostas correspondem a servidores e é esse grupo que constitui o “Grupo Controle”.

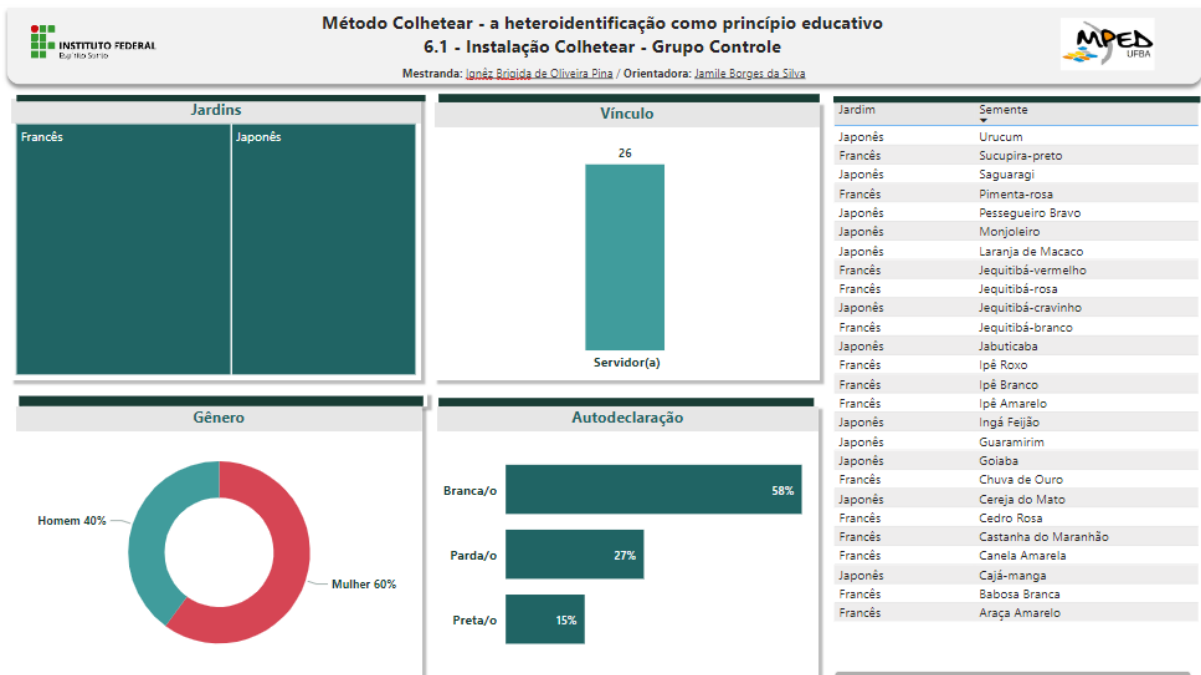
Gráfico 8 – Vínculo - Grupo Controle



Fonte: Elaborado pela autora

Das vinte e seis sementes que compõem o “Grupo Controle”, 54% (14) realizaram a instalação no encontro presencial da turma, no campus Nova Venécia e 46% (12) realizaram a instalação durante a semana da ação educativa, na reitoria do IFF. Assim, imprimimos os mesmos movimentos de análise realizados com o “Grupo Experimental”.

Imagem 17 – Painel de gráficos com perfil dos participantes – Grupo Controle

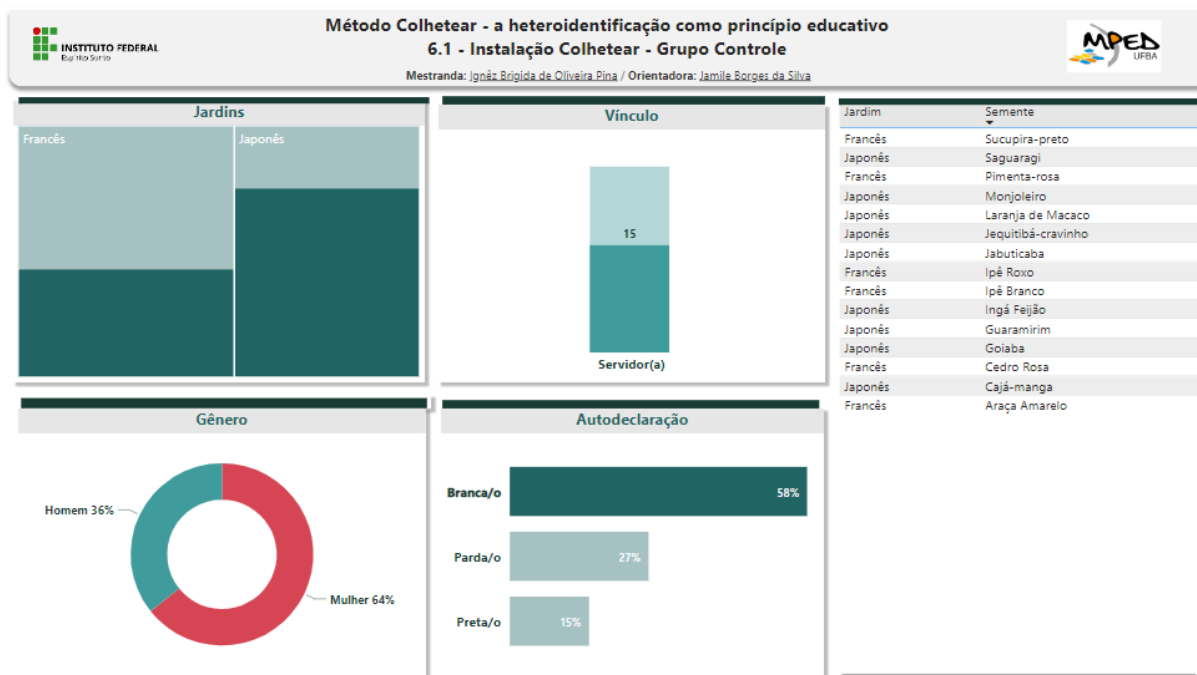


Fonte: Elaborado pela autora

Duas questões chamam bastante a atenção ao observar a imagem acima: a) a expressiva proporção de mulheres participantes nesse grupo, representando 60% (15) em comparação com os homens que representam 40% (10) do total. Ainda, se compararmos com o “Grupo Experimental”, o percentual da participação de mulheres quase que dobrou no “Grupo Controle”, passando de 31% para 60% e b) a inversão de predominância racial, que nesse grupo passa a ser majoritariamente de brancos, representando 58% (15) dos participantes contra 27% (7) de pardos e 15% (4) de pretos.

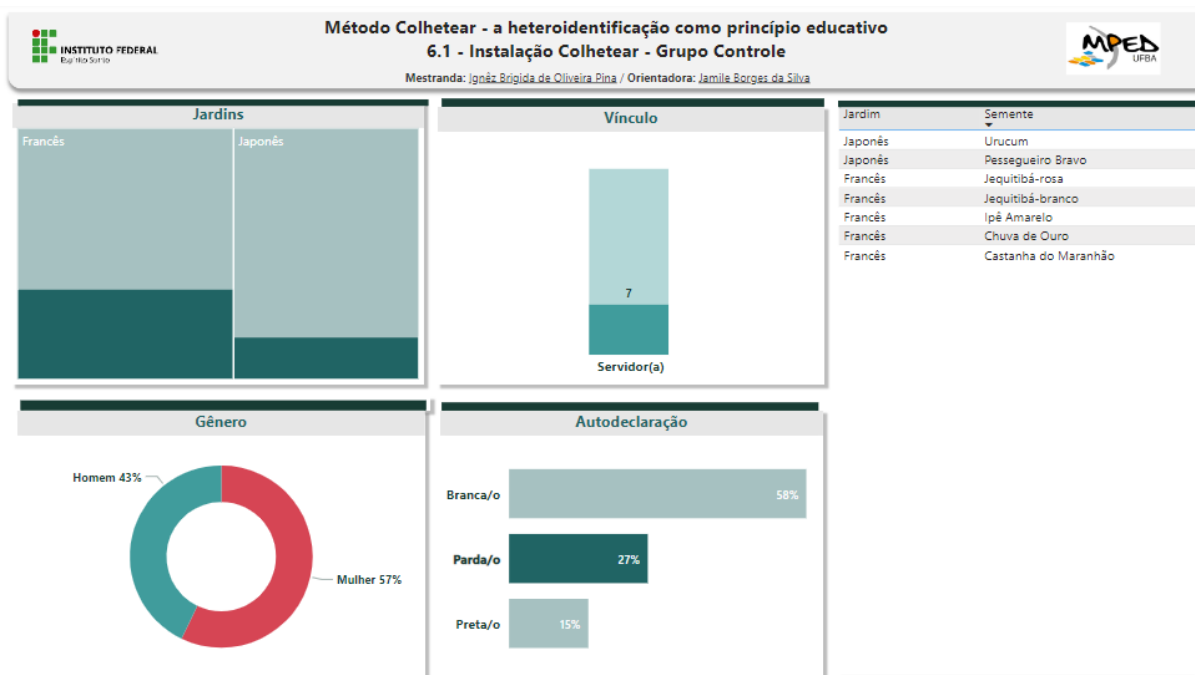
Replicando o exercício da categoria raça/cor/etnia, representado pelo gráfico “Autodeclaração”, é seguro afirmar que as três categorias raciais identificadas no grupo estão representadas em todas as outras categorias de indicadores, ou seja, há brancos, pardos e pretos nos dois jardins participantes, assim como também estão em ambos os gêneros indicados na pesquisa. Observe as alterações nos perfis do grupo na medida em que altero os indicadores no gráfico “Autodeclaração”, nas “Imagens 18, 19 e 20”.

Imagem 18 – Painel - Autodeclaração dos participantes – Brancos - Grupo Controle



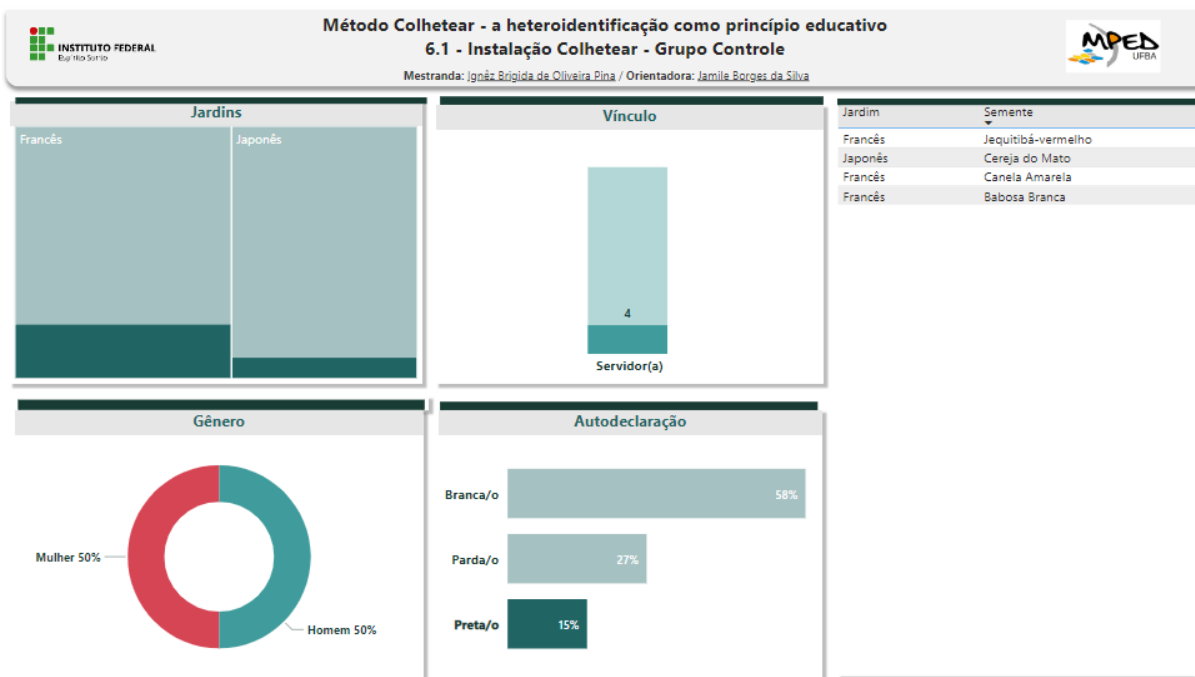
Fonte: Elaborado pela autora

Imagem 19 – Painel - Autodeclaração dos participantes – Pardos - Grupo Controle



Fonte: Elaborado pela autora

Imagem 20 – Painel - Autodeclaração dos participantes – Pretos - Grupo Controle

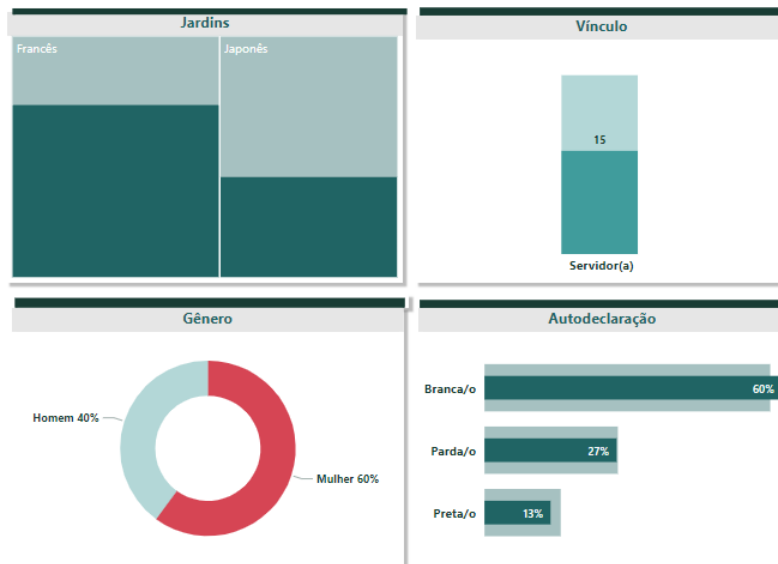


Fonte: Elaborado pela autora

Ao detalhar a categoria gênero, fica perceptível a representação da mulher em todas as categorias raciais, expressando 60% (9) de mulheres brancas, 27% (4) pardas e 13% (2) pretas. É seguro afirmar também que há maior expressão da representação da mulher na atividade

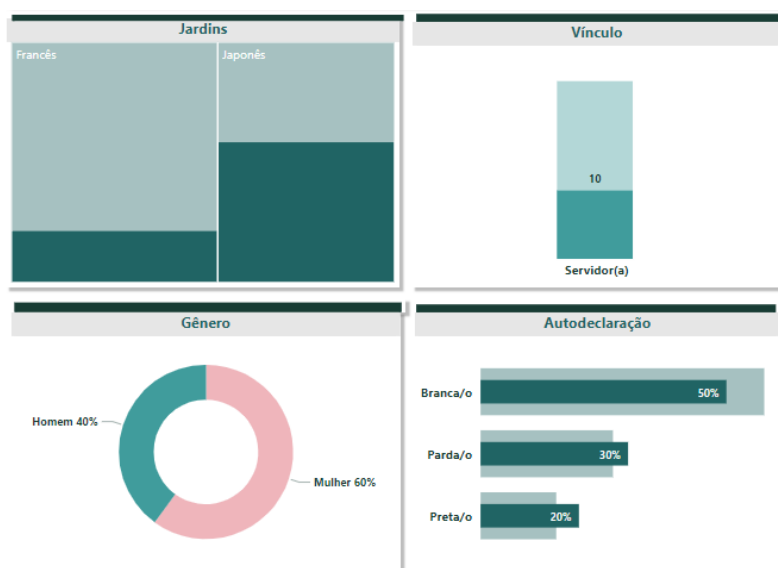
desenvolvida no jardim Francês, indicando que 66% (10) das mulheres participantes nesse grupo estavam nessa intuição. Compare os indicadores nos “Quadros 5 e 6”.

Quadro 5 – Gênero (Mulher) em correlação com demais categorias – Grupo Controle



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 6 – Gênero (Homem) em correlação com demais categorias – Grupo Controle



Fonte: Elaborado pela autora

A “Tabela 4” apresenta a lista de codinomes utilizado pela pesquisa para identificação dos participantes que compõem os grupos experimental e controle.

Tabela 4 – Lista de codinomes – Grupos Experimental e Controle

Grupo Experimental		Grupo Controle	
Jardim	Semente	Jardim	Semente
Clássico	Café de Bugre	Francês	Araça Amarelo
Clássico	Cajá-mirim	Francês	Babosa Branca
Ingês	Araçá-una	Francês	Canela Amarela
Ingês	Maricá	Francês	Castanha do Maranhão
Ingês	Saboeiro	Francês	Cedro Rosa
Ingês	Tamanqueiro	Francês	Chuva de Ouro
Oriental	Guaçatunga	Francês	Ipê Amarelo
Oriental	Jenipapo	Francês	Ipê Branco
Oriental	Pata de Vaca	Francês	Ipê Roxo
Rochoso	Vinhático	Francês	Jequitibá-branco
Rochoso	Jequitibá	Francês	Jequitibá-rosa
Rochoso	Jerivá	Francês	Jequitibá-vermelho
Sensorial	Abiu-silvestre	Francês	Pimenta-rosa
Sensorial	Caju	Francês	Sucupira-preto
Sensorial	Fruta da Condessa	Japonês	Cajá-manga
Sensorial	Pitanga	Japonês	Cereja do Mato
Tropical	Capixingui	Japonês	Goiaba
Tropical	Guarita	Japonês	Guaramirim
Tropical	Ipê Rosa	Japonês	Ingá Feijão
Tropical	Juquiri	Japonês	Jabuticaba
Tropical	Pau Brasil	Japonês	Jequitibá-cravinho
Tropical	Tucaneiro	Japonês	Laranja de Macaco
Vertical	Carobão	Japonês	Monjoleiro
Vertical	Garapeira	Japonês	Pessegueiro Bravo
Vertical	Palmeira	Japonês	Saguaragi
Vertical	Palmito-amargoso	Japonês	Urucum

Fonte: Elaborado pela autora

Para concluir a exploração dos ecossistemas da pesquisa, vale apresentar uma breve descrição da amplitude em que se insere os jardins participantes, visto que o detalhamento das sementes foi realizado no início deste subitem. Assim, compreendo que esses ecossistemas são partes integrantes de um jardim mais abrangente, que considera não somente todo o território do IFES como também de toda a rede dos Institutos Federais do Brasil.

De acordo com as informações constantes na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)⁵⁸, o imenso jardim dos IF's contabilizou em 2022 um total de 656 (seiscentos e cinquenta e seis) unidades distribuídas por todas as regiões do Brasil, oferecendo 11.814 (onze mil, oitocentos e

⁵⁸ Ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).

quatorze) cursos nas mais diferentes áreas do conhecimento, somando 1.513.075 (um milhão, quinhentas e treze mil e setenta e cinco) matrículas e contando com 82.950 (oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta) servidoras e servidores de todos os níveis e carreiras, que trabalham incansavelmente na manutenção desse enorme jardim. Já o IFES, se estrutura com 23 (vinte e três) ecossistemas (sendo que sete contribuíram diretamente para a pesquisa), oferecendo 330 (trezentos e trinta) cursos em 2022, chegando à marca de 50.060 (cinquenta mil e sessenta) matrículas e 3.015 (três mil e quinze) servidoras e servidores.

Numa breve fotografia do ano 2022 dos ecossistemas participantes da pesquisa, o jardim Inglês ofereceu 18 (dezoito) curso e chegou a 1.968 (um mil, novecentas e sessenta e oito) matrículas, contando com 144 (cento e quarenta e quatro) servidores⁵⁹; o jardim Oriental ofertou 12 (doze) cursos, atendendo à 11.614 (onze mil, seiscentos e quatorze) estudantes e 48 (quarenta e oito) servidores; o Tropical ofertou 24 (vinte e quatro) cursos, com 3.386 (três mil, trezentas e oitenta e seis) matrículas e 112 (cento e doze) servidores; o Sensorial ofereceu 19 (dezenove) cursos, 2.622 (duas mil, seiscentas e vinte duas) matrículas e 163 (cento e sessenta e três) servidores; o jardim Vertical ofertou 15 (quinze) cursos, 1.599 (um mil, quinhentas e noventa e nove) matrículas e 123 (cento e vinte e três) servidores e o Clássico ofereceu 43 (quarenta e três) cursos, 6.081 (seis mil e oitenta e uma) matrículas e 487 (quatrocentos e oitenta e sete) servidores.

Além dos seis jardins citados, também tivemos as contribuições do jardim Rochoso, no qual, além dos 180 (cento e oitenta) servidores administrativos, existem 65 (sessenta e cinco) profissionais que desenvolvem cargos e funções gratificadas dentre as atividades de gestão e/ou flexibilização junto a administração do IFES, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento não somente de atividades acadêmicas, como também para a efetivação de projetos de extensão e de pesquisa, buscando aproximar-se da comunidade e contribuir para o desenvolvimento da região metropolitana de Vitória. Essas iniciativas envolvem parcerias com empresas locais, órgãos públicos e instituições de ensino, promovendo a troca de conhecimentos e ações conjuntas, fortalecendo assim o funcionamento dos ecossistemas entre si.

⁵⁹ Todas as informações referentes ao quantitativo de servidores lotados em cada campus, constante neste e nos próximos parágrafos, foram extraídos da página do IFES, na aba “Governança em números”, no botão de “Desenvolvimento institucional”.

6.2 DIAGNÓSTICOS DOS NOSSOS JARDINS – UM RAIIO-X DAS SEMENTES

As cabines que compõem a “Instalação Colhetear” materializam a segunda dimensão do método e tem por objetivo diagnosticar o nível de leitura fenotípica e a compreensão sobre a heteroidentificação daquelas e daqueles que participaram da dinâmica. Como já detalhado no capítulo 3, a instalação atua como ferramenta de coleta de dados ao mesmo tempo em que já traz em sua estrutura os ICF’s (indicadores de conversão fenotípica) que dão condições para a realização do diagnóstico – é como um raio-x que mostra o que tem por dentro.

Nesta parte do trabalho, portanto, utilizando a estratégia do painel de gráficos interativos, me debruço sobre as informações que obtive tanto com a participação do “Grupo Controle”, como na participação do “Grupo Experimental”. Reitero que o objetivo das análises não está em diagnósticos individuais, o foco é compreender a leitura do coletivo, destacando que as expectativas se concentram em encontrar o maior número de assertividade nas respostas do grupo que já tem experiência com o procedimento, ou seja, o experimental. Na realidade, de acordo com as possibilidades do método, espero que o “Grupo Experimental” apresente um bom percentual de nível “Adequado” em sua leitura fenotípica, visto que são participantes que já operam a política no IFES.

Em contrapartida, não tenho a expectativa de encontrar um alto índice de adequação nas respostas do controle, visto que são participantes inexperientes quanto a prática institucional da heteroidentificação, todavia, também não espero encontrar um alto índice de “equivocos”, visto que as imagens de referência não traziam um alto grau de complexidade fenotípica e que, em minha perspectiva, a heteroidentificação informal é uma prática recorrente na população brasileira, sendo compreendida como um dos elementos fundantes da base discriminatória para a prática do racismo. O que espero encontrar no “Grupo Controle” é mesmo um índice “Aceitável” em sua leitura fenotípica.

Antes de iniciar as análises do raio-x de nossas sementes, se faz necessária uma breve localização quanto à duas expressões que utilizo acima: a) prática institucional da heteroidentificação e b) heteroidentificação informal. Ainda que pareçam óbvias, entendo ser importante reiterar que, numa sociedade extremamente racializada como se apresenta a sociedade brasileira (ainda que muitos neguem tal racialização), todos nós realizamos análises

fenotípicas em nosso dia a dia e essas análises estão na base da prática discriminatória que fundamenta o racismo.

Ao caminhar pelas ruas, ao ler as notícias policiais naturalizando certos acontecimentos ou se espantando com eles, ao ver reportagens sobre conflitos entre polícia e comunidades, ao entender como “normal” os índices de homicídios de nossos jovens (negros na grande maioria), ao utilizar serviços públicos e privados, ao entrar e sair de condomínios ou de estabelecimentos comerciais, ao contratar prestadores de serviços, especialmente de limpeza e manutenção, ao olhar (e nem sempre enxergar) os ambulantes, os flanelinhas e a população em situação de rua (esses últimos vistos somente por aqueles que já retiraram algumas vendas dos próprios olhos) ou até mesmo ao cometer um crime, ao insultar um jogador de futebol ao chamá-lo de “mono”, como vem recorrentemente acontecendo com o jogador Vinícius Junior⁶⁰, na Espanha. Todas as situações que acabo de exemplificar são baseadas num exercício (ainda que inconsciente) de análise fenotípica, o que compreendo por heteroidentificação informal.

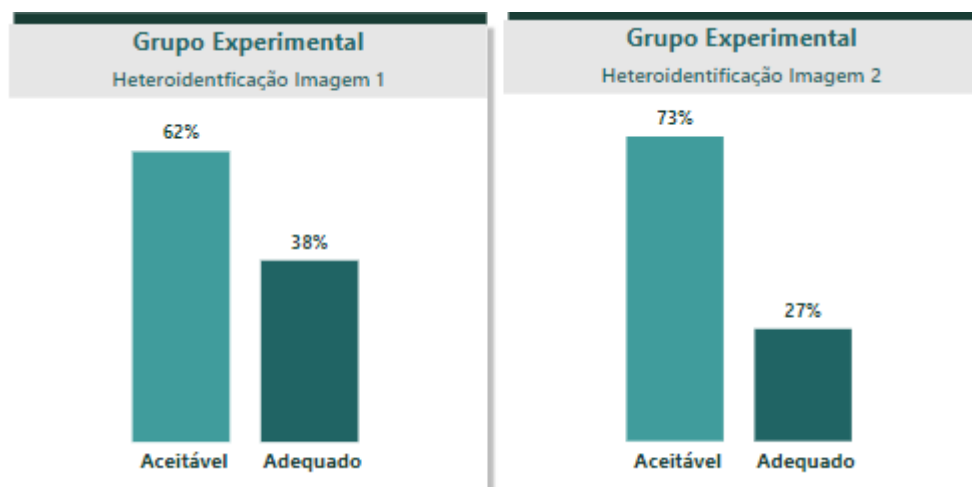
Quero dizer que estamos acostumados a fazer essa “verificação” e, ainda que não seja consciente, esse “julgamento” ocorre a todo momento, independentemente de autorização ou ciência daquele ou daquela que estamos “julgando”, negando-lhes assim o direito de assumir uma identificação, ou melhor, de exprimir uma autodeclaração racial. Portanto, essa verificação é sempre de competência daquele que “julga” e nada tem a ver com o outro que está sob julgamento. Aqui reside a diferença entre as duas expressões: no dia a dia a heteroidentificação é informal, aleatória e intrinsecamente vinculada aos valores do próprio indivíduo que a exercita, ainda que muitas das vezes tenha, sim, efeitos graves e reais para “o outro” que é “julgado” e pode ser “condenado”; já a heteroidentificação institucional, só acontece mediante a ação deliberada (ainda que muitas das vezes não seja tão consciente assim) de alguém que tem a intenção de fazer uso de um direito e/ou política pública e que se submete a um órgão ou agente exatamente em prol da verificação, ou seja, da heteroidentificação institucional.

⁶⁰ Indico aqui a reportagem do “Globo Esporte (GE)” que detalha o caso ocorrido com o jogador, todavia, existem vários outros canais de imprensa que vêm divulgando esse e tantos outros casos de racismo ocorridos no esporte. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2023/05/24/racismo-contra-vinicius-junior-veja-tudo-sobre-o-caso.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Assim, a heteroidentificação institucional, operada por ação de agentes públicos ou privados intencionalmente direcionados para esta função, lança mão da mesma análise fenotípica, todavia, essa verificação é assumidamente de competência institucional, protocolar, contínua e direcionada para a garantia de direitos, não devendo, portanto, admitir equívocos em sua atuação.

Explicadas as diferenças conceituais entre as heteroidentificações informal e institucional e apresentadas as expectativas acerca das respostas dos grupos da pesquisa, inicio as análises das respostas que foram dadas pelos participantes frente ao preenchimento do formulário (Apêndice C) que conduz a dinâmica. Após inserir seus dados pessoais e realizar a autodeclaração racial, cada participante foi orientado a entrar na cabine 1 e responder a pergunta de número 5 do formulário (Em sua opinião, qual a raça/cor/etnia das pessoas nas imagens 1 e 2?) e dentre as possibilidades de resposta estavam as cinco categorias definidas pelo IBGE (preta/o, parda/o, indígena, amarela/o ou branca/o).

Como é possível observar no “Gráfico 9”, considero que há um bom índice de assertividade ao que se refere à heteroidentificação realizada pelo “Grupo Experimental”, pois, de imediato, é possível identificar que não há nenhum registro de procedimento “Equívocado”, considerando os parâmetros propostos pelo método. A ausência de equívocos nesse grupo que já tem experiência no procedimento era esperada e pode confirmar que a prática da heteroidentificação institucional é um elemento importante, que traz maior segurança aos participantes, garantido assim a efetividade da política. Ao considerar que as imagens heteroidentificadas se tratavam indiscutivelmente de um homem e uma mulher públicos-alvo da política, ou seja, pessoas negras, o “Grupo Experimental” comprova, portanto, a importância da experiência na realização do procedimento, isto é, quanto mais prática houver, maior será a segurança da operação e quanto maior a segurança, menores se tornam as chances do que denomino de “erros operacionais”.

Gráfico 9 – Heteroidentificação das Imagens 1 e 2 - Cabine 1 – Grupo Experimental

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando as estatísticas apresentadas no início deste trabalho, há um alto risco de erro operacional das comissões e, no caso em questão, se o ‘Grupo Experimental’ cometesse algum “Equívoco” (o que não ocorreu, conforme o gráfico acima) referente à heteroidentificação das imagens 1 e 2 da Cabine 1, estariam dentro daqueles vinte e quatro por cento de possibilidade de “negação de direito” que apresento no Capítulo 3, visto que as imagens trazem conjuntos fenotípicos que atendem aos objetivos da política.

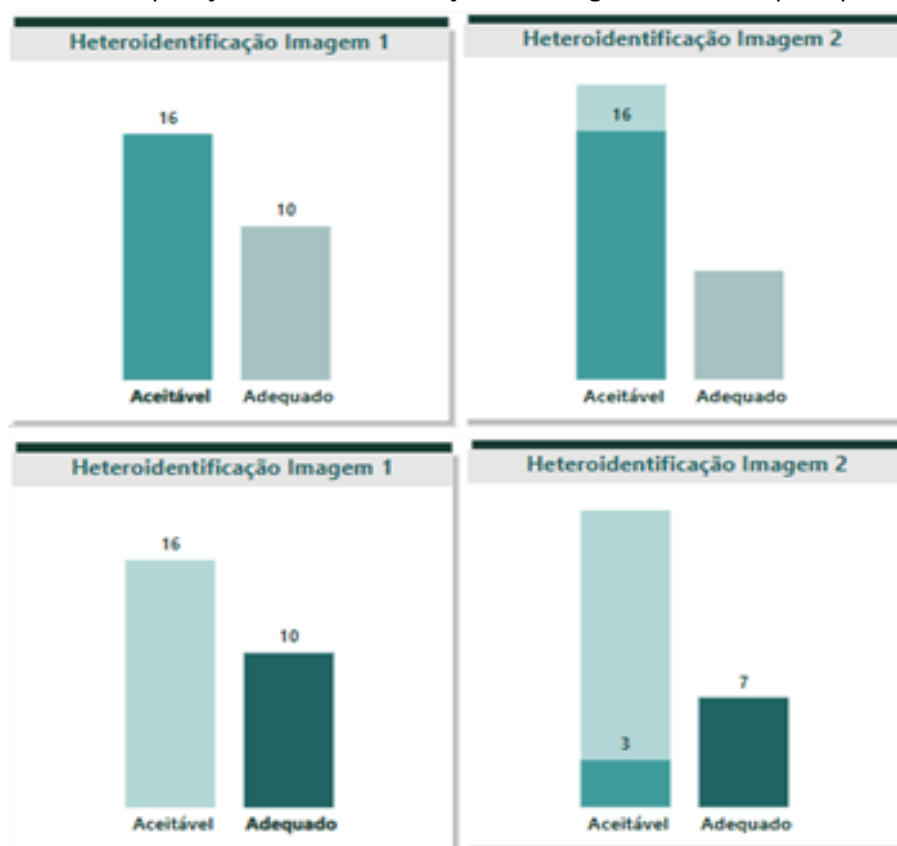
Entretanto, ainda que considere a ausência de equívocos como um bom índice de assertividade do “Grupo Experimental”, ao atentar para os percentuais apresentados no gráfico acima, a discrepância entre os percentuais de “Aceitável” e “Adequado” me chama a atenção. O método considera que as pessoas nas Imagens 1 e 2 da cabine 1 são pessoas negras de pele não retinta, logo, considerados como pardo e parda.

Assim, é preciso compreender que 62% das heteroidentificações da Imagem 1 estão lendo aquele conjunto fenotípico como de uma pessoa preta, isso significa que 16 dos 26 participantes com experiência em heteroidentificação informaram que a imagem 1 da cabine 1 era de um homem preto. Notadamente não há erro operacional, pois, de acordo com o próprio método, a política e o direito estão preservados (aceitável), todavia, há um sinal de atenção que precisa ser acionado mediante essa leitura, melhor dizendo, entendo que esse resultado indica a necessidade de um refinamento ou alinhamento quanto à compreensão do fenótipo preto e a preponderância que a pele retinta tem nesses casos.

Perceba que não advogo sobre a exclusividade da cor da pele nas análises, ao contrário, defendo a análise de todo o fenótipo, inclusive assumo o “conjunto fenotípico” como terminologia deste trabalho, todavia, não se pode negar que a pele é fator importante para a análise do conjunto fenotípico, em especial a pele retinta. A escolha das imagens de referência que traziam características negroides e que não apresentavam pele retinta foi uma decisão deliberada de pesquisa.

Igualmente dignos de atenção, os resultados indicados na heteroidentificação da imagem 2 na cabine 1 nos confirmam a necessidade de envidar esforços na capacitação desses servidores, direcionando ao alinhamento da compreensão de conjuntos fenotípicos pretos e pardos. Explicitando maior descompasso, o diagnóstico da heteroidentificação da imagem 2 confirma a compreensão que esses participantes trazem sobre o fenótipo preto, ou seja, 73% (19) também leram a imagem 2 como uma mulher preta, ou seja, todos os dezoito participantes disseram que a imagem 2 era de uma pessoa preta.

No “Quadro 7”, abaixo, é possível identificar (nos gráficos superiores) que todos os dezesseis que haviam indicado que a imagem 1 era preto realizaram a mesma leitura com a imagem 2 e que, na imagem 2, ainda três dos dez participantes que constavam entre as respostas adequadas (nos gráficos inferiores), ao realizarem a heteroidentificação da imagem 2, também respondem de forma aceitável, alcançando assim o percentual de setenta e três por cento indicados como aceitável para a verificação da imagem 2.

Quadro 7 – Comparação Heteroidentificação das Imagens 1 e 2 - Grupo Experimental

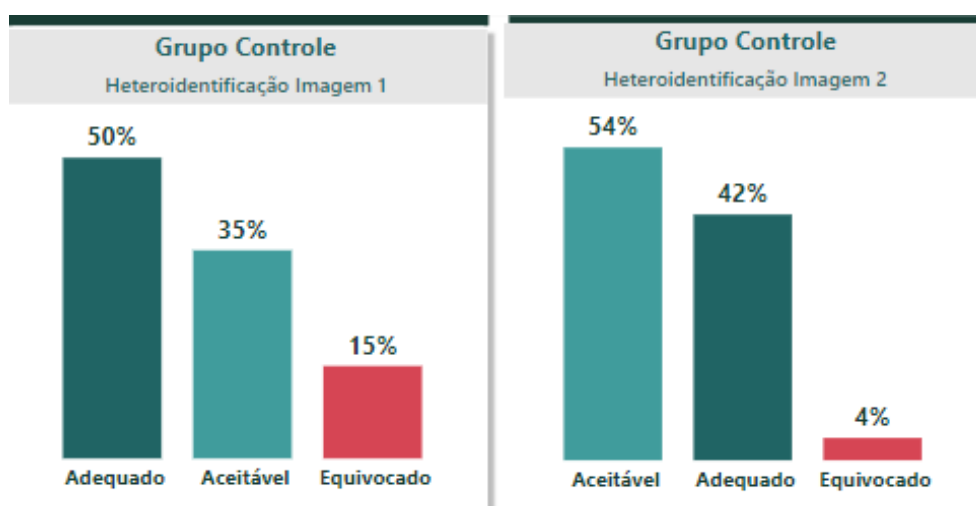
Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar as respostas do “Grupo Controle”, imediatamente é possível confirmar a hipótese de que haveria maior possibilidade de equívocos nesse grupo, visto que é um grupo composto por pessoas que não têm experiência na realização da heteroidentificação institucional. Assim, como é possível observar no “Gráfico 10”, 15% dos participantes realizaram a heteroidentificação da imagem 1 da cabine 1 de forma equivocada, isso quer dizer que quatro dos vinte e seis participantes disseram que a pessoa da imagem 1 não era negra. Desses quatro equívocos tivemos duas respostas que indicaram que a pessoa da imagem 1 era amarela/o e outras duas que indicaram branca/o.

No que tange a heteroidentificação da imagem 2 da cabine 1, a recorrência de equívoco se manteve, todavia, menor do que no percentual da imagem 1, representando 4% do “Grupo Controle”, ou seja, somente uma pessoa deste grupo realizou a heteroidentificação da imagem 2 de forma equivocada. Essa pessoa figura nos equívocos das duas imagens, indicando-as como pessoas brancas. Caso este “Grupo Controle” fosse de pessoas que estivessem dispostas a atuar como membros de bancas ou comissões de heteroidentificação, seria possível identificar os equívocos individualmente e direcionar os processos formativos para a

compreensão de conjuntos fenotípicos, por exemplo. É esse o objetivo do Método Colhetear: identificar as possibilidades de erros que poderiam vir a fragilizar a política de cotas (negando direitos ou cometendo ilegalidades) e direcionar de forma sistêmica e eficaz a capacitação dos agentes que operacionalizarão as ações afirmativas, mediante processos educativos.

Gráfico 10 – Heteroidentificação das Imagens 1 e 2 - Cabine 1 – Grupo Controle



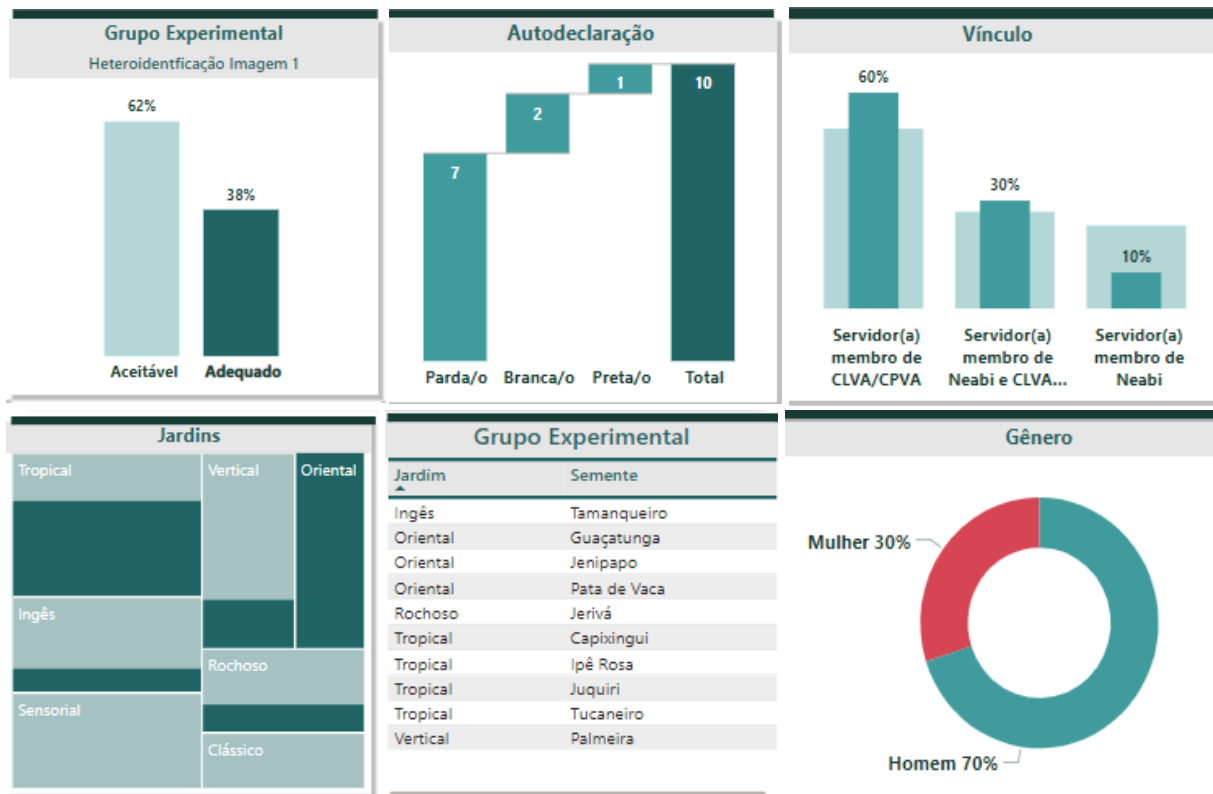
Fonte: Elaborado pela autora

Surpreendentemente, os índices de adequação e aceitabilidade do “Grupo Controle” superaram os percentuais do “Grupo Experimental”. Como também é possível observar no gráfico acima, ao heteroidentificar a imagem 1, 50% (13) do controle indicou que a pessoa na imagem 1 era parda, apresentando 12% a mais de assertividade do que o “Grupo Experimental” e 42% (11) indicou que a pessoa na imagem 2 também era parda, o que representa 15% a mais de assertividade se comparado com o “Grupo Experimental”. Esses percentuais de adequação de um grupo que a priori não foi capacitado para a heteroidentificação e que não tem experiência na realização institucional do procedimento, poderiam ser explicados, em minha perspectiva, mediante a compreensão do conceito de heteroidentificação informal que apresentei no corpo do texto acima. Ainda que não tenham consciência de suas percepções ou que não atuem institucionalmente como agentes operadores da política de cotas, estas pessoas trazem uma experiência social que qualifica suas análises. Resta saber o uso que fazem dessa expertise.

Diante dos números apresentados, alguns questionamentos me surgiram: quem são e onde estão essas sementes com respostas “Adequadas”? Qual o gênero e como elas se autodeclararam? Será que existe algum padrão que relacione essas categorias com suas leituras fenotípicas? Há alguma similaridade dos perfis com respostas “Adequadas” entre os

grupos “Experimental” e “Controle”? Buscando respostas para estes questionamentos, almejando contextualizar o leitor e aprofundar as possibilidades de análises, apresento os “Quadros 8 e 9”. Perceba que o primeiro gráfico de cada quadro, sempre da esquerda para a direita, traz o percentual de respostas adequadas referentes à imagem 1 (38%) e à imagem 2 (27%) e são seguidos pelos demais gráficos que estão vinculados ao primeiro, apresentando assim todo o perfil dos grupos de dez e de sete “sementes” que heteroidentificaram as imagens 1 e 2 de forma adequada, respectivamente.

Quadro 8 – Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 1 – Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

Desta maneira, ao que se refere a heteroidentificação da imagem 1, o perfil que realizou o procedimento de forma adequada é majoritariamente homem, pardo, que atua em CLVA/CPVA e, proporcionalmente, está lotado no “jardim Oriental”. Interessante observar que o “jardim Tropical” traz numericamente mais respostas adequadas na análise deste perfil, todavia, o “jardim Oriental” apresenta cem por cento de respostas adequadas, logo, proporcionalmente é mais assertivo. Outra constatação importante se dá referente ao “jardim Sensorial”, o qual não apresentou nenhuma resposta adequada para a heteroidentificação da imagem 1. Uma importante identificação realizada pelo método, visto que estamos tratando do “Grupo Experimental” que já atua institucionalmente com a heteroidentificação.

Quadro 9 – Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 2 – Grupo Experimental

Fonte: Elaborado pela autora

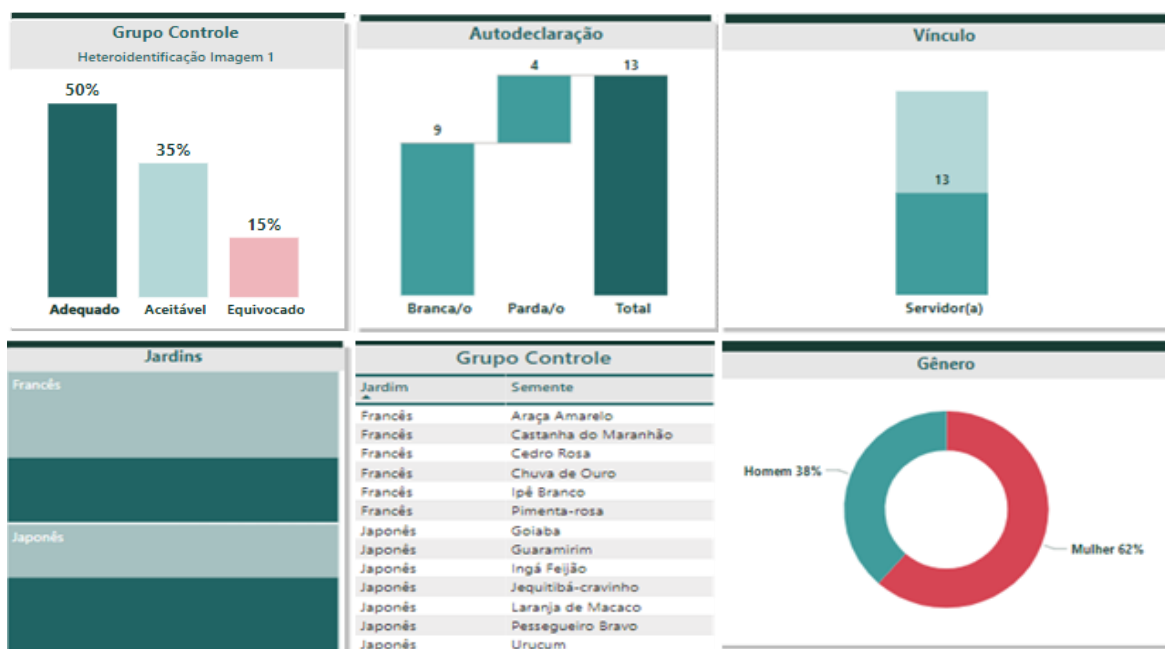
No tocante a heteroidentificação da imagem 2, o perfil que realizou o procedimento de forma adequada se manteve, em sua maioria, de homens (ainda que com um expressivo aumento de mulheres), pardos, que atuam em CLVA/CPVA e que estão lotados no “jardim Oriental”. Novamente este “jardim” apresenta cem por cento de respostas adequadas, demonstrando assim uma equipe com excelente índice de assertividade. Também é bastante interessante observar que participantes que atuam somente nos NEABIS não figuram neste perfil, ou seja, das respostas consideradas adequadas, nenhuma era de participantes que atuava somente nos NEABIS. Aqui há, novamente, mais um importante indício da relação direta entre a prática da heteroidentificação e a assertividade nas respostas.

Outra constatação importante é a que se refere aos jardins que não tiveram nenhuma resposta adequada, ou seja, três dos sete jardins não apresentaram nenhuma resposta adequada. Dentre estes três, está novamente o “jardim Sensorial” que, neste caso, confirma um diagnóstico preocupante, visto que se manteve apenas no índice aceitável das respostas, não havendo nenhuma resposta adequada dentre seus participantes, indicando assim uma nítida necessidade de capacitação de seus agentes no sentido das análises dos conjuntos fenotípicos.

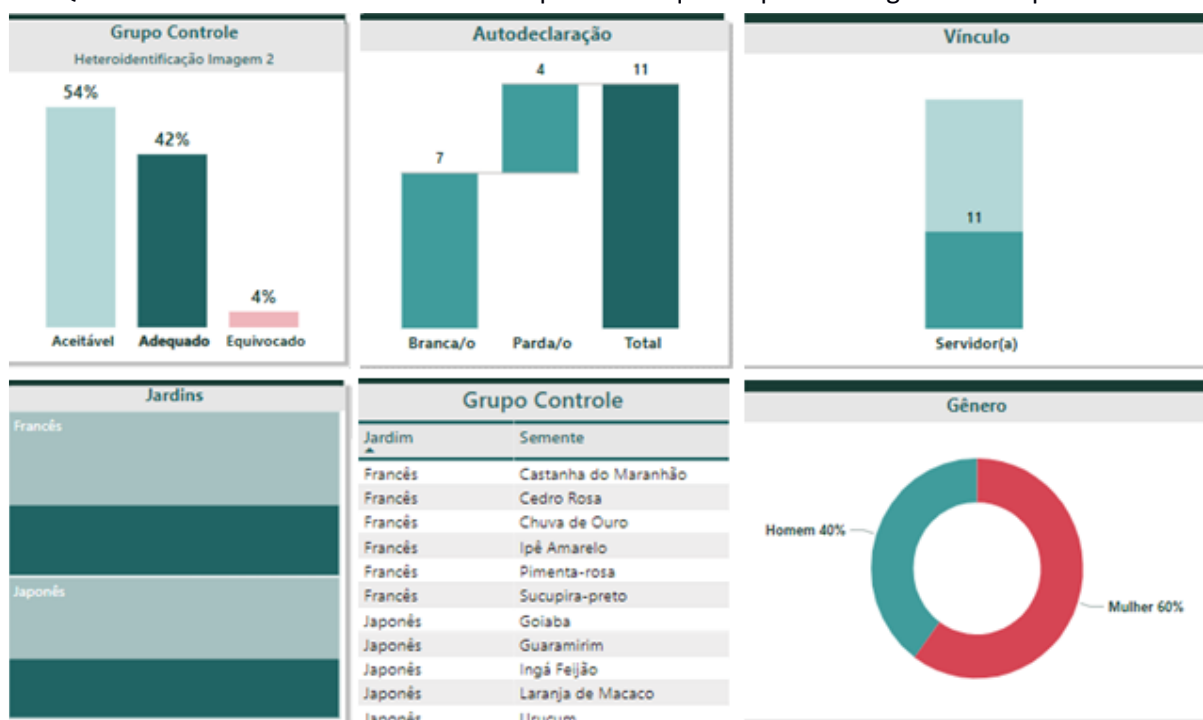
Por fim, cabe destacar que sete das dez sementes que figuram no “Quadro 8” também constam no “Quadro 9”, indicando considerável coerência de análise, isto é, as mesmas “sementes” realizaram a heteroidentificação de forma adequada para as duas imagens, sinalizando assim para a comprovação de um possível padrão de análises que pode ser melhor compreendido num processo de capacitação mais direcionado, por exemplo, trazendo tais padrões à consciência desses membros, tornando-os uma possível técnica replicável em determinados casos. Esta seria uma competência possível de ser efetiva nas ações do “Ateliê Colhetear”, por exemplo, quando num processo de capacitação de bancas e comissões.

Destaco, abaixo, os “Quadros 10 e 11”, com os perfis produzidos pelas respostas adequadas do “Grupo Controle”, mediante reprodução dos exercícios de análises feitos até aqui. Observe que o primeiro gráfico de cada quadro, da esquerda para a direita, traz o percentual de respostas referentes à heteroidentificação da imagem 1 (50%) e da imagem 2 (42%) e são seguidos pelos demais gráficos que estão vinculados ao primeiro, apresentando assim todo o perfil dos grupos de treze e de onze “sementes” do “Grupo Controle” que heteroidentificaram as imagens 1 e 2 de forma adequada, respectivamente.

Quadro 10 – Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 1 – Grupo Controle



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 11 – Perfil - “Sementes” com respostas adequadas para a Imagem 2 – Grupo Controle

Fonte: Elaborado pela autora

Como já identificado inicialmente, o “Grupo Controle” apresenta maior equilíbrio nos percentuais do indicador de gênero e isso certamente se expressa nos perfis construídos nos quadros acima. Assim sendo, ao que se refere a heteroidentificação da imagem 1 (Quadro 10), o perfil que realizou o procedimento de forma adequada é majoritariamente de mulheres, brancas, servidoras atuantes em ambos os jardins. Cabe ressaltar que nesse grupo o vínculo se limita a “servidor”, visto que são participantes que não atuavam na heteroidentificação institucional, assim, na categoria “Vínculo”, só há um indicador que é “Servidor”.

Para a heteroidentificação da imagem 2 (Quadro 11), o percentual de respostas adequadas apresenta uma leve queda, de 50% (imagem 1/quadro 10) para 42% (imagem 2/quadro 11), todavia, o perfil das “sementes” permanece quase que inalterado, apresentando-se com maioria de mulheres, brancas, servidoras de ambos os jardins. Das treze respostas adequadas para a heteroidentificação da imagem 1, somente nove se mantiveram adequadas ao heteroidentificar a imagem 2, representando 69% das respostas que mantiveram um padrão de assertividade. As duas novas “sementes” que completam as onze respostas da imagem 2, não apresentaram um padrão, pois, uma informou um resposta aceitável quando heteroidentificou a imagem 1 e a outra informou uma resposta equivocada quando heteroidentificou a mesma imagem.

Assim, retomando os questionamentos que conduziram ao levantamento dos perfis ora apresentados, é possível afirmar que no “Grupo Controle” são mulheres, brancas e servidoras que estão em ambos os campi participantes. No “Grupo Experimental” são homens, pardos, atuantes em CLVA/CPVA e, predominantemente, em dois dos sete campi participantes.

As categorias raça e gênero se apresentaram importantes na constituição dos grupos da pesquisa, visto que o experimental é composto majoritariamente por homens negros (50% dos homens do grupo são pardos e 39% são pretos, chegando à 89% do total de homens desse grupo) e o controle é composto, em sua maioria, por mulheres brancas (60% das mulheres do grupo são brancas). Aponto para este aspecto devido ao questionamento realizado anteriormente sobre a possibilidade dessas duas categorias impactarem diretamente as leituras fenotípicas desses sujeitos.

Desta forma, ao analisar os perfis apresentados, ainda que os resultados do “Grupo Controle” tenham sido expressivamente mais assertivos do que as respostas do experimental, entendo que seriam necessários estudos mais aprofundados, com um percentual amostral mais expressivo para assegurar algum posicionamento, logo, ainda que inicialmente, compreendo que não é possível afirmar se as categorias gênero e autodeclaração estão diretamente relacionadas com os resultados, ou seja, se há indícios de que o gênero e a raça tenham impactos direto sobre a leitura fenotípica de cada sujeito. Com base nos estudos apresentados por esta pesquisa, compreendo que as construções identitárias, sim, interferem nas condições da leitura fenotípica de cada pessoa e que as categorias gênero e raça estão intimamente imbricadas nessas construções.

Quanto à possíveis similaridades entre as respostas adequadas dos grupos, é possível identificar que sim, há indicativo de que exista um padrão seguido por aquelas e aqueles que realizaram a heteroidentificação das imagens de forma correta. Foi possível perceber esse indício quando identifiquei que 70% das respostas adequadas da imagem 1 do “Grupo Experimental” e 69% das respostas adequadas da imagem 1 do “Grupo Controle” se mantiveram adequadas também na heteroidentificação da imagem 2 e que, em ambos os grupos, das respostas adequadas para a imagem 1 não há registros de equívoco para a imagem 2. Isso significa que a grande maioria que inicia com respostas adequadas se mantém com análises adequadas, salvo alguns pequenos percentuais que alteraram suas respostas para aceitável, o que é considerado assertivo pelo método.

Assim, compreendo que há um indício de possível padrão de análise dessas “sementes”, todavia, este estudo não se deteve nesse aspecto, havendo portanto, necessidade de maiores aprofundamentos e novas abordagens para melhor compreender este universo.

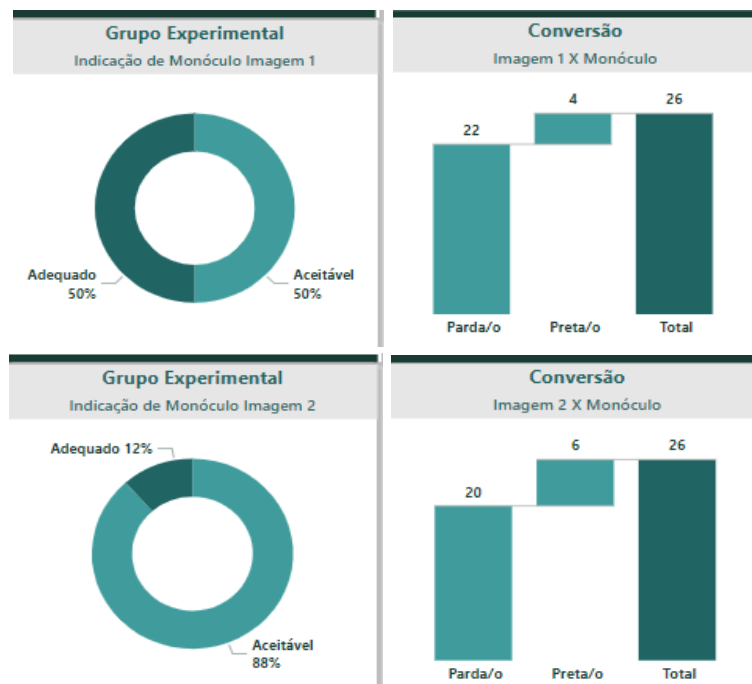
Retornando ao formulário respondido pelos grupos quando da realização da “Instalação Colhetear”, após heteroidentificar as duas imagens impressas e afixadas no interior da cabine 1, o participante precisava responder às perguntas de número 6 e 7 que solicitavam que ele indicasse os números dos monóculos que traziam as fotos com os fenótipos (características físicas) mais próximos das pessoas nas imagens 1 e 2. Nesta questão cada participante só precisava indicar o número de dois monóculos, primeiro o número daquele que ele julgasse mais próximo da imagem 1 (pergunta número 6) e depois o número daquele que ele julgasse mais próximo da imagem 2 (pergunta número 7).

Assim, após a coleta dos dados, todos esses números foram tabulados e convertidos pelos ICF's em respostas “Adequadas”, “Aceitáveis” ou “Equivocadas”. O detalhamento dessas conversões foi realizado no capítulo 3 deste trabalho. Desta maneira, inicio as análises referentes ao exercício que os participantes realizaram com os monóculos para que conseguissem responder às perguntas 6 e 7 do formulário.

Como é possível observar no “Quadro 12”, o “Grupo Experimental” manteve um bom índice de assertividade, não registrando nenhuma indicação equivocada dentre suas respostas, entretanto, também manteve os percentuais “Adequados” abaixo do esperado, ao que parece, reproduzindo um padrão de leitura fenotípica.

Nos gráficos superiores do “Quadro 12”, da esquerda para a direita, é percebido um equilíbrio entre adequação e aceitabilidade, com 50% das respostas. Um avanço pode ser percebido ao comparar o percentual de adequação (50%) na indicação dos monóculos com o percentual da heteroidentificação da imagem 1, quando o grupo obteve 38% de respostas adequadas (Gráfico 9, p.123), todavia, o oposto ocorre com a indicação do monóculo referente à imagem 2, em que é possível perceber (nos gráficos inferiores do quadro abaixo) um considerável recuo nos percentuais de adequação, visto que ao heteroidentificar a imagem 2, este grupo obteve 27% (Gráfico 9, p.123) de respostas adequadas e agora reduz para 12% sua margem de assertividade adequada, avaliada com a indicação do monóculo, na resposta sete do formulário.

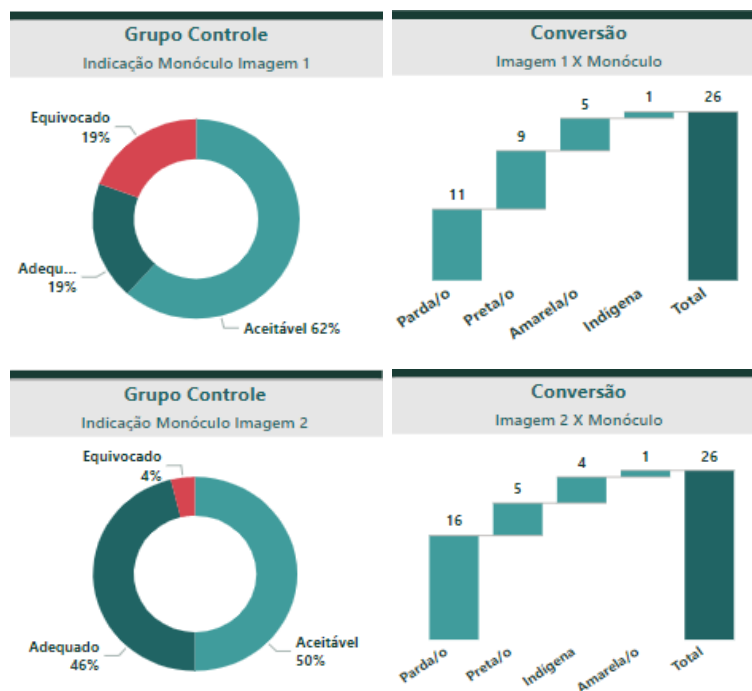
Quadro 12 – Indicação de monóculos e conversão fenotípica Imagens 1 e 2 - Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

Com o “Grupo Controle”, é bastante interessante observar que um possível padrão também se mantém, isto é, se mantêm um pequeno percentual de equívoco, com 19% para indicação do monóculo da imagem 1 (gráficos superiores, da esquerda para a direita) e, novamente, 4% para a indicação do monóculo da imagem 2 (gráficos inferiores).

Quadro 13 – Indicação de monóculos e conversão fenotípica Imagens 1 e 2- Grupo Controle



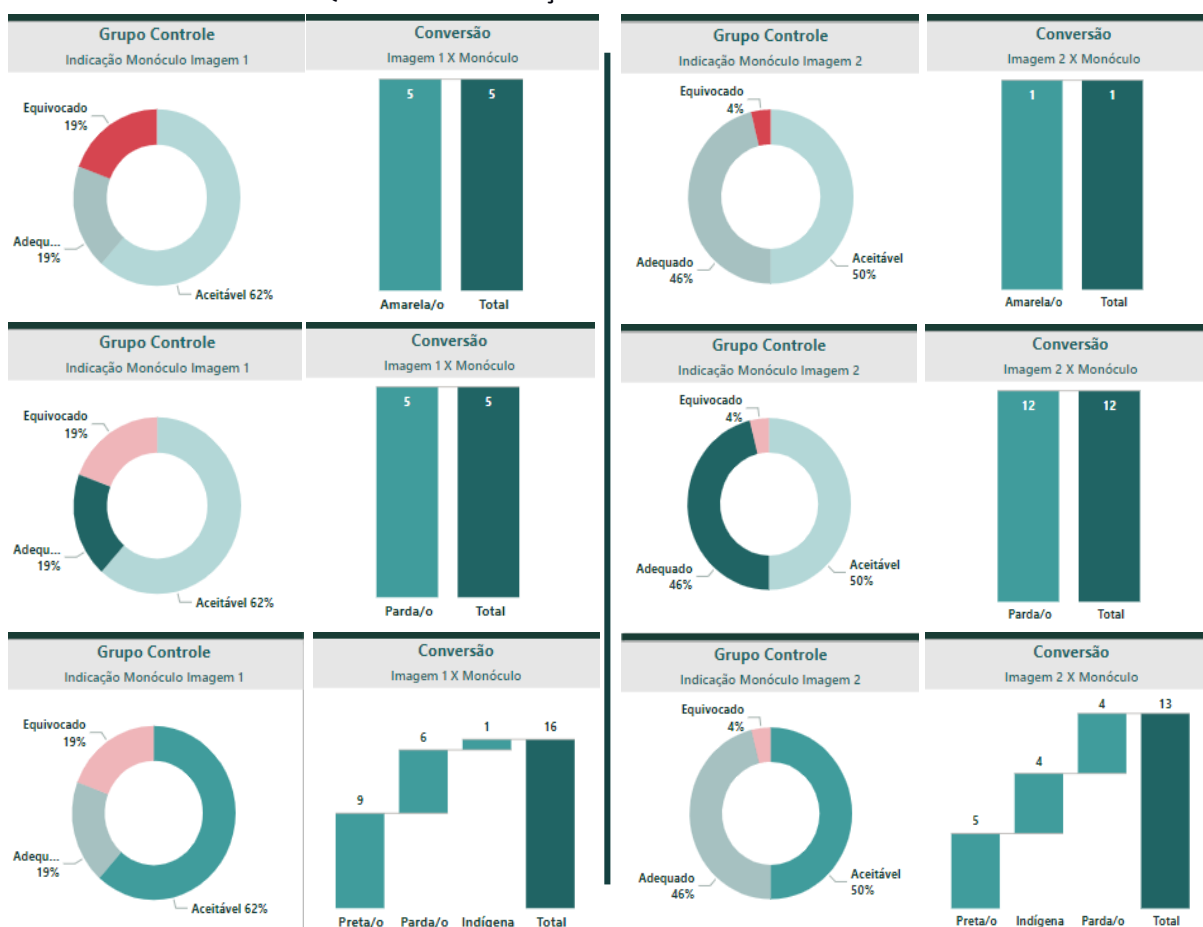
Fonte: Elaborado pela autora

Esse grupo também manteve um excelente índice de assertividade, sendo que para a imagem 1 o percentual de respostas adequadas reduziu, passando de 50% (Gráfico 9, p.123) quando heteroidentificou a imagem impressa para 19% (gráfico superior esquerdo no quadro acima) quando indicou um monóculo com o conjunto fenotípico que mais se aproximava da imagem. Quanto a imagem 2 (gráficos inferiores do quadro acima), além de manter o mesmo percentual de equívoco (4%), este grupo também manteve um bom percentual de adequação (46%), confirmando assim um excelente diagnóstico quanto ao nível de leitura fenotípica, considerando que as respostas aceitáveis (50% neste caso) já estavam nas expectativas da pesquisa, por se tratar do “Grupo Controle”.

Quanto aos gráficos localizados à direita do “Quadro 13”, acima, é possível distinguir a conversão realizada pelo método mediante o número dos monóculos indicados pelos participantes, assim, é possível perceber que não houve indicação do fenótipo branco dentre as respostas desse grupo, figurando somente os fenótipos parda/o, preta/o, indígena e amarela/o. Importante destacar que no Método Colhetear, considerando as argumentações tecidas no capítulo 3, o indígena é considerado aceitável - mesmo aqueles não aldeados - desde que apresentem um conjunto fenotípico aproximado ao do pardo, visto que na perspectiva das cotas, via de regra a vaga é reservada para pretos, pardos e indígenas (PPI).

Desta forma, ao explorar um pouco mais esse detalhamento, é possível perceber no “Quadro 14”, abaixo, como se deram as conversões de acordo com cada percentual do “Grupo Controle”, ciente de que no lado esquerdo estão os percentuais referentes à imagem 1 e no lado direito do quadro, os referentes à imagem 2.

Quadro 14 – Indicação de monóculos e conversão



Fonte: Elaborado pela autora

As discussões e análises tecidas até aqui, versam sobre as respostas que os participantes emitiram ao realizar a dinâmica da primeira cabine da Instalação Colhetear. Foram discutidas as informações coletadas pelo formulário constante no Apêndice C deste trabalho, concernente aos dados pessoais (questões 1 – 4) e à heteroidentificação de duas imagens construídas por meio de Inteligência Artificial (IA) e impressas na Cabine 1 da instalação (questões 5-7). Ao finalizar a dinâmica com os monóculos desta cabine, o participante foi orientado a seguir para a segunda cabine, onde restava somente um exercício a ser realizado mediante a orientação na questão de número 8: Informe o número do monóculo que traz a foto com o fenótipo (características físicas) mais próximo da pessoa na imagem 3.

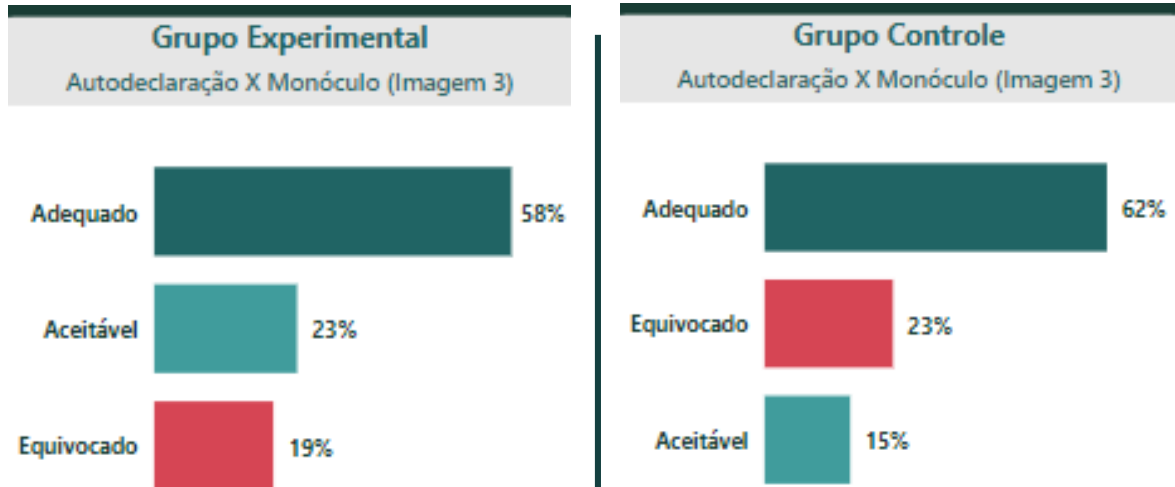
Este é um exercício que já foi realizado pelo participante na primeira cabine quando respondeu às perguntas seis e sete, todavia, como já detalhado no capítulo 3 deste trabalho, nesta cabine não há imagem impressa. O que existe é um espelho disposto à frente do participante. Assim, resta ao participante iniciar a busca pelo conjunto fenotípico que melhor expresse as suas próprias características. Para isso, estão disponíveis logo abaixo do espelho,

vinte monóculos ordenados entre os números 21 (vinte e um) a 30 (trinta) - com conjuntos fenotípicos de homens e do 31 (trinta e um) ao 40 (quarenta) - com conjuntos fenotípicos de mulheres. Para cada gênero foram construídos, também com o suporte da Inteligência Artificial (IA), dois conjuntos fenotípicos de cada categoria racial definida pelo IBGE, isto quer dizer que existem dois conjuntos de homens pretos e dois conjuntos de mulheres pretas, assim como dois conjuntos para homens pardos e dois conjuntos para mulheres pardas, repetindo o mesmo padrão para indígenas, brancos e amarelos.

O principal objetivo do método, ao propor esse exercício com o espelho, é buscar compreender se a identificação dos participantes (denominado de expressão fenotípica) é coerente com suas autodeclarações (denominado de expressão identitária), buscando compreender um pouco mais sobre os casos de autodeclarações equivocadas, que são exatamente as situações de vulnerabilidade na atuação das bancas. Temos ciência, considerando os percentuais apresentados no capítulo 3, que as chances de expressões fenotípicas equivocadas são altas, ou seja, estatisticamente, há 56% (cinquenta e seis por cento) de chances dos participantes indicarem fenótipos incoerentes com as suas expressões identitárias (autodeclaração), exatamente o momento de maior complexidade para uma banca ou comissão de heteroidentificação.

No “Quadro 15”, abaixo, apresento os resultados dos dois grupos da pesquisa e é bastante interessante perceber que os índices de assertividade se mantiveram bons em ambos os grupos. Além disso, o “Equívoco” agora se apresenta nos dois grupos, diferente dos resultados da primeira cabine, na qual somente o controle apresentou resposta equivocadas. Ainda que o “Grupo Experimental” tenha apresentado 58% (15) de respostas adequadas, o que poderia indicar menor assertividade se comparado com 62% (16) do “Grupo Controle”, posso afirmar que seus índices gerais são melhores, pois ao considerar os percentuais de respostas aceitáveis, o “Grupo Experimental” soma 81% de assertividade em comparação com 77% do “Grupo Controle”, resultados alcançados devido as diferenças também nos índices de equívocos, que se apresentaram menores no “Grupo Experimental”, com 19% (5) do que no “Grupo Controle”, com 23% (6).

Quadro 15 – Expressão identitária x Expressão Fenotípica – Dinâmica do Espelho – Cabine 2



Fonte: Elaborado pela autora

Correlacionei as autodeclarações com os resultados de cada grupo, buscando compreender se há alguma relação entre estes indicadores. Assim, observe no “Quadro 16” como cada grupo se autodeclarou, partindo dos indicadores de assertividade – adequado, aceitável e equivocado.

Quadro 16 – Assertividade e Autodeclaração – Grupos Experimental e Controle



Fonte: Elaborado pela autora

Os gráficos localizados nas duas colunas da esquerda do quadro expressam como cada grupo se autodeclarou, ou seja, quais foram as indicações fenotípicas daqueles que obtiveram respostas adequadas, aceitáveis e equivocadas na dinâmica da cabine 2. Assim, ao observar o dois primeiros gráficos do lado esquerdo, é possível compreender que, no “Grupo Experimental”, das 15 (58%) “sementes” que indicaram monóculos “Adequados” às suas autodeclarações, 7 (sete) são brancos, 5 (cinco) são pardos e 3 (três) são pretos.

Nesse mesmo grupo, aqueles 6 (23%) que indicaram monóculos “Aceitáveis”, 4 (quatro) são pretos e 2 (dois) são pardos (dados constantes nos dois gráficos localizados no meio da coluna esquerda do quadro); já todos os 5 (cinco) que realizaram expressões fenotípicas “Equivocadas” em comparação com suas expressões identitária são pardos (dados constantes nos dois últimos gráficos da coluna esquerda).

Ao comparar os resultados do “Grupo Controle”, é possível perceber que no indicador “Adequado” (representado nos dois primeiros gráficos da direita do quadro), dos dezesseis respondentes, 12 (doze) se autodeclararam brancos, 3 (três) pardos e 1 (um) preto. No mesmo grupo, dos quatro “Aceitáveis”, 3 (três) são pretos e 1 (um) é pardo (dados constantes nos dois gráficos localizados no meio da coluna direita do quadro); já dos seis “Equívocos”, 3 (três) são brancos e 3 (três) são pardos (dados constantes nos dois últimos gráficos da coluna direita do quadro).

Diante dessas informações, é plausível concluir que, em ambos os grupos, não há registro de equívocos daqueles autodeclarados pretos, assim como também os pardos figuram em todos os indicadores dos dois grupos da pesquisa, figurando como majoritários tanto no indicador aceitável quanto no equivocado, no caso do “Grupo Experimental”. Já no indicador adequado, são os autodeclarados brancos que figuram como maioria em ambos os grupos da pesquisa. A realização deste exercício é bastante interessante e nos leva a refletir sobre a complexidade que envolve a constituição identitária dos pardos.

Importa reiterar que aqueles participantes que compõem o grupo do indicador “Adequado” são os que indicaram um monóculo com o conjunto fenotípico coerente com sua autodeclaração, ou seja, se informou que era branco, indicou um monóculo com fenótipo branco, se informou que era preto, indicou um monóculo com fenótipo preto, logo, mediante as análises acima, é possível afirmar que os números das suas indicações fenotípicas são

exatamente os mesmos já indicados nos gráficos do “Quadro 16”, no indicador “Adequado” dos dois grupos da pesquisa.

Todavia, para aqueles participantes que estão compondo os grupos dos indicadores “Aceitável” e “Equivocado”, mediante as análises acima, só é possível identificar como se autodeclararam, mas, não há condições de reconhecer qual o fenótipo foi indicado por esses participantes que os direcionou para cada grupo. Alguém que se autodeclarou preto indicou um fenótipo branco ou qual o fenótipo mais recorrente na indicação do grupo ‘Equivocado”, por exemplo? Assim, observe no “Quadro 17”, abaixo, quais foram os conjuntos fenotípicos que cada participante do “Grupo Experimental” indicou durante realização da dinâmica na cabine 2 da Instalação Colhetear.

Quadro 17 – Indicação de fenótipos – Cabine 2 – Grupo Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

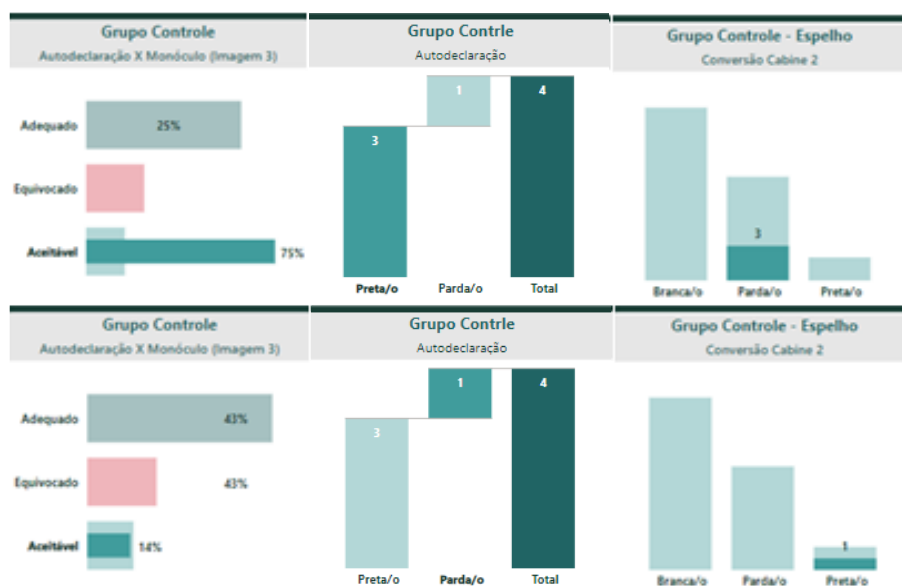
Como se pode perceber nos três primeiros gráficos do quadro acima, das respostas aceitáveis, 57% (4) foram de autodeclarações de pretos que indicaram monóculos com

fenótipos de pardos (2) e de indígenas (2), enquanto nos três gráficos constantes no meio do quadro, ainda nas respostas aceitáveis, 17% (2) são de autodeclarações de pardos que indicaram monóculos com fenótipos de pretos (2). É pertinente registrar que esse “trânsito identitário-fenotípico” entre pretos e pardos tem se mostrado recorrente nas análises que estão sendo realizadas, o que indica que o método adotou uma nomenclatura adequada ao reconhecer como aceitável esta flexibilidade entre as identidades e as expressões fenotípicas, em conformidade com os objetivos da política de cotas.

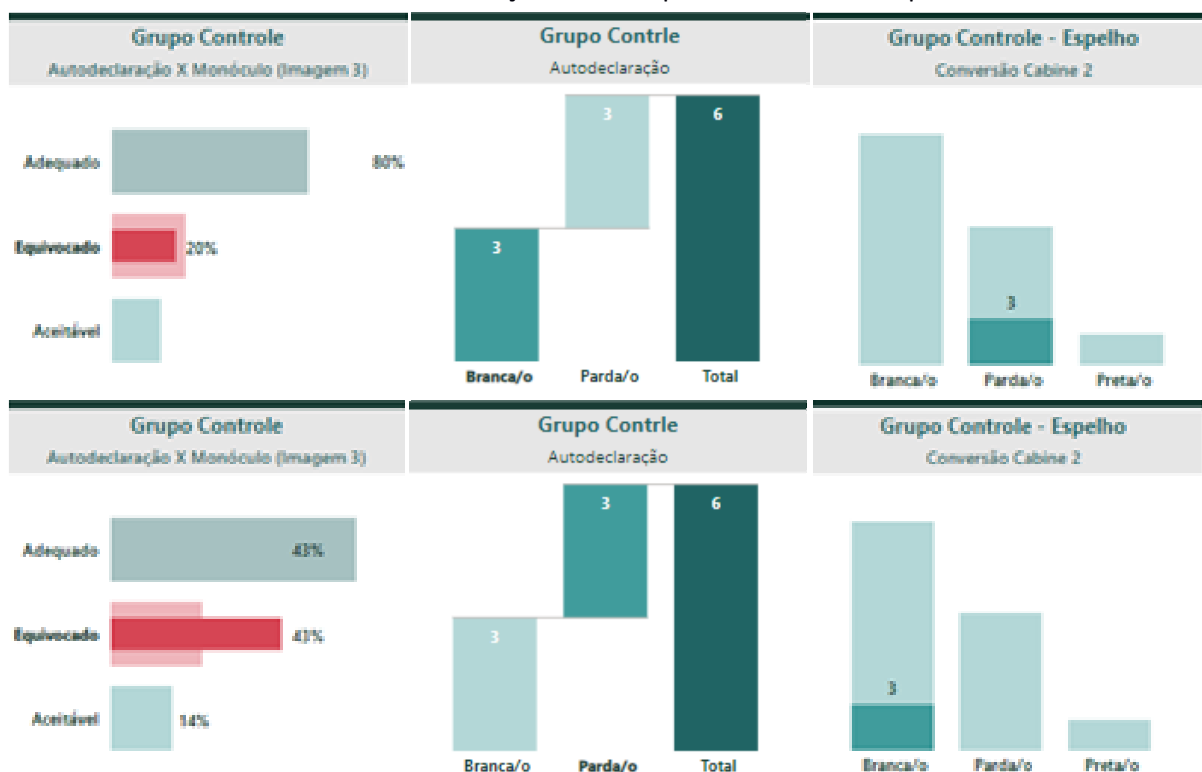
Nos três últimos gráficos do “Quadro 17” ainda se pode perceber que todos os 19% (5) de equívocos existentes na dinâmica da cabine 2, realizada pelo “Grupo Experimental”, são de autodeclarações de pardos e que todos estes indicaram monóculos com fenótipos de brancos. Para a análise dos pardos, também vem se apresentando possibilidades de trânsito identitário-fenotípico, todavia, ora esse trânsito se apresenta de pardos para pretos, ora se apresenta de pardos para brancos e que, por ser resultado da miscigenação brasileira, compreendo que carece de aprofundamento de pesquisa para que seja possível um posicionamento mais demarcado na perspectiva da constituição identitária dos pardos.

Nos “Quadros 18-A e 18-B” replico as mesmas análises com os participantes, agora do “Grupo Controle”, que estão compondo os indicadores “Aceitável” e “Equivocado” e apresento os conjuntos fenotípicos que eles indicaram durante a realização da dinâmica na cabine 2.

Quadro 18-A – Indicação de fenótipos – Cabine 2 – Grupo Controle



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 18-B – Indicação de fenótipos – Cabine 2 – Grupo Controle

Fonte: Elaborado pela autora

Como se pode perceber no “Quadro 18-A” estão os resultados aceitáveis e, assim como ocorreu no “Grupo Experimental”, os 75% de autodeclarados pretos (3) indicaram monóculos com fenótipos pardos (3) e 14% dos autodeclarados pardos (1) indicaram monóculos com fenótipos pretos (1). Assim, fica confirmada a flexibilidade existentes entre os grupos étnicos, o que adere firmeza às decisões políticas ensejadas pelo movimento negro, por exemplo, ao pressionar o Estado para que o grupo “pardo” fosse incorporado ao conceito de negro no Brasil, passando este a ser composto por pretos e pardos.

O “Quadro 18-B” versa sobre as respostas equivocadas e indica que 20% (3) de autodeclarados brancos assumiram monóculos com fenótipos de pardos (3), enquanto que 43% (3) dos pardos indicaram monóculos com fenótipos brancos (3). Novamente se apresenta aqui o trânsito identitário-fenotípico de pardos para brancos, todavia, também se apresenta uma indicação de brancos para pardos que até o momento não havia se apresentado nos dados da pesquisa.

Importante destacar que é esse “trânsito identitário-fenotípico” que potencializa os equívocos e agrega complexidade nas análises que as bancas ou comissões precisam realizar quando da heteroidentificação institucional. São estas as pessoas que deixam de usufruir de

direitos por não se compreenderem público-alvo da política (no caso dos autodeclarados brancos, mas que apresentam conjuntos fenotípicos pardos) ou aquelas pessoas que vão em busca de direitos que acreditam que têm, todavia, não apresentam as condições necessárias para usufruir deste direito (no caso dos autodeclarados pardos, mas que apresentam conjuntos fenotípicos brancos). Esse é o diagnóstico que a dinâmica do espelho é capaz de realizar, criando condições de compreender possíveis tecituras que constituem cada ser. Também deseja motivar novas pesquisas que almejem se aprofundar no campo da psicologia e/ou da psicanálise, em prol da compreensão das identidades e dos impactos que o racismo é capaz de imprimir no desenvolvimento humano.

6.3 REPERCURSÕES DE UM MÉTODO

A terceira dimensão do método é o tempo-espaço da produção dialogada, da co-criação, da mútua compreensão, da tecitura do trabalho consciente e comprometido com a transformação da realidade. Assim, o “Ateliê Colhetear” se apresentou aos jardins e sementes visitados pelo método. Aconteceu no mesmo período que a instalação percorreu os sete jardins pesquisados e contou com a contribuição das mesmas vinte e seis “sementes” que compõem o “Grupo Experimental”, também de forma presencial. Importante destacar que o “Grupo Controle” não foi exposto às discussões do “Ateliê”. Assim, os dados que passo a apresentar nesta parte do trabalho, versam sobre as análises realizadas pelas “sementes” do “Grupo Experimental” da pesquisa.

Como nas demais dimensões, utilizo o painel de gráfico interativos como suporte para as análises das respostas dos participantes, destacando que essas respostas foram colhidas mediante o preenchimento do “Formulário Ateliê Colhetear”, constante no Apêndice D deste trabalho. Para melhor organizar a coleta das informações e, conseqüentemente, as análises, o formulário foi dividido em quatro partes.

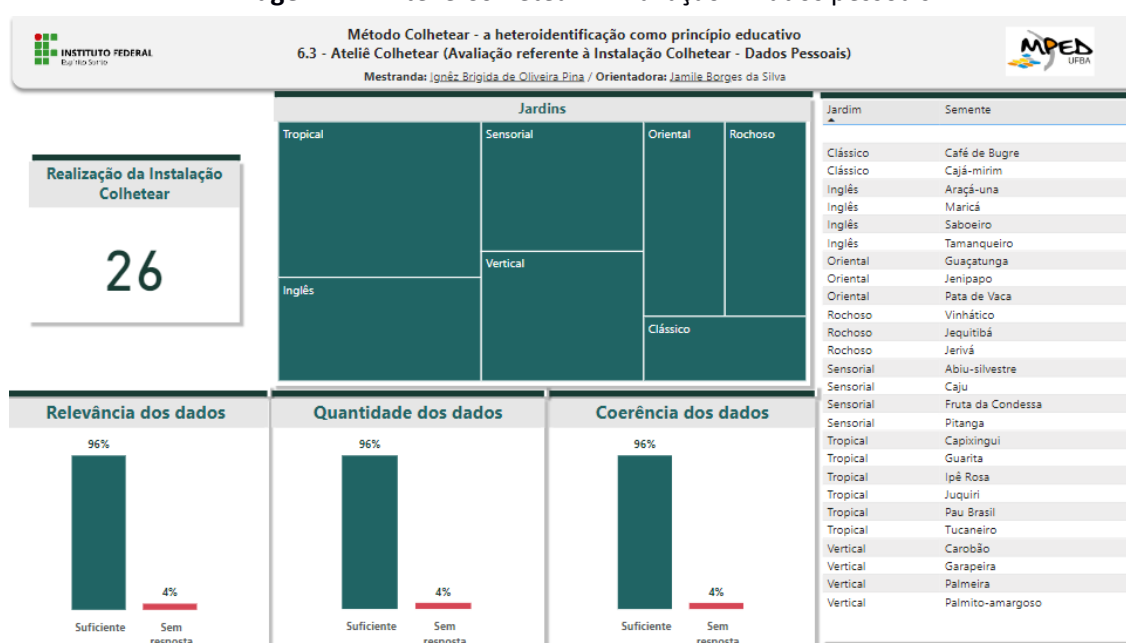
A primeira versa sobre a identificação do participante, seu vínculo e a certificação de que ele realizou a dinâmica da “Instalação Colhetear”; a segunda se direciona para a avaliação da dinâmica proposta na cabine 1, quando da heteroidentificação de imagens impressas e do exercício com os monóculos; a terceira focaliza a avaliação da dinâmica proposta na cabine 2,

quando da atividade com o espelho e novamente do exercício com os monóculos e, por fim, a quarta parte do formulário convida o participante à uma avaliação mais ampla sobre a instalação como um todo, buscando compreender a perspectiva do participante sobre a diversidade fenotípica, miscigenação, regata a questão da Inteligência Artificial (IA) e as sensações do participante quanto à esta tecnologia e realiza duas perguntas-chave para a pesquisa, buscando saber se a “Instalação Colhetear” foi considerada uma ferramenta educativa pelo participante e se ele reconhece o potencial educativo da heteroidentificação.

Todas as perguntas do formulário avaliativo continham possibilidades de respostas fechadas, todavia, todas também continham espaço direcionado para comentários/detalhamentos que os participantes julgassem pertinentes. Importante destacar também, que era de escolha do participante decidir se responderia o formulário físico ou digital, este disponibilizado por meio de um QR Code.

Desta forma, na “Imagem 20”, abaixo, apresento a captura da tela com todas as informações dos participantes que seguem na pesquisa. Os codinomes utilizados para identificação de cada campus, assim como também os utilizados para identificação de cada servidora e de cada servidor que contribuiu para a pesquisa já são conhecidos, dispensando assim novas explicações. As definições gráficas também se mantiveram de acordo com os modelos utilizados nas análises anteriores.

Imagem 21 – Ateliê Colhetear – Avaliação – Dados pessoais



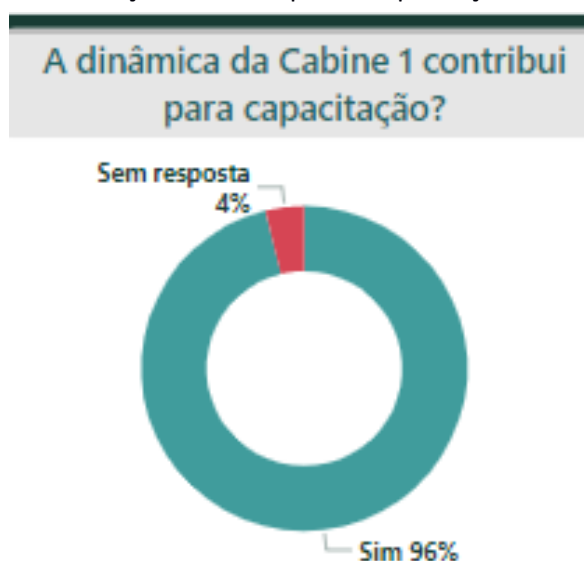
Fonte: Elaborado pela autora

O que se apresenta de novo são os três gráficos na base da imagem que indicam as respostas a avaliação que os participantes realizaram sobre a coleta dos dados pessoais, no formulário da “Instalação Colhetear”. Como se pode perceber, foi questionado sobre a relevância, a quantidade e a coerência dos dados solicitados no formulário, onde o participante poderia indicar como suficiente ou insuficiente. Dos vinte e seis participantes, somente 4% (1) não realizou a avaliação. Todos os respondentes avaliaram os três quesitos como suficiente, representando assim 96% (25) dos participantes da pesquisa.

Como informado anteriormente, todas as perguntas continham um campo destinado a comentários e desde o início da avaliação os participantes contribuíram compartilhando suas perspectivas sobre o método que tinham acabado de conhecer. Assim, reproduzo as seguintes observações: *achei surpreendente e muito educativo* (Pau Brasil, Jardim Tropical); *a dinâmica foi bem interessante. Muito pertinente abordar esse assunto dentro da instituição ainda mais com a crescente discussão sobre colorismo e auto declaração* (Caju, Jardim Sensorial); *achei muito interessante, pois as discussões acerca das respostas mostraram a diversidade de pensamentos sobre o tema* (Fruta da condessa, Jardim Sensorial); *oportunidade para ampliar o conhecimento e aprimorar as ações junto as comissões de heteroidentificação* (Vinhático, Jardim Rochoso) e *muito interessante o conjunto todo do processo* (Palmito amargoso, Jardim Vertical). Os comentários iniciais da avaliação representam um bom indicativo, todavia, são iniciais e é importante continuar atenta às análises do conjunto de dados para chegar às conclusões finais.

Ao serem perguntados sobre a dinâmica realizada na cabine 1, mais especificamente se a realização da heteroidentificação das imagens 1 e 2 contribuía para a capacitação de membros de comissões/bancas de verificação da autodeclaração, como nos casos das CLVA/CPVA, novamente uma excelente avaliação, com 96% (25) de indicação positiva ao questionamento e 4% (1) sem resposta, como é possível perceber no “Gráfico 11”, abaixo.

Gráfico 11 – A heteroidentificação contribui para a capacitação das CLVA/CPVA? – Cabine 1



Fonte: Elaborado pela autora

Os comentários inseridos pelos participantes reproduzem os percentuais apresentados para esta questão e compreendo ser bastante pertinente quando uma “semente” reconheceu que *ter as imagens 1 e 2 como referência foi positivo para o processo de identificação não apenas das imagens 1 e 2, mas para o processo de análise dos demais* (Guarita, Jardim Tropical). Uma outra “semente” registrou que o método *possibilitou a oportunidade de uma prática inovadora e de aprendizado* (Vinhático, Jardim Rochoso) e uma terceira ainda faz uma indicação quando considera *importante o uso da dinâmica nos próximos encontros formativos da CPVA* (Guaçatunga, Jardim Oriental). Outros dois registros se destacam devido o alinhamento com os objetivos do método, quando dizem: *me sinto mais preparada para participar, com mais segurança de comissão de heteroidentificação* (Café de bugre, Jardim Clássico) e que *o experimento garante um amadurecimento das percepções fenotípicas* (Jerivá, Jardim Rochoso).

Mais um registro importante e que alerta para que o método agregue à rotina da heteroidentificação do IFES, não sendo empregado como fator limitante e/ou tornando-se o único caminho de formação, é quando uma “semente” ressalta *que a heteroidentificação por imagens não é suficiente para preparar os membros* (Fruta da condessa, Jardim Sensorial).

Os participantes também foram conduzidos a refletir sobre a diversidade fenotípica apresentada nos monóculos constantes na cabine 1 e foram estimulados a indicar, numa escala de 0 à 10, a grau de colaboração da atividade para a heteroidentificação que ele mesmo

havia realizado e também sobre uma possível contribuição da diversidade fenotípica para a capacitação das CLVA/CPVA. Observe no “Gráfico 12” a avaliação realizada pelos participantes.

Gráfico 12 – Contribuição da diversidade fenotípica na realização da dinâmica da Cabine 1



Fonte: Elaborado pela autora

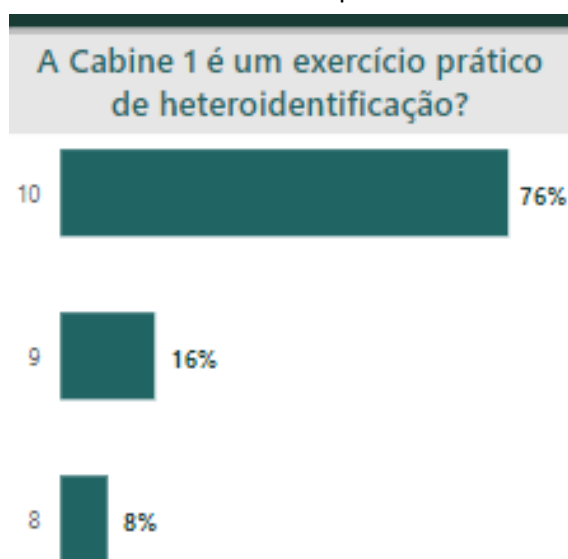
É bastante interessante identificar o elevado grau de aprovação da dinâmica pelos participantes. No gráfico da esquerda, 64% (16) dos participantes indicou peso 10 (dez), direcionando que a diversidade fenotípica apresentada nos monóculos contribuiu plenamente para a heteroidentificação que ele realizou na cabine 1; 24% (9) indicou peso 9 (nove) e 12% (3) indicou peso 8 (oito) para a mesma pergunta. A diversidade fenotípica também foi avaliada ao que se refere a sua contribuição para a capacitação das comissões e um índice ainda maior comprova sua importância para os processos formativos, ou seja, 76% (19) indicou peso 10 (dez), 20% (5) indicou peso 9 (nove) e 4% (1) indicou peso 8 (oito), não restando dúvidas quanto a importância dos estudos relativos aos conjuntos fenotípicos, diversidade e miscigenação da população brasileira se manterem como temáticas fundamentais nos processos de capacitação em heteroidentificação.

Os participantes também registraram nesta questão suas percepções, informando que a dinâmica proporcionou *ampliação do conhecimento e segurança para análise* (Vinhático, Jardim Rochoso). Uma outra “semente” indica que *a instituição abraça o ateliê colhetear como ferramenta de trabalho para futura capacitação de membros de comissões locais de heteroidentificação* (Café de bugre, Jardim Clássico). Bastante interessante também o registro realizado por outra “semente” atrelando o método ao letramento racial: *o experimento pode*

proceder a um processo formativo de letramento racial, ou pode ser uma das etapas deste (Jerivá, Jardim Rochoso).

Na sequência, o formulário de avaliação questionava aos participantes quanto ao grau de praticidade da “Instalação Colhetear”. Numa escala de 0 à 10, os participantes deveriam indicar em que grau consideravam o exercício realizado na cabine 1 como uma atividade prática de heteroidentificação.

Gráfico 13 – A Cabine 1 é um exercício prático de heteroidentificação?



Fonte: Elaborado pela autora

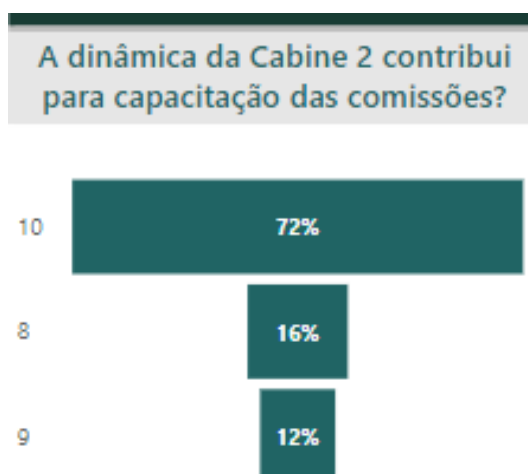
Possibilidade de reflexão, análise e tomada de decisão (Vinhático, Jardim Rochoso). Este foi um dos dois registros realizados nesta questão. Reiteradamente positivas, as avaliações referentes à cabine 1 da “Instalação Colhetear” indicaram aprovação dos participantes. Como se pode perceber no “Gráfico 13”, acima, 76% (19) indicou peso 10 (dez), afirmando que mesmo sem envolver pessoas reais, as atividades propostas pela cabine 1 são consideradas como efetiva prática de heteroidentificação. Uma parcela expressiva dos participantes aprova a cabine 1 como atividade prática do procedimento e é seguida por 16% (4) que indicou peso 9 (nove) e 8% (2) que indicou peso 8 (oito), não restando dúvida quanto ao acolhimento e reconhecimento da efetividade da cabine 1, na perspectiva dos participantes.

Todavia, compete informar que houve um segundo registro para a questão analisada acima: *por ser apenas imagens fiquei um pouco confusa/o (uso óculos e tive um pouquinho de dificuldades com os monóculos)* (Garapeira, Jardim Vertical). Este registro se mostra de extrema importância, visto que a acessibilidade, especialmente a acessibilidade visual, já havia

sido identificada como uma limitação de pesquisa. Compreendo como limitação de pesquisa visto que no momento em que identifiquei que as cabines não eram acessíveis visualmente (lá no momento da concepção do projeto) iniciei uma busca incessante para tentar sanar esta limitação, todavia, essa busca me conduziu à questões muito mais abrangentes, complexas e que ultrapassam os condições e os limites da pesquisa, pois se relaciona com a profundidade conceitual de raça, racismo, identidade e também com a própria heteroidentificação nos moldes que é operacionalizada atualmente. Como se consolidam estes conceitos para uma pessoa cega, por exemplo?

Entendemos que no Brasil o racismo de marca é predominante, todavia, como este racismo se constitui para aquelas e aqueles que nunca se basearam no sentido da visão para a construção do seu próprio “eu”? Pessoas cegas não seriam racistas? Enfim, foram e ainda são muitos os questionamentos que permeiam a acessibilidade visual para/no “Método Colhetear” e por esta questão, não é possível abordar esta temática neste trabalho, restando reconhecer que a acessibilidade visual é uma limitação de pesquisa e do próprio “Método Colhetear”, da forma que se configurou até então. Realizarei um breve retorno a esta questão nas considerações finais deste trabalho, mas importa ressaltar a relevância das contribuições advindas de cada “semente”, pois demonstra o engajamento e a responsabilidade de ambos os autores – semeadores - deste trabalho.

Na cabine 2, o participante se deparava com um espelho e precisava buscar nos monóculos de n.º 21 à 40 o conjunto fenotípico que mais se aproximava das suas próprias características fenotípicas. O formulário de avaliação solicitava que os participantes indicassem em que grau este exercício contribuía para a capacitação de membros de bancas e comissões. Observe as respostas no “Gráfico 14”, abaixo.

Gráfico 14 – A dinâmica da Cabine 2 contribui para a capacitação das comissões?

Fonte: Elaborado pela autora

A avaliação positiva se mantém e 72% (18) dos participantes indicou peso 10 (dez) como resposta, seguidos por 16% (4) que indicou peso 8 (oito) e 12% (3) que indicou peso 9 (nove), também não restando dúvidas quanto à contribuição da cabine 2 para a capacitação em heteroidentificação, indicando, assim, que além das temáticas relativas ao conjunto fenotípico, diversidade e miscigenação, a identidade também se apresenta como campo de aprofundamento necessário nos processos formativos.

No diálogo estabelecido durante o Ateliê realizado no *Jardim Sensorial*, a “semente de caju” disse que *é muito interessante a atividade proposta pela cabine 2 dos membros escolherem os fenótipos parecidos com os seus, há um grande equívoco da sociedade em reconhecer ou se identificar com seus fenótipos e identidade devido à construção histórica racista do Brasil, somada ao processo de eugenia no início da república.*

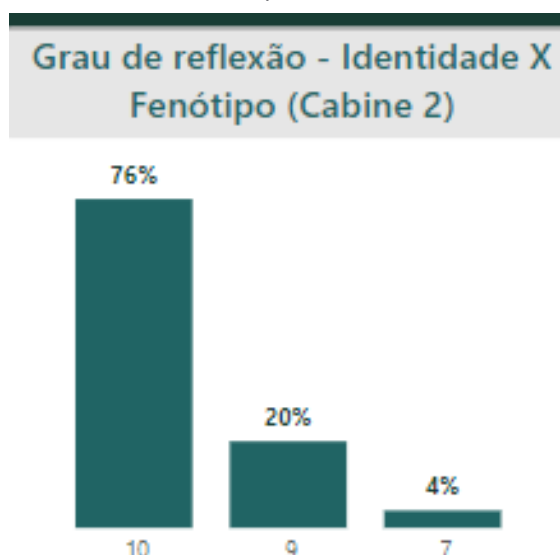
Alinhada ao registro realizado pela “semente de caju”, uma outra “semente” também reconhece a importância da identidade - enredada pela pesquisa como “expressão identitária” e “expressão fenotípica” – no contexto formativo e operacional da heteroidentificação quando registra sua reflexão a partir da dinâmica do espelho e considera que *não tem como participar do processo de heteroidentificação sem dimensionar o meu lugar nesse processo. É um exercício necessário*, registrou a “semente de guarita”, no *Jardim Tropical*.

Um outro registro ocorrido no *Jardim Clássico*, feito pela “semente de café de bugre”, também indica o suporte que a dinâmica do espelho oferece e pode ser correlacionado, por exemplo, com a proposta de heteroidentificação confrontada (explicada no item 5.1 deste

trabalho): *o espelho identifica melhor o seu fenótipo e te ajuda a adequar sua análise ao fazer a entrevista de heteroidentificação.*

Nesse sentido, o formulário avaliativo continuou direcionando os participantes à refletirem sobre a questão da identidade e solicitou que indicassem em que grau a cabine 2 estimulava à reflexão sobre o paradoxo identidade x fenótipo e obteve como respostas que esse exercício *contribui para desfazer certas contradições* (Jerivá, Jardim Rochoso), pois *quando você olha através do espelho a sua identificação transparece e fica mais fácil a sua heteroidentificação juntamente com seu fenótipo* (Café de bugre, Jardim Clássico). *É um exercício de confrontação e análise* (Vinhático, Jardim Rochoso).

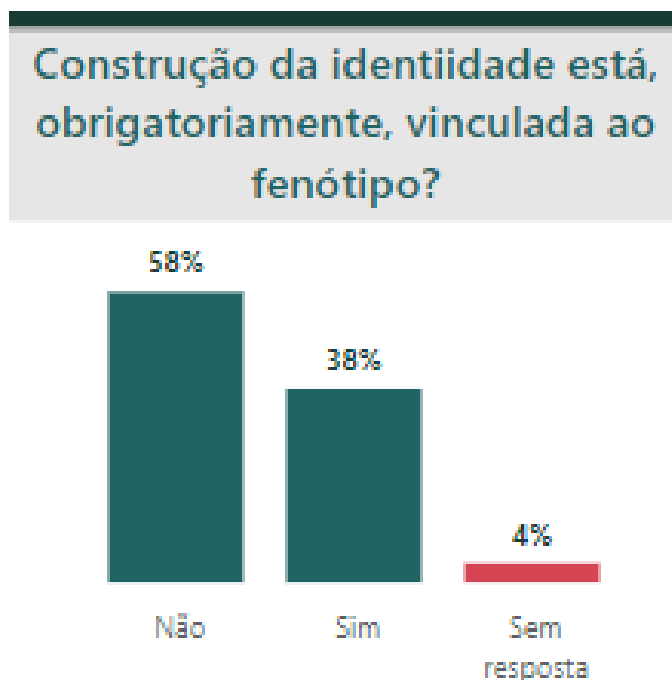
Gráfico 15 – Grau de reflexão sobre o paradoxo Identidade x Fenótipo – Cabine 2



Fonte: Elaborado pela autora

Mediante os registros, os números não poderiam ser diferentes e, como se pode perceber no “Gráfico 15”, acima, as leituras se mantiveram na média apresentada anteriormente, com 76% (19) dos participantes indicando peso 10 (dez), 20% (5) indicando peso 9 (nove) e 4% (1) indicando peso 7 (sete). Ao questionar se a construção da identidade de uma pessoa estaria obrigatoriamente vinculada ao seu conjunto fenotípico, a pesquisa obteve as seguintes respostas:

Gráfico 16 – A construção da identidade de uma pessoa está obrigatoriamente vinculada ao seu conjunto fenotípico?



Fonte: Elaborado pela autora

Considerando o “Gráfico 16” e ciente de que foi oferecida como possibilidade de resposta somente o “Sim” ou “Não”, com espaço para comentários, caso julgassem necessário, se percebe que o grupo ficou um pouco dividido, indicando que 58% (15) dos participantes entendem que a construção da identidade de uma pessoa “Não” está obrigatoriamente vinculada ao seu conjunto fenotípico, enquanto 38% (10) entende que “Sim”, que a identidade está obrigatoriamente vinculada ao fenótipo da pessoa. Um (4%) participante não respondeu.

Esta questão foi uma das que obteve mais comentários, sendo a maioria daqueles participantes que responderam “Não” como resposta. A “semente de guarita, no Jardim Tropical, afirmou que *existe, de fato, um conjunto de elementos que constituem a identidade de um sujeito para além do fenótipo*. A “semente de Tamaqueiro”, no Jardim Inglês, justificou sua resposta *em função de outros determinantes econômicos, familiares e outras que contribuem para essa identificação*.

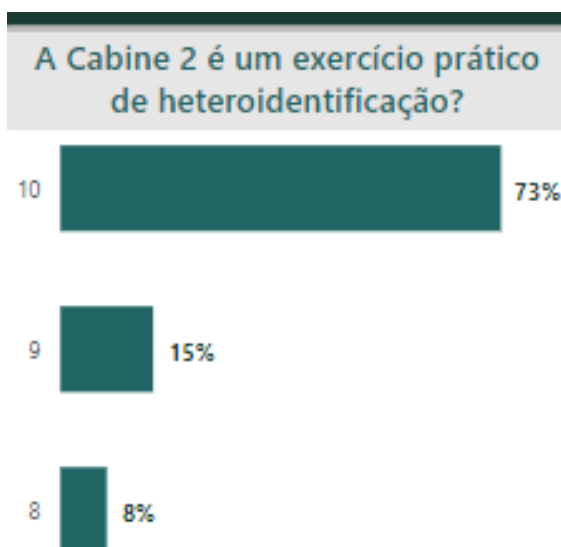
Estes comentários dialogam perfeitamente com o que outras “sementes” registraram: *a construção da identidade é somatória dos contexto social, familiar, fenotípico, educacional* (Abiu-Silvestre, Jardim Sensorial); *são muitas variáveis que compõem a identidade e o conjunto fenotípico é apenas uma delas* (Fruta da condessa, Jardim Sensorial); *fenótipo e*

cultural (Vinhático, Jardim Rochoso); *a ação de se auto enxergar, avaliar é bem subjetivo, por mais que possamos eleger elementos objetivados* (Garapeira, Jardim Vertical) e *há outros fatores envolvidos na constituição da identidade racial* (Jerivá, Jardim Rochoso).

Dentre aqueles que responderam “Sim” e que também comentaram suas respostas, identifiquei a mesma linha de justificativa quando afirmam que *o conjunto fenotípico é um dentre outros fatores que se somam na construção da identidade* (Guaçatunga, Jardim Oriental) e *em parte sim, em parte não* (Palmito-amargoso, Jardim Vertical).

Para finalizar as análises referentes a avaliação específica da cabine 2, o formulário ainda solicitou que os participantes indicassem em que grau o exercício desta cabine é uma atividade prática de heteroidentificação. Desta forma, é possível identificar no “Gráfico 17”, que os percentuais de aprovação se mantiveram quase que idênticos aos expressados na avaliação da cabine 1.

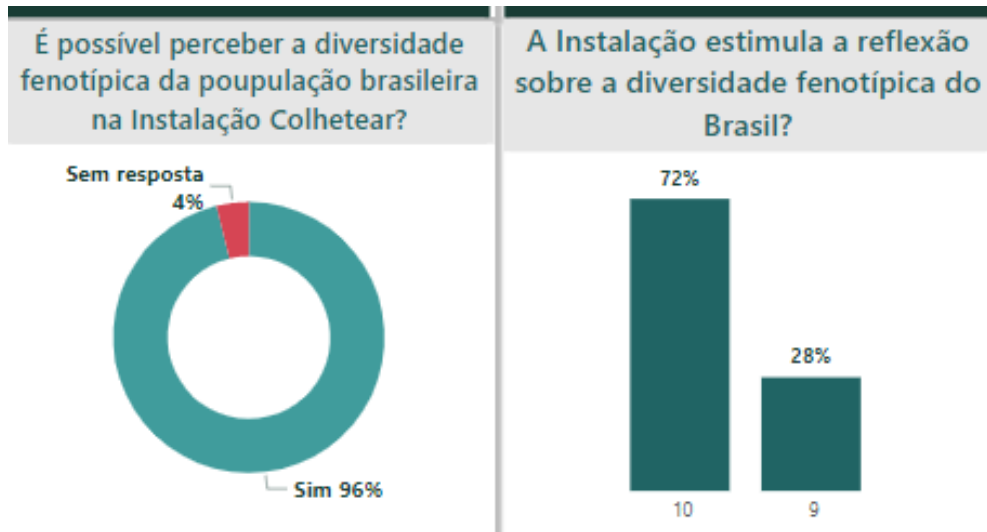
Gráfico 17 – A Cabine 2 é um exercício prático de heteroidentificação?



Fonte: Elaborado pela autora

Seguindo para as análises referentes à quarta parte do formulário avaliativo, havia duas questões que abordam a temática da diversidade fenotípica utilizada pela “Instalação Colhetear”. Uma indagava se os participantes identificaram a diversidade fenotípica da população brasileira no método adotado pela pesquisa, com possibilidades de resposta “Sim” ou “Não” e de comentários. A outra, buscava compreender sobre o estímulo que a instalação realizaria sobre a diversidade brasileira.

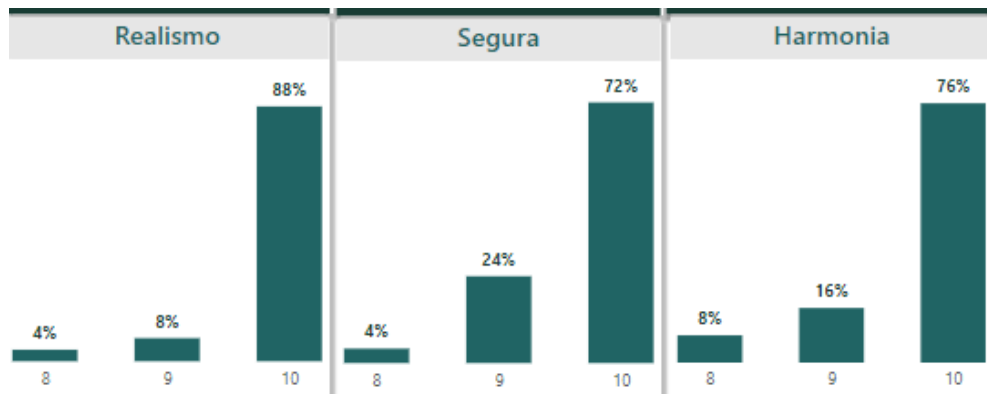
Gráfico 18 – Diversidade fenotípica da população brasileira representada na Instalação Colhetear



Fonte: Elaborado pela autora

Em resposta à primeira questão, os participantes disseram que *sim, há diversidade de imagens para análise* (Vinhático, Jardim Rochoso) ao mesmo tempo em que também reconhecem (e esse reconhecimento também se expressa nas proposições da pesquisa) que a cabine *não esgota as marcas dessa diversidade* (Jerivá, Jardim Rochoso). Assim, de acordo com a perspectiva dos participantes, os números indicam que o “Método Colhetear” não somente garante a representação da diversidade fenotípica da população brasileira, expressado por 96% (26) dos participantes, na imagem à esquerda do “Gráfico 18”, como também estimula a reflexão acerca dessa diversidade, expressada por 72% (18) dos participantes que atribuiu peso 10 (dez) e outros 28% (7) que atribuiu peso 9 (nove) para a questão, na imagem à direita do mesmo gráfico. Sendo, portanto, incontestável que a abordagem da “Método Colhetear” está adequada quanto ao campo da diversidade fenotípica da população brasileira.

Gráfico 19 – Grau de realismo, segurança e harmonia de imagens criadas com “IA”



Fonte: Elaborado pela autora

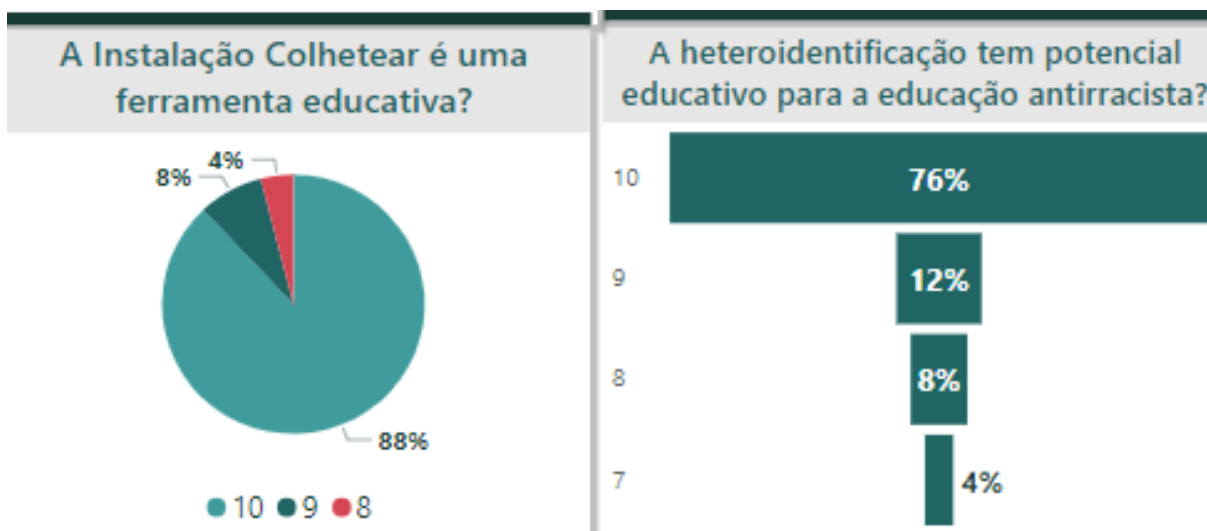
Os participantes também avaliaram o uso da Inteligência Artificial (IA) na construção dos conjuntos fenotípicos que são utilizados em todas as imagens contidas na instalação. Os registros seguem na mesma direção, todavia alguns relatam que *são imagens muito realistas* (Abiu-silvestre, Jardim Sensorial) enquanto outros registram até uma determinada surpresa ao descobrirem que as imagens que estão heteroidentificando não são de pessoas reais, como foi o caso dessa “semente” que diz ter ficado *um pouco assustada com as imagens, [...] nos leva a refletir que a IA assusta e ao mesmo tempo nos leva à reflexão do seu uso* (Café de bugre, Jardim Clássico).

No “Gráfico 19”, estão os percentuais indicados para os três aspectos avaliados: a) quanto ao grau de realismo das imagens (imagem à esquerda do gráfico); b) quanto ao grau de segurança ao heteroidentificar uma imagem artificial (imagem no centro do gráfico) e c) quanto ao grau de leitura dessas conjuntos fenotípicos construídos através de algoritmos, o que estou denominando de harmonia (imagem à direita do gráfico).

Assim, numa concludente avaliação, temos 88% (22) que indicou peso 10 (dez) para o aspecto realismo, seguidos por 72% (18) para segurança e 76% (19) para harmonia. Os pesos 9 (nove) e 8 (oito) também ocorreram, todavia, em proporções bem menores. Ficando ratificada, portanto, a efetividade, a segurança e a receptividade dos usuários quanto ao uso da tecnologia e da Inteligência Artificial (IA) na estruturação do método.

Finalizando a avaliação, os participantes responderam às duas perguntas-chave da pesquisa. Perguntas que abordavam sobre as potencialidades do “Método Colhetear” – enquanto materialidade na “Instalação Colhetear” e também as potencialidades da própria heteroidentificação – enquanto ação geradora, mas também enquanto proposta de intervenção. Uma das perguntas buscava avaliar se a “Instalação Colhetear” foi percebida pelos participantes como uma ferramenta educativa e a outra buscava compreender se, após a experiência vivida com a instalação e o ateliê, a heteroidentificação seria percebida como um caminho educativo para a efetividade da educação antirracista.

Gráfico 20 – O “Colhetear” como ferramenta educativa e o potencial educativo da heteroidentificação



Fonte: Elaborado pela autora

Na percepção dos participantes *a instalação cumpre papel educativo para reforçar o processo de letramento racial* (Jerivá, Jardim Rochoso) e se apresenta como *discussão fundamental para a EREER* (Garapeira, Jardim Vertical). Os registros também ratificam o *potencial educativo e formativo* (Vinhático, Jardim Rochoso) do método, indicando que *sim, irá contribuir muito para a execução prática da heteroidentificação* (Cajá-mirim, Jardim Clássico).

Portanto, quantificando as expressões dos registros, o “Gráfico 20” elimina qualquer vestígio de dúvida e legitima o “Método Colhetear” como uma ferramenta educativa. Na imagem à esquerda, 88% (22) dos participantes indicou peso 10 (dez) para esta questão, seguidos por 8% (2) que indicou peso 9 (nove) e 4% (1) indicou peso 8 (oito). Um participante (4%) não respondeu ao formulário. Desta forma, é seguro afirmar que *sim, o “Método Colhetear” é um caminho educativo que poderá contribuir para os processos formativos em heteroidentificação.*

Concluindo as análises das reflexões e colaborações tecidas coletivamente durante o “Ateliê Colhetear”, os participantes ainda realizaram dois registros que expressaram que os objetivos da método foram atendidos e ratificaram a hipótese inicial de pesquisa quando dizem que *a instalação é um exercício simples e rápido mas com capacidade de entendimento e possibilidades* (Guarita, Jardim Tropical) e que também *amplia a compreensão de que o racismo é real, precisa (ser) combatido e de como ele opera* (Garapeira, Jardim Vertical).

Atrelados a esta leitura estão os percentuais na imagem à direita do gráfico, dos quais 76% (19) dos participantes indicou peso 10 (dez) ao responder se a heteroidentificação teria potencial educativo que pudesse contribuir para o fortalecimento dos princípios de uma educação antirracista; 12% (3) indicou peso 9 (nove), 8% (2) indicou peso 8 (oito) e 4% (1) peso 7 (sete) para a mesma questão. Inequivocamente, a avaliação realizada pelas “sementes” da pesquisa indica que o “Método Colhetear” foi aprovado e acolhido em todas as dimensões, em sua estrutura, dinâmica, abordagem e objetivos, assegurando a assertividade da hipótese inicial, quando se questionava sobre um potencial educativo vislumbrado nos processos de heteroidentificação institucional nos quais pude participar. Estes resultados pavimentam a construção de uma proposta interventiva que pretende implementar o potencial educativo agora consolidado e contribuir para a capacitação das servidoras e dos servidores que atuam na heteroidentificação do IFES.

6.4 FIOS COLORIDOS, TECIDOS DIVERSOS

A pesquisa desenvolveu duas atividades presenciais nos “jardins” do IFES e nessas atividades contou com a contribuição de “sementes” vigorosas, que se dispuseram a conhecer e contribuir para a consolidação do método que é fruto de germinações coletivas, de tecituras realizadas pelo tear da diversidade, pela multiplicidade de cores e perspectivas que se entrelaçaram nas experiências vividas durante toda a trajetória.

Essas vigorosas “sementes” iniciaram o processo de germinação imediatamente, quando interagiram com o panorama nacional da heteroidentificação, quando realizaram a dinâmica das cabines; quando participaram da roda de conversa, ganhando profundidade no território do método na medida que este se apresentava e quando realizaram a avaliação sobre as proposições da método. Esse processo de germinação seguiu fluindo junto ao percurso da pesquisa, quando passo a analisar os dados e relacioná-los na construção da escrita deste trabalho. Todavia, também seguiu fluindo, fermentando junto às “sementes” que foram expostas a um rol de ideias e questionamentos demandados pela pesquisa.

Pensando nesse processo de germinação e de entrelaçamentos que continuaria junto à cada “semente” e ciente de que eu estaria fisicamente limitada pela distância geográfica que me

separava dos “jardins e sementes” da pesquisa - afinal, o território pesquisado estava na região metropolitana de Vitória/ES e eu conduzia a pesquisa residindo em Campos dos Goytacazes/RJ – foi pensada e estruturada a quarta dimensão do método, denominada de “Tecituras e Germinações”.

Esta dimensão foi construída para dar continuidade aos diálogos iniciados com os sujeitos de pesquisa, assim como também um suporte da pesquisa a estes participantes. Um território virtual continuou a acolher os participantes e suas contribuições, que agora estavam livres não somente das amarras do tempo-espaço delimitados por um encontro presencial, mas também livres para observar seus mundos sob uma nova perspectiva, agora afetada pela abordagem do Método Colhetear. Este ambiente virtual permitiu que os participantes acessassem, caso desejassem, a estrutura do método, o painel de gráficos interativos com os dados colhidos pela primeira dimensão, quando da consulta à rede nacional dos IF's, mantendo disponível o panorama nacional da heteroidentificação. Também permaneceram acessíveis os dois aplicativos utilizados pela pesquisa para a construção dos conjuntos fenotípicos, caso quisessem experimentar como funcionava cada plataforma.

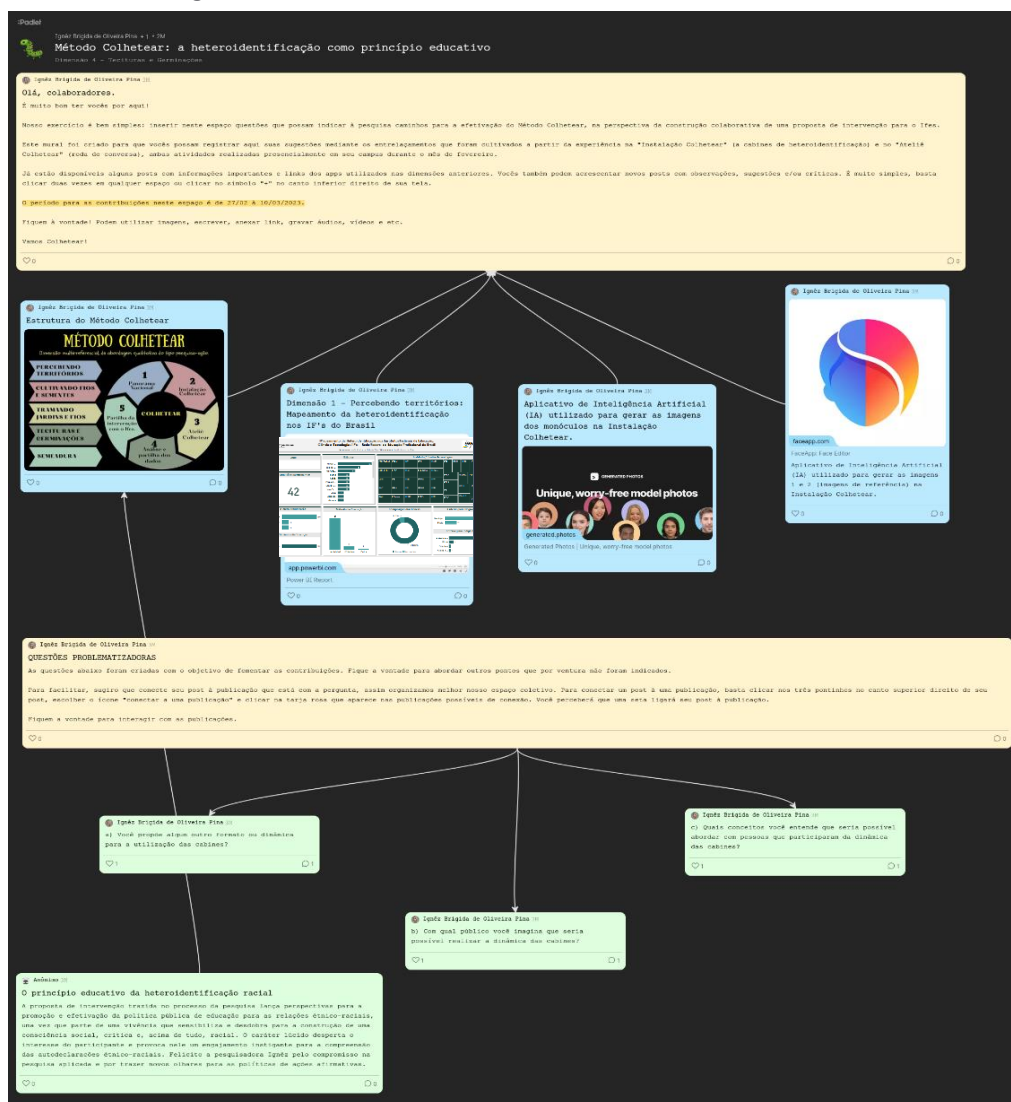
O mural colaborativo contou com orientações sobre seu funcionamento e dinâmica esperada pela pesquisa, disponibilizou os itens acima mencionados e também criou, com base nas discussões tecidas por coloridos e diversos fios durante o “Ateliê Colhetear”, três questões problematizadoras que acolheriam as possíveis germinações que permanecessem povoando as ideias dos participantes após conhecerem o método e que, certamente, agregariam ainda mais às tecituras já iniciadas.

Todos os participantes receberam um e-mail com o link de acesso ao mural colaborativo do “Colhetear”, informando o prazo que teriam para que pudéssemos concluir nossos diálogos. Havia o desejo, por parte da pesquisa, de realizar um encontro virtual para partilhar os avanços da pesquisa, todavia, mediante eventos do dia-a-dia apressado e o escoamento dos tempos de produção da pesquisa, este encontro virtual não ocorreu.

Uma miríade de cores e de fios já estavam entrelaçados, brotos já rompiam a terra e buscavam a luz do sol, enquanto as raízes se aprofundavam no solo da pesquisa. Foi neste cenário que foram lançados novos grãos, ainda que não tenham sido numerosos, foram sim, potentes. Como se pode perceber, a “Imagem 22” traz a captura da tela geral do mural colaborativo, em como se mostrava sua estrutura.

A primeira publicação do mural é uma mensagem de boas-vindas, orientações quanto ao uso do aplicativo, as expectativas da dinâmica e a delimitação do tempo em que o mural aceitaria contribuições. Vinculados à esta primeira publicação, estão quatro novos posts, também realizados pela própria pesquisa, nos quais constam, da esquerda para a direita, no primeiro o infográfico com a estrutura do método, o nome e a atividade desenvolvida em cada dimensão; no segundo o acesso ao painel de gráficos interativos com os dados da Dimensão 1: Percebendo territórios - Mapeamento da heteroidentificação nos IF's do Brasil; no terceiro o acesso ao aplicativo de Inteligência Artificial (IA) utilizado para gerar as imagens dos monóculos constantes na “Instalação Colhetear” e no quarto post o acesso ao aplicativo de Inteligência Artificial (IA) utilizado para gerar as imagens 1 e 2 (imagens de referência) também na “Instalação Colhetear”.

Imagem 22 – Ambiente virtual – Mural colaborativo Colhetear



Fonte: Elaborado pela autora

Abaixo dos quatro *post* está a segunda publicação com orientações sobre as questões problematizadoras e as possibilidades de tecituras entre os participantes e as temáticas. Importante ressaltar que nesse espaço virtual não era possível identificar os participantes, o mural foi configurado para que as publicações fossem anônimas. Logo abaixo, vinculadas à publicação de orientação das questões problematizadoras, estavam as três perguntas que buscavam fomentar a reflexão acerca de temas que surgiram durante o ateliê e a interação entre as “sementes”. Todos os *posts* eram passíveis de interação.

Neste sentido, a primeira questão problematizadora questionava se o participante gostaria de propor algum outro formato ou dinâmica para a utilização das cabines. Não houve nenhum registro que indicasse diretamente um outro formato ou dinâmica para as cabines, todavia, foi inserido um comentário e um *post* vinculado à questão. No comentário, uma “semente” fez o seguinte registro: *achei muito interessante a proposta, com potencial para suscitar muitas reflexões e o aprimoramento da prática das bancas heteroidentificadoras (semente anônima)*.

Já no *post* uma outra “semente” realizou o seguinte registro: *a proposta de intervenção trazida no processo da pesquisa lança perspectivas para a promoção e efetivação da política pública de educação para as relações étnico-raciais, uma vez que parte de uma vivência que sensibiliza e desdobra para a construção de uma consciência social, crítica e, acima de tudo, racial. O caráter lúcido desperta o interesse do participante e provoca nele um engajamento instigante para a compreensão das autodeclarações étnico-raciais. Felicito a pesquisadora Ignêz pelo compromisso na pesquisa aplicada e por trazer novos olhares para as políticas de ações afirmativas (semente anônima)*.

Numa proposta de pesquisa como a que se desenrola neste trabalho, na qual o rigor acadêmico e ético se apresentaram constituintes e constituídos por toda a trajetória perquirida, é de fundamental importância o registro acima mencionado. Uma contribuição espontânea de uma “semente” que explicitamente desenvolve raízes regadas também pelas águas do “Colhetear”. Promover e efetivar a política de EREER na instituição foram ações que geraram o método, assim como também se apresentaram na hipótese da pesquisa e dentre seus próprios objetivos. A “semente” ainda reconhece que o método parte de uma vivência e para ela pretende retornar, demonstrando assim ter compreendido a essência da pesquisa,

que acima de tudo almeja cultivar (e colher) contribuições na construção de uma consciência social, crítica e racial tecidas pelo tear da heteroidentificação.

A segunda questão apresentada no ambiente virtual perguntava com qual público o participante imaginava que seria possível realizar a dinâmica das cabines e uma “semente” indicou que o método poderia ser aplicado *com os integrantes do NEABI, e principalmente com todos os servidores autorizados a compor bancas de heteroidentificação no IFES* (semente anônima) indicando aí um alinhamento com a proposta de intervenção constante no Apêndice E deste trabalho.

A terceira e última problematização constante no ambiente de colaboração virtual buscava compreender quais conceitos os participantes percebiam que poderiam ser abordados após a realização das cabines, durante a roda de conversa proposta no “Ateliê Colhetear”. Uma semente anônima registrou no mural de colaboração virtual que as *identidades, etnicidades, colorismo, autodeclaração étnico-racial. Penso que um enorme potencial desta metodologia, para além da participação individual na cabine, seja a realização de momentos de formação coletivos da CPVA com as CLVAs para uma melhor definição do ponto mais sensível para as CLVAs que são os pardos claros, para uma adequada compreensão de quais pardos claros se adequam a política de Ações Afirmativas do IFES e quais não fazem jus às cotas.*

É possível perceber um forte alinhamento entre as indicações realizadas pela “semente” com as conclusões da pesquisa. Ainda que as contribuições tenham sido pouco volumosas na abordagem virtual, estas se apresentaram bastante potentes, não somente na perspectiva de compreensão sobre a temática, mas especialmente quanto ao alinhamento com os resultados alcançados pela pesquisa, quando das análises realizadas junto aos dados colhidos. A sinergia entre contribuições que expressaram germinações posteriores aos encontros presenciais e as conclusões da pesquisa demonstram a robustez e as potencialidades trazidas pelo “Método Colhetear”.

6.5 SEMEAR-AÇÃO

A quinta e última dimensão do “Método Colhetear” é denominada de “Semeadura”. Semear é lançar à terra as sementes, é um ato de fé no futuro. Este é o significado da proposta de intervenção: confiar no futuro, tendo a segurança de agir agora com base nos aprendizados do passado.

Entregar o “Colhetear” ao IFES é ter a certeza de que a semente germinará, é ter a esperança de que haverá bons frutos por meio da capacitação dos membros das comissões de heteroidentificação; é ter fé de o “Colhetear” mediará a realidade das CLVA's e exercitará seu potencial educativo em prol da efetivação de uma educação antirracista e das ações afirmativas.

O principal objetivo dessa semeadura é incorporar a “Instalação e Ateliê Colhetear” nos processos de capacitação de membros das comissões de heteroidentificação do IFES e para germinar esta semente lançada à terra, pretendo apresentar a estrutura do “Método Colhetear” à CPVA e demais instâncias institucionais que tenham por competência a capacitação de servidores para o exercício da heteroidentificação, assim como também proponho construir uma “Instalação Colhetear” do IFES, estruturar um “Ateliê Colhetear” alinhado à instalação, uma capacitação institucional baseada no método e habilitar os membros da CPVA para atuarem como multiplicadores do método proposto. Por fim, proponho construir um cronograma de capacitação das CLVA's, onde a CPVA possa implementar o “Colhetear” junto aos campi do IFES.

Todo o detalhamento da proposta interventiva pode ser encontrado no Apêndice E, no qual consta o resumo, a introdução, a justificativa, as metas, a metodologia, a organização e a conclusão da proposta interventiva pensada para a efetivação do “Método Colhetear” no Instituto Federal do Espírito Santo, ratificando assim, a dimensão da partilha, que reconhece a heteroidentificação como caminho educativo e fortalecedor de uma educação antirracista, como ato de semear ações agora para se construir um futuro mais inclusivo, justo e com igualdade de oportunidade para todas as pessoas.

7 CONCLUSÃO

Um método adequado para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação. Assim defino o “Método Colhetear”, fruto de germinações coletivas, de tecituras realizadas pelo tear da diversidade, pela multiplicidade de cores e perspectivas que se entrelaçaram nas experiências vividas durante a trajetória de pesquisa.

Uma trajetória tão desafiadora quanto produtiva, comprometida com o rigor acadêmico e ético ao passo que consciente de sua capacidade inovadora, enredada com a realidade, de onde surgiu, permaneceu e pretende intervir. Assim, transitando pelas dimensões gestadas por ela e para ela, a pesquisa apresentada nesta dissertação lançou mão de muitos e diferentes recursos – dos tradicionais às inovações tecnológicas – para garantir a efetividade dos objetivos traçados. Buscou conhecer o cenário nacional da temática que se dispôs a pesquisar, desta forma, criou um painel de gráficos interativos, onde conta com o mapeamento da heteroidentificação nos IF’s de todo o Brasil, uma consulta anual que vem monitorando desde 2021 como a heteroidentificação tem se modelado na rede federal. Esta foi a primeira dimensão proposta pelo “Colhetear”.

O estudo aqui apresentado se dispôs a pesquisar os impactos da implementação da heteroidentificação para além do controle na implementação de uma política pública. O objetivo principal era desenvolver uma proposta de heteroidentificação educativa, que compreendesse o potencial do procedimento de verificação da autodeclaração e contribuísse para o fortalecimento da Educação para as relações Étnico-raciais no Instituto Federal do Espírito Santo. Para tanto, partindo do panorama nacional, a pesquisa se embrenhou no território do IFES, onde em permanentes diálogos e partilhas, concebeu as demais dimensões que estruturam o método.

A “Instalação Colhetear” e o “Ateliê Colhetear” se fizeram constituintes e constituídos pela/para própria pesquisa. Foram capazes de despertar o interesse sobre a temática, interagir e oferecer uma oportunidade prática do procedimento de heteroidentificação, diagnosticar os níveis de leitura fenotípica dos grupos participantes deslindando preconceções de que haveria fragilidade devido à grande subjetividade existente no

procedimento – o que foi refutado pelos dados colhidos. Também ratificou a incontestável necessidade de contínuo treinamento, capacitação e prática embasada em conceitos fundantes para a compreensão e exercício responsável, efetivo e justo da heteroidentificação, tal como o conjunto fenotípico, a miscigenação, a identidade, a raça e o racismo.

Mediante a complexidade do tema, um robusto arcabouço teórico foi construído, especialmente sobre os conceitos de raça, racismo, identidade e fenótipo, relacionando-os com a compreensão dos movimentos socioculturais atuais e uma leitura sobre as desigualdades raciais e sociais enraizadas como ervas daninhas nos jardins sociais brasileiros. A pesquisa dialoga com diversos autores e autoras que conduzem as perspectivas que vão se integrando, se inter-relacionando e transpassando as estruturas do “Método Colhetear”.

Numa ousada – mas embasada – compreensão, a pesquisa arrisca cultivar um conceito particular de racismo, que teria a capacidade de se apropriar da fluidez da modernidade e assumir novas formas, reordenando-se em imponderáveis fluxos quando se depara com resistências nos diversos territórios que o interpelam e o “repudiam”, ainda que tencionado mediante seu descompasso com o “politicamente correto” da nossa era. Este conceito particular de racismo ainda mantém vistosa sua gigantesca habilidade destrutiva, a qual permanece transitando em indistintos tecidos sociais, econômicos, simbólicos e estéticos; a diferença é que seguindo o fluxo das tensões vai avançando frente aos movimentos civilizatórios, sejam estes científicos, sociais, econômicos, jurídicos ou humanitários. Compreendo que nada o detém e sua audaz liquidez o perpetua como uma ferida fétida e purulenta para aqueles capazes de o perceber. Denominei de racismo líquido.

Desta forma, o tradicional e o moderno estiveram em constante diálogo entre autores, abordagem e metodologia adotadas, numa certa liberdade acadêmica que a dimensão multirreferencial nos permitiu e que culminou na vigorosa proposta inovadora que se apresentou neste trabalho.

A “Instalação Colhetear” funciona como a coluna vertebral da estrutura do método – é seu principal eixo - e atuou também como instrumento de coleta de dados, se fez a própria metodologia e se materializa na proposta interventiva. Daí a importância da avaliação realizada colaborativamente pelos sujeitos da pesquisa e que se apresentou com excelentes resultados, perfazendo mais de noventa por cento de validação, reconhecimento e acolhimento da proposta pelos participantes. Nesta avaliação, apresentada e discutida no

item sobre as repercussões de um método, também se encontra a confirmação da hipótese da pesquisa e a resposta ao questionamento inicial sobre a existência do potencial educativo da heteroidentificação e sua contribuição para o fortalecimento da ERER, indicando seguramente a sua assertividade.

Ainda que com excelentes avaliações, o “Método Colhetear” reconhece suas limitações e dentre elas se destaca a ausência de acessibilidade visual na “Instalação Colhetear”. Toda a estrutura do método está baseada na visão e na análise do conjunto fenotípico – uma premissa da própria heteroidentificação e da forma como a conhecemos hoje no Brasil. Aprendi com as experiências da vida profissional a importância de atuarmos de forma inclusiva, de considerarmos as diferenças em prol da garantia dos direitos de todas as pessoas. Aprendi que as barreiras estão nos processos que construímos, nas relações que estabelecemos e nas dinâmicas que propomos em todos os aspectos da vida e que a responsabilidade de desconstruir e/ou superar essas barreiras compete a cada um de nós, principalmente quando partimos da perspectiva institucional, como é o caso da heteroidentificação e da proposta interventiva.

Na medida que construía a estrutura do método, a acessibilidade foi se apresentando como uma barreira real e uma barreira que eu estava construindo. Isso me gerou um grande dilema e inquietação. Fui buscando alternativas e, ainda que possam ser melhoradas, a acessibilidade física, mental e auditiva foram de certa forma alcançadas. Todavia, não somente a barreira visual não foi superada como me conduziu a novas inquietações e questionamentos conceituais que levam as discussões a outros patamares acadêmicos e de abordagem.

A questão se apresentou muito mais abrangente, complexa e ultrapassou as condições e os limites da pesquisa, pois se relaciona com a profundidade conceitual de raça, racismo, identidade e também nos conduz a reflexões sobre a própria heteroidentificação e os moldes em que é operacionalizada atualmente. Como se consolidam estes conceitos para uma pessoa cega, por exemplo? Partindo da compreensão de que no Brasil o racismo de marca é predominante, como o racismo se constituiria para aquelas e aqueles que nunca se basearam no sentido da visão para a construção do seu próprio “eu”? Pessoas cegas não seriam racistas? Foram e ainda são muitos os questionamentos que permeiam a acessibilidade visual para/no “Método Colhetear” e por esta razão, não é possível aprofundar esta temática neste trabalho.

Resta reconhecer que a acessibilidade visual é uma limitação de pesquisa e do próprio “Método Colhetear”, da forma que se configurou até então.

O caminho encontrado foi, portanto, um método que combina os significados de colheita (resultado de um cultivo) e de tear (entrelaçamento de fios ou transformação intencional) e, mediante as análises apresentadas, é verdadeiro afirmar que é possível cultivar e colher ações individuais, coletivas e institucionais que transformem as relações raciais por meio das tecituras da educação e que sim, a heteroidentificação tem potencial para fortalecer estas ações. A trajetória dialogada criou um método de pesquisa que considerou aspectos fundamentais da realidade, com o objetivo de produzir conhecimento de maneira sistemática e eficaz. O Método Colhetear é um método inovador e desafiador, que reconhece a importância da Educação para as relações Étnico-raciais (ERER) e a heteroidentificação como ferramenta educativa capaz de fortalecer essa abordagem.

Para se construir um futuro melhor é preciso conhecer o passado: Sankofa⁶¹. O conceito cultural originário da África Ocidental, mais especificamente da cultura Akan, está presente em países como Gana e Costa do Marfim. É um termo em língua twi, falada por esse grupo étnico, e pode ser traduzido como "voltar e buscar" ou "volte e pegue". Simboliza a ideia de que é necessário olhar para trás, para o passado, para poder avançar no presente e no futuro. Reconectar-se com as raízes, aprender com a história e valorizar os conhecimentos e experiências dos antepassados - é isso que faço na pesquisa. O conceito de branquitude também dialogado no percurso é de fundamental importância para o reconhecimento dos gravíssimos erros que cometemos e que precisamos escolher diariamente, não cometer mais.

Um pássaro mítico e um coração estilizado, esses são os símbolos do “Sankofa Africano” e também o sentido que me ajuda a concluir esta pesquisa. Jardins são vivos, geram vidas e atraem vidas – pássaros são uma delas. O pássaro de Sankofa é retratado com os pés firmes no chão e a cabeça voltada para trás, enquanto segura um ovo com o bico. Esse ovo simboliza o passado, transmitindo a mensagem de que o pássaro voa para frente, em direção ao futuro, sem jamais esquecer das lições e experiências do passado.

⁶¹ SANKOFA. In: **Dicionário de símbolos: significado dos símbolos e simbologias**. Brasil: 2023. Disponível em: <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

Para o futuro a pesquisa lança algumas possibilidades, especialmente em três áreas que julgo dialogar fortemente com as proposições do trabalho. A primeira versa sobre do racismo algorítmico. Este conceito seria uma forma de discriminação que ocorre quando algoritmos ou sistemas de inteligência artificial (IA) perpetuam ou amplificam desigualdades raciais existentes, podendo acontecer de várias maneiras, como viés na coleta de dados, treinamento de modelos em conjuntos de dados desequilibrados ou com amostras enviesadas, ou algoritmos que tomam decisões discriminatórias com base em características raciais. O “Método Colhetear” fez uso de “IA” para gerar os conjuntos fenotípicos que utilizou nas cabines, mas não se aprofundou nas questões estruturais dos sistemas utilizados pelos aplicativos que serviram à pesquisa. Compreendo que este é um riquíssimo campo de estudos, visto que os algoritmos são criados por seres humanos e, portanto, certamente incorporarão os preconceitos e estereótipos existentes na sociedade.

Se os dados utilizados para treinar um algoritmo forem enviesados ou refletirem disparidades raciais, o algoritmo aprenderá e replicará esses padrões discriminatórios. Isso levará a resultados discriminatórios nas mais diferentes áreas como emprego, economia, segurança e justiça, por exemplo. Mas, e se os dados utilizados forem direcionados para afetar positiva e educacionalmente a sociedade? É possível desenvolver sistemas mais transparentes, responsáveis e equânimes e que implementem algoritmos que quebrem ou mitiguem as desigualdades raciais?

Esta primeira versão do “Colhetear”, por assim dizer, é uma versão física, com as limitações imanentes desse formato e apesar de fazer uso da Inteligência Artificial (IA) na sua constituição não teve a intenção de atuar como sistema autônomo, nem tão pouco almejou substituir a atuação das bancas ou comissões de heteroidentificação. Todavia, há o desejo de transformar a abordagem física para também virtual, amplificando assim as condições de aplicação do método. Ainda que este desejo venha a se concretizar, em nenhum momento o “Método Colhetear” se dispõe a desenvolver autonomamente as competências de uma comissão de verificação da autodeclaração, ainda que utilize tecnologias da informação e sistemas de Inteligência Artificial (IA) para a produção das imagens. Uma versão digital do método amplificaria sua abrangência formativa e este sim é um vislumbre da pesquisa.

Uma outra possibilidade para pesquisas futuras se difunde a partir da dinâmica do espelho, realizada na cabine 2. Pesquisadoras e pesquisadores da área da psicologia e que

queiram se debruçar sobre a temática do racismo e das identidades, por exemplo, podem descobrir na “Instalação Colhetear” um universo de pesquisa.

Tenho ciência de que o espelho é um símbolo central na teoria lacaniana, representando um estágio crucial no desenvolvimento psicológico de uma criança e que este processo de reconhecimento no espelho tem implicações psicológicas significativas. O espelho na psicanálise representa, portanto, a interação entre a realidade do sujeito e a construção imaginária de sua identidade. Ele simboliza o desejo de ser visto e reconhecido pelos outros, mas também a angústia e a luta contínua para alcançar uma identidade coerente.

Para o sujeito negro em uma sociedade estruturalmente racista, a imagem idealizada que é refletida de volta pode ser distorcida ou negativamente estereotipada. O confronto maldoso e perverso com padrões de beleza eurocêntricos ou estereótipos raciais prejudiciais que não correspondem à sua própria identidade e experiência podem causar sofrimento e dor. A cabine 2 cria um diálogo com esta linha de abordagem e o faz conscientemente devido aos diagnósticos necessários para as leituras do que a pesquisa chamou de “expressões identitária” e “expressões fenotípica”, ao abordar as identidades – e ainda que não tenha tido a intenção, nem mesmo competência para aprofundar estudos da psicologia, percebo que há uma efetiva interseção entre as temáticas.

Nos processos reais de heteroidentificação que participei, também as reproduções diagnosticadas pela instalação e convertidas pela pesquisa como “equivocos” são provas dos impactos psicológicos do racismo na construção das identidades de pessoas negras e essa discrepância entre a imagem idealizada promovida pela sociedade e a experiência real do sujeito negro pode gerar conflito e descontentamento com a própria imagem corporal e identidade racial, levando-o ao sentimento de inadequação, de ser menos valorizado ou até mesmo negado como sujeito pleno, afetando a construção da identidade e a autoestima do sujeito negro ao longo de sua vida, questões pertinentes e de grande impacto para os estudos da identidade, heteroidentificação, psicologia e psicanálise.

Uma terceira possibilidade é a questão da acessibilidade visual, citada acima como barreira, mas também compreendida como possibilidades de melhoria e de transformação - potencialidade a ser explorada – que inicialmente se apresentou como barreira, agora percebida como possibilidade futura de pesquisa e quiçá uma outra proposta para o próprio “Colhetear”. Pesquisas que se dediquem ao aprofundamento do racismo e de sua talvez

“liquidez” transpassando aos limites da discriminação visual. É possível afirmar que pessoas cegas sejam automaticamente imunes ao racismo? Receio que, infelizmente, não e confesso que seria uma grande satisfação identificar pesquisas nesta área que foram motivadas pelo “Colhetear”.

O racismo é uma questão complexa e multifacetada e ainda que o viés visual seja forte em nossa cultura ele pode ser expresso através de atitudes, comportamentos e crenças enraizadas na sociedade, que podem afetar diferentes grupos étnicos de maneiras diversas. Assim, mesmo que alguém não possa ver a cor da pele de uma pessoa, fico a me questionar como se desenvolveria preconceitos raciais com base em outros aspectos? Seria cultural, histórico familiar, experiências pessoais, educação, interações sociais? Portanto, estudos nessas abordagens também seriam bastante pertinentes.

Ao intervir no presente vislumbro um futuro mais justo e equilibrado e, imediatamente, me vem à memória a frase de uma entrevista lida durante a trajetória do mestrado que dizia que “[...] O branco de hoje não é mais o responsável pela escravidão, mas ele tem a responsabilidade de equilibrar a sociedade em que vive” (Kilomba, 2017). Esta frase expressou um sentimento que me acompanhava, mas que durante muito tempo eu não sabia definir. O sistema injusto e desumano no qual meus antepassados brancos desempenharam papel predominantemente como escravizadores me causava e causa constrangimento e repulsa, mas de fato, nunca me sentia diretamente responsável por algo que aconteceu antes mesmo de eu existir.

Um misto de sentimentos sempre me tomava ao refletir que os escravizadores não mais estavam aqui para responderem por seus atos, mas eu ainda gozava dos privilégios usurpados por eles no passado. Conflitos sanados quando compreendi que poderia não ser diretamente responsável pelos atos do passado, mas no presente precisaria atuar em prol do equilíbrio da sociedade em que vivo, o que demanda consciência das desigualdades e injustiças resultantes da escravidão do passado e esforço para promover a igualdade de oportunidades, para lutar contra o racismo e trabalhar para corrigir as disparidades sociais e econômicas que persistem até hoje, rompendo assim com o pacto da branquitude, com o ciclo de opressão e de relação desigual de poder.

Assim como na natureza há o ciclo da vida – da germinação à produção de novas sementes ou nos mais diversos aspectos da vida há ciclos do trabalho – da

necessidade/criação à utilização e transformação (tecituras), o “Colhetear” também se retroalimenta da realidade – dimensões que geram, partilham, criam e transformam – dos ciclos de realidades num constante movimento de tecer e cultivar ações que fortaleçam a luta antirracista. Não quero escapar do passado, só preciso fazer um futuro diferente, agora. Esta foi a forma que encontrei de olhar o passado e aprender com ele, irromper o presente e seguir adiante, extirpando os erros e escolhendo equilibrar as relações por onde quer que eu vá, num contínuo desejo de SEMEAR-AÇÃO.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ALMEIDA, Verônica Domingues; SÁ, Maria Roseli G. B. de. Concepções de intervenção do Mestrado Profissional em Educação: tessituras curriculares de uma pesquisa. In: 38ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2017, São Luís. **Anais das Reuniões Anuais da ANPED**. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT12_1323.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

AMABILE, Antônio Educardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13076>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ATELIÊ. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/atelie/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BARBOSA, Francisco de Assis; LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/rui-barbosa-e-a-queima-dos-arquivos-ocr.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Beneditto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.071%

2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JANEIRO%20DE%201916.&text=C%C3%B3digo%20Civil%20dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil.&text=Art.,os%20princ%C3%ADpios%20e%20conven%C3%A7%C3%B5es%20internacionais.. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Distrito Federal: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Distrito Federal: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Distrito Federal: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. **Lei N.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Distrito Federal: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. **Lei N.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Distrito Federal: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei N.º 12.990, de 09 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Distrito Federal: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 3, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Distrito Federal:

Conselho Pleno, 2004. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Distrito Federal: Conselho Pleno, 2004. Disponível em:
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rceb00104.pdf?query=Escolas. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria Normativa Nº 4, de 6 de abril de 2018**. Secretaria de Gestão de Pessoas, 2018. Disponível em:
https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345. Acesso em: 26 out. 2020.

CARVALHO, José Jorge de. Autodeclaração confrontada e punição de fraudes – Os avanços da igualdade racial na era das cotas. In: SANTOS, Adilson Pereira dos; FERREIRA, Lígia dos Santos (org.). V Dossiê: As comissões de heteroidentificação Étnico-racial de autodeclaração no sistema de cotas para negros e negras: Divergências, convergências e efetividade. Repecul: **Revista Ensaios e pesquisa em educação e cultura**, Rio de Janeiro, v.5, n. 9. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecul/article/view/526/526>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FACEAPP. **Mistura artística de tecnologia de IA avançada e usabilidade**. Disponível em:
<https://get.faceapp.com/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FENÓTIPO. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fenotipo/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Aurélio Burarque de Holanda. Semeadura. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação Marina Baird Ferreira. 8. ed. ver. e atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo; VALENTIM, Silvani dos Santos. Práxis pedagógica antirracista e afirmativa como princípio norteador dos currículos da Educação Profissional e Tecnológica. In: FRANSebastião Pimentel; SÁ, Nicanor Palhares (org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**, Espírito Santo: EDUFES, p. 61-73. 2011. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/revista-tecnologia-cultura/article/view/47>. Acesso em: 13 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GENERATED PHOTOS. **Fotos geradas por Inteligência Artificial**. Disponível em:
<https://generated.photos/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: **Revista de Informação Legislativas**, Distrito Federal, a. 38, n. 151, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO. **As minorias e o Direito**, Brasília: Conselho da Justiça Federal. 2002. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_205135.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Governo ES. **ES em dados**. Disponível em: <https://www.es.gov.br/es-em-dados>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.º 54, p. 147-156, 1999. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es- raciais-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/.html?>. Acesso em: 24 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Institucional: **História do IFES**. Vitória, ES. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/o-ifes?start=1>. Acesso em: 30 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFES 2009-2013**. Vitória, ES, 2009. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/pdi_ifes_2009_2013_web.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFES 2014-2019**. Vitória, ES, 2014. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/pdi_2-08-16.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFES 2019/2-2024/1**. Vitória, ES, 2019. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_48_2019_-_PDI_-_Anexo.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Reitoria. **Portaria N.º 2145, de 30 de agosto de 2017**. Compõe Comissão institucional responsável pela elaboração do documento base - Critérios de Verificação da Veracidade na Autodeclaração - Processo Seletivo Discente. Espírito Santo: Reitoria, 2017. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/documento/DA8C456BE800560CB366F65E47859631?inline>. Acesso em: 18 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. **Resolução N.º 61, de 13 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA) e estabelece e regulamenta os procedimentos e os critérios de verificação da veracidade da autodeclaração em Processo Seletivo Discente do Instituto Federal do Espírito Santo. Espírito Santo: Conselho Superior, 2019. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_61_2019_-_Comiss%C3%A3o_Permanente_de_Verifica%C3%A7%C3%A3o_Autodeclara%C3%A7%C3%A3o_CPVA.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2009**. Vitória, ES, 2010. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2009.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2010**. Vitória, ES, 2011. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2010.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2011**. Vitória, ES, 2012. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2011.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2012**. Vitória, ES, 2013. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2012.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2013**. Vitória, ES, 2014. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2013.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2014**. Vitória, ES, 2015. Disponível em:

https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2014.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2015**.

Vitória, ES, 2016. Disponível em:

https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_de_Gestao_2015.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2016**.

Vitória, ES, 2017. Disponível em:

https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_ifes_2016.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2017**.

Vitória, ES, 2018. Disponível em:

https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatorio_Geral_ifes_Exercicio_2017.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2018**.

Vitória, ES, 2019. Disponível em:

https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/RelatorioGestao_-_vers%C3%A3o_publicada_no_e-contas_TCU_27_09_2019.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho superior. **Relatório de Gestão 2019**.

Vitória, ES, 2020. Disponível em:

https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relatrio_de_Gesto_ifes_2019.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Governança em Números. **Pró-reitoria de ensino**.

Vitória, ES. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2E5MzUzMzAtMjhhMy00NGFjLTk2NGYtYzlhYjZiNDk5MDAwliwidCI6IjQ0ZTIIMTcyLWZmYTUtNDNmMy1iMjJjLTM3MWNmY2QyNzJlZCJ9&pageName=ReportSectionb8fd95c97e4d1eb4b2af>. Acesso em: 30 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Governança em Números. **Pró-reitoria de desenvolvimento institucional**. Vitória, ES. Disponível:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2ViN2YyM2YtOTIwNi00ODhhLWZmY2QyNzJlZCJ9&pageName=ReportSection>

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2ViN2YyM2YtOTIwNi00ODhhLWZmY2QyNzJlZCJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 25 mai. 2023.

KILOMBA, Grada. O Brasil ainda é extremamente colonial. [Entrevista cedida a] Eron Rezende.

A Tarde – Portal Geledés, São Paulo, jan. 2017. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/o-brasil-ainda-e-extremamente-colonial/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa:** educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana para descolonizar olhares: perspectiva para o ensino das relações étnico-raciais. **Tear revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 1- 20. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1854/1438>. Acesso em: 15 out. 2020.

MALOMALO, Bas'ilele. **Filosofia do Ubuntu:** valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014.

MARINI, Eduardo. Entenda o caso de racismo contra Vinicius Junior. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2023/05/entenda-o-caso-de-racismo-contra-vinicius-junior.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plataforma Nilo Peçanha**. Edição 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 24 mai. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Bolsa Permanência**. Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MISCIGENAÇÃO. In: **DICIONÁRIO online da língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/miscigenacao/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Brandão, A. A. P. (org.). **Cadernos Penesb** (5). Niterói, p. 15-34. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). 1955. In: **Tempo Social**. Dossiê: História Social dos Intelectuais Latino-Americanos, São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>. Acesso em: 02 mai. 2023.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. **A Lenda da Modernidade Encantada:** por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

QUARTO CRESCENTE. [Compositor e intérprete]: Flávio Vezzoni. **Poesia**. Vitória: Studio Scalla-ES, 1996. Grupo Moxuara. Zifa (3'14'').

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, 131:283-295, jul./set. 1996.

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176462/000512670.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SANKOFA. In: **Dicionário de símbolos**. Brasil: 2023. Disponível em:

<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/>.

Acesso em: 07 jun. 2023.

SÂNIE. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/sanie/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Gestão universitária e a Lei de Cotas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SARAIVA, Henirque. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, P. C. A. de; FORTUNATO, I. O currículo e as relações étnico-raciais: um território em disputa. **Revista Exitus**, 9(5), 130-159. 2019. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n5/2237-9460-exitus-9-05-130.pdf>. Acesso em: 30 de mai. de 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRAMA. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/trama/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. 6. ed. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29414/3/manual-de-estilo-academico-6ed-miolo-RI.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

APÊNDICE A - MAPEAMENTO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

(Questionário enviado via Fala.BR, em 25/08/2021, para todos os IF's do Brasil)

1. A instituição realiza o procedimento de heteroidentificação?
2. Se sim, é um procedimento regular/contínuo ou instaurado apenas mediante denúncia de irregularidade?
3. Qual o documento (normativa/portaria/etc) que regulamenta o funcionamento da comissão da sua instituição? Poderiam me enviar em anexo?
4. Qual o órgão responsável pela organização da banca?
5. Como se dá a composição das bancas? Quantos membros são destinados para cada banca?
6. Quais critérios para a verificação da autodeclaração?
7. O procedimento é realizado individualmente (candidato por candidato) ou de forma coletiva?
8. Como funciona a deliberação, por voto de maioria ou unanimidade?
9. Há solicitação de documento complementar para autodeclaração? Em quais circunstâncias?
10. Qual a instância recursal? (A mesma comissão analisa os recursos ou outra comissão, por exemplo). Como é analisado o recurso aos indeferimentos da banca? (Nova convocação do candidato, análise de documentos e/ou registros, por exemplo)

APÊNDICE B - TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TCLE

TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CARA/O PARTICIPANTE,

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa intitulada **MÉTODO COLHETEAR – A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**, sob a responsabilidade de **IGNÊZ BRIGIDA DE OLIVEIRA PINA**, residente na Avenida Dom Bosco, N.º 20, Edifício Biarritz, Apt.º 1002, Parque Tamandaré, Campos dos Goytacazes / RJ – CEP 28035.003 Telefone: (27) 999220682.

Esta pesquisa será realizada no **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES**, nos campi que estão localizados na região metropolitana do Estado.

Este documento pretende explicar como será a pesquisa e como se dará a sua participação.

Se você desejar conhecer mais detalhes sobre algo mencionado aqui ou sobre informações que não estiverem incluídas, sinta-se à vontade para perguntar.

Por favor, leia cuidadosamente esse formulário e as informações aqui contidas

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa em dimensão multirreferencial, de abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação. Dado o caráter aberto e dinâmico de uma pesquisa desse tipo, poderão ser realizadas, também, filmagens, fotografias, conversas telefônicas, mídias, redes sociais e aplicativos, bem como registros escritos, feitos por você ou pela pesquisadora. Todo o conteúdo produzido poderá ser utilizado na pesquisa. Ele será transcrito e ficará disponível para sua apreciação e aprovação preliminar. Os dados produzidos serão tratados e analisados. Por isso, de antemão, também solicito sua autorização para uso da sua voz, textos e imagens, com o único fim de produzir conhecimento em Educação. A pesquisa se dedica ao território da heteroidentificação para além do controle na implementação de política pública, buscando compreender o potencial educativo do procedimento de verificação da autodeclaração e suas contribuições para o fortalecimento da Educação para as relações Étnico-raciais, no Instituto Federal do Espírito Santo. Compete-nos informar os riscos que se apresentam aos participantes desta pesquisa, ainda que seja pouco provável a possibilidade de ocorrência de danos deles decorrentes, tanto na magnitude quanto nas consequências à integridade dos participantes em todas as dimensões da pesquisa, logo, esta pesquisa é considerada de risco mínimo.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo principal desta pesquisa é a construção colaborativa de uma proposta de heteroidentificação que exerça um papel educativo e fortalecedor da Erer, na perspectiva da formação inicial e continuada de membros de comissões de verificação da autodeclaração no Ifes. Neste sentido, torna-se fundamental o diálogo com a CPVA, CLVA e demais instâncias vinculadas ao procedimento, assim como também membros dos Neabi's dos campi, buscando compreender, sob suas perspectivas, se o almejado papel educativo da heteroidentificação está sendo exercido efetivamente na atual dinâmica desenvolvida no Ifes e trazer estes sujeitos para contribuírem com a melhoria desses processos. Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa proponho as seguintes estratégias : a) Analisar o panorama nacional da heteroidentificação através de dados dos Institutos Federais do Brasil; b) Analisar a implementação e a estrutura da heteroidentificação no Ifes; c) Criar instrumento de coleta de dados, capaz de diagnosticar o nível de leitura fenotípica e de compreensão da heteroidentificação de servidores envolvidos com a heteroidentificação no Ifes.

DESCONFORTOS E RISCOS

Os riscos podem ser expressos na forma de desconforto; constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; cansaço; aborrecimento ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de sigilo e/ou quebra de anonimato; constrangimento ao se expor durante a realização da dinâmica de heteroidentificação (ainda que de imagens artificiais); alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre seu fenótipo mediante autodeclaração; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre fenótipo, relações raciais, preconceito, racismo e desigualdades. Quanto aos possíveis danos (consequência dos riscos apresentados), informamos que há risco de danos psicológicos (podendo incluir o risco de produzir estados negativos ou comportamento alterado, incluindo ansiedade, depressão, culpa, sentimentos de choque de inutilidade, raiva ou medo) e risco de danos sociais (podendo incluir alteração nos seus relacionamentos com outras pessoas, envolvendo estigmatização, vergonha ou perda de respeito). Não há riscos de danos físicos, jurídicos ou financeiros. O método de coleta de dados se dará mediante aplicação de questionários, a realização de dinâmica de simulação de heteroidentificação e rodas de conversas presencial e virtual, neste sentido pode haver invasão de privacidade; necessidade de responder a questões sensíveis, tais como a realização da autodeclaração e da heteroidentificação (imagens artificiais); revitimização e perda de autocontrole e da integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado nos momentos coletivos; divulgação de dados confidenciais;

RUBRICA DO PESQUISADOR
RUBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

1 / 3

IFES / UFBA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

tomada de tempo ao responder aos questionário/entrevista e realizar as dinâmicas, assim como deve-se considerar também os riscos relacionados à divulgação de imagem, nos momentos em que houver filmagens ou registros fotográficos.

A/O participante também está passível de riscos característicos do ambiente virtual e dos meios eletrônicos, em função de limitações tecnológicas por parte do próprio participante e/ou de situações externas de estrutura e conexão. Desta forma, ainda que não seja possível garantir que tais riscos não ocorreram, a pesquisadora se compromete a empenhar todos os esforços para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante desta pesquisa; compromete-se a direcionar todos os dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", assim como também com os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio e todo e qualquer registro eletrônico que seja produzido pela pesquisa, buscando garantir total confidencialidade e mitigação dos riscos. Para maior conforto dos participantes, todos os formulários também estarão disponíveis no formato impresso.

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Proponho um método assumidamente miscigenado, fruto de propostas metodológicas já consolidadas integradas à complexidade das relações humanas/raciais que permeiam os territórios educacionais: o "Método Colhetear - Colaborações da Heteroidentificação para a Educação Antirracista.

O "Método Colhetear" está estruturado em cinco dimensões, sendo elas :

- 1 - Percebendo Territórios** - análise de panorama da heteroidentificação na Rede Federal de Educação no Brasil (IF's, Cefets, INPE e Colégio Pedro II). Não há intervenção direta de participantes na construção desta dimensão. Os dados obtidos serão compartilhados e embasarão a construção colaborativa da proposta interventiva.
- 2 - Cultivando Fios e Sementes** - busca o diagnóstico institucional e será realizada de forma presencial, por meio de uma instalação artística denominada de Instalação Colhetear. Esta instalação é a ferramenta principal e estratégica do método adotado por esta pesquisa e se consolida como o próprio conteúdo educativo a ser trabalho junto aos participantes que têm a oportunidade de realizar concretamente o procedimento. A dinâmica da Instalação Colhetear segue o seguinte fluxo : a) o participante lê o banner próximo à instalação; b) preencher o Formulário Colhetear - Dentre outras informações, o participante realizará sua autodeclaração no item 4 deste formulário; c) entra na Cabine 1, analisa e heteroidentifica as imagens fixadas na cabine, busca nos monóculos o fenótipo que julgar mais adequado, indica o número do monóculo no formulário e segue para a segunda cabine; d) entra na Cabine 2 e realiza o procedimento novamente, conforme as orientações constantes na própria instalação. Cabe destacar que todas as imagens utilizadas na Instalação Colhetear são imagens produzidas por inteligência artificial (IA), garantindo que os participantes possam realizar o procedimento com segurança.
- 3 - Tramando Jardins e Fios** - dimensão realizada imediatamente após a etapa anterior e é denominado Ateliê Colhetear: uma roda de conversa presencial na qual é apresentada a estrutura do método, seu funcionamento, potencial educativo e a semente da proposta de intervenção a ser construída coletivamente.
- 4 - Tecituras e Germinações** - se dará por meio de encontro virtual, com suporte de metodologias ativas (mural colaborativo) para registros e contribuições na proposta interventiva. O ponto de partida dessa dimensão é a normativa institucional, as experiências dos participantes com a heteroidentificação e a vivência realizada nas dimensões 2 e 3. Não haverá socialização de informações pessoais ou de respostas individuais. Serão apresentados os dados gerais coletados na instalação: diagnóstico da leitura fenotípica do coletivo participante da pesquisa. Essa dimensão será gravada e ao assinar este termo o participante concorda e autoriza o uso dos registros para fins desta pesquisa.
- 5 - Semeadura** - se concretiza na entrega da proposta interventiva ao Ifes e se apresenta como sementes a serem germinadas no amanhã. Não há intervenção direta de participantes nesta dimensão. A construção da proposta interventiva é colaborativa, todavia, sua implementação é de competência da instituição.

CONFIDENCIALIDADE

Os nomes dos participantes estarão em absoluto sigilo. Todas as informações obtidas na pesquisa serão utilizadas apenas para a análise científica dos dados e em caso algum, os nomes dos participantes constarão de eventuais publicações.

BENEFÍCIOS

Haverá benefícios indiretos, através dos dados coletados, que ajudarão os profissionais da educação a estudar resultados observados e contribuir para a construção de uma proposta de intervenção de implementação do Método Colhetear no Ifes.

RUBRICA DO PESQUISADOR

RUBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

2 / 3

IFES / UFBA

APÊNDICE C - FORMULÁRIO INSTALAÇÃO COLHETEAR

 INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo	Mestrado Profissional em Educação MEPD/UFBA	
Instalação COLHETEAR XX e XX/XX/202X - Cidade/Estado		

PESQUISA DE MESTRADO

Para além do controle: o papel educativo da heteroidentificação na educação para as relações étnico-raciais

Ignêz Pina
ignezpina@ufba.br

Formulário

1 - PREENCHA COM SEUS DADOS

Nome:

E-mail:

Telefone: () Idade:

2 - INFORME SEU GÊNERO

Homem Mulher Homem Trans Mulher Trans Não Binário Não quero informar

3 - INFORME SEU VÍNCULO COM O IFES

Servidor(a) Estudante Comunidade Externa

4 - INFORME SUA RAÇA/COR/ETNIA (AUTODECLARAÇÃO)

Preta/o Parda/o Amarela/o Indígena Branca/o

ENTRE NA CABINE 1 (UM) E SIGA AS INSTRUÇÕES QUE ESTÃO NA CABINE

5 - EM SUA OPNIÃO, QUAL A RAÇA/COR/ETNIA DAS PESSOAS NAS IMAGENS 1 e 2?

IMAGEM 1: Preta/o Parda/o Indígena Amarela/o Branca/o

IMAGEM 2: Preta/o Parda/o Indígena Amarela/o Branca/o

6 - INFORME O NÚMERO DO MONÓCULO QUE TRAZ A FOTO COM O FENÓTIPO (CARACTERÍSTICAS FÍSICAS) MAIS PRÓXIMO DA PESSOA NA IMAGEM 1.

IMAGEM 1: N.º

7 - INFORME O NÚMERO DO MONÓCULO QUE TRAZ A FOTO COM O FENÓTIPO (CARACTERÍSTICAS FÍSICAS) MAIS PRÓXIMO DA PESSOA NA IMAGEM 2 .

IMAGEM 2: N.º

ENTRE NA CABINE 2 (DOIS) E SIGA AS INSTRUÇÕES QUE ESTÃO NA CABINE

8 - INFORME O NÚMERO DO MONÓCULO QUE TRAZ A FOTO COM O FENÓTIPO (CARACTERÍSTICAS FÍSICAS) MAIS PRÓXIMO DA PESSOA NA IMAGEM 3.

IMAGEM 3: N.º



COLHETEAR

Colaborações da Heteroidentificação para a Educação Antirracista

APÊNDICE D - FORMULÁRIO ATELIÊ COLHETEAR

 <p>INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo</p>	<p>Mestrado Profissional em Educação MPED/UFBA</p> <p>Cultivando Fios e Sementes Ateliê COLHETEAR</p>	
--	---	---

PESQUISA DE MESTRADO

MÉTODO COLHETEAR - A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Ignêz Pina
ignezpina@ufba.br

Formulário

A Instalação Colhetear é uma importante dimensão do método proposto pela pesquisa que você está participando e deve ser realizada por você antes de iniciar o preenchimento deste formulário. A atividade que iniciamos agora é denominada de Ateliê - devido o viés construtivo e de liberdade para a expressão de ideias - configurando-se como a dimensão que foca na faceta colaborativa da pesquisa e é de fundamental importância para a construção de uma efetiva proposta de intervenção. Após passar pela dinâmica da Instalação Colhetear e das "tramas dialogadas" junto a pesquisadora, inicie o preenchimento deste formulário. Esta avaliação se refere à Instalação Colhetear e suas contribuições são de grande valia para a continuidade e o melhoramento do Método Colhetear.

1 - INFORME

E-mail:

Você participou da Instalação Colhetear, seguindo as orientações indicadas nas Cabines 1 e 2 e respondeu ao formulário digital ou impresso da instalação?

Sim

Não

Só prossiga no preenchimento deste formulário se a resposta anterior for sim.

Nome:

Campus:

Cariacica

Cefor

Guarapari

Viana

Serra

Vila Velha

Vitória

Reitoria

Vínculo:

Servidora/or membro da CPVA

Servidora/or membro de CLVA

Servidora/or membro de Neabi

Estudante membro de Neabi

2 - AVALIE AS ETAPAS 1 A 4 DA INSTALAÇÃO (Dados Pessoais)

Para participar da Instalação Colhetear você iniciou o preenchimento de um formulário dividido em oito etapas, sendo que as etapas 1 a 4 dizem respeito aos seus dados pessoais. Como você classifica essas informações?

a) Quanto à relevância:

Suficiente

Insuficiente

b) Quanto à quantidade:

Suficiente

Insuficiente

c) Quanto à coerência:

Suficiente

Insuficiente

Caso queira, comente sua avaliação:

1 / 4



COLHETEAR

Colaborações da *Heteroidentificação* para a Educação Antirracista

FORMULÁRIO ATELIÊ COLHETEAR



Mestrado Profissional em Educação
MPED/UFBA

Tramando Jardins e Fios
Ateliê COLHETEAR



PESQUISA DE MESTRADO

MÉTODO COLHETEAR - A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Ignêz Pina
ignezpina@ufba.br

Formulário

3 - AVALIE AS ETAPAS 5 A 7 DA INSTALAÇÃO (Cabine 1)

Em sua opinião, realizar a heteroidentificação das imagens 1 e 2 contribui para a capacitação de membros de comissões/bancas de verificação da autodeclaração (CLVA/CPVA)?

Sim

Não

Caso queira, comente sua avaliação:

Você passou pelas etapas 6 e 7 nas quais utilizou diferentes conjuntos fenotípicos dispostos nos monóculos 1 a 20 para realizar a heteroidentificação das imagens 1 e 2. Em sua opinião, em que grau este exercício colabora para a:

- a) heteroidentificação que você realizou das duas imagens:
b) capacitação de membros de comissões/bancas de verificação da autodeclaração (CLVA/CPVA).

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

Em que grau o exercício realizado na Cabine 1 é uma atividade prática de heteroidentificação?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

Na Cabine 2 você se deparou com um espelho e precisou buscar nos monóculos 21 a 40 o padrão que melhor expressava o seu próprio conjunto fenotípico. Em sua opinião, em que grau este exercício contribui para a capacitação de membros de comissões/bancas de verificação da autodeclaração (CLVA/CPVA)?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

2 / 4



COLHETEAR

Colaborações da *Heteroidentificação* para a *Educação Antirracista*

FORMULÁRIO ATELIÊ COLHETEAR



Mestrado Profissional em Educação
MPED/UFBA

Tramando Jardins e Fios
Ateliê COLHETEAR



PESQUISA DE MESTRADO

MÉTODO COLHETEAR - A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Ignêz Pina
ignezpina@ufba.br

Formulário

4 - AVALIE A ETAPA 8 DA INSTALAÇÃO (Cabine 2)

Em que grau a metodologia utilizada na Cabine 2 é capaz de estimular os participantes a refletirem sobre o paradoxo identidade X fenótipo?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

Em sua opinião, a construção da identidade de uma pessoa está obrigatoriamente vinculada ao seu conjunto fenotípico?

Sim

Não

Caso queira, comente sua avaliação:

Em que grau o exercício realizado na Cabine 2 é uma atividade prática de heteroidentificação?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

É possível identificar a diversidade fenotópica da população brasileira no método adotado pela Instalação Colhetear?

Sim

Não

Caso queira, comente sua avaliação:

3 / 4



COLHETEAR

Colaborações da *Heteroidentificação* para a Educação Antirracista

FORMULÁRIO ATELIÊ COLHETEAR



Mestrado Profissional em Educação
MPED/UFBA

Tramando Jardins e Fios
Ateliê COLHETEAR



PESQUISA DE MESTRADO

MÉTODO COLHETEAR - A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Ignêz Pina
ignezpina@ufba.br

Formulário

5 - AVALIE A ABORDAGEM GERAL DA INSTALAÇÃO COLHETEAR

Em que grau a metodologia utilizada na Instalação Colhetear é capaz de estimular os participantes a refletirem sobre a diversidade fenotípica da população brasileira?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

Todas as imagens utilizadas na Instalação Colhetear foram geradas por meio de Inteligência Artificial (IA). Como você classifica o uso dessa tecnologia?

- a) Quanto ao grau de realismo da imagens:
- b) Quanto ao grau de segurança ao heteroidentificar uma imagem artificial:
- c) Quanto ao grau de leitura de conjuntos fenotípicos construídos através de algoritmos:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

Em sua opinião, em que grau a Instalação Colhetear pode ser considerada uma ferramenta educativa nos processos de formação de membros de comissões/bancas de verificação da autodeclaração (CLVA/CPVA)?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

Em sua perspectiva, em que grau o procedimento de heteroidentificação tem potencial educativo que possa contribuir para o fortalecimento dos princípios de uma educação antirracista?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso queira, comente sua avaliação:

4 / 4

Gratidão por sua participação!



COLHETEAR

Colaborações da Heteroidentificação para a Educação Antirracista

APÊNDICE E - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

PROJETO DE INTERVENÇÃO - IFES



MÉTODO COLHETEAR

Ignêz Brigida de Oliveira Pina
Pedagoga, Me. em Educação
UNIVERSIADE FEDERAL DA BAHIA
IINSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

PROJETO DE INTERVENÇÃO - IFES



MÉTODO COLHETEAR

Ignêz Brigida de Oliveira Pina
Pedagoga, Me. em Educação/UFBA
Instituto Federal do Espírito Santo

Colaborações da heteroidentificação para a educação antirracista é a tradução do método que integra o sentido de colheita (resultado de um cultivo) com o significado de tear (entrelaçamento de fios entre si ou transformação mediante trabalho intencional). Uma proposta de intervenção adequada para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Ignêz Brigida de Oliveira Pina

Pedagoga, Me. em Educação

Apresentação

Assessora Pedagógica da Diretoria de Assuntos Estudantis da Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal do Espírito Santo-Ifes. Foi presidente da Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração - CPVA do Ifes até fevereiro de 2022. Desenvolveu atividades de colaboração técnica, entre fevereiro/2022 e abril/2023, junto a equipe da Diretoria de Políticas da Educação, da Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal Fluminense-IFF. Tem experiência na área da educação nos seguintes temas: Educação para as relações étnico-raciais; Heteroidentificação; Políticas de Ações Afirmativas; Educação profissional e tecnológica; Gestão escolar e políticas públicas; Formação continuada de educadores; Educação especial numa perspectiva inclusiva; Acessibilidade; Educação inclusiva na EPT; Educação e diversidade e Assistência estudantil. Atua nas áreas de gestão educacional, relações étnico-raciais, heteroidentificação, diversidade e inclusão, educação inclusiva, relacionamento escola e comunidade, didáticas, currículo e educação continuada.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

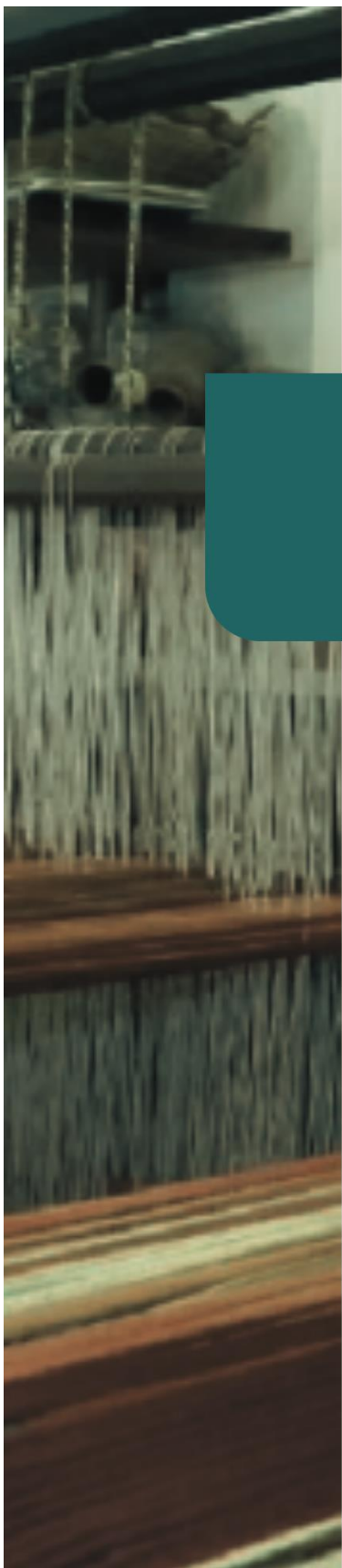
Resumo

MÉTODO COLHETEAR - COLABORAÇÕES DA HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação.

Esta é uma proposta de intervenção em dimensão multirreferencial, de abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação. Se dedica ao território da heteroidentificação para além do controle na implementação de política pública, buscando implementar o potencial educativo do procedimento de verificação da autodeclaração de forma a fortalecer a Educação para as relações Étnico-raciais, no Instituto Federal do Espírito Santo. A proposta é fruto do Mestrado Profissional em Educação da UFBA em parceria com o IFES. Está embasada na dissertação de título “Método Colhetear – a heteroidentificação como princípio educativo”, de autoria de Ignêz Pina e se ampara em reflexões acerca das relações raciais no Brasil, em diálogo com os conceitos de raça, racismo, identidade e fenótipo e relaciona os dados da pesquisa ao uso que as ciências humanas fazem desses conceitos para nos auxiliar na compreensão de movimentos socioculturais da atualidade. Propõe como objetivo geral incorporar a Instalação e o Ateliê Colhetear nos processos de capacitação de membros das comissões de heteroidentificação do Ifes e para alcançar este objetivo se dispõe a apresentar a estrutura do método à CPVA e demais instâncias institucionais que tenham por competência a capacitação de servidores para o exercício da heteroidentificação; a construir uma Instalação Colhetear para o Ifes; a estruturar um Ateliê Colhetear alinhado à instalação; a organizando uma capacitação institucional baseada no Método Colhetear e a habilitar os membros da CPVA para atuarem como multiplicadores do Método Colhetear.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Resumo

MÉTODO COLHETEAR - COLABORAÇÕES DA HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação.

O método proposto pode ser traduzido como as “Colaborações da Heteroidentificação para a Educação Antirracista” e é definido como um método que integra o sentido de colheita (resultado de um cultivo) com o significado de tear (entrelaçamento de fios entre si ou transformação mediante trabalho intencional), sendo compreendido como adequado para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação. Se concretiza por meio de uma metodologia única materializada na “Instalação Colhetear”, um instrumento de coleta de dados capaz de diagnosticar o nível de leitura fenotípica e a compreensão sobre a heteroidentificação dos membros de comissões de heteroidentificação. O Método Colhetear está estruturado em cinco dimensões e, inspirado nas estruturas da pesquisa-ação, se ocupa em realizar o diagnóstico o território do Ifes, a planejar, construir, avaliar e operacionalizar um processo de capacitação efetivo em heteroidentificação em toda a rede. Uma proposta de trabalho dialogado e participativo, proporcionado por um método inovador e desafiador, que reconhece a Erer como proposta curricular inicialmente pavimentada no Ifes e a heteroidentificação como ferramenta educativa que traz grandes impactos para o sentirpensar fazer experimentar de cada dia, sendo capaz de fortalecer a Erer.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

ÍNDICE

07	Introdução
11	Justificativa
14	Objetivos e metas
15	Metodologia
34	Implementação
36	Semear-ação
	Referências

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Introdução

Um método que integra o sentido de **colheita** (resultado de um cultivo) com o significado de **tear** (entrelaçamento de fios entre si ou transformação mediante trabalho intencional)

Este projeto de intervenção é fruto de um percurso de muito estudo e vivências transformadoras na história de uma mulher branca. Uma aproximação profissional com a Educação para as relações étnico-raciais (Erer) que se intensificou a partir de 2017, quando, após quatro anos de atuação como pedagoga no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Campus Ibatiba, teve a oportunidade de compor a equipe da Pró-reitoria de Ensino (Proen) do Ifes e, a partir de 2021, iniciou os estudos do mestrado no qual se dedicou à temática da heteroidentificação.

Com seis meses de atuação junto a equipe da Proen, ainda no ano de 2017, mas já compondo a equipe da então Assessoria de Assuntos Estudantis, assumiu a presidência da comissão¹ institucional responsável pela elaboração do documento base - Critérios de Verificação da Veracidade na Autodeclaração - Processo Seletivo Discente e mergulhou num universo jamais imaginado até então. Como na cegueira de um clarear, a branquitude se impunha, se resumia a tudo que conhecia e acreditava, mas querer romper com esse pacto, insistindo em buscar o que havia para além do “clarão” imposto socialmente foi o que transformou profundamente sua práxis, valores e ressignificou todo o entendimento de relações raciais que conhecia, foi como acordar “[...] dos sonhos para um novo ser ... para o novo.” (Quarto crescente, 1996).

Iniciou-se, assim, uma jornada de estudos, diálogos com outras instituições, com o movimento negro, comunidade indígena e comunidade interna do Ifes, chegando à proposição da minuta de resolução que estruturaria a heteroidentificação – objeto deste projeto - somente em dezembro de 2019, quando o Conselho Superior aprovou, em treze de dezembro, a Resolução CS Ifes N.º 61. Portanto, dentro deste universo tão plural e diverso, o procedi-

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Introdução

Um método adequado para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação.

mento de heteroidentificação pode ser considerado relativamente novo, ciente de que a Lei de Cotas é datada de 2012.

O Ifes realiza o procedimento de heteroidentificação desde 2015, em concursos públicos, mas, somente em 2017 iniciou estudos mais aprofundados para estruturar o procedimento de verificação de ingressantes nos cursos ofertados. A composição de um grupo plural que visou não somente a diversidade setorial e a representação de coletivos pertinentes à temática, como também a voz dos que se configuravam público-alvo das ações – uma construção dialógica e colaborativa – além da atenção às especificidades institucionais e a efetividade das políticas de ações afirmativas vigentes no Brasil, foram ações fundamentais para a assertividade da minuta da resolução.

Em atendimento à Resolução CS Ifes N° 61/2019, passou a compor o colegiado da CPVA como representante titular da Proen, sendo eleita presidenta logo em seguida. Uma instância nova, vinculada diretamente ao gabinete do reitor, responsável pela implementação de uma nova política institucional, intimamente relacionada aos processos seletivos, à política de cotas e à Erer, num território de disputas e de relações complexas a serem estabelecidas, onde era preciso conhecer a cultura institucional e suas estruturas para efetivar responsabilidades que até então não se exercitava.

Com base no monitoramento realizado pela CPVA, em 2022, havia em torno de 103 (cento e três) servidoras e servidores habilitadas/os para atuarem como Comissão Local de Verificação da Autodeclaração (CLVA) nos, então, vinte e dois campi; um grupo majoritariamente composto por membros de Neabi, quase

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Introdução

Um método que integra o sentido de **colheita** (resultado de um cultivo) com o significado de **tear** (entrelaçamento de fios entre si ou transformação mediante trabalho intencional)

em equilíbrio de gênero e garantida a diversidade de raça/cor/etnia, não obstante a pequena representação amarela e nenhuma indígena, todavia, somente 62% desse grupo tinha capacitação específica em heteroidentificação.

Diante da experiência junto a implementação da heteroidentificação na instituição, uma questão chamou atenção e se tornou central quando se percebeu que existia um enorme potencial educativo neste procedimento. Como o processo de heteroidentificação tem contribuído para o fortalecimento da Erer? Como o procedimento de heteroidentificação do Ifes, em sua atual dinâmica de atuação, tem sido percebido pelos sujeitos que realizam este procedimento? O que têm aprendido neste processo? Como a heteroidentificação pode contribuir para uma educação antirracista?

Nessa perspectiva, se pesquisou os impactos da implementação da heteroidentificação para além do controle na implementação de uma política pública. Investigou-se o potencial educativo da heteroidentificação para o fortalecimento da Educação para as relações étnico-raciais – Erer e os resultados dessa pesquisa podem ser conferidos na dissertação que gerou a proposta de intervenção aqui apresentada.

Desta maneira, compreendendo a heteroidentificação como ferramenta educativa que não acontece em sala de aula, mas que traz grandes impactos para o sentirpensarfazerexperenciar de cada dia, que está para muito além do controle de uma política de cotas, advoga-se que os processos formativos da heteroidentificação são fundamentais para uma prática segura, justa e efetiva.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Introdução

Um método adequado para cultivar e colher ações (individuais, coletivas e institucionais) que transformam a estrutura das relações raciais através das tecituras da educação.

Portanto, este projeto de intervenção propõe a implementação do Método Colhetear – em especial a Instalação e Ateliê Colhetear – junto aos processos de capacitação de membros das comissões de heteroidentificação do Ifes e para que possa efetivar sua proposta, indica as seguintes ações específicas: a) a apresentação da estrutura do Método Colhetear à CPVA e demais instâncias institucionais que tenham por competência a capacitação de servidores para o exercício da heteroidentificação; b) a construção de uma Instalação Colhetear para o Ifes – uma instalação institucional; c) a estruturação de um Ateliê Colhetear alinhado à instalação institucional; d) a organização de uma capacitação institucional baseada no Método Colhetear – Instalação Colhetear e Ateliê Colhetear e e) a habilitação dos membros da CPVA para atuarem como multiplicadores do Método Colhetear.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Justificativa

"[...] Partindo do princípio de que as experiências vividas são potencialmente transformadoras, a postura dialógica e conscientemente crítico-reflexiva assume o eixo condutor da abordagem deste projeto, a qual se ancora no encantamento fascinante de acreditar no permanente potencial de transformação que cada ser traz consigo." (Pina, 2023, p. 31)

O Ifes começou a implementar a Lei de Cotas em seus processos seletivos a partir do segundo semestre de 2013 e regulamentou o procedimento de verificação da autodeclaração dos cotistas PPI nos processos seletivos de discentes no final do ano 2019, iniciando a implementação da Resolução CS Ifes N. ° 61/2019 a partir de março de 2020, com a constituição da Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA).

A capacitação de servidores para atuarem nesse procedimento sempre esteve no foco institucional, reconhecendo as especificidades do processo e a importância da capacitação das/os envolvidas/os para que fosse garantida a efetividade das ações afirmativas, ou seja, a efetividade das cotas PPI. A heteroidentificação pode ser traduzida inicialmente, como um instrumento de controle e/ou monitoramento da implementação de políticas públicas. Todavia, para além de um instrumento de controle de política pública, numa perspectiva de fortalecimento da Erer e de práticas antirracistas, cabe indagar: como podem ser avaliados os impactos das capacitações e das experiências efetivamente implementadas no dia a dia da heteroidentificação no Ifes?

A práxis está impregnada de paradigmas, culturas e valores que compõem cada sujeito engajado e impactado pelo procedimento de verificação da autodeclaração, assim como é atravessada pelos espaços-tempo em que acontecem e é exatamente por compreender o potencial educativo da heteroidentificação na reestruturação das relações raciais, que este projeto de intervenção se apresenta como oportunidade impar de enriquecer os processos formativos no Ifes.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Justificativa

“[...]” encantamento é aquilo que dá condição de alguma coisa ser sentido de mudança política e ser perspectiva de outras construções epistemológicas, é o sustentáculo - não é objeto de estudo, é quem desperta e impulsiona o agir, é o que dá sentido. (Machado, 2014, p. 17)

Dentre as benefícios diretos do projeto estão: a) maior segurança na prática dos agentes operadores da política; b) maior efetividade em suas ações; c) fortalecimento e alinhamento de conceitos caros para a luta antirracista, como o conceito de ações afirmativas, cotas, miscigenação e fenótipo; d) realização do diagnóstico institucional quanto ao nível de leitura fenotípica dos agentes heteroidentificadores, ação necessária para a balizamento da ação formativa; e) mitigação de erros operacionais, após processo formativo e e) aumento da efetividade da política de ações afirmativas no Ifes.

Sabe-se que em 2022, havia em torno de 103 (cento e três) servidoras e servidores habilitadas/os para atuarem como Comissão Local de Verificação da Autodeclaração (CLVA) nos, então, vinte e dois campi, sendo 55% mulheres e 45% homens. No que se refere à raça/cor/etnia, 37% se autodeclararam pardas/os, 36% brancas/os, 23% pretas/os, 1% amarela/o e 3% não se autodeclararam. Ainda, 60% eram membros de Neabi e somente 62% tinha capacitação específica em heteroidentificação.

Como vem se configurando a atuação desses servidores quanto à efetividade das ações afirmativas no Ifes? Qual o percentual de erro operacional das equipes? Qual o nível de leitura fenotípica dos servidores das CLVA's e da CPVA? O potencial educativo da heteroidentificação tem sido implementado nos processos de seleção institucionais?

Neste sentido, o “Método Colhetear” foi estruturado em dimensões similares às etapas propostas pela pesquisa-ação - diagnóstico, planejamento da ação, tomada da ação, avaliação e aprendizagem e se desdobra em ações específicas dentro de cada

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Justificativa

"[...] É esse encantamento que nos qualifica no mundo, trazendo beleza no pensar/fazer com qualidade, no produzir conhecimento com/desde os sentidos. É sem começo e sem fim, é um movimento constante, e movimento é conhecimento, é vida, é uma ação de ancestralidade [...] o encantamento é da ordem do acontecimento, é papel da ancestralidade; esta é a forma, e aquele é o conteúdo. Aquele é produtor de sentidos, criador de mundos. (Machado, 2014, p. 17)

dimensão - transversalmente diagnosticando e intervindo pontualmente e coletivamente.

São ações germinadas no território da heteroidentificação, mediante relações estabelecidas com a própria comunidade acadêmica que desempenha a atividade alvo do projeto, consolidando, assim, condições efetiva para uma formação prática e assertiva. Este projeto propõe intervir diretamente no processo de capacitação em heteroidentificação apresentando condições reais de diagnosticar os níveis de leitura fenotípicas e de erros operacionais, conjuntura sine qua non para uma intervenção direcionada e assertiva na realidade da heteroidentificação no Ifes.

Abaixo, segue o fluxo de ideias que representa a estrutura do método:

MÉTODO COLHETEAR

Dimensão multirreferencial, de abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Objetivos

GERAL: Incorporar a Instalação e Ateliê Colhetear nos processos de capacitação de membros das comissões de heteroidentificação do Ifes.

ESPECÍFICOS:

- Apresentar a estrutura do Método Colhetear à CPVA e demais instâncias institucionais que tenham por competência a capacitação de servidores para o exercício da heteroidentificação.
- Construir uma Instalação Colhetear do Ifes.
- Estruturar um Ateliê Colhetear alinhado à instalação: capacitação institucional baseada no Método Colhetear – Instalação Colhetear e Ateliê Colhetear.
- Habilitar os membros da CPVA para atuarem como multiplicadores do Método Colhetear.
- Criar um cronograma de capacitação das CLVA's, onde a CPVA implementará o Método Colhetear junto aos campi do Ifes.

Metas

Apresentar a estrutura do Método Colhetear à CPVA	Apresentar a estrutura do Método Colhetear às demais instâncias relacionadas	Realizar oficina apresentando o Método Colhetear ao Colégio de Dirigentes e realizando diagnóstico desse público
Realizar oficina apresentando o Método Colhetear ao Fórum de Diretores de Ensino e realizar o diagnóstico desse público		Realizar oficina apresentando o Método Colhetear ao Foneqbi e realizar o diagnóstico desse público
	Construir uma Instalação Colhetear institucional	Estruturar um Ateliê Colhetear
Habilitar os membros da CPVA como multiplicadores do Método Colhetear	Criar um cronograma de capacitação das CLVA's	

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear

Reconhecendo a complexidade das relações humanas alinhadas ao conceito de encantamento e identificando a responsabilidade social do Ifes, traduzida em ações diretas de implementação das políticas públicas direcionadas à população negra e indígena, este projeto assume o procedimento de verificação por terceiros da condição autodeclarada - a heteroidentificação - como potencial instrumento pedagógico para a transformação das relações raciais instauradas na sociedade brasileira, um caminho educativo que corrobora os princípios de uma educação antirracista.

Neste sentido, “Colhetear” é o método gerado para viabilizar este projeto de intervenção, mas também adotado como dispositivo do projeto e proposto por ele como dialética interventiva na própria realidade institucional que o gerou.

O “Método Colhetear” se constitui, portanto, como o eixo condutor que assume a heteroidentificação e as contribuições que dela surgirem como o princípio basilar da intervenção que se pretende, podendo se desdobrar como a) ação geradora - motivo - quando se delimita enquanto objeto e elemento disparador do projeto ou b) como instrumento - forma - quando assumido enquanto instrumento de coleta de dados e de diagnóstico da intervenção, c) ora se desdobra como conhecimento - conteúdo - quando convoca conceitos e teorizações estabelecendo diálogos junto à comunidade acadêmica, d) ora como produção/partilha - realização da capacitação - quando consolida-se enquanto mediador junto a realidade de cada CLVA e se dispõe a exercer o potencial educativo em prol da efetivação de uma educação antirracista e das ações afirmativas.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear

A instalação é uma das dimensões do Método Colhetear e se materializa como a ferramenta estratégica para realização do diagnóstico, abrindo caminhos e consolidando-se como o próprio conteúdo educativo a ser trabalhado junto aos participantes. Foi inspirada numa antiga técnica de registro fotográfico, os chamados “Fotógrafos Lambe-lambe” que fizeram parte da história da fotografia.

Como é possível perceber na imagem abaixo, são duas cabines onde os participantes têm a oportunidade de realizar concretamente o procedimento de heteroidentificação e registrar as resposta num formulário que servirá de base para o diagnóstico do nível de sua leitura fenotípica. Cabe ressaltar que todas as imagens utilizadas na instalação são imagens criadas por meio de inteligência artificial (IA).



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 1

Na imagem a seguir é possível conhecer o ambiente interno da Cabine n° 1 da instalação. Nela existem duas imagens afixadas logo à frente do participante e, mediante as orientações constantes no formulário e na própria cabine, o participante deverá encontrar o fenótipo que julgar mais adequado. Perceba que aparece um outro elemento que também fez parte da história da fotografia: os monóculos ou binóculos fotográficos. O conjunto de elementos que constituem o cenário interno da Cabine n.º 1 foi estrategicamente construído para estimular reflexões importantes nos participantes. As imagens de pessoas com conjuntos fenotípicos miscigenados são propositais e desempenham um importante papel nas discussões que serão desenvolvidas no Ateliê (atividade coletiva realizada na sequência da dinâmica da instalação), o que materializa o “Método Colhetear” como conteúdo.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 1

Cabem aqui algumas reflexões sobre os conjuntos fenotípicos das duas imagens impressas na Cabine n.º 1. Para algumas pessoas, os conjuntos fenotípicos acima, poderiam ser heteroidentificados como pretos, já para outras, esses conjuntos fenotípicos caracterizariam pardos. Essa diferenciação é possível, e até esperada, visto que essas análises são/estão impregnadas pelas construções sócio culturais e identitárias de cada participante (na dissertação é possível compreender melhor os conceitos de raça, racismo e identidade e as bases que utilizo para esta afirmação). Sabemos também que, a depender da região em que a “Instalação Colhetear” for aplicada, essa variação entre pretos e pardos fatalmente ocorrerá.

Não ao acaso, os conjuntos fenotípicos pardos estão sempre a semear dúvidas nas comissões, quando não objeto de judicialização dos procedimentos. Fato é que os conceitos de fenótipo e miscigenação, dentre outros, são excelentes exemplos do potencial educativo da heteroidentificação e se apresentam como temas primordiais nos processos de formação dos membros de bancas e comissões. Este é o motivo que faz do “Colhetear” uma proposta inovadora e robusta, capaz de conduzir didaticamente os participantes a refletirem e aplicarem conceitos caros à Erer e fundantes para a educação antirracista.

A dinâmica da atividade deve fluir na seguinte direção: O participante lê o banner afixado próximo à instalação, se decidir participar, inicia o preenchimento de seus dados no Formulário Colhetear e entra na Cabine 1, analisa a imagem 1 fixada na cabine, faz a heteroidentificação dessa imagem, busca nos monóculos o conjunto fenotípico mais adequado (conforme seu próprio julgamento) e indica o número do monóculo no formulário. Repete o procedimento com a imagem 2 e segue para a segunda cabine.

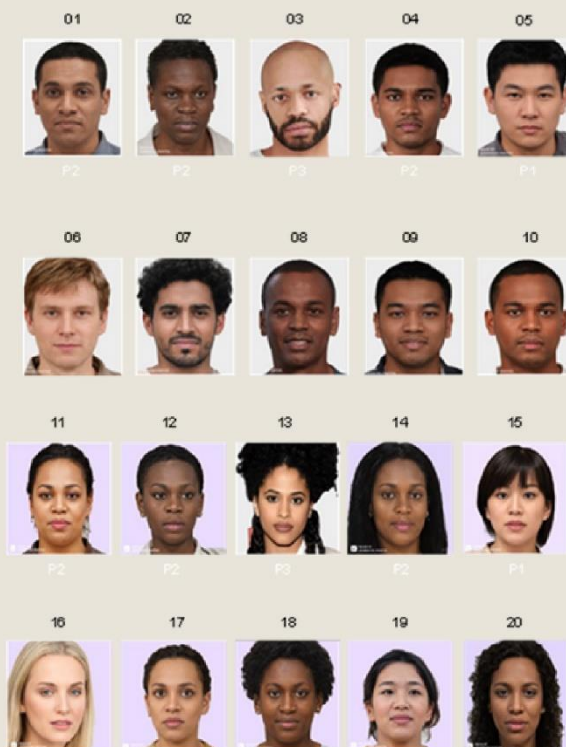
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 1

Abaixo estão as imagens dispostas nos monóculo da Cabine 1. Reiterando que todas as imagens que compõem o "Colhetear" foram geradas em aplicativos de inteligência artificial (IA), logo, foram construções deliberadamente manipuladas para que fosse possível alcançar o rol de conjuntos fenotípicos ideais para os arranjos que apresento nas cabines. Após serem criadas, as imagens foram numeradas aleatoriamente, partindo do fenótipo branco, passando pelo preto, pardo, indígena e amarelo. Esse exercício é repetido com todos os grupos de imagens dispostos nas duas cabines.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 1

Essa é uma etapa importantíssima da construção do método, visto que reside aqui a base para as conversões que tornam possível traduzir a leitura fenotípica de cada participante. Foi construída uma lógica que delimita um conjunto fenotípico e o vincula à posição que irá ocupar dentre os monóculos, ou seja, uma imagem de uma pessoa preta será obrigatoriamente vinculada a um determinado número de monóculo, por exemplo. Assim, considerando as cinco categorias de raça/cor/etnia definidas pelo IBGE – preta, parda, indígena, amarela e branca - o método define quantas imagens de cada fenótipo serão necessárias e também indica como essas imagens serão distribuídas nas cabines.

Como é possível observar nos conjuntos fenotípicos apresentados acima, existem 10 (dez) monóculos (do número 01 ao 10) direcionados para que o participante busque o conjunto fenotípico que mais se aproxima da “Imagem 1” afixada na Cabine 1, e outros 10 (dez) monóculos (do número 11 ao 20) direcionados para que o participante busque o conjunto fenotípico que julgar mais próximo da “Imagem 2”, também afixada na Cabine 1.

Os monóculos estão dispostos seguindo o mesmo padrão para cada grupo, ou seja, garantindo que existam conjuntos fenotípicos de pretos e pardos em maior quantidade, tentando demonstrar a diversidade da miscigenação, transitando entre as mais diversas possibilidades de fenótipos negros, mas também inserindo em cada grupo de monóculos, um conjunto fenotípico que busque representar o fenótipo indígena, além de uma representação de fenótipo branco e uma de amarelo, os dois últimos indicando os conjuntos que não são público-alvo da política de cotas.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 1

O Método Colhetear cria condições de realizar inúmeras análises comparativas partindo das informações que o participante colocou no formulário. A estrutura do método foi cuidadosamente criada para identificar o nível da leitura fenotípica de cada participante e dá condições de reconhecer, mediante as respostas, se aquele grupo ou indivíduo realizou a heteroidentificação dentro dos indicadores de conversão definidos no método.

O Indicador de Conversão Fenotípica (ICF) se estrutura em dois grupos - Grupo A (para conversão da Cabine 1) e Grupo B (para conversão da Cabine 2) - e foi criado para que fosse possível parametrizar as respostas dentro dos objetivos da política de cotas. Indicadores que espalhassem o direito do público-alvo, ou seja, que traduzissem as respostas e compreendessem se estas estão garantindo ou ferindo o direito de pessoas pretas, pardas e indígenas, indicando e regulando assim a necessidade e a intensidade da capacitação e/ou do processo educativo, por exemplo. Assim, para concluir as explicações sobre a estrutura do método proposto por este projeto, é importante registrar que para os ICF's do Grupo A, foram definidas três categorias - Adequado / Aceitável / Equivocado e atribuído um peso para cada categoria, respectivamente 3 / 2 / 1. Veja na Tabela 1 a conversão de cada monóculo que compõe a Cabine 1.

É legítimo afirmar, portanto, que está configurada aqui a característica de método, podendo ser assim reproduzido inclusive com outras imagens – reais ou virtuais – e nas mais diversas possibilidades de construções que se possa propor.

Número Monóculo	Conversão	Peso	ICF	Número Monóculo	Conversão	Peso	ICF
1	Parda/o	2	Aceitável	11	Parda/o	2	Aceitável
2	Preta/o	2	Aceitável	12	Preta/o	2	Aceitável
3	Parda/o	3	Adequado	13	Parda/o	3	Adequado
4	Preta/o	2	Aceitável	14	Preta/o	2	Aceitável
5	Amarela/o	1	Equivocado	15	Amarela/o	1	Equivocado
6	Branca/o	1	Equivocado	16	Branca/o	1	Equivocado
7	Parda/o	2	Aceitável	17	Parda/o	2	Aceitável
8	Preta/o	2	Aceitável	18	Preta/o	2	Aceitável
9	Indígena	2	Aceitável	19	Indígena	2	Aceitável
10	Preta/o	2	Aceitável	20	Preta/o	2	Aceitável

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

Na segunda cabine o participante realizará o procedimento novamente: analisará a Imagem 3, fará a heteroidentificação dessa imagem, buscará nos monóculos (21 ao 40) o fenótipo que julgar mais adequado e indicará o número do monóculo no formulário. A diferença da Cabine 1 para a Cabine 2 é que na primeira existem duas imagens impressas - criadas por IA - e que cumprem o papel de referência direcionado pelo método, podendo ser um conjunto fenotípico preto, pardo, indígena e até mesmo branco ou amarelo, a depender da intervenção que se pretende realizar, já na segunda - Cabine 2 - a imagem não é impressa, mas sim, a imagem refletida num espelho disposto bem à frente do participante, como é possível perceber na imagem abaixo, isto é, o conjunto fenotípico que agora assume o papel de referência não está mais sob o controle do método, induzindo o participante a realizar um interessante exercício de avaliador e avaliado ao mesmo tempo.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

É fundamental perceber que não há condições do método direcionar o conjunto fenotípico da “Imagem 3” (Cabine 2), todavia, isso não significa que não exista uma referência a ser observada. É importantíssimo que se compreenda o deslocamento intencional induzido pelo método: num instante o participante está na condição de avaliador do outro e no instante seguinte ele também está sendo avaliado por si mesmo, causando as mais diversas reflexões sobre seu próprio auto reconhecimento, identificação e identidade. Ao iniciar a dinâmica da “Instalação Colhetear” o participante preenche um formulário no qual, dentre as informações pessoais, está a sua autodeclaração racial. O participante precisa informar como se autodeclara, se preto, pardo, branco, indígena ou amarelo e é essa informação que assume o papel de referência na dinâmica da Cabine 2.

Cabe destacar que a avaliação realizada pelo agente operador da polícia se consolida com técnica e consciência construídas nos processos formativos das comissões e sempre ocorrerão a luz dos objetivos da política de cotas, não havendo a menor intenção de modificar e/ou intervir na constituição identitária das pessoas heteroidentificadas. Um deferimento ou indeferimento de um autodeclaração diz sobre o conjunto fenotípico de uma pessoa atender ou não aos objetivos de uma política e não deve atuar no campo da identidade daquele sujeito.

A comparação entre a autodeclaração que o participante fez no início da dinâmica com o padrão fenotípico que ele mesmo reconheceu como sendo o mais próximo à sua imagem no espelho, é o que cria as condições para que o método mantenha o diagnóstico a que se propõe realizar, sendo capaz de perceber com essa dinâmica se há alguma distorção na leitura fenotípica comparada à autodeclaração/identidade racial. Esta situação é corriqueiramente vivenciada pelas comissões de heteroidentificação quando se percebem diante de candidatos que se autodeclaram pardos, mas apresentam um conjunto fenotípico branco, por exemplo. Essas situações são bastante comuns e sensíveis em determinados contextos, visto que carece de análise técnica efetiva para distinguir entre desconhecimento, construção identitária

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

ou mesmo uma possível tentativa de fraude por parte do usuário da política, e tem sido constante causa de preocupação e insegurança dentre os membros das bancas e comissões.

Um indeferimento pode se apresentar como um dilema em determinados contextos e até causar sofrimento para os membros das equipes. O que pretendo, portanto, com a dinâmica do espelho, na Cabine 2, é fomentar as discussões e reflexões acerca das identidades em diálogo com os conceitos de conjunto fenotípico e miscigenação, buscando compreender melhor os “por quês” de certas pessoas emitirem autodeclarações raciais muitas das vezes tão divergentes dos seus conjuntos fenotípicos, ou ainda, melhor compreender como, mesmo diante de sua própria imagem, relacionam fenótipos conflitantes. É exatamente nesse ponto que compreendo o potencial educativo da heteroidentificação, não em uma perspectiva de alteração das identidades, mas sim na direção da compreensão dos objetivos da política de cotas e de uma educação antirracista.

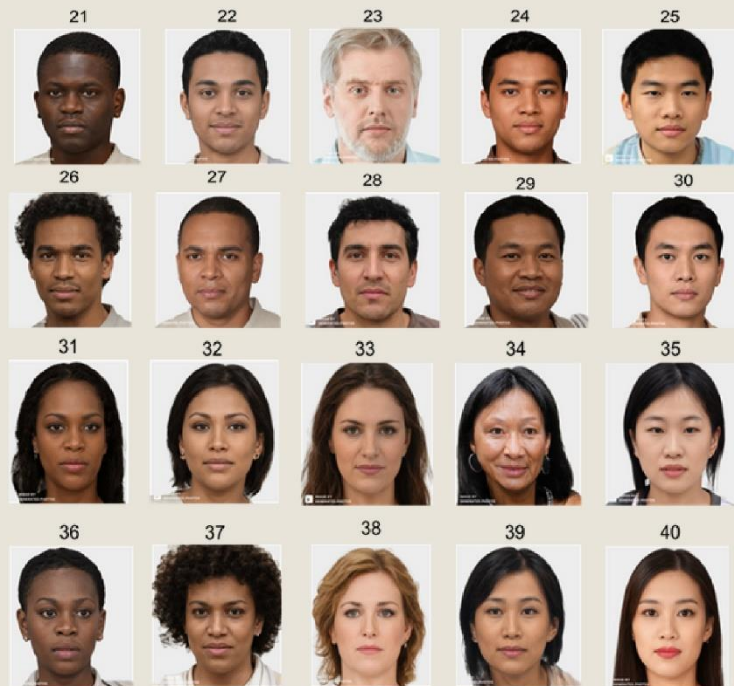
É possível observar na próxima imagem todos os conjuntos fenotípicos construídos por Inteligência Artificial (IA) e que estão disponíveis nos monóculos logo abaixo do espelho - na Cabine 2. A tarefa nessa segunda cabine é observar o espelho e buscar nos monóculos de número 21 ao 40 aquele conjunto que mais se assemelha à imagem refletida.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2



Nesse momento, o participante está na última questão do formulário e não precisa ter consciência de que a sua autodeclaração (realizada no início do formulário) é que servirá de referência para as conversões feitas pelo método. Ele simplesmente estará frente a frente consigo mesmo e vasculhará o rol de imagens disponíveis em busca de identificação. Cabe destacar que, nessa etapa de construção do método, ciente da complexidade que se apresenta mediante a enorme diversidade fenotípica da população brasileira, busquei construir duas imagens de cada gênero em cada categoria racial, quero dizer que, construí dois conjuntos de homens pretos, mas,

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

diferentes entre si e dois conjuntos de mulheres pretas, mas, diferentes entre si, para que fosse possível ampliar a diversidade de conjuntos fenotípicos pretos e proporcionar aos participantes mais possibilidades deles se encontrarem na gama de pretos disponíveis, por exemplo. O mesmo padrão foi aplicado aos conjuntos fenotípicos de pardos, brancos, indígenas e amarelos.

É perceptível o padrão utilizado na construção dos conjuntos fenotípicos ao analisar a imagem acima que representa os monóculos 21 ao 40 disponíveis na Cabine 2. Na primeira coluna estão os quatro exemplares do conjunto fenotípico preto, na segunda os pardos, na terceira os brancos, na quarta os indígenas e na quinta coluna se encontram os exemplares do conjunto fenotípico amarelo. O objetivo não é encontrar uma pessoa igual/parecida ao/com participante, mas sim, buscar um conjunto fenotípico que apresente as mesmas características, ou as mais próximas, das que estão no espelho, assim, não há equívoco em uma participante do gênero feminino indicar um monóculo que esteja entre os números 21 a 30, por exemplo, ou um participante do gênero masculino indicar um monóculo que se encontre entre os números 31 ao 40. O importante é que se a autodeclaração desse participante diz que é uma pessoa branca, só será considerada uma resposta adequada se esse participante indicar o monóculo de número 23, 28, 33 ou 38. Qualquer outra indicação será considerada equivocada, visto que pessoas brancas não são público-alvo da política, logo, não há possibilidade do método converter uma outra resposta como aceitável.

O mesmo ocorre com os autodeclarados amarelos. Estes só terão as respostas convertidas como adequadas se indicarem um dos monóculos da quinta coluna, isto é, números 25, 30, 35 ou 40. Como também não são público-alvo da política de cotas, qualquer resposta diferente será considerada equivocada.

Entre pretos, pardos e indígenas a conversão se dá de forma diferente, visto que estes são os sujeitos público-alvo da política. Novamente aqui há um estreito diálogo entre os conceitos de identidade, fenótipo e miscigenação e que podem ser incessantemente

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

discutidos nas atividades coletivas realizadas pelo “Ateliê Colhetear”, que também será explicado neste projeto de intervenção. Uma autodeclaração indígena será convertida como adequada se indicar os monóculos 24, 29, 34 ou 39, todavia, caso indique 21, 22, 26, 27, 31, 32, 36 ou 37 será convertida como aceitável pelo método, visto que não estaria ferindo a política nem retirando direitos do público-alvo. Será considerada equivocada uma resposta que indique os números 23, 25, 28, 30, 33, 35, 38 ou 40.

Ao que se refere aos autodeclarados pretos e pardos, assim como os indígenas, o padrão de conversão das respostas da cabine 2 também apresentam uma plasticidade, por compreender que essas categorias raciais são extremamente impactadas pela miscigenação característica da população brasileira.

Assim como as demais categorias, quem se autodeclarou preto só terá sua resposta considerada adequada se indicar os monóculos 21, 26, 31 ou 36. Já os pardos, para terem respostas adequadas devem indicar os monóculos 22, 27, 32 ou 37. Todavia, nas situações em que realizarem alguma indicação dentro do rol de números que representam conjuntos fenotípicos de preto, pardo ou indígena, suas respostas serão consideradas aceitáveis pelo método. Pretos e pardos só terão respostas consideradas equivocadas se indicarem monóculos de conjuntos fenotípicos brancos ou amarelos (23, 25, 28, 30, 33, 35, 38 ou 40).

Cabe ressaltar que as análises realizadas pela Cabine 2 são análises que versam sobre a compreensão de coerência ou não entre uma autodeclaração e a indicação fenotípica feita pelo mesmo sujeito. O Método Colhetear nos dá condições de realizar inúmeras análises comparativas partindo das informações que o participante colocou no formulário. A estrutura do método foi cuidadosamente criada para identificar o nível da leitura fenotípica de cada participante e dá condições de reconhecer, mediante as respostas, se aquele grupo ou indivíduo realizou a heteroidentificação dentro dos indicadores de conversão definidos no método.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

Para a conversão da Cabine 2, foi necessário criar uma metodologia de conversão específica, como já sinalizado anteriormente, visto que não se sabe o fenótipo refletido no espelho. Assim, como é possível perceber na tabela abaixo, o método identifica a gama de possibilidades estatísticas dentro das cinco categorias de raça/cor/etnia já definidas pelo IBGE e, desta forma, parte da autodeclaração do participante e compara com o fenótipo indicado no monóculo, realizando o cruzamento dessas informações chegando ao que denomino de expressão fenotípica.

Possibilidade estatística	Autodeclaração	Conversão (fenótipo indicado no monóculo)	ICF
PretaloPretalo	Pretalo	Pretalo	Adequado
PretaloPardalo	Pretalo	Pardalo	Aceitável
PretaloIndígena	Pretalo	Indígena	Aceitável
PretaloBrancao	Pretalo	Brancao	Equívocado
PretaloAmarelalo	Pretalo	Amarelalo	Equívocado
PardaloPretalo	Pardalo	Pretalo	Aceitável
PardaloPardalo	Pardalo	Pardalo	Adequado
PardaloIndígena	Pardalo	Indígena	Aceitável
PardaloBrancao	Pardalo	Brancao	Equívocado
PardaloAmarelalo	Pardalo	Amarelalo	Equívocado
IndígenaPretalo	Indígena	Pretalo	Aceitável
IndígenaPardalo	Indígena	Pardalo	Aceitável
IndígenaIndígena	Indígena	Indígena	Adequado
IndígenaBrancao	Indígena	Brancao	Equívocado
IndígenaAmarelalo	Indígena	Amarelalo	Equívocado
BrancaoPretalo	Brancao	Pretalo	Equívocado
BrancaoPardalo	Brancao	Pardalo	Equívocado
BrancaoIndígena	Brancao	Indígena	Equívocado
BrancaoBrancao	Brancao	Brancao	Adequado
BrancaoAmarelalo	Brancao	Amarelalo	Equívocado
AmarelaloPretalo	Amarelalo	Pretalo	Equívocado
AmarelaloPardalo	Amarelalo	Pardalo	Equívocado
AmarelaloIndígena	Amarelalo	Indígena	Equívocado
AmarelaloBrancao	Amarelalo	Brancao	Equívocado
AmarelaloAmarelalo	Amarelalo	Amarelalo	Adequado

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear - Cabine 2

Aqui reside mais um ponto importante de diferenciação entre os possíveis diagnósticos realizados por cada cabine. Enquanto na Cabine 1 o método diagnostica a leitura fenotípica do participante (o seu olhar sobre o outro), na Cabine 2, além da análise do outro, o método também diagnostica a expressão fenotípica do sujeito, isto é, o conjunto fenotípico indicado pelo participante seria o caminho encontrado para expressar o seu próprio fenótipo. Ao realizar a cruzamento das informações desse participante, ou seja, comparar o conjunto fenotípico indicado (aqui entendido como sua expressão fenotípica) com a sua autodeclaração (expressão identitária), é possível compreender se há coerência entre suas duas expressões.

Esse exercício contribui sobremaneira para a compreensão dos casos de autodeclarações equivocadas, quando o participante indica um conjunto fenotípico incoerente com a autodeclaração que realizou e essa incoerência ferirá a política de cotas ou garantirá privilégios que não os são de direito.

As tabelas que apresentam os ICF's foram construída para que fosse possível traduzir as respostas dos participantes, parametrizando assim resultados que estejam dentro dos objetivos da política em respostas adequadas (participante indica o fenótipo exato em relação à imagem de referência), aceitáveis (participante indica um fenótipo diferente da imagem de referência, mas não fere a política, ou seja, não retira direito nem comete ilegalidade) - sendo estas respostas consideradas corretas ou respostas equivocadas (participante indica um fenótipo diferente da imagem de referência e este fenótipo fere a política, isto é, retira direito ou concede direito a quem não é público-alvo da política - ilegalidade). Os ICF's apresentados até então cumprem a função de parametrizar as respostas dos participantes, com base nas informações colhidas durante a dinâmica da "Instalação Colhetear" partindo da perspectiva dos usuários da política.

Considerando as possibilidades da dinâmica executada na Cabine 2, observando a tabela acima, é possível concluir estatisticamente que há 56% (cinquenta e seis por

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear

cento) de chances de expressões fenotípicas equivocadas, ou seja, indicação de fenótipos incoerentes com as expressões identitárias (autodeclaração) dos participantes. As expressões aceitáveis representam 24% (vinte e quatro por cento) e as adequadas 20% (vinte por cento), somando 44% (quarente e quatro por cento) das possibilidades assertivas, ou seja, não há dúvidas quanto a necessidade de processos educativos nesta perspectiva.

Ainda foi construída uma outra categoria de ICF's que parte de outra direção, ou seja, parte da perspectiva dos membros heteroidentificadores e foram criados com o objetivo de parametrizar as possibilidades estatísticas do procedimento. Se cinquenta e seis por cento dos participantes podem ter expressões fenotípicas equivocadas, qual a probabilidade de equívoco também das análises da bancas ou comissões? A tabela abaixo apresenta a probabilidade estatística de decisões das comissões.

Fenótipo	Análise da banca	Parecer da banca	Efetividade da política	Consequência	Fenótipo	Análise da banca	Parecer da banca	Efetividade da política	Consequência
Preto	Preto	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Pardo	Indígena	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Preto	Branco	Indeferido	Erro	Direito Negado	Pardo	Amarelo	Indeferido	Erro	Direito Negado
Preto	Pardo	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Indígena	Preto	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Preto	Indígena	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Indígena	Branco	Indeferido	Erro	Direito Negado
Preto	Amarelo	Indeferido	Erro	Direito Negado	Indígena	Pardo	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Branco	Preto	Deferido	Erro	Ilegalidade	Indígena	Indígena	Deferido	Acerto	Direito Efetivado
Branco	Branco	Indeferido	Acerto	Preservação de direito	Indígena	Amarelo	Indeferido	Erro	Direito Negado
Branco	Pardo	Deferido	Erro	Ilegalidade	Amarelo	Preto	Deferido	Erro	Ilegalidade
Branco	Indígena	Deferido	Erro	Ilegalidade	Amarelo	Branco	Indeferido	Acerto	Preservação de direito
Branco	Amarelo	Indeferido	Acerto	Preservação de direito	Amarelo	Pardo	Deferido	Erro	Ilegalidade
Pardo	Preto	Deferido	Acerto	Direito Efetivado	Amarelo	Indígena	Deferido	Erro	Ilegalidade
Pardo	Branco	Indeferido	Erro	Direito Negado	Amarelo	Amarelo	Indeferido	Acerto	Preservação de direito
Pardo	Pardo	Deferido	Acerto	Direito Efetivado					

Antes de apresentar os percentuais encontrados pelo método, importa destacar que essas análises foram embasadas na própria realidade das comissões. Explico: uma banca ou comissão de heteroidentificação, no exercício de suas atribuições, vai analisar o conjunto fenotípico de cada candidato à vaga PPI e emitir um parecer ou decisão. Esse parecer ou decisão, via de regra, é expresso por meio das palavras "Deferido" ou "Indeferido". A comissão pode estar cometendo um acerto ou um erro,

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear

independentemente de seu parecer, isso quer dizer que, ao deferir uma autodeclaração, a banca pode estar acertando ou errando; da mesma forma, ao indeferir uma autodeclaração, a banca pode estar acertando ou errando. É nesse jogo de acerto e erro que reside a efetividade da política. Dai a importância de encarar o procedimento de heteroidentificação como um procedimento técnico, demandante de conhecimentos específicos e consolidado mediante aprofundamento teórico e exercício prático – conhecimento e experiência.

Foi partindo dessa lógica que o método encontrou possíveis consequências para as decisões das bancas, expressando assim a intrínseca relação entre a assertividade da banca com a efetividade da política. Desta forma, como é possível observar na tabela acima, o método indica que há quatro possibilidades de consequências operacionais: a) Direito efetivado, b) Direito negado, c) Ilegalidade ou d) Preservação de direitos. Os direitos efetivados e negados dizem por si mesmo: é a garantia ou a negação do direito do público-alvo da política. A ilegalidade expressa um erro cometido pela banca ao conceder direito à uma pessoa que não é considerada público-alvo. Já a preservação de direitos diz respeito a um acerto da banca, quando nega o uso da política para quem não é de direito, preservando, assim, o direito do público-alvo.

A lógica construída é bastante simples: delineando o público-alvo (preto, pardo e indígena), tudo que lhes for garantido é acerto, logo, “direito efetivado” e tudo que lhes for negado é erro, logo “direito negado”. Para os que não são público-alvo da política de cotas (branco e amarelo), a lógica se inverte, pois tudo que lhes for negado é acerto, logo “preservação de direitos” do público-alvo e tudo que lhes for garantido é erro, logo “ilegalidade” cometida pela banca.

Desta forma, as probabilidades estatísticas não são agradáveis e indicam um alto percentual de possibilidade de falha operacional na atuação das comissões. Novamente, partindo das cinco categorias de raça já estabelecidas pelo IBGE, o método realiza um exercício simples de probabilidade e chega a 48% (quarenta e oito

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

Instalação Colhetear

por cento) de chances de erro operacional da comissão, isto quer dizer 24% (vinte e quatro por cento) de possibilidades de negação de direito e 24% (vinte e quatro por cento) de possibilidades de ilegalidade, ratificando, assim, a importância da capacitação técnica nos processos formativos de membros de comissões de heteroidentificação.

Assim, além de atuar como potente instrumento de coleta de dados, diagnóstico do nível de leitura fenotípica e da compreensão sobre a heteroidentificação dos participantes, a “Instalação Colhetear” também tem o potencial de despertar o desejo em conhecer melhor a temática, atuando como ferramenta - forma - e como conteúdo ao mesmo tempo, estabelecendo desta forma um canal de comunicação com os participantes que passam a conhecer toda a estrutura do método, seu funcionamento, seu potencial educativo e interventivo, os quais serão aprofundados no “Ateliê Colhetear”, atividade coletiva que é descrita nas próximas páginas deste projeto.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Metodologia

MÉTODO COLHETEAR

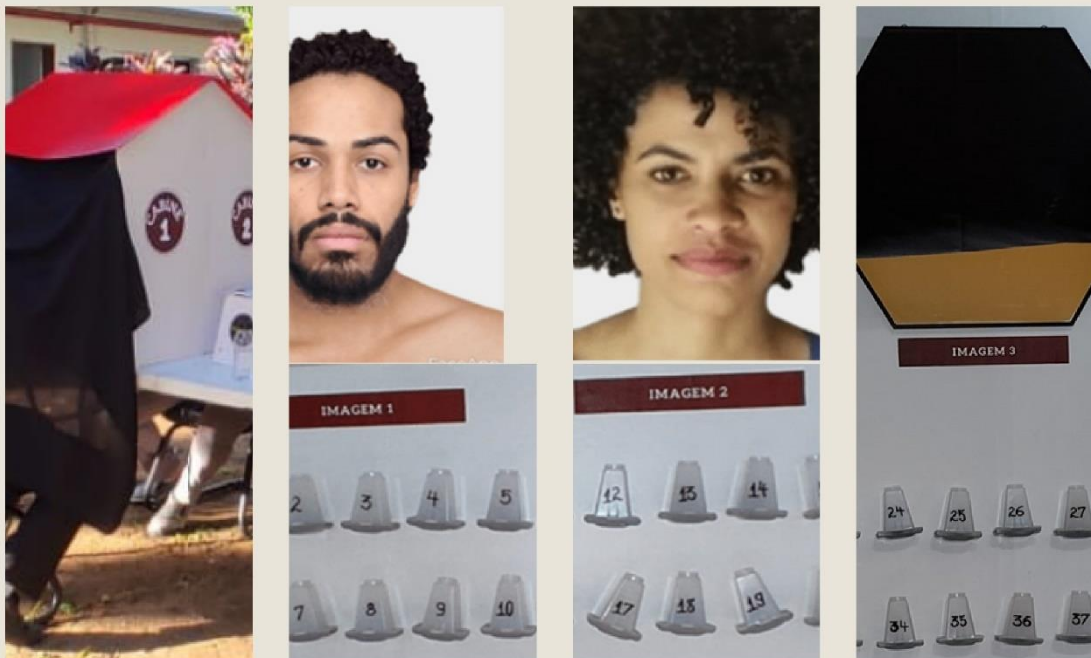
Ateliê Colhetear

Ateliê vem do francês “atelier”, significa “[...] lugar onde trabalham artesãos e, sobretudo, artistas.” (Dicionário, 2023) e foi o nome escolhido para expressar as atividades da terceira dimensão do Método Colhetear, dimensão que se propõe a tramar ou construir jardins e fios. A palavra trama vem do latim “trama”, podendo ser compreendida como o “[...] conjunto dos fios que os tecelões fazem passar com a lançadeira entre os fios estendidos do urdimento e transversalmente a estes.” ou “[...] conjunto desses fios já tecidos; teia: a trama de um pano.”. Sob a perspectiva da literatura, trama pode ser a “[...] reunião daquilo que constrói uma narrativa ou dos acontecimentos presentes nela; intriga, enredo.” (Dicionário, 2023).

O “Ateliê Colhetear”, portanto, se propõe a integrar ambos os sentidos, almejando a compreensão de narrativas e a construção de enredos que possibilitem o entendimento de cenários ou paisagens do passado e da atualidade, figurado aqui pelo jardim, mas também se propõe a entrelaçar fios, conectar pontos, teias, tramas mesmo, que possam relacionar-se com as realidades transpassadas pelas relações raciais de ontem e de hoje. Uma atividade miscigenada, assim como todo o método proposto, urdido pela heteroidentificação em seu potencial educativo, numa projeção de intervenção para o futuro.

Tanto a instalação quanto o “Ateliê Colhetear” são momentos presenciais, indispensáveis para a efetividade do método e, nos movimentos propostos pelo projeto, estão previstos para acontecer em todos os campi do Ifes. Os participantes - membros de CLVA/CPVA do campus/reitoria – realizam a dinâmica da “Instalação Colhetear” e seguem para a atividade do “Ateliê Colhetear”, momento em que se aprofundam no “Método Colhetear”, conhecendo seu significado e estrutura; a inspiração das cabines, sua natureza, a construção das imagens e as intenções propositivas da capacitação, fortalecendo assim o diálogo fundamental para a continuidade do método e levando os participantes a se perceberem como elementos ativos nas tramas necessárias à implementação do método e de todo o processo formativo que será desenvolvido junto às equipes.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

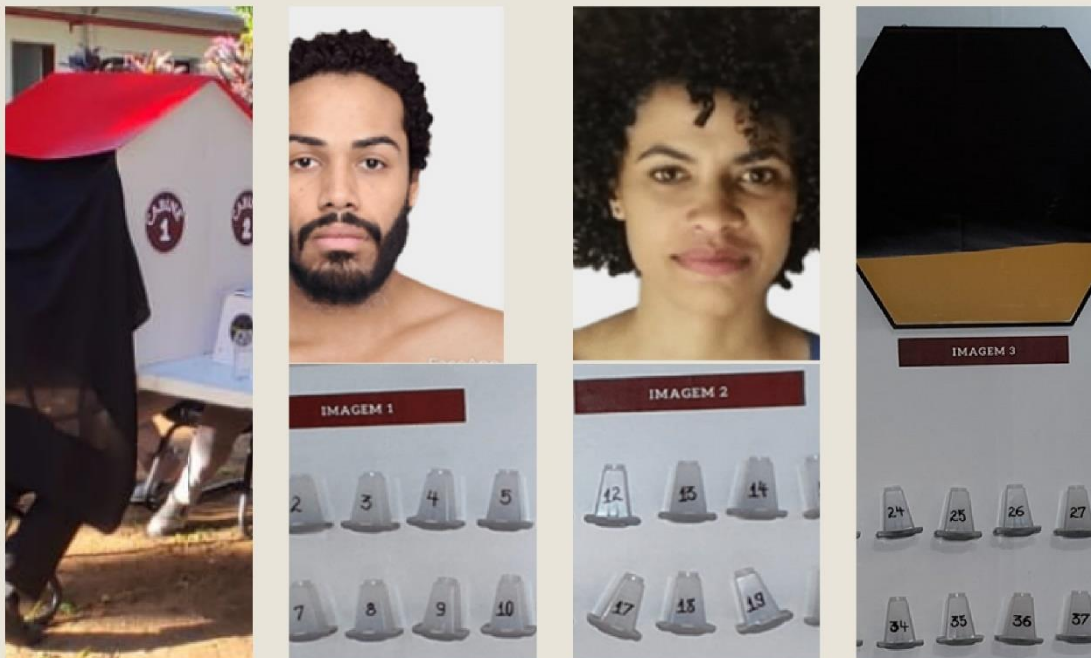


Implantação

Detalhamento da Carga horária necessária para implantação das etapas da proposta de intervenção.

ETAPA	CH	DIA
WORKSHOP Apresentação da estrutura do Método Colhetear à CPVA e demais instâncias relacionadas.	08 HORAS	01 (UM)
		DATA A DEFINIR
WORKSHOP Oficina de apresentação do Método Colhetear ao Colégio de Dirigentes e diagnóstico do nível de leitura fenotípica desse público	04 HORAS	01 (UM)
		DATA A DEFINIR
WORKSHOP Oficina de apresentação do Método Colhetear ao FDE e diagnóstico do nível de leitura fenotípica desse público	04 HORAS	01 (UM)
		DATA A DEFINIR
WORKSHOP Oficina de apresentação do Método Colhetear ao FONEABI e diagnóstico do nível de leitura fenotípica desse público	08 HORAS	01 (UM)
		DATA A DEFINIR

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Implantação

Detalhamento da Carga horária necessária para implantação das etapas da proposta de intervenção.

ETAPA	CH	DIA
CAPACITAÇÃO Habilitação dos membros da CPVA para atuarem como multiplicadores do método.	120 HORAS	90 (NOVENTA)
		DATA A DEFINIR
INSTALAÇÃO COLHETEAR* Construção das cabines institucionais	40 HORAS	30 (TRINTA)
		DATA A DEFINIR
ATELIÊ COLHETEAR* Estruturação da roda de conversa, atividade coletiva a ser desenvolvida pela CPVA junto às CLVA's quando da implementação do cronograma de capacitação.	40 HORAS	30 (TRINTA)
		DATA A DEFINIR
CRONOGRAMA Oficina de apresentação do Método Colhetear ao FONEABI e diagnóstico do nível de leitura fenotípica desse público	16 HORAS	04 (QUATRO)
		DATA A DEFINIR

*As CH's da Instalação e do Ateliê Colhetear estão incluídas no total de horas previstas para a capacitação da CPVA, configurando a parte prática da formação.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

SEMEAR-AÇÃO

Para se construir um futuro melhor é preciso conhecer o passado: Sankofa. O conceito cultural originário da África Ocidental, mais especificamente da cultura Akan, está presente em países como Gana e Costa do Marfim. É um termo em língua twi, falada por esse grupo étnico, e pode ser traduzido como "voltar e buscar" ou "volte e pegue". Simboliza a ideia de que é necessário olhar para trás, para o passado, para poder avançar no presente e no futuro. Reconectar-se com as raízes, aprender com a história e valorizar os conhecimentos e experiências dos antepassados - é isso que se pretende com esta proposta de intervenção. O conceito de branquitude também dialogado no percurso da pesquisa é de fundamental importância para o reconhecimento dos gravíssimos erros que cometemos e que precisamos escolher diariamente, não cometer mais.

Um pássaro mítico e um coração estilizado, esses são os símbolos do "Sankofa Africano" e também o sentido que contribui para esta intervenção. A pesquisa trabalhou figurativamente com jardins. Jardins são vivos, geram vidas e atraem vidas – pássaros são uma delas. O pássaro de Sankofa é retratado com os pés firmes no chão e a cabeça voltada para trás, enquanto segura um ovo com o bico. Esse ovo simboliza o passado, transmitindo a mensagem de que o pássaro voa para frente, em direção ao futuro, sem jamais esquecer das lições e experiências do passado.

Ao intervir no presente vislumbra-se um futuro mais justo e equilibrado e, imediatamente, vem à memória a frase de uma entrevista lida durante a trajetória de pesquisa que dizia que "[...] O branco de hoje não é mais o responsável pela escravidão, mas ele tem a responsabilidade de equilibrar a sociedade em que vive" (Kilomba, 2017). Esta frase expressou um sentimento que acompanhava a pesquisadora, mas que durante muito tempo ela não

**VOE PARA FRENTE, EM DIREÇÃO AO
FUTURO, SEM JAMAIS ESQUECER DAS
LIÇÕES E EXPERIÊNCIAS DO PASSADO.
SANKOFA.**



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

SEMEAR-AÇÃO

sabia definir. O sistema injusto e desumano no qual seus antepassados brancos desempenharam papel predominantemente como escravizadores lhe causava e causa constrangimento e repulsa, mas de fato, nunca se sentira diretamente responsável por algo que aconteceu antes mesmo de sua existência.

Um misto de sentimentos sempre a tomava ao refletir que os escravizadores não mais estavam aqui para responderem por seus atos, mas que ela ainda gozava dos privilégios usurpados por eles no passado. Os conflitos foram sanados quando compreendeu que poderia não ser diretamente responsável pelos atos do passado, mas no presente precisaria atuar em prol do equilíbrio da sociedade em que vive, o que demanda consciência das desigualdades e injustiças resultantes da escravidão do passado e esforço para promover a igualdade de oportunidades, para lutar contra o racismo e trabalhar para corrigir as disparidades sociais e econômicas que persistem até hoje, rompendo assim com o pacto da branquitude, com o ciclo de opressão e de relação desigual de poder.

Assim como na natureza há o ciclo da vida – da germinação à produção de novas sementes - ou nos diversos aspectos da vida há ciclos do trabalho – da necessidade/criação à utilização e transformação (tecituras) - o “Colhetear” também se retroalimenta da realidade – dimensões que geram, partilham, criam e transformam. Se retroalimentam dos ciclos de realidades num constante movimento de tecer e cultivar ações que fortaleçam a luta antirracista. Não se quer escapar do passado, só se pretende fazer um futuro diferente, agora. Esta foi a forma encontrada de olhar o passado e aprender com ele, irromper o presente e seguir adiante, extirpando os erros e escolhendo equilibrar as relações por onde quer que se vá, num contínuo desejo de SEMEAR-AÇÃO.

**“[...]” O BRANCO DE HOJE NÃO É MAIS O RESPONSÁVEL PELA ESCRAVIDÃO, MAS ELE TEM A RESPONSABILIDADE DE EQUILIBRAR A SOCIEDADE EM QUE VIVE.
(KILOMBA, 2017)**



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ATELIÊ. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/atelie/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Distrito Federal: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Distrito Federal: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. **Lei N.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Distrito Federal: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei N.º 12.990, de 09 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Distrito Federal: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria Normativa Nº 4, de 6 de abril de 2018**. Secretaria de Gestão de Pessoas, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345. Acesso em: 26 out. 2020.

CARVALHO, José Jorge de. Autodeclaração confrontada e punição de fraudes – Os avanços da igualdade racial na era das cotas. In: SANTOS, Adilson Pereira dos; FERREIRA, Lígia dos Santos (org.). V Dossiê: As comissões de heteroidentificação étnico-racial de autodeclaração no sistema de cotas para negros e negras: Divergências, convergências e efetividade. Repeclut: **Revista Ensaios e pesquisa em educação e cultura**, Rio de Janeiro, v.5, n. 9. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repeclut/article/view/526/526>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FACEAPP. **Mistura artística de tecnologia de IA avançada e usabilidade**. Disponível em: <https://get.faceapp.com/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FENÓTIPO. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fenotipo/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

GENERATED PHOTOS. **Fotos geradas por Inteligência Artificial**. Disponível em: <https://generated.photos/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. **Resolução N.º 61, de 13 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração (CPVA) e estabelece e regulamenta os procedimentos e os critérios de verificação da veracidade da autodeclaração em Processo Seletivo Discente do Instituto Federal do Espírito Santo. Espírito Santo: Conselho Superior, 2019. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_61_2019_-_Comiss%C3%A3o_Permanente_de_Verifica%C3%A7%C3%A3o_Autodeclara%C3%A7%C3%A3o_CPVA.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

KILOMBA, Grada. O Brasil ainda é extremamente colonial. [Entrevista cedida a] Eron Rezende. A Tarde – Portal Geledés, São Paulo, jan. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-brasil-ainda-e-extremamente-colonial/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana para descolonizar olhares: perspectiva para o ensino das relações étnico-raciais. *Tear revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 1- 20. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1854/1438>. Acesso em: 15 out. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). 1955. In: *Tempo Social. Dossiê: História Social dos Intelectuais Latino-Americanos*, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>. Acesso em: 02 mai. 2023.

QUARTO CRESCENTE. [Compositor e intérprete]: Flávio Vezzoni. Poesia. Vitória: Studio Scalla-ES, 1996. Grupo Moxuara. Zifa (3'14'').

SANKOFA. In: *Dicionário de símbolos*. Brasil: 2023. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRAMA. In: **DICIONÁRIO online de língua portuguesa**. Brasil: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trama/>. Acesso em: 19 mai. 2023.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Instituto Federal do Espírito Santo
Instituição Financiadora



Universidade Federal da Bahia
Instituição formadora / Parceira



Faculdade de Educação / UFBA
Faculdade formadora / Parceira



Mestrado Profissional em Educação
Programa formador / Parceiro

INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÊMICA
DA PESQUISADORA QUE APRESENTA ESTA PROPOSTA INTERVENTIVA.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Me. Ignêz Brigida de Oliveria Pina
Pedagoga, Ifes



Dra. Jamile Borges da Silva
Professora orientadora, UFBA



EQUIPE RESPONSÁVEL PELA AUTORIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO INTITULADO
"MÉTODO COLHETEAR", ENTREGUE AO IFES NO VERÃO DE 2024.